

# ANAI S

## 10 ° Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais



**CONTAG**



**FETAGs**



**STTRs**



# ANAIS DO

## 10º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Desenvolvimento sustentável com  
distribuição de renda e cidadania para  
trabalhadores e trabalhadoras rurais

Brasília - DF, 10 a 14 de março de 2009



---

**Título:** 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**Organização de Textos:** Ivaneck Perez Alves e Rodrigo Silva Leal

**Revisão:** Adriana Borba Fetzner e Luiz Vicente Facco

**Coordenação:** Secretaria Geral

**Projeto Gráfico:** Fernando José de Sousa

Impressão: Dupligráfica Editora Ltda

Tiragem: 6.000

**Diretoria Executiva da CONTAG  
(Gestão 2009 - 2013)**



**Presidente**  
Alberto Ercílio Broch

**Vice-presidente e  
Secretária de  
Relações Internacionais**  
Alessandra da Costa Lunas



**Secretário Geral**  
David Wylkerson  
Rodrigues de Souza

**Secretário de  
Administração  
e Finanças**  
Manoel José dos Santos



**Secretário de  
Política Agrária**  
William Clementinho  
da Silva Matias

**Secretário de  
Política Agrícola**  
Antoninho Rovaris



**Secretário de  
Assalariados(as) Rurais**  
Antonio Lucas Filho

**Secretária de Meio  
Ambiente**  
Rosicléia dos Santos



**Secretário de  
Políticas Sociais**  
José Wilson de  
Souza Gonçalves

**Secretário de Formação  
e Organização Sindical**  
Juraci Moreira Souto



**Secretária de Mulheres  
Trabalhadoras Rurais**  
Carmen Helena  
Ferreira Foro

**Secretária de Jovens  
Trabalhadores(as) Rurais**  
Maria Elenice Anastácio



**Secretário de  
Trabalhadores(as)  
Rurais da Terceira Idade**  
Natalino Cassaro

## Assessoria da CONTAG

6

Adriana Borba Fetzner	Assessoria Parlamentar
Amarildo Carvalho de Souza	Assessoria de Formação e Organização Sindical
Armando Santos Neto	Assessoria da Secretaria de Jovens
Célia Hissae Watanabe	Assessoria de Formação e Organização Sindical
Cléia Anice da Mota Porto	Assessoria de Política Agrária
Décio Lauri Sieb	Assessoria de Política Agrícola
Edson Barbeiro Campos	Assessoria da Presidência
Eliene Novais Rocha	Assessoria de Políticas Sociais
Evandro José Morello	Assessoria de Políticas Sociais
Fani Mamede	Assessoria de Meio Ambiente
Iara Duarte Lins	Assessoria de Finanças e Administração
Ivaneck Peres Alves	Assessoria Jurídica
Luiz Vicente Facco	Assessoria de Relações Internacionais
Maria do Socorro Souza	Assessoria de Políticas Sociais
Maria José Costa Arruda	Assessoria de Política Agrária
Marleide Barbosa de Sousa	Assessoria de Assalariados
Paulo de Oliveira Poleze	Assessoria de Política Agrícola
Paulo Jarbas de Caldas Osório	Assessoria de Convênios/Projetos
Raimunda de Oliveira Silva	Assessoria de Formação e Organização Sindical
Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva	Assessoria de Assalariados
Rodrigo Silva Leal	Assessoria da Secretaria Geral
Ronaldo Ramos	Assessoria de Política Agrícola
Sara Deolinda C. Pimenta	Assessoria de Gênero
Zeke Beze Júnior	Assessoria de Política Agrícola

# SUMÁRIO

## GRUPOS DE TRABALHO

<b>I Análise de Conjuntura</b> .....	09
<b>A Internacional</b> .....	11
<b>B Nacional</b> .....	15
Agrocombustíveis .....	22
<b>II PADRSS: Parte Geral</b> .....	35
<b>A Introdução</b> .....	36
<b>B Políticas que estruturam a Ação Sindical para Impemetação do PADRSS</b> .....	40
Sujeitos Políticos .....	40
Bases da Política Nacional de Formação Sindical .....	45
Sindicalismo .....	49
Ambiente Interno .....	50
Ambiente Externo .....	56
<b>C Políticas Estruturantes do PADRSS</b> .....	61
Políticas para a Reforma Agrária .....	64
Políticas para a Agricultura Familiar .....	65
Organização Social e Produtiva .....	68
Trabalho no campo como dinamizador do DRSS .....	70
Políticas Sociais .....	74
Meio Ambiente .....	75
Relações Internacionais .....	79
<b>D Plano de lutas para implementação do PADRSS</b> .....	81

## COMISSÕES TEMÁTICAS

### III PADRSS: Temas Específicos

Comissão Temática 01: Política Agrária .....	90
Comissão Temática 02: Política Agrícola .....	102
Comissão Temática 03: Meio Ambiente .....	112

Comissão Temática 04: Assalariados e Assalariadas .....	122
Comissão Temática 05: Políticas Sociais .....	138
Comissão Temática 06: Formação e Organização Sindical .....	162
Comissão Temática 07: Sustentabilidade Política e Financeira .....	174
Comissão Temática 08: Relações Internacionais .....	182
Comissão Temática 09: Juventude Rural .....	192
Comissão Temática 10: Organização e lutas das Mulheres Trabalhadoras Rurais .....	202
Comissão Temática 11: Pessoas da Terceira Idade e Idosas rurais .....	212
Registro de Imagens .....	222
Delegados e Delegadas participantes .....	246
Convidados/as Nacionais e Internacionais, Observadores .....	320
Assessoria e Apoio .....	314



# **Análise de Conjuntura**



## CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A dinâmica das transformações ocorridas no cenário internacional, como a construção de blocos comerciais, a crescente integração econômica entre países, dentre outros fatores, eleva o desafio para o MSTTR e para os demais movimentos sociais em compreender esta conjuntura e traçar estratégias de enfrentamento às políticas internacionais e nacionais que, muitas vezes dificultam ou até inviabilizam, a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

2. No final da década de 1980, o capitalismo se tornou o sistema econômico, social e político dominante, no qual já prevalecia o capital financeiro sobre o produtivo. O sistema capitalista se caracteriza pela exploração do trabalho e por permanente concentração de riquezas nos mais diversos níveis: entre países, entre regiões e estados dentro de cada país.

3. Ao longo da história, o capitalismo assumiu diversas facetas, respondendo às condições conjunturais a que estava exposto. Na década de 1990, o capitalismo se caracterizou pelo aprofundamento da ideologia neoliberal, que estabelecia a supremacia do mercado como único espaço capaz de solucionar todos os problemas econômicos e sociais. Defendia o Estado máximo na defesa do capital privado e o Estado mínimo para a execução de políticas e para a intervenção nos mercados.

4. A aplicação por mais de 20 anos das políticas neoliberais deixou evidente o fracasso desse modelo, sem promover o desenvolvimento econômico que prometia e agravando os problemas sociais da maioria das populações do mundo. Os países que adotaram os seus pressupostos, em especial aqueles que o fizeram sob a cartilha do Fundo Monetário Internacional - FMI, a exemplo do Brasil e da Argentina, apresentaram longos períodos de estagnação econômica e crises sociais graves, que persistem até os dias atuais.

5. Em reação a este quadro, diversos países, em especial na América Latina, elegeram presidentes com propostas alternativas ao neoliberalismo, como Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Bachelat no Chile, Morales na Bolívia, Corrêa no Equador e, mais recentemente, Fernando Lugo no Paraguai. Essas eleições foram resultado, principalmente, da mobilização e articulação dos setores sociais destes países que demandam por mudanças profundas na política econômica e social.

6. A CONTAG defende a democracia e a soberania dos povos. Porém

entendemos que em alguns países são tomadas decisões que ferem o princípio universal da democracia.

12

7. Os modelos representam diversos níveis de rompimento com o modelo neoliberal e nem sempre dialogam entre si. Mesmo com divergências, estes governos, com o apoio dos movimentos sociais de seus países, conseguiram reduzir o avanço dos interesses dos Estados Unidos e da Europa na região. Exemplo disso foi o fracasso da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (barrando o nível de ambição dos Estados Unidos) e, da mesma maneira, a agenda impositiva dos Europeus no Acordo Mercosul x União Européia. Em nível mundial, a articulação dos países do G-20 (grupo de países em desenvolvimento, interlocutores reconhecidos nas negociações agrícolas), foi vital para evitar que os países desenvolvidos lograssem impor aos países em desenvolvimento sua agenda comercial, centrada em produtos industrializados e em uma política de fortes subsídios agrícolas, na rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio – OMC (negociações da abertura do comércio mundial).

8. É preciso ter claro, porém, que a ideologia neoliberal encontra-se longe de ter sido derrotada ou totalmente banida. Ao contrário, continua exercendo uma forte influência sobre as políticas econômicas e sociais. Como por exemplo, o permanente investimento em políticas financeiras, em detrimento das políticas sociais, e os constantes ataques às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

9. O processo da globalização, realizado nos marcos das políticas neoliberais de abertura dos mercados e no desenvolvimento da teleinformática (é a técnica que trata da comunicação de dados entre equipamentos de informática distantes um dos outros) atendeu à demanda do sistema financeiro, das multinacionais e transnacionais ao permitir um deslocamento mais rápido de capitais de um país para outro, em busca de maior rentabilidade no menor prazo possível. A concentração do capital no mercado de especulação financeira mundial provocou uma crise econômica começando pelos países ricos, especialmente Estados Unidos e Europa. O setor bancário foi o principal alvo desta crise se estendendo para os demais setores da economia, provocando grandes investimentos públicos para socorro dos bancos, em detrimento da população, mais uma vez e em benefício da especulação financeira.

10. É crescente a articulação dos blocos regionais dentro da economia mundial. Dentre esses blocos merecem destaque a União Européia e o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, integrado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai na condição de membros plenos, que têm avançado

para além da mera integração comercial. Entretanto, as demandas sociais da população ainda são pouco consideradas pelos países parte. Prevalecem os interesses econômicos e comerciais de grupos privados, o que tem gerado constantes crises políticas que atrasam o processo de Integração Regional.

11. A adesão da Venezuela, em transição para a condição de membro pleno, dá nova dinâmica e fortalece o MERCOSUL, mesmo que Chile e Bolívia permaneçam ainda como membros associados. Com a eleição de governos mais identificados com os movimentos sociais, o MERCOSUL vem melhorando os espaços de participação social nas discussões das políticas de integração e comércio adotadas pelo bloco. É o caso, por exemplo, da criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar – REAF um órgão consultivo e propositivo de políticas públicas para a agricultura familiar, no qual a CONTAG vem atuando de maneira destacada, com a participação das mulheres e da juventude rural.

12. A economia norte-americana está em recessão decorrente das nefastas medidas econômicas e políticas adotadas em função do gasto público com a Guerra no Iraque, com a importação de petróleo a preços altos para atender a demanda interna e, agravada pela crise do setor imobiliário e do sistema bancário. A recessão da economia dos Estados Unidos tem reflexos negativos sobre as economias de países em desenvolvimento que dependem do mercado norte-americano para as suas exportações. A perda do poder aquisitivo do dólar e a alta do preço do petróleo no mercado internacional preocupam os países em desenvolvimento, pois estes fatores pressionam a inflação e afetam os investimentos internos, comprometendo suas políticas de desenvolvimento. Este quadro foi agravado com o estouro da bolha especulativa criada em torno das hipotecas imobiliárias, que comprometeu todo o sistema financeiro norte-americano e europeu, com reflexos ainda mais negativos para economia mundial.

13. Em novembro de 2008, Barack Obama, do Partido Democrata, foi eleito presidente dos Estados Unidos, demonstrando a vontade da população daquele país em traçar novos rumos nos planos interno e internacional. O seu governo deverá se caracterizar pelo enfrentamento da grave crise financeira, um incremento no protecionismo ao mercado interno, maior preocupação com as questões ambientais e sociais, maior respeito às liberdades e aos direitos humanos.

14. A conjuntura ambiental desperta cada vez mais interesse e preocupação. O aquecimento global, ou seja, o aumento da temperatura do planeta em virtude da ação humana não é mais contestado seriamente por qualquer país. Atualmente, A China (24%), Estados Unidos (22%) e União Européia (12%) juntos respondem por 60% da emissão de CO2 (gás carbônico)

e CH<sub>4</sub> (gás metano) na atmosfera. Os padrões de produção e consumo principalmente da Europa e Estados Unidos são insustentáveis e precisam ser revistos, com o propósito de torná-los menos prejudiciais ao conjunto da humanidade. Além do mais fizeram desmatamento na quase totalidade de seus territórios. Por outro lado, exigem dos países em desenvolvimento todo o rigor ambiental sob pena ou ameaça de não comprarem seus produtos. É preciso que os países desenvolvidos se comprometam em preservar o meio ambiente no intuito de diminuir os impactos que aceleram o desequilíbrio ambiental global. Embora os países ricos sejam os principais responsáveis pela poluição, os seus resultados mais negativos são sentidos pelos países pobres, situação que é reproduzida no plano interno de cada país.

15. A permanência dos preços elevados do petróleo no mercado internacional e a certeza de que seus derivados, diesel e gasolina, quando utilizados em motores de combustão produzem gases poluentes que agravam o efeito estufa e elevam a busca de energias alternativas. Os agrocombustíveis (álcool, biodiesel, etc.) se destacam por substituir o petróleo com redução significativa nas emissões de gases poluentes. Entretanto, estão longe de serem “combustíveis limpos”, como vem sendo divulgado.

16. A manutenção dos padrões de consumo dos países desenvolvidos impôs maior demanda por matérias-primas, em especial petróleo, minérios e alimentos. Aliado a isso, o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, em especial os do chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), auxiliaram na elevação dos preços desses produtos, que tendem a se manter acima de suas médias históricas.

17. A elevação do preço dos alimentos é resultante do somatório da alta no preço do petróleo, que encarece o transporte e os insumos agrícolas, e da especulação; da produção de etanol dos Estados Unidos que compromete 1/3 (um terço) da sua produção de milho; dos baixos estoques combinados com quebras de safras que favorece a especulação financeira no mercado; do aumento do consumo de alimentos da Índia, da China (principalmente por carnes) e do Brasil, devido a uma melhora na distribuição de renda.

18. O aumento da demanda por alimentos no mundo potencializa a agricultura familiar por ser a principal produtora de alimentos. Ela pode responder a esta demanda, ofertando mais alimentos, desde que tenha políticas de Estado (subsídios e mais incentivos à sucessão rural) que assegurem as condições de produção, beneficiamento e facilitação de comércio. No processo de produção e comércio de alimentos, não pode ser esquecida a tendência geral histórica de apropriação da riqueza gerada pela agricultura e pecuária por empresas nacionais e transnacionais que atuam

no fornecimento dos insumos agrícolas, industrialização e distribuição dos produtos agrícolas.

19. É inconcebível o erro estratégico do Brasil na dependência total de insumos agrícolas, especialmente os fertilizantes (NPK), dos países ricos. Temos várias jazidas de minérios sem investimentos para exploração e somos auto suficientes em petróleo, principal matéria prima para o nitrogênio. Mas o Brasil está vulnerável às oscilações de mercado e das indústrias multinacionais desses insumos. Uma das principais atividades econômicas que garante o equilíbrio da balança comercial do Brasil está a mercê desta especulação.

20. Frente a esta conjuntura cresce em importância o PADRSS, que propõe um novo modelo de desenvolvimento para o campo, preconizando um desenvolvimento econômico que esteja agregado ao desenvolvimento social, à convivência com o meio ambiente e uma sociedade em que o ser humano não seja um mero consumidor ou consumidora/mercadoria, mas sim cidadão ou cidadã capaz de desenvolver plenamente todas as suas potencialidades.

## **CONJUNTURA NACIONAL**

21. Para compreender a Conjuntura atual do Brasil é necessário que se analise as transformações sofridas recentemente no seu quadro econômico e social, que deram as feições que o país tem hoje. Parte-se da análise de indicadores fornecidos por instituições de pesquisa de credibilidade, a fim de se fazer uma leitura do cenário atual e projetar algumas tendências.

22. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – demonstram que o Brasil vem retomando seu crescimento econômico. A economia brasileira vinha há muito tempo marcada pela instabilidade, onde se alternavam períodos de crescimento com outros de estagnação. No final do Governo Fernando Henrique Cardoso a economia registrava uma média de crescimento de 2,15%, que foi elevada para a média de 3,35% no Governo Lula, com destaque para o ano de 2007, quando o Brasil cresceu 5,7%. Não devemos esquecer que o aumento dos índices se faz necessário, porém o êxodo rural continua. Por isso, os países em crescimento não devem esquecer de quem produz alimentos e que o crescimento deve envolver todos os setores.

23. Outros indicadores econômicos também apresentam melhor desempenho, com destaque para o aumento na atividade industrial, na produtividade, nos investimentos e conseqüentemente na capacidade produtiva. As taxas de desemprego mostram tendência de redução e há um aumento na formalização do emprego no mercado de trabalho brasileiro. O

crescimento da massa salarial, a expansão do crédito para pessoa física e o aumento das importações acabaram por fomentar também uma expansão do comércio varejista, demonstrando aquecimento do mercado interno.

16

24. O controle da inflação e a estabilidade econômica possibilitaram uma avaliação positiva da economia do país por agentes internacionais, resultando na redução do chamado Risco Brasil, que tem rendido destaque na imprensa internacional. Segundo a empresa norte americana Goldman Sachs, especializada em construir cenários futuros, a projeção é de que o Brasil será a 5ª economia mundial no ano de 2025.

25. Embora se tenha resultados positivos na economia, uma das críticas feitas ao governo Lula é a manutenção e ampliação da política econômica iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, fundamentada num sistema de metas de inflação, taxas de câmbio flutuantes e superávit primário, e a fixação de altas taxas de juros que acabam por atrair entrada de capital estrangeiro especulativo em detrimento do produtivo, rendendo lucros fabulosos ao sistema financeiro.

26. Com relação ao aspecto populacional, tendências indicam mudanças no cenário demográfico brasileiro. Também segundo o IBGE, a diminuição das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida apontam para uma mudança radical no quadro etário brasileiro, prevendo que em 2020 a população maior de 50 anos supere a de jovens. O Brasil está deixando de ser um país jovem para se tornar um país maduro.

27. Essa alteração repercutirá em vários aspectos relevantes para o desenvolvimento do país. A redução da taxa de natalidade, combinada com a manutenção de um processo de estabilidade econômica, em médio e longo prazos, poderá significar a diminuição do desemprego, elevação dos índices de alfabetização e escolaridade, e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, o crescimento da população em idade mais avançada demanda que o governo amplie os investimentos em políticas públicas voltadas para esta faixa etária o que não aconteceu em décadas anteriores, assim como a ampliação das ações de prevenções na área da saúde em geral.

28. As tendências apontam para uma mudança na dinâmica migratória brasileira. As grandes cidades têm atraído cada vez menos pessoas. Hoje se constata um crescimento nas economias das cidades interioranas, puxado pelo processo de industrialização e incremento do comércio. A urbanização provocará mudanças nas pequenas e médias cidades, com o deslocamento populacional para o interior.

29. Acompanhando esta tendência, dados do IBGE constatam que a

dinâmica do crescimento industrial brasileiro também foi alterada. Há elevação da participação do Sul, Centro-Oeste e Nordeste no número de indústrias e, conseqüentemente, de empregos no setor industrial, em detrimento do eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

30. Um fato histórico para o Brasil constatado por instituições de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, é que a pobreza diminuiu. Os indicadores apontam para uma redução na quantidade de excluídos, que em termos percentuais passou de aproximadamente 42% da população em 2002, para 32% no ano de 2008. A classe média brasileira cresceu de forma surpreendente, alcançando o índice de 51,89%. Para a FGV, estes dados apontam para um impacto da expansão dos empregos com carteira assinada. Em sua avaliação o IPEA foi além interpretando que a diminuição da pobreza é fruto da expansão da economia, da promoção de programas sociais e de uma série de políticas mais focadas nos pobres, além do aumento do salário mínimo.

31. Entretanto, ao mesmo tempo em que se registra um aumento do consumo das classes “B” e “C”, constata-se uma elevação da concentração da renda e um expressivo crescimento dos lucros do capital. O setor bancário, ano a ano, tem divulgado recordes de crescimento do seu lucro.

32. No cenário político, houve uma importante inversão de prioridades na lógica de governo. Pode-se citar a paralisação no processo de privatizações, que estava em ritmo acelerado dilapidando o patrimônio nacional, e as reformas previdenciárias que visavam à redução dos direitos alcançados pelos trabalhadores. Em sentido contrário, o governo atual vem investindo na melhoria do Estado, principalmente com o investimento em concursos e na elevação dos salários do funcionalismo público.

33. Mesmo com a eleição do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, historicamente comprometido com as causas populares, não se estabeleceram condições favoráveis para que o governo pudesse administrar respaldado apenas pelos princípios dos partidos de esquerda. Para assegurar a governabilidade articulou uma ampla base de apoio composta, também, por partidos de perfil conservador que pressionam pelo atendimento de seus interesses, muitas vezes contrários aos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

34. A ampla coligação para a eleição de LULA descaracterizou as ideologias de alguns partidos, despolitizando os eleitores, confirmando que para chegar ao poder muitos princípios foram esquecidos.

35. Contudo, este cenário não impediu que houvesse um crescimento

da esquerda no segundo mandato do presidente Lula, com o aumento da participação no Congresso Nacional e a eleição de 16 governadores da base aliada do governo. A realidade atual revela que o Governo continua aumentando a carga tributária. Por outro lado, não distribuiu de forma equilibrada os impostos arrecadados.

18

36. Mesmo com este crescimento da esquerda, o governo atual, principalmente a partir do segundo mandato, vem representando muito mais os interesses dos empresários e do setor financeiro do que os dos trabalhadores e trabalhadoras. As entidades de classe e as centrais sindicais seguem tencionando para que o governo avance nas políticas públicas que levem qualidade de vida e trabalho para a população. Por outro lado, os empresários e os setores que representam o grande capital também exercem pressão em sentido contrário, interessados apenas em fazer prevalecer os seus interesses econômicos. Portanto é preciso aumentar a pressão na disputa de nosso projeto – PADRSS.

37. Apesar da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras no Congresso Nacional, devido ao seu caráter majoritariamente conservador e antisindical, as relações da CONTAG com o parlamento se ampliaram e se qualificaram. Isto fez com que o MSTTR obtivesse conquistas fundamentais, a exemplo das leis 11.718/2008, que trouxe uma maior segurança a uma parcela do assalariados rurais quanto à sua situação trabalhista e previdenciária, e a 11.326/2006 que trata da formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

38. Vale destacar que este caráter conservador leva as organizações sindicais a estabelecerem embates permanentes com parlamentares. Especificamente na área rural o enfrentamento maior se dá com a bancada ruralista que, rotineiramente, atua para impedir o avanço de políticas para reforma agrária, meio ambiente, direitos trabalhistas, dentre outras de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. É necessário fortalecer as organizações do MSTTR para contrapor às ações dos parlamentares ruralistas.

39. O poder judiciário tem caráter conservador e parcial em favor do latifúndio e contra a reforma – agrária, o que historicamente tem provocado a impunidade e ao aumento da violência no campo. Tais decisões e ou omissões causam entraves ao acesso das políticas públicas destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais

40. O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, coordenado pela CONTAG, vem desempenhando um papel importante na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mantendo uma

postura firme e autônoma no embate de forças, pressionando o governo para que atenda aos interesses da população, em detrimento das posições representadas pelo capital. A CONTAG deve continuar sendo independente do governo, defendendo os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, exigindo resultados e divulgando as conquistas da categoria.

41. O Grito da Terra se transformou na data base para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, conquistando na sua trajetória, avanços para a categoria. A organização das mulheres, por meio da Marcha das Margaridas, cresceu em número de participantes e avançou nas conquistas de políticas públicas para as trabalhadoras rurais do Brasil. O 1º Festival Nacional da Juventude Trabalhadora Rural reuniu milhares de jovens trabalhadores rurais do Brasil e pautou no governo a implementação de políticas públicas específicas que contemplem a juventude do campo.

42. Da mesma forma, o MSTTR manteve suas inúmeras e diversificadas ações de pressão nos estados e municípios pela implantação de políticas públicas, em especial pela realização da reforma agrária, mantendo as ocupações de terra, acampamentos, trancamento de estradas e ocupações de prédios públicos, dentre outras formas.

43. Mesmo com todo o processo de mobilização e pressão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, há um aprofundamento do padrão conservador de desenvolvimento rural, que amplifica as alterações produzidas no campo brasileiro pela modernização da agricultura. Há uma supervalorização da grande propriedade rural baseada no monocultivo, agroquímica, transgenia, geração de commodities agrícolas e na produção para exportação como símbolos de eficiência agroindustrial. Este padrão produtivo tem forte apoio do Estado mesmo interferindo negativamente no modo de vida e trabalho, na malha fundiária, na conformação dos ecossistemas e na matriz tecnológica.

44. O fortalecimento do agronegócio estimula, inclusive, a participação de estrangeiros nesse setor, atraídos pelos preços das terras brasileiras que ainda são baixos se comparados com a realidade internacional, prejudicando assim os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Este avanço se dá nas terras de melhor qualidade e impede a reforma agrária porque investe sobre propriedades que poderiam ser destinadas a assentamentos e reassentamentos. Nesse momento de crise mundial, o Brasil aparece como um “celeiro de oportunidades”, a maior fronteira agrícola do mundo, com uma vasta extensão de campos férteis, o que representa um potencial de crescimento da produção. Este processo alcança, ainda, a exploração mineral, ameaçando a soberania nacional.

45. Há um conflito permanente entre os diferentes modelos de

desenvolvimento no campo: por um lado, o agronegócio, que se baseia no monocultivo para exportação, degrada o meio ambiente, concentra terras e utiliza altos investimentos em mecanização, com o objetivo de reduzir custos com mão de obra. Do outro lado, a agricultura familiar se organiza por meio da ampliação de ocupações produtivas, diversificação da produção que potencialmente é menos danosa ao meio ambiente, além de produzir, principalmente alimentos para o mercado interno, com impactos importantes na redução da exclusão social e produtiva da população.

20

46. O crédito destinado ao agronegócio corresponde a quase 80% dos recursos públicos direcionados à agricultura. Enquanto o PRONAF conta com 13 bilhões para o financiamento da agricultura familiar, a agricultura patronal teve um aporte de recursos na ordem de 65 bilhões. Mesmo assim, no processo de renegociação das dívidas da agricultura brasileira, o governo revelou que 83% do total de inadimplentes estão no agronegócio.

47. Segundo dados do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, a agricultura familiar representa 85,2% do total dos estabelecimentos, que ocupam 24,8% da área total e são responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional. Isto significa dizer que 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 72% da cebola, 97% do fumo, 49% do milho, 67% do feijão, 84% da mandioca, 32% da soja, 31% do arroz, 58% da banana, 27% da laranja, 25% do café e 47% da uva são produzidos nos estabelecimentos da agricultura familiar. Estes dados são significativos e confirmam a importância da agricultura familiar na economia brasileira. Há muito se tinha que a agricultura familiar era tão só atividade de subsistência. Isto não é verdade, pois a agricultura familiar é responsável por produtos para o mercado interno e externo. Portanto, os órgãos de pesquisa pública devem priorizar estudos voltados à Agricultura Familiar no Brasil, pois sua expressão é evidente e inquestionável.

48. É importante ressaltar que os agricultores e agricultoras familiares têm encontrado mais dificuldades nas linhas de crédito, percebendo que existe muitas desigualdades no acesso ao crédito

49. A reforma agrária continua sendo uma política fundamental para romper com o desenvolvimento excludente, eliminar as desigualdades e para responder à necessidade de aumentar a produção de alimentos. No entanto, a política governamental atual não avançou na equalização da sua questão fundiária nacional. O governo não enfrentou questões estruturais ou conjunturais, a exemplo da norma de atualização dos índices de produtividade e da que impede desapropriação de terras ocupadas. A ação do INCRA não responde às demandas no ritmo e a qualidade exigidas. O INCRA não

disponibiliza assessoria para dar suporte ao atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

50. Segundo dados do INCRA, em 2006 foram assentadas 127,5 mil famílias e, em 2007 apenas 67,5 mil famílias. Além destes números serem inferiores às metas anunciadas pelo Governo, são questionados pelo MSTTR, pois se referem à “Relação de Beneficiários” e não de assentados efetivos. Também revelam que em vez de avançar, a política de reforma agrária vem retrocedendo, não respondendo em quantidade ou qualidade, como no caso da política de assessoria técnica que deixou muito a desejar. O MSTTR tem apontado para o exagero nos números oficiais de assentamentos, que incluem como assentadas famílias que são objeto de outras ações do INCRA.

51. A questão ambiental aparece com destaque na conjuntura, especialmente pela importância que ganhou nas duas últimas décadas. A realidade imposta pelo atual modelo de produção e consumo, que não considera a sustentabilidade do planeta está evidenciada no aquecimento global e nas constantes catástrofes ambientais, que revelam a forma predatória da ação humana sobre o meio ambiente. Estes efeitos exigem urgentes redirecionamentos de práticas e atitudes, tanto nos processos produtivos como nos modos de vida das pessoas, existindo descaso do governo com a questão ambiental.

52. A necessidade de redução ou de minimização desses impactos negativos é um desafio a ser assumido pelo MSTTR na concepção e prática do PADRSS, a partir da relação com as novas tendências sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

53. O MSTTR é favorável à adoção de medidas e criação de políticas que possam ser capazes de minimizar os impactos ambientais causados pelo setor produtivo, inclusive pela ação da agricultura familiar. No entanto, o Governo Federal não deve editar instruções normativas e promover medidas com decisões unilaterais a exemplo de que foi feito com o Decreto Nº. 6514/08 e da resolução do Bancen Nº. 3545/08, que tratam respectivamente da Lei de Crimes Ambientais e da Concessão de crédito rural no Banco da Amazônia. As questões ambientais e produtivas que dizem respeito à Amazônia devem necessariamente ser amplamente discutidas com a sociedade local, que conhece e entende o comportamento da região.

54. Outra questão importante é a discussão atual sobre os agrocombustíveis e a expansão do setor sucroalcooleiro brasileiro, que vem sendo estimulada pelo governo federal. Para a CONTAG é preciso que a política energética esteja integrada a um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

55. O MSTTR, coordenado pela CONTAG, reivindica do governo a regulamentação do setor, enfrentando a questão do zoneamento agroecológico e estabelecendo procedimentos normativos que regulem as condições de trabalho e os modos de produção, além de coibir a compra de terras por estrangeiros, garantindo o controle sobre o território nacional.

56. O governo necessita fortalecer, ampliar e qualificar a estrutura operacional dos órgãos envolvidos nas ações de fiscalização nas áreas trabalhista, previdenciária e ambiental. A CONTAG defende o estabelecimento de normas para a certificação social e ambiental do setor, que considere os pré-requisitos apontados pelo MSTTR. Sugere ainda, a ampliação e aprimoramento das ações de reforma agrária, inclusive do Programa de Crédito Fundiário, como uma das alternativas para a reinserção produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais atingidos pela mecanização.

57. No que se refere às perspectivas políticas eleitorais, é importante registrar o crescimento da esquerda no panorama nacional, que ampliou a sua participação na disputa das eleições municipais de 2008. Os candidatos oriundos dos partidos da base aliada estão se beneficiando da influência positiva dos índices de popularidade do governo, revelando uma tendência de crescimento da sua base local de sustentação, que pode sinalizar boas perspectivas para as eleições gerais de 2010.

58. O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vem ampliando sua participação no processo político eleitoral. É consenso no meio sindical que os espaços de poder possuem um reflexo direto na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. É preciso empreender esforços para e eleger mais representantes que sejam ligados e tenham apoio do MSTTR em todos os níveis (federal, estadual e municipal), independente de sigla partidária, a fim de avançar na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

### **Agrocombustíveis**

59. As questões ambientais e seus impactos, os limites para a produção de petróleo no mundo e a elevação do seu preço, levam à busca por energias de fontes renováveis. O Brasil por sua posição geográfica, disponibilidade de terras agricultáveis e pelo domínio da tecnologia, se destaca como potencial produtor e fornecedor de agrocombustíveis, de forma que o estado tenha amplo e total controle do investimento e da exploração do capital estrangeiro, garantindo a soberania nacional.

60. Este tema está na agenda internacional e suscita vários debates que

envolve, por um lado os países e empresas produtoras e distribuidoras de petróleo, que querem manter o monopólio de fornecimento de energia e, por outro, aqueles países que pretendem produzir agrocombustíveis como alternativa energética para o mundo. Neste contexto, a sociedade civil manifesta sua preocupação quanto aos impactos que a produção de agrocombustíveis poderá causar ao meio ambiente, à estrutura fundiária, ao modo de vida das comunidades e ao abastecimento alimentar. Isto porque, a monocultura da cana e soja, que são as principais matérias primas, demandam amplas extensões de terras e podem concorrer com a produção de alimentos.

61. Este tema está vinculado ao debate internacional sobre a alta dos preços dos alimentos. Exemplo disso foi o debate travado na Conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO/ONU, que não conseguiu chegar a uma conclusão sobre o tema, dada a sua complexidade.

62. A produção de agrocombustíveis no Brasil poderá se revelar como uma oportunidade ou um risco, dependendo das condições que forem estabelecidos pelo Estado: marco regulatório, políticas públicas e estruturas institucionais que permitam equilíbrio nas relações ambientais, produtivas e trabalhistas. Para tanto, é preciso que o MSTTR aprofunde o debate interno e amplie sua ação na formulação de propostas que assegurem que a política energética esteja integrada a um processo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

63. Dentre os riscos que envolvem a produção de agrocombustíveis, destacam-se as relações de trabalho injustas e degradantes, prejuízos para a biodiversidade, estrangeirização das terras ameaçando a soberania territorial, comprometimento da produção de alimentos e a inviabilização da agricultura familiar nas áreas de monocultura, além da elevação dos preços da terra.

64. Quanto às oportunidades, estas dependerão da capacidade do Estado de oferecer políticas públicas que permitam à agricultura familiar participar efetivamente do processo como alternativa de renda, dominando todos os elos da cadeia, com modos de produção que assegurem o equilíbrio ambiental e a segurança alimentar da unidade familiar.

65. O governo deve enfrentar os desafios e as demandas que a produção dos agrocombustíveis requer. Neste processo é necessário o amplo debate com a sociedade, processos de negociação envolvendo os setores sociais e governamentais para estabelecer marcos regulatórios e condições necessárias ao processo produtivo.

66. É necessário, também, realizar o Zoneamento Agroecológico – ZAE e o

Zoneamento Econômico e Ecológico - ZEE, para a cultura da cana-de-açúcar e de outras oleaginosas, o que também deve ocorrer com as demais atividades agropecuárias, sobretudo, em áreas e regiões estratégicas do ponto e para a produção de alimentos. Pois o que vemos são grandes empresas comprando grandes áreas propícias para a produção de alimentos, com objetivos específicos na produção de celulose e monoculturas.

## **Biodiesel**

24

67. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado pelo governo federal em 2004, tem entre os seus objetivos ser mais uma alternativa de renda para a agricultura familiar, mediante o fornecimento de oleaginosas para a produção de biodiesel. O instrumento utilizado para assegurar a participação da agricultura familiar neste programa foi o selo social. Este é concedido às empresas que compram matéria-prima da agricultura familiar, dando-lhes o direito de participar dos leilões de compra de biodiesel realizados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, com isenção fiscal do Pis/COFINS (Programa de Integração Social/ Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social).

68. O MSTTR desde o início apoiou o programa, vendo nele uma oportunidade para a agricultura familiar. Foi priorizada a negociação com as diversas empresas que atuavam no setor. As negociações visam estabelecer regras para os contratos, que assegurem condições de produção e agregação de renda, com assistência técnica para viabilizar o processo produtivo do biodiesel.

69. O MSTTR vem apontando as deficiências e problemas do Programa, que demandam solução para não inviabilizar a inclusão social prometida. Entre estes pontos está a ausência de pesquisas sobre vários produtos priorizados no programa, especialmente a mamona; ausência do financiamento do Pronaf ao plantio dessas culturas e a baixa produtividade alcançada pela ausência de assistência técnica adequada, sementes certificadas e a qualidade do solo. Outro problema grave é o descumprimento dos contratos por parte das empresas, em prejuízo dos agricultores e agricultoras que participam do programa.

70. Recentemente o governo federal incorporou algumas das preocupações do MSTTR ao PNPB, mas ainda não o suficiente para assegurar que a agricultura familiar participe do programa com efetiva inclusão econômica e social. É preciso, por exemplo, que todas as esferas de governo se comprometam, de fato, com o caráter social do programa.

71. O MSTTR, através das FETAGs da Região Norte, se reuniu e já formulou uma proposta em relação aos biocombustíveis, em especial o biodiesel, diante da particularidade dessa Região, em virtude das questões ambiental, cultural e agrária. Como também, da diversidade de matérias-primas nativas com grandes potenciais de produção de óleo, para que a região tenha uma política diferenciada em relação aos bicombustíveis.

## **Etanol**

72. O Brasil detém a melhor tecnologia de produção de etanol do mundo, que lhe assegura qualidade e competitividade no mercado internacional. No entanto, a produção de etanol, pode provocar impactos sociais e ambientais negativos. As condições de trabalho praticadas no setor sucroalcooleiro, em especial nas atividades de plantio e corte da cana, na maioria das vezes não respeitam as legislações trabalhista e previdenciária, sem falar nas inúmeras denúncias de trabalho degradante e escravo.

73. A terceirização e a migração de trabalhadores e trabalhadoras, sem a observância das exigências legais, o transporte inadequado, a contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos e alimentação de baixa qualidade, também revelam a exploração a que estão submetidos os assalariados e assalariadas rurais. Este trabalho é altamente insalubre e, predominantemente, tem a remuneração pela produção, o que leva a uma superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras que chegam ao extremo de morrer por exaustão no corte da cana.

74. Essas condições nocivas são perpetuadas em especial pela falta de estrutura de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que não é suficiente para fiscalizar adequadamente todos os locais de trabalho, resultando em grandes prejuízos para os trabalhadores e trabalhadoras.

75. Do ponto de vista ambiental o método da queima da cana para o corte é amplamente condenado pelos prejuízos que causa ao meio ambiente. O avanço do setor sucroalcooleiro sobre áreas do Centro Oeste e outras regiões empurra o setor pecuário para áreas da floresta amazônica, causando mais destruição ambiental, sem falar nos outros prejuízos causados pela monocultura da cana. A experiência tem mostrado que esta atividade nas regiões leva ao desaparecimento da agricultura familiar, provocando desaparecimento de culturas tradicionais no campo.

76. Os problemas que envolvem a produção de etanol podem dificultar a sua inserção no mercado internacional. Se de um lado os países procuram fontes renováveis de combustíveis, por outro, exigem que elas sejam social

e ambientalmente sustentáveis. Para diminuir os problemas de mercado, o setor patronal tem realizado, em algumas regiões do País, uma forte modernização produtiva no plantio e corte da cana, de forma unilateral, sem negociação com os trabalhadores e trabalhadoras. Essa iniciativa patronal vai eliminar mais de 300 mil de postos de trabalho, uma vez que cada máquina é capaz de realizar o trabalho de 100 pessoas, deixando esses trabalhadores e trabalhadoras rurais no desemprego e sem nenhuma contrapartida social.

26

77. É nesse contexto que o governo tomou a iniciativa de mediar uma negociação entre as organizações de trabalhadores e o setor patronal. Por iniciativa e pressão da CONTAG, a negociação passou a ter caráter tripartite, contando com a participação do governo, visando assegurar a elaboração e execução de políticas públicas que atendam os trabalhadores e trabalhadoras rurais da cana. Para subsidiar este debate, a CONTAG apresentou um documento com um conjunto de reivindicações e propostas a serem negociadas que contam com o apoio da CUT e da CTB.

78. Por conta do interesse do setor patronal e do governo em remover os obstáculos que dificultam o acesso ao mercado internacional, essa negociação poderá trazer melhores condições de trabalho e remuneração para os assalariados e assalariados rurais, além de estabelecer políticas públicas que respondam aos efeitos da mecanização sobre este público.

79. Dentre as principais reivindicações apresentadas, estão: elevação da escolaridade formal; qualificação e requalificação profissional; reinserção dos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho; estabelecimento de regras para os financiamentos públicos e privados que assegure o cumprimento de metas de proteção social e ambiental; assegurar que a Petrobrás exija certificação social e ambiental de seus fornecedores de etanol; fornecimento de alimentação gratuita; cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária; estabelecimento de regras para o trabalho por produção; respeito à jornada de trabalho; eliminação da terceirização na contratação de mão-de-obra; cumprimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho; acesso dos STTRs aos locais de trabalho e organização por local de trabalho, dentre outras.

80. No entanto, os desafios para o MSTTR vão além da participação nesta negociação nacional. Neste processo é preciso mobilização e pressão para que a negociação obtenha resultado satisfatório para os trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, é necessário que o MSTTR realize uma forte campanha de denúncia sobre as condições de trabalho e remuneração no plantio e corte canavieiro. Essa campanha deve ser realizada em todos os fóruns nacionais e internacionais, em especial junto à Organização Internacional do Trabalho -

OIT, denunciando as condições degradantes, o trabalho escravo e os ataques à organização sindical.

81. Nesta campanha, é importante articular o apoio e participação de organizações internacionais como Centrais Sindicais, UITA e ONGs, visando o trabalho junto aos consumidores, para que exijam a certificação social e ambiental do etanol produzido no Brasil.

82. A campanha também deve intensificar as denúncias de trabalho escravo, desrespeito à legislação trabalhista e o descumprimento dos acordos e convenções coletivas junto à sociedade nacional e internacional, pela divulgação na mídia, como forma de pressionar as esferas de governo responsáveis pela fiscalização e aplicação das políticas públicas. Também é necessário articular as campanhas salariais, elaborando e negociando pautas unificadas (nacional e regional), que assegurem condições de trabalho e vida para os assalariados e assalariadas rurais na produção do etanol.

83. Outro ponto importante para negociação e campanhas nacional e internacional vem do setor integrado, especialmente do setor de carnes, frutas, fumo e leite. É preciso denunciar o modelo de exploração dos integrados, os contratos de parceria e a vinculação análoga de trabalho assalariado sem direitos trabalhistas. O que ocorre é que a responsabilidade financeira, ambiental e patrimonial é, exclusivamente, dos integrados e os resultados econômicos, exclusivamente, das empresas integradoras.

**Análise de conjuntura apresentado por Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do DIEESE, dia 11 de março de 2009 no plenário do 10º CNTTR, tendo sido aprovada, por unanimidade pelos delegados e delegadas, a sua inclusão nos anais do Congresso.**

Tratar da conjuntura não é uma tarefa fácil. Se esse congresso tivesse sido realizado em julho ou agosto do ano passado, eu abordaria aqui um mundo muito diferente daquele sobre o qual vou falar agora. Se o presidente Lula estivesse aqui, falaria que o Brasil que nós vivemos até dezembro de 2008 é muito diferente daquele dos anos 80, 90 e no início dos anos 2000. Para se ter uma idéia dessa diferença, há dez anos, o Brasil tinha mais ou menos 24 milhões de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, hoje soma quase 40 milhões. Desses 16 milhões de novos empregos, quase 10 milhões foram criados nos últimos cinco anos.

O Brasil voltou a crescer de forma continuada. Se não houvesse a crise, é provável que, em 2008, o crescimento do Brasil fosse próximo a 6%, o que seria fantástico. Agora esse país ficou para trás. Em 2009, vivemos em outro Brasil, com crescimento menor e é disso que eu vou tratar aqui hoje. Darei alguns elementos para que possamos pensar as ações para frente.

Primeiro: estamos no meio de uma crise que é muito grave. É muito provável que nós estejamos diante da maior crise do capitalismo até hoje, maior até da que tivemos em 1929. Na semana passada, houve um seminário internacional no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com analistas de várias partes do mundo. E muitos deles estão dizendo: "nós estamos trabalhando com a hipótese de que essa crise vai ser maior do que a crise de 1929". Passarei alguns elementos para que vocês pensem sobre qual o rebatimento dessa crise sobre o Brasil.

Se juntássemos toda a riqueza do mundo e colocássemos isso em dinheiro, diríamos que o mundo tem uma riqueza de mais ou menos 60 trilhões de dólares. Em 2008, a crise fez sumir do mundo mais ou menos 60 trilhões de dólares de riqueza em papel - títulos, ações, e o mesmo volume de riqueza material. Como pode sumir um valor - em títulos e ações - equivalente ao montante de riqueza no mundo, em apenas um ano? Precisamos entender como essa crise está acontecendo.

De forma muito rápida, porque que a crise existe? O sistema capitalista criou uma forma de fazer com que as finanças (o banco, a moeda e o dinheiro) funcionassem e ajudassem a movimentar a economia e a produção. Sabemos que o que gera riqueza é a produção. No entanto, o crescimento financeiro foi tão grande que houve um descolamento entre a riqueza material e financeira (dinheiro, ações de empresas de bônus, uma série de instrumentos que os

bancos criaram para oferecer crédito na economia). Esse descompasso é tão grande, que há estimativas de que o que existe em volume de papel circulando na economia hoje é dez vezes maior do que a riqueza real existente. Ou seja, uma grande parte deste dinheiro não tem lastro material.

Qual é o volume razoável de deslocamento numa economia? Sabemos que o crédito é uma antecipação de riqueza, ou seja, alguém empresta para outro alguém produzir. Uma vez produzida aquela riqueza, paga-se a dívida. O crédito financiou a construção de uma riqueza. Assim nós fazemos o financiamento. Pegamos o financiamento, vamos plantar, produzir e vender aquela produção. Também temos que pagar o empréstimo. O empréstimo é uma antecipação de uma riqueza que se propõe a produzir.

O mundo aceita essa regra do jogo da economia, mas há um limite que estabelece que o volume de crédito deve ser de três a quatro vezes acima da riqueza real existente. É aceitável. No entanto, esse sistema criou um modelo que alavancou 10 vezes e não quatro como deveria. E quebrou. Estamos hoje no início da quebra desse modelo. Quebrou de tal maneira que até o momento ninguém sabe exatamente qual é o tamanho do rombo.

A União Européia divulgou um relatório, em reunião da qual participaram os presidentes e presidentas dos países europeus, e nele já se trabalha com a idéia de que a Europa vai estar em recessão, no mínimo, neste ano e no ano que vem. Recessão significa que a economia parou. No final do ano passado, eles diziam “nós vamos estar em recessão durante seis meses. No segundo semestre de 2009, nós vamos começar a sair da crise”. No início do ano, disseram que “2009 é o ano da recessão na Europa”. Agora, semana passada, eles disseram “é provável que a recessão atravesse todo ano de 2010 na Europa”. Em três meses os presidentes da Europa mudaram três vezes a estimativa da duração da crise.

Bom, o que eu quero trazer para vocês com isso? Esse congresso vai eleger a diretoria da CONTAG, que vai ter a tarefa de conduzir a classe trabalhadora brasileira do campo durante um período de crise mundial muito grave, cujo rebatimento para o país é muito grande.

O Brasil hoje é visto no mundo como um dos possíveis exemplos de como superar este quadro. Acho que, em 2009, nós vamos ter o terceiro melhor desempenho econômico no mundo. China em primeiro, Índia em segundo e Brasil em terceiro.

Mas sabe qual é será o desempenho do Brasil, para ser considerado o terceiro? Provavelmente, crescerá 0%, ou seja, não cresceremos. É o mais provável.

O governo já passou a estimativa de crescimento de 4% para 3% e agora trabalha com 2,5%. Mas esse é o papel do governo, de nos dizer que nós vamos crescer, pois é preciso reanimar a economia. Mas é muito significativo que o nosso bom desempenho seja o de ficar do mesmo tamanho de 2008. E, se fizermos isso, teremos tido o terceiro melhor desempenho do mundo. Porque o mundo todo vai diminuir economicamente. À exceção da China, da Índia e talvez do Brasil, todos os demais países do mundo vão encolher.

Mas muitos países vão encolher e entrar em depressão econômica. O que é depressão econômica? É a redução do nível de atividade econômica. No período de depressão, se produz menos e os preços da economia diminuem. E quanto mais os preços baixam, em geral, mais trava a economia. Quem vai comprar, não faz porque aposta que o preço vai cair. Quem deveria investir, também não faz por medo de quebrar. E aí é o que se chama de depressão, ou seja, é um ciclo continuado de retração da economia.

Por exemplo, alguém comprou um imóvel nos Estados Unidos que até julho do ano passado valia \$100. Hoje, esse mesmo imóvel vale \$70 (e estão dizendo vai chegar em \$50 muito rápido). Como financiou \$100, se precisar vender o imóvel, receberá só \$70, e ainda não acha comprador. Só que terá que pagar 100 para o banco. Neste momento, todo mundo quer vender seu imóvel e ninguém quer comprar. Já o banco, por sua vez, não quer receber de volta o apartamento, quer sim receber os \$100 de pagamento.

Assim, nos Estados Unidos, todas as pessoas estão tentando pegar o dinheiro e colocar no bolso para pagar suas dívidas, mas ninguém está comprando. Isso se chama depressão. Ninguém sabe quando vai começar a produzir de novo. É preciso que o governo implemente ações para reverter esse quadro.

E a crise rebate sobre o Brasil de que forma?

Primeiro, o Brasil está em uma situação muito diferente do que se encontrava há anos atrás. Vários indicadores revelam que o país tem uma situação econômica e social diferente para enfrentar a crise. Não quer dizer que passaremos ilesos. Muita coisa ruim vai acontecer, mas temos condições, dependendo do que for feito, de passar por essa crise com menor custo e podemos sair dela em melhores condições do que entramos. Diferente de outros países, que vão sair da crise em situação pior do que quando entraram. Porque nós poderemos sair de forma diferente? Acho que discutir isso neste congresso é estratégico. Podemos sair como país, como nação, como classe trabalhadora diferente, se nós apostarmos no mercado interno brasileiro.

O que é apostar no mercado interno brasileiro?

É o que foi feito nesses últimos anos, quando, por meio das centrais sindicais e da ação do movimento sindical, ou seja, por meio das Marchas dos Trabalhadores, conseguimos negociar um acordo para aumento do salário mínimo. Esse acordo está colocando cerca de 27 bilhões de reais por ano a mais no bolso do trabalhador brasileiro. Cada real desse na mão do trabalhador vira R\$1,00 de consumo e passa a significar R\$1,00 real produzido e boa parte desta produção, no mercado interno.

Quando garantimos que a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras vai ser reajustada pelo salário mínimo, asseguramos que sua aposentadoria vire R\$1,00 real de consumo. Quando estamos garantindo que passemos de 24 milhões de ocupados com carteira de trabalho assinada para 40 milhões de ocupados com carteira de trabalho assinada, elevamos a massa salarial de economia, que também vira consumo.

Quando o governo garante o programa Bolsa Família e transfere cerca de R\$11 ou 12 bilhões de reais por ano para as pessoas mais pobres do país, está jogando dinheiro na mão destes trabalhadores e trabalhadoras, que vão transformar esses reais em consumo. Estes recursos na mão da classe trabalhadora têm dinamizado a economia brasileira.

Dois terços do nosso crescimento econômico são decorrentes do mercado interno ou do gasto que as famílias fazem a mais, do investimento das empresas para aumentar sua capacidade de produção. Quando uma empresa compra um trator ou quando você, na sua propriedade compra um trator; quando a empresa aumenta sua planta da indústria ou quando você constrói na sua propriedade um galpão para armazenar o trator ou a produção, tanto a empresa quanto você estão aumentando o investimento e isso gera riqueza no Brasil. Este movimento é que tem segurado o crescimento do Brasil. Outra parcela do crescimento se deveu à demanda do mercado externo.

Nós temos que fazer uma opção clara no Brasil pelo fortalecimento do mercado interno e da capacidade dos trabalhadores e trabalhadoras e de suas famílias em continuar consumindo. Isto para que as empresas sigam fazendo seu investimento. Os governos federal, estaduais e as prefeituras precisam continuar os seus investimentos e as políticas que gerem emprego e investimento. É fundamental neste momento preservarmos o emprego, a ocupação e a produção.

Ontem na abertura, falou-se da importância do emprego, não só pelo que ele significa para cada um de nós, mas porque o emprego, por meio da renda, é a alternativa para transitarmos por essa crise.

A tarefa que temos é exigir dos governos federal, estaduais e municipais

que façam investimentos e que estimulem as empresas a elevar sua capacidade de produção, para que haja redução da diminuição das desigualdades no Brasil.

Levando em consideração as desigualdades existentes no Brasil, temos hoje a oportunidade de fazer investimentos para superar a crise e para que, ao final, tenhamos um país menos desigual.

Como? Investindo em áreas chaves, como por exemplo:

32

1 - Habitação de interesse social. Gera emprego e condições de vida para os trabalhadores diferentes. Aumenta a renda disponível no bolso do trabalhador e da trabalhadora, que passa a gastar menos com aluguel ou com outras formas de morar.

2 - Saneamento básico. Gera muito emprego, eleva a qualidade de vida, melhora a saúde da população e diminui o gasto do governo com saúde pública.

3 - Transporte coletivo. Diminui o caos que as cidades estão virando com transporte individual, gera emprego e melhores condições de deslocamento no dia-a-dia para os trabalhadores e trabalhadoras.

Eu poderia continuar enunciando coisas que poderiam ser feitas para isso.

No campo, por exemplo, é fundamental que tenhamos clareza para pressionar e exigir que se aumente o investimento em assistência técnica na produção do campo. Isso gera emprego e condições de fazer uma produção de melhor qualidade, com melhores condições de oferta de preço e melhora na remuneração do trabalhador e trabalhadora no campo.

Temos que aumentar a produtividade da micro e pequena produção rural e a capacidade da agricultura familiar produzir em melhores condições, com melhor capacidade de comercialização. Ou seja, este é um investimento que gera renda.

Temos, também, que ter alternativas para os trabalhadores e trabalhadoras e para as empresas que produzem para a exportação. Não vamos recuperar o nível de venda de automóvel para a exportação ou da produção de uva, manga ou melão destinados aos Estados Unidos. Isto porque a população americana, que consome 1/3 do que é produzido no mundo, travou o consumo. Então, os produtores de frutas para a exportação estão com um problemão. Quem está voltado para exportação e tem uma produção mais firme e um produto mais sofisticado do ponto de vista do consumo como que é a fruta, está com problema.

A produção de *commodities*, produtos de origem primária como ferro e grãos sem processar, nesse momento, virou ouro. Essa matéria-prima é a que vamos continuar exportando, pois o mundo continua consumindo. Mas isso não vale para os produtos industrializados. A China tem que enfrentar o fato de que mais de 1/3 da sua produção está voltada para o mercado americano, que não está comprando. Os chineses, os coreanos, os indianos virão aqui para o Brasil, ávidos para colocar os produtos nos nossos mercados. E a nossa indústria vai sofrer uma concorrência pesada. Precisamos olhar para o mercado interno, principalmente, para a capacidade de produção das empresas.

Como último elemento fundamental a ser destacado, é essencial que tenhamos capacidade de fazer mobilizações que pressionem o governo a tomar medidas articuladas para o enfretamento da crise.

O que nós trabalhadores e trabalhadoras queremos, e que vocês colocaram nesse slogan, é desenvolvimento sustentável. O conceito engloba a equidade social, equilíbrio ecológico e capacidade de sustentação da biosfera, ou seja, o planeta tem de continuar vivo.

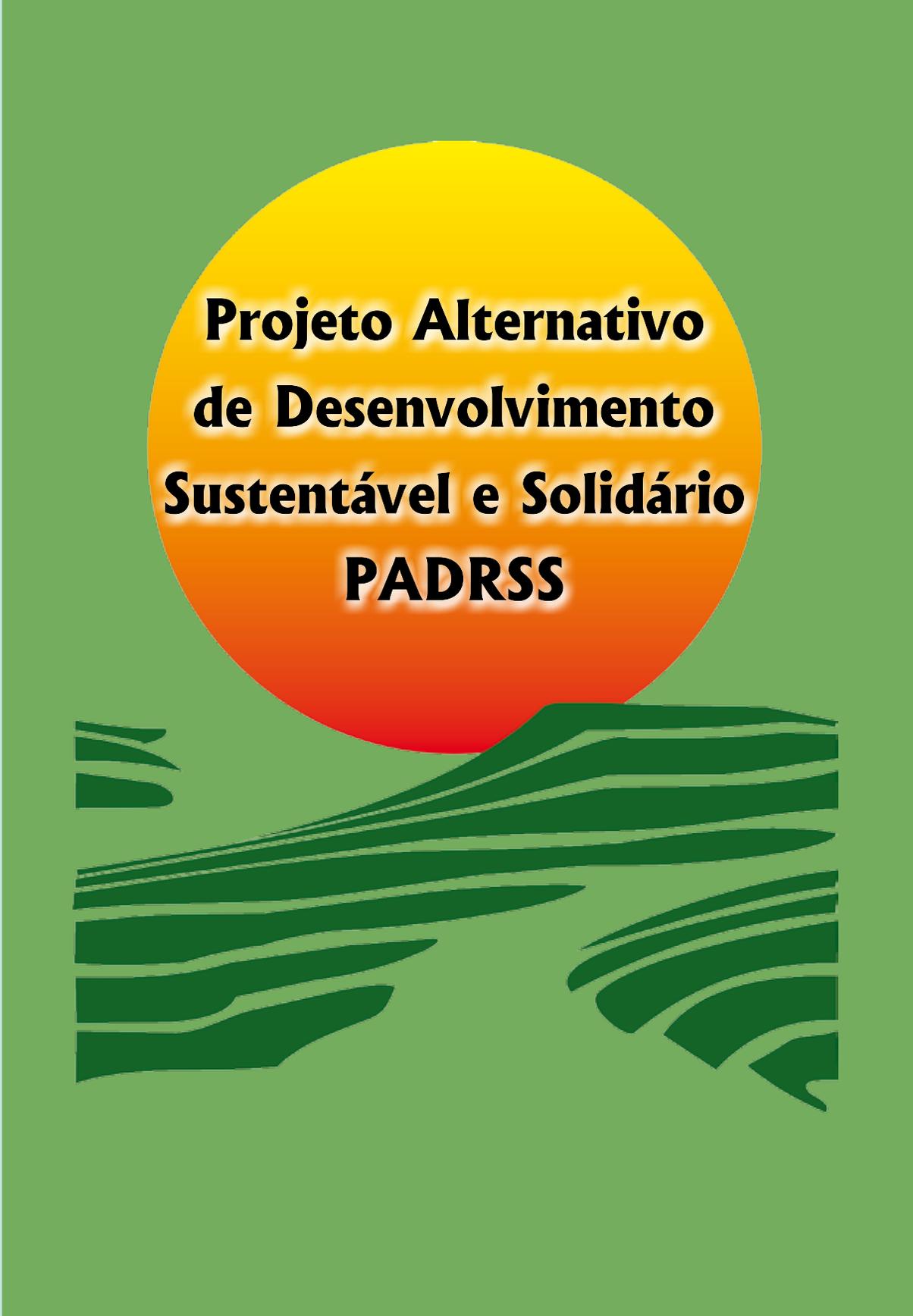
Queremos desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, ou seja, parte da riqueza que vai ser gerada será apropriada por todos, pelo consumo e gerará desenvolvimento.

Se queremos que isso aconteça e que haja também cidadania, a saída da crise exige capacidade política. Nós precisamos de governantes, estadistas, dirigentes sindicais, empresários capazes de dar o norte político do que nós queremos fazer para frente.

Portanto, a tarefa de uma confederação como a CONTAG é liderar, junto com as demais categorias e com a classe trabalhadora brasileira, uma unidade capaz de colocar a classe trabalhadora brasileira como protagonista deste projeto. Deve se exigir do governo federal, dos estaduais e municipais um projeto de desenvolvimento sustentável que esteja assentado na distribuição da renda, em uma visão equilibrada entre riqueza e sustentabilidade ecológica para o país, para que a cada momento seja menos desigual. Isso garantirá aos trabalhadores e trabalhadoras, o acesso à riqueza que eles produzem. Conseguiremos assim construir comunidades com justiça social.

Sucesso no congresso!!!





**Projeto Alternativo  
de Desenvolvimento  
Sustentável e Solidário  
PADRSS**

## INTRODUÇÃO

36

84. A história do Brasil é marcada por um modelo de desenvolvimento conservador, excludente e concentrador da terra e da renda, que resultou em problemas sociais, econômicos e ambientais para o país. A partir de 1945, período pós-guerra, foram introduzidos no trabalho da lavoura agrotóxicos, máquinas e implementos que perderam sua utilidade, era o lixo tecnológico da guerra. Na década de 1990 o modelo neoliberal causou um processo de reestruturação do capitalismo, baseado na especulação financeira, ainda hoje em curso no campo e na cidade, que fez ampliar a exclusão e aprofundar as desigualdades sociais. Ao contrário do crescimento econômico que sempre anunciou, esse modelo concentrou terra e renda, gerou pobreza, destruiu oportunidades de trabalho, atentou contra as identidades e a diversidade cultural e provocou a evasão da população do campo.

85. Para contrapor a esse modelo o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR - concebeu o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS. Com essa iniciativa o MSTTR afirma para a sociedade a importância social e econômica do meio rural para o desenvolvimento sustentável e solidário, o que só é possível com gente no campo em condições de produzir, comercializar e viver com dignidade. Portanto, desenvolvimento rural sustentável e solidário se efetiva se construído com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para o que é essencial a democratização do acesso à terra, políticas públicas com igualdade de oportunidades e exercício pleno da cidadania – acesso à saúde, educação, lazer, cultura, habitação, segurança, etc. Sem essas condições permanece a migração de homens e mulheres para as cidades, sobretudo da juventude, indicando a falta de alternativas para seguir vivendo no campo.

86. Esta falta de condições revela as adversidades que pesam sobre homens, mulheres, jovens e terceira idade do meio rural que, normalmente, se estende à vida nas cidades onde passam a sofrer com a falta de trabalho, lazer, habitação e a violência. Transformar essa realidade só é possível com alternativas de desenvolvimento que invistam nas potencialidades do meio rural de modo sustentável e solidário, capaz de se manter e de se reproduzir em longo prazo.

87. Sustentável no PADRSS significa a articulação dinâmica entre crescimento econômico, respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo, da floresta e das águas. Indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir em longo prazo.

Portanto garantindo o equilíbrio entre as pessoas que ali vivem, o ambiente, a natureza, a produção com resultados transformando em ambiente agradável e atrativo.

88. Solidariedade refere-se aos modos de interagir e de se relacionar na família, na comunidade e nos diversos espaços da vida social. Refere-se a novas práticas baseadas no respeito às individualidades e diferenças, capazes de fortalecer a cooperação entre pessoas, grupos e povos, para construir alternativas de produção, consumo, comércio formas de bem viver. A solidariedade se constrói com alternativas de convivência e organização nos diversos espaços da vida cotidiana, do trabalho e da produção, da cultura e do lazer e implica no combate a todas as formas de desigualdades, em especial as desigualdades de gênero, de geração, de raça e de etnia.

89. A implementação do PADRSS desencadeia ações massivas de combate às conseqüências perversas do atual modelo de desenvolvimento e de reivindicação de políticas públicas e sociais que visam construir uma sociedade justa e solidária, que assegure qualidade de vida, combata a pobreza e supere as desigualdades. O projeto tem por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar.

90. A atuação política do MSTTR na implementação do PADRSS é desafiadora uma vez que exige ações e políticas estruturantes que assegurem um processo de mobilização, organização e capacitação permanentes. Implica, portanto, na intervenção articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para avançar na luta e nas conquistas da classe trabalhadora.

91. A atuação sindical se efetiva em várias frentes, como nos processos políticos eleitorais, no parlamento, nos espaços de construção e gestão de políticas públicas e sociais (conselhos, fóruns, grupos de trabalhos, comissões,) e mobilizações como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, além de ocupações de terras, trancamento de estradas e acampamentos, quando as reivindicações não avançam por meio da negociação.

92. Ao construir essa trajetória de lutas o MSTTR consolida o PADRSS como o projeto político da categoria que se traduz na diversidade da agenda política e nas pautas de reivindicações do Grito da Terra Brasil realizado anualmente, na Marcha das Margaridas, a cada três anos, e no Festival Nacional da Juventude Rural, permanentemente nos espaços de elaboração de políticas públicas, como Conselhos, Câmaras Técnicas, dentre outros. Assim, o caráter reivindicativo e reativo às políticas governamentais e à ação parlamentar

que sempre orientou as ações sindicais se amplia tornando-se propositivo e negociador de políticas públicas e sociais necessárias para a efetivação do PADRSS.

38

93. Uma nova dinâmica vem sendo construída, ampliando e fortalecendo as formas organizativas do movimento sindical (regionais da CONTAG, secretarias, comissões, coletivos, pólos sindicais), diversificando e qualificando as bandeiras de lutas, de modo a possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras rurais assumam o papel ativo nas políticas de desenvolvimento. Em decorrência registram-se conquistas importantes como o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, PRONAF em suas diversas linhas, o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem (que foi uma conquista, mas ainda existem muitas barreiras que dificultam o acesso a essa linha de crédito); Habitação rural, Programa Nacional de Crédito Fundiário; a Lei da Agricultura Familiar; a manutenção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no regime geral da Previdência Social; a construção de uma Política de Educação do Campo, dentre outras.

94. Tais conquistas, embora importantes, não dão conta de superar as consequências originárias do modelo de desenvolvimento neoliberal implementado no Brasil. Este continua fortemente arraigado ao padrão centrado no crescimento econômico baseado no capital financeiro, no fortalecimento do agronegócio que produz para exportação, concentra terra e renda, destrói a diversidade e o meio ambiente.

95. O PADRSS dessa forma se apresenta com três aspectos que conformam sua unidade política na construção de um campo ambientalmente produtivo, culturalmente dinâmico, socialmente justo, potencialmente viável e sustentável. São esses aspectos: a efetivação de políticas públicas e sociais que garantam vida digna; a configuração de novas relações sociais, entre pessoas e destas com o meio social e a capacidade organizativa do MSTTR.

96. Esses aspectos constituem desafios permanentes para a transformação das relações e práticas entre as pessoas, nos espaços de vida e militância, para o exercício da democracia e o protagonismo político dos diversos sujeitos do campo e da floresta – agricultores/as familiares; assalariados/as; acampados/as; assentados/as, extrativistas, quilombolas e ribeirinhos, comodatário, arrendatário, posseiros e meeiros. Esse processo de transformação deve se refletir nas políticas públicas e sociais de modo a dinamizar o campo e prover as necessidades dos sujeitos, respeitando a diversidade social, cultural e política e assegurando o pleno exercício de sua cidadania.

97. O PADRSS articula e confere unidade às diversas frentes de lutas - por uma reforma agrária, ampla, massiva, de qualidade e participativa; pela

ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; pelo fim do trabalho escravo; pela proteção infanto-juvenil; por uma educação do campo pública e gratuita; por políticas de assistência à saúde integral para os povos do campo e da floresta; por uma política de assistência técnica diferenciada e eficiente, pública e gratuita; pela ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda com igualdade de gênero, geração, raça e etnia. Essas frentes compõem a agenda política e os planos de luta do MSTTR com estratégias de ação que promovam a democratização e fortalecimento das organizações com gestões transparentes e democráticas.

98. Diferentes desafios se apresentam ao MSTTR para que possa realizar os princípios que orientam o PADRSS. O enfrentamento dos desafios deve articular ações que ampliem a democracia interna do movimento sindical, com dinamismo e inter-relação das suas organizações, fortalecendo a sua capacidade de mobilização e de enfrentamento das questões estruturais do campo brasileiro. O combate aos processos de reconcentração da terra e da renda; de destruição da biodiversidade pela ação das transnacionais e do agronegócio; de degeneração das condições de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais, são essenciais para construir vida digna no campo.

99. Até o momento o PADRSS tem se centrado em relacionar todas as políticas públicas, controle ambiental e reconhecimento das pessoas que ali vivem levando em consideração a cultura local, o aprendizado já existente, produção, beneficiamento, comercialização entre outros e por fim o conceito de territórios. Nada disto terá sucesso se deixar de agir no pensamento e consolidação do planejamento integral da propriedade, garantindo todos os princípios do PADRSS. Isso significa desenvolver o projeto do qual cabe em cada propriedade familiar e sua viabilidade econômica, social, ambiental e política, a partir deste patamar incluindo-se todas as demais ações, sob pena de multiplicarmos o sistema já existente.

100. Algumas bandeiras de luta requerem ações específicas da categoria e outras necessitam de articulação com outras organizações do campo e segmentos da sociedade. O desenvolvimento que se almeja no PADRSS só é possível de se concretizar plenamente se articulado a mudanças na sociedade brasileira, que implica em superar a oposição entre campo e cidade. Ambos os espaços compõem uma dinâmica social que configura o perfil sócio econômico e político do país. Assim, bandeiras de luta como a reforma agrária, soberania e segurança alimentar e nutricional, interessam diretamente ao campo e à cidade por sua ampla dimensão social.

101. A soberania e segurança alimentar e nutricional passa pela

democratização do acesso à terra (a exemplo dos bancos de sementes crioulas como forma de segurança alimentar), pela diversidade produtiva de que só a agricultura familiar pode efetivamente dar conta. Necessita não somente de políticas públicas intersetoriais que atendam aos projetos das unidades familiares e das cadeias produtivas, mas que garantam mercados e formas de abastecimento, possíveis se houver práticas efetivamente solidárias no esforço de construir um país justo, democrático e soberano. Para tanto, o movimento sindical deve ser capaz de avançar em suas políticas de aliança e parcerias.

## **POLÍTICAS QUE ESTRUTURAM A AÇÃO SINDICAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS**

102. Proposto pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o PADRSS depende, para a sua concretização, das ações e da prática desenvolvida pela CONTAG, FETAGs e STTRs. É fundamental, portanto, que a organização e estrutura do MSTTR esteja voltada para a realização de políticas sindicais que valorizem o espaço rural, a diversidade interna da categoria trabalhadora rural e combata as discriminações e desigualdades baseadas em gênero, geração, raça e etnia, sendo necessário que o MSTTR amplie as parcerias para sua efetiva implementação..

### **SUJEITOS POLÍTICOS**

103. O PADRSS está fundamentado numa concepção focada no ser humano, na sua inserção social, cultural, política e econômica. Para o MSTTR, o desenvolvimento rural sustentável e solidário se fortalece quando construído e implementado por pessoas que fazem do meio rural seu lugar de vida, trabalho, cultura e de relações sociais. Assim o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de desigualdades e discriminação, em especial de gênero, geração, raça e etnia, são princípios fundamentais deste Projeto.

104. O desenvolvimento que queremos reconhece as pessoas do campo e da floresta, como sujeitos políticos que mobilizam, articulam e dinamizam a ação sindical para transformar as relações sociais e construir condições dignas de vida. O campo é um espaço complexo de vida e de riqueza cultural, mas também de conflitos e contradições, caracterizado pela diversidade e por relações de poder presentes em todos os espaços sociais, na família, na comunidade, no território e nas organizações.

105. O PADRSS visa superar a visão de campo referenciada no padrão agropecuário, focado exclusivamente na propriedade, na produtividade e

na relação com o mercado e que não considere as pessoas, os sujeitos. O campo brasileiro, em especial da agricultura familiar, tem que ser local de alegria, prazer e atratividade, para que as famílias ali existentes, em especial, os jovens permaneçam e gostem deste espaço

106. Um elemento importante deste processo foram os passos dados pelo MSTTR quando deixou de lado o conceito de “pequeno produtor” atribuído pelo segmento dominante, e incorporou a concepção de “agricultura familiar”, que reconhece o campo em sua pluriatividade, abrangendo um conjunto diverso de ações e relações de trabalho que envolve os diversos sujeitos políticos. São homens e mulheres, jovens e pessoas da terceira idade, trabalhadores e trabalhadoras rurais, sejam eles (elas) agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, assentados e assentadas, acampados e acampados da reforma agrária, sem terra, ribeirinhos quilombolas, comodatário, arrendatário, posseiros, pecuaristas familiares, meeiros e extrativistas, do campo e da floresta.

107. O PADRSS em seus pilares, como a reforma agrária com democratização do acesso à terra, o protagonismo de assalariados e assalariadas e a ampliação e fortalecimento da agricultura familiar, se caracteriza por relações e modos de produzir, para os quais envolvem todos os membros da família. No lugar de um representante único, geralmente identificado como “chefe de família” a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica de relações, contradições e conflitos. Integram essa dinâmica, mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e pessoas da terceira idade).

108. Isso implica em reconhecer contradições e desigualdades combinadas com aquelas próprias das relações de classe. Dizem respeito às questões sociais de gênero, geração, raça e etnia, que articuladas compõem um quadro marcado por relações desiguais de poder que precisam ser superadas para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário.

109. A abordagem de gênero no PADRSS tem possibilitado a compreensão da lógica presente nas relações na unidade familiar de produção e com isso busca superar as desigualdades entre homens e mulheres, também presentes em nossas instituições. A desvalorização do trabalho da mulher se reproduz em outras relações, nos contratos de parceria, geralmente firmados com o homem, sem considerar os demais membros da família; nas diversas formas de trabalho assalariado, nos quais as mulheres são consideradas menos produtivas e recebem salários menores para o mesmo tipo de trabalho realizado pelos homens, além de não terem os direitos sociais e normas de proteção para si e seus filhos devidamente cumpridos.

110. O foco na agricultura familiar busca, entre outras dimensões, reconhecer o papel das pessoas na família, valorizar o trabalho e reconhecer a atuação produtiva das mulheres em toda a sua pluralidade, inclusive superando a invisibilidade do trabalho doméstico e da dupla jornada.

111. As mulheres trabalhadoras rurais têm ampliado e fortalecido sua organização para construir o PADRSS, na luta pela reconfiguração das relações entre homens e mulheres e no combate a todas as formas de discriminação e desigualdades. O alvo da sua luta são as relações que se estabelecem a partir do que se convencionou ser próprio do feminino e próprio do masculino. Esse enfoque assumido pelo MSTTR, no seu conjunto, associa gênero à classe social e reconhece outras formas de discriminação e desigualdade a elas articuladas como as de geração, raça e etnia.

112. No caso dos jovens as discriminações expressam relações de poder entre gerações, que pesam mais sobre as mulheres. Os jovens, muitas vezes, são desconsiderados quanto à sua autonomia e condições para desenvolverem projetos que viabilizem sua permanência no campo. Nesse sentido, é imprescindível a criação de políticas específicas para os jovens agricultores (as) familiares, com o objetivo de valorizar sua atuação no meio rural e mantê-los no campo.

113. Os processos sucessórios da agricultura familiar ainda são influenciados culturalmente pela permanência dos filhos homens, favorecendo também a re-concentração de terras. As mulheres jovens frequentemente são as que mais migram para as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho, geralmente pela falta de condições de continuar no campo e não necessariamente por uma opção pela vida na cidade. Essa realidade somada à condição subalterna da mulher nas relações familiares com desvalorização das atividades que desempenham, ao exaustivo trabalho doméstico sem reconhecimento, e mais ao pouco espaço que elas ocupam no processo de comercialização dos produtos agrícolas, contribui para sua saída e conseqüentemente para a “masculinização do campo”.

114. Em relação à 3ª idade e idosos há discriminações diferenciadas, e não há devido reconhecimento à sua participação na unidade familiar de produção. As mulheres têm dificuldades para comprovar sua atividade produtiva para obterem a aposentadoria. Mas o fato é que contribuem efetivamente para a sustentação da agricultura familiar, para a perpetuação e valorização de grande parte das tradições culturais presentes no campo, de geração à geração, sobretudo através da expressão verbal/oral. Portanto, faz-se necessária a reafirmação da profissão nas diversas documentações.

115. É significativa a renda advinda dos direitos previdenciários, que comprovadamente dinamizam a economia dos municípios. A atuação do MSTTR junto a esse segmento representa o devido reconhecimento à sua importância social, econômica, cultural e política.

116. A agenda política do MSTTR tem revelado múltiplas trajetórias que mulheres e homens, jovens e pessoas da 3ª idade têm construído, principalmente no processo de implementação do PADRSS. As lutas pelo direito a se associar ao sindicato, pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais, pela aposentadoria, pelo auxílio-doença e salário maternidade e demais benefícios, pela documentação civil e trabalhista, pelo acesso à terra, por educação, habitação rural descente e saúde transformaram a agenda e o perfil do sindicalismo rural brasileiro.

117. Como consequência do protagonismo dos sujeitos políticos do campo, a constituição das Coordenações Nacionais e Estaduais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e mais recentemente, a criação da Coordenação Nacional da 3ª Idade e Idosos, representa grande avanço na estrutura organizativa do MSTTR. São elementos que têm contribuído com a consolidação de ações coletivas cada vez mais organizadas e participativas, cujo protagonismo social e político desencadeiam um novo quadro de relações no MSTTR, o que comprova que a consolidação do PADRSS exige outra maneira de pensar e fazer mobilização, organização e políticas públicas no campo.

118. Homens e mulheres do campo (sejam adultos, jovens ou da 3ª idade), agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, sem terra, assentados e assentadas, acampados e acampadas da reforma agrária, ribeirinhos, comodatários, arrendatários, posseiros, meeiros e extrativistas, compõem um cenário de diversidade econômica, social, política, cultural territorial e ambiental, e contribuem no dia a dia do MSTTR com as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável e solidário.

119. A cultura campestre é importante para preservação da cultura local, como riqueza imprescindível dos povos que habitam o campo brasileiro. No âmbito da agricultura familiar tradicional, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, tanto nos projetos de assentamento de reforma agrária, quanto no fundo de pasto, entre outras, existe um grande acervo de práticas e vivências culturais, na culinária, no trabalho, na dança, no canto, nas brincadeiras, manifestações religiosas, entre outras tradições enriquecidas pela diferenças regionais. Dessa forma, julgamos de fundamental importância que o MSTTR passe a perceber e valorizar no seu dia-a-dia essa cultura até como forma de geração de renda para as famílias, interagindo com o turismo rural sustentável. Para isso se faz

necessário que a cultura popular do campo seja vista como instrumento de formação e afirmação das famílias camponesas, em especial os jovens e as crianças. Com isso o campo passará a ser visto não apenas como um espaço de produção, mas também como um lugar de efervescência cultural, de vivências diferenciadas e gente de identidade.

120. Ressalta-se que também fazem parte da Agricultura Familiar diversas comunidades tradicionais como Quilombolas e Indígenas, assim também os povos de fundo de pasto, atingidos por barragens, entre outros, que demandam políticas públicas especiais. Com isso fortaleceremos o dever do estado brasileiro com a efetivação e a universalização da reparação social.

121. Nesse processo novos desafios vão sendo gerados que exigem a atualização permanente de estratégias para qualificar seu potencial e ação transformadora. Dentre eles destaca-se o tratamento às relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade (sobretudo, nas comunidades, nos STTRs, nas FETAGs e na CONTAG). Precisamos aprofundar o debate em relação aos negros e indígenas e seu efetivo protagonismo na construção cultural, simbólica, organizativa e produtiva da agricultura familiar.

122. É importante também, abordar a vida e identidade étnica racial alemã, italiana, polonesa, dos povos asiáticos, africanos, dentre outras, que desde finais do século 19 chegam ao Brasil trazendo um jeito próprio de se organizar, de lidar com a terra, cultura, língua, religiosidade e ancestralidade, fortalecendo e consolidando a agricultura e pecuária familiar no País.

123. Enfim, MSTTR precisa ampliar também esse debate na agenda sindical, reafirmando e valorizando essas culturas, que sobrevivem ainda por serem preservadas e transmitidas oralmente de pais para filhos. Valorizar a pluralidade e diversidade dessas expressões étnico-raciais é, também, valorizar as “identidades” constitutivas dos sujeitos políticos da agricultura familiar brasileira.

124. As iniciativas de construção de interfaces entre as diversas áreas de atuação do MSTTR e dessas com as comissões de mulheres, jovens e da 3ª Idade constituem-se em passos efetivos para o enfrentamento desses desafios. Esses referenciais e estratégias de atuação devem, efetivamente, ser articulados e articuladores da transversalidade de gênero, geração, raça e etnia.

125. A destacada capacidade de intervir para mudar, seja no interior do movimento sindical, seja para fora, na interlocução com o executivo e legislativo, no âmbito das políticas públicas, dos espaços de controle social e nos espaços de exercício político pode ser contabilizada como uma grande

conquista e como perspectiva de mudanças efetivas na realidade do campo brasileiro.

126. Ainda que sejam inúmeros os desafios para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável e solidário e para avançar nas conquistas, é preciso reconhecer e registrar os avanços que os diversos sujeitos políticos têm promovido com sua ação organizada no MSTTR, na busca cotidiana de fortalecimento de nossa identidade e do sentimento de pertencimento ao campo.

## **BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MSTTR**

127. Os sujeitos políticos do campo exigem uma formação ampla e diversificada de conteúdos e abordagens, estratégias e metodologias que valorizem e os considerem na sua totalidade. Homens e mulheres, nas diferentes fases da vida, demandam políticas diferenciadas, estabelecem relações diversas e, sobretudo, desejam construir um “bem viver” em bases sociais decentes.

128. O MSTTR sempre esteve sintonizado com as necessidades de se investir na formação de suas lideranças. No entanto, a formação foi se tornando cada vez mais especializada em temas presentes na ordem do dia da ação sindical, assumindo por vezes dimensões temáticas e técnicas, além de seu caráter pontual.

129. Ao fazer essa leitura, e considerando a importância histórica da construção do conhecimento para a qualificação da intervenção, o MSTTR retomou a formação político-sindical classista, onde fosse possível discutir elementos históricos, conceituais e de concepção do sindicalismo no campo, somando-se à formação temática.

130. Essa estratégia se reafirmou na medida em que a construção da Política de Formação vem cumprindo um papel fundamental ao se referenciar na prática sindical, promovendo a reflexão e reorientações necessárias para o seu fortalecimento e capacidade para implementar o PADRSS. Assim, as ações formativas encontram no PADRSS o seu fundamento e se constituem em instrumento estratégico para que trabalhadores e trabalhadoras rurais realizem a conquista do campo que queremos.

131. A implementação do PADRSS demanda lideranças com capacidade crítica e mobilizadora para intervir nos padrões de desenvolvimento implantados secularmente no Brasil; propor políticas públicas e sociais que atendam às necessidades da gente do campo e, ainda, atuar nos espaços de

gestão dessas políticas. O MSTTR considera essa demanda essencial para uma ação sindical transformadora, que é assumida por meio da Política Nacional de Formação – PNF.

46

132. A formação, enquanto espaço de construção de conhecimentos, favorece a troca de saberes e práticas, a reflexão, potencialização e redimensionamento da ação sindical, na perspectiva de obter respostas efetivas às demandas gerais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Busca fortalecer estratégias que vislumbrem um horizonte de mudanças nos padrões sociais, econômicos, produtivos e nas relações sociais.

133. As ações e os espaços com potencial formativo têm exigido do MSTTR a definição de referenciais comuns e articulados. A concepção e formulação da Política Nacional de Formação vêm suprir essa lacuna, orientando as ações formativas, indicando articulações e estratégias a serem adotadas pelo MSTTR.

134. Formação para uma ação transformadora de realidades requer ultrapassar os espaços de reflexão teórica e identificar e estimular a construção de alternativas aos problemas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e contribuir para que as pessoas tenham a capacidade de transformar sua prática política, para qualificar e fazer avançar a organização e a luta no movimento sindical. Este pressuposto define as modalidades formativas, orienta as ações, define conteúdos e abordagens metodológicas.

135. Compreende-se, portanto, que a formação no MSTTR deve ser continuada, sendo o PADRSS seu eixo estruturante, evidenciando sua contraposição ao projeto predominante na sociedade. Deve recusar visões únicas e verdades pré-estabelecidas, fundamentando-se pela pluralidade de idéias, pela crítica e pela criatividade. Requer a motivação de uma leitura ampla do universo rural, suas dinâmicas, demandas e necessidades, deve estimular a vivência de práticas individuais e coletivas, capazes de construir o equilíbrio entre trabalho-natureza-produção. Esse processo contribui efetivamente para a sustentabilidade das pessoas e do planeta.

136. Referimo-nos a um processo que considera e valoriza as dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo, o acolhimento, a afetividade, e outros aspectos fortalecedores das identidades individuais e coletivas. Uma formação capaz de olhar o ser humano na sua totalidade e nas relações que estabelece com o mundo do trabalho, na família e com a sociedade. Uma formação que passa necessariamente pela construção de saberes a partir da articulação entre conhecimentos sobre o campo e sua diversidade, sobre a ação sindical e seus desafios.

137. A Política Nacional de Formação - PNF contribui estrategicamente para a dinamização e fortalecimento das organizações sindicais, para o protagonismo dos sujeitos políticos e para o fim do preconceito e discriminação em relação aos povos do campo e da floresta. Com isso, a PNF afirma o potencial, as capacidades e possibilidades reais de transformação do campo, além de reconhecer os espaços plurais, alimentar as ações formativas na perspectiva de fortalecimento do seu caráter transformador, para o qual desafia o conjunto do MSTTR em vários aspectos:

138. Na relação formação-organização que deve se constituir e se consolidar como espaço e instrumento que evidenciem a organicidade (interação e integração) entre as instâncias (CONTAG, Fetags e STTRs), estimulando nos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o sentimento de pertencimento a uma coletividade com capacidades e habilidades para ensinar, aprender e protagonizar a luta sindical.

139. A formação para a ação sindical deve ampliar a capacidade de elaboração, reflexão crítica e propositiva dos sujeitos políticos, considerando as dimensões de gênero, geração, raça e etnia e alimentando as perspectivas de mudanças das atitudes, valores e dos comportamentos.

140. A implementação do PADRSS exige processos formativos e articulados capazes de contribuir no fortalecimento das ações e para o aprimoramento e atualização de sua agenda política. Dessa forma as ações de massa são reconhecidas em seu potencial formador se previamente planejadas, com intencionalidade formativa, reivindicativa, propositiva e de negociação. Os trabalhadores e trabalhadoras que participam dessas ações devem ter clareza política sobre suas demandas, desejos e aspirações.

141. Esse desafio relaciona-se com o desafio de dinamizar os espaços formativos e a construção de interfaces entre as diversas Secretarias que coordenam as políticas setoriais e definem ações estratégicas para atuação do MSTTR. A conjugação de esforços para realizar tais ações e uma estratégia viável para uma gestão política eficiente, democrática e transparente.

142. As Secretarias, Comissões e Coletivos do MSTTR têm papel fundamental na formação dos sujeitos ao construir oportunidades de diálogo para a qualificação das políticas. Esse processo formativo acontece por meio de projetos e programas específicos e programações coletivas.

143. Como programações coletivas destacam-se as reuniões das comissões de Jovens, de Mulheres e Comissão da 3ª idade; os coletivos políticos de Agrária e Meio Ambiente, de Política Agrícola, Assalariados, de Políticas Sociais, de Finanças e de Formação e Organização Sindical, dentre outros.

144. A PNF tem um papel estratégico de articular as áreas de formação, fomentando as linhas político-sindical, temáticas e a auto-formação, de modo a superar a fragmentação e superposição de ações formativas, reforçando a identidade política e pedagógica de todas as iniciativas do MSTTR como: Programa Jovem Saber – formação à distância com eixo na ação sindical e desenvolvimento; Consócio Social da Juventude com eixo na formação profissional e geração de renda; Sistema CONTAG de Organização da Produção – SISCOP com eixo no cooperativismo de crédito, assistência técnica, produção e mercado, habitação; Saúde, Diretos Sexuais e Reprodutivos com eixos no controle social e acesso a direitos; Negociações Coletivas de Trabalho com eixos nos acordos e convenções de trabalho; Desenvolvimento, Territorialidade e Educação do Campo com eixo no protagonismo sindical na concepção, gestão e controle social de políticas públicas de desenvolvimento; Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNEFS com eixo na gestão sindical e seus desafios na implementação do PADRSS.

145. Tais ações formativas guardam similaridades quanto à sua finalidade, com diferenças nos conteúdos e abordagens. Todas visam qualificar os sujeitos políticos para atuar nas políticas públicas e sociais, negociadas por ocasião dos Gritos da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, ocupações, jornadas e festivais, bem como fortalecer o PADRRS e a própria ação sindical.

146. A ENFOC – Escola Nacional de Formação Político Sindical da CONTAG é responsável por articular e promover as condições necessárias para a implementação da PNF, num amplo diálogo com as diversas áreas de atuação do MSTTR. Para realizar essa tarefa política desafiadora a ENFOC deve ser capaz de combinar o caráter de organicidade ao MSTTR com a capacidade de exercício crítico, condição essencial para realizar plenamente o seu papel estratégico.

147. O MSTTR com seu amplo e diversificado leque de atuação realiza ações formativas que se apresentam muitas vezes como atividades sobrepostas, gerando sobrecarga e excesso de trabalho. O desafio está em reafirmar a importância da construção coletiva, das diferentes estratégias formativas e sistematizar, ao mesmo tempo, a Política Nacional de Formação em sua estratégia articuladora de fundamentos, princípios e finalidade política que considerem as diferentes demandas e os diversos sujeitos em sua integralidade.

148. Implementar a PNF com essa perspectiva significa abraçar os desafios de somar esforços, articular estratégias, conjugar saberes e fazeres, potencializar espaços, constituir outros, e construir novos significados para os espaços específicos da formação (coletivos e secretarias). Trata-se de aprimorar os instrumentos e as condições da ENFOC para assumir plenamente a missão

de desencadear processos de formação dinâmicos e articulados para fazer avançar a implementação do PADRSS.

149. Em virtude de o PADRSS se constituir no elemento norteador das políticas do MSTTR, todas as instâncias do movimento devem continuar a sua implantação, visando, em especial, a sensibilização dos novos dirigentes sindicais.

## **SINDICALISMO**

150. A implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS se dá em um ambiente social de forte disputa, com uma correlação de forças geralmente desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesta conjuntura, é a ação sindical que possibilita os avanços e transformações necessários à concretização do projeto. Esta ação sindical se traduz nas mobilizações e em práticas cotidianas coerentes com os princípios do projeto, em permanente diálogo com as necessidades e reivindicações da categoria.

151. A força do MSTTR depende da sua capacidade de manter-se ágil e atuante frente às mudanças cada vez mais intensas e rápidas que acontecem no mundo do trabalho, no meio rural e na sociedade em geral, em assegurar a pluralidade no debate interno e a unidade em suas ações. Ao propor no PADRSS uma sociedade mais justa e solidária, com melhoria das condições de vida para todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, o MSTTR fez uma opção classista, democrática e solidária, mantendo a sua autonomia e independência do Estado, dos governos, dos partidos e das religiões.

152. No estágio atual do MSTTR destaca-se fortemente a opção de representação da categoria trabalhadora rural em uma estrutura organizativa de forma confederativa. Essa opção vem se consolidando numa construção política entre as diversas concepções sindicais existentes no MSTTR, possibilitando a composição e recomposição, de forma plural, colocando a CONTAG, Fetags e STTRs, entre as maiores organizações confederativas camponesas do mundo. Essa estrutura foi discutida e aprovada em sucessivas deliberações de congressos articulando a unicidade sindical, liberdade e autonomia sindical e um sindicalismo classista.

153. Os avanços alcançados pelo MSTTR a partir do PADRSS são significativos. A democracia interna tem se consolidado, com as eleições da CONTAG e das FETAGs sendo realizadas em Congressos, constituição das secretarias específicas, as disposições estatutárias que asseguram a renovação de 30% nas diretorias e a criação das Regionais da CONTAG. Foram reconhecidas

as necessidades organizativas e demandas específicas dos diversos sujeitos políticos que atuam no MSTTR, através da criação das Coordenações de Mulheres, Jovens e Terceira Idade e o estabelecimento das políticas de cotas, de no mínimo, 30% de mulheres e 20% de jovens, o estabelecimento de um projeto de sustentabilidade política e financeira em permanente diálogo com o projeto político das entidades, dentre outros.

50

154. A participação da juventude e das mulheres vem contribuindo para qualificar as políticas do MSTTR e isso ocorre devido aos espaços políticos conquistados. Esta participação reafirma o protagonismo de mulheres e jovens na estrutura sindical, resultando em uma ampla participação e na efetiva implementação da política de cotas.

155. Mesmo com o avanço da inserção dos jovens e mulheres nos mais diversos espaços do MSTTR ainda é preciso mais incentivos e oportunidades, pois em nível de Brasil ainda temos muitas realidades que restringem a participação destes grupos.

156. A construção de uma ação sindical que seja capaz de realizar a implementação do PADRSS deve ser analisada sob dois aspectos: o interno, que trabalhe as questões da organização, da sustentabilidade política e financeira, da democracia interna e da comunicação; e o externo, voltado para as relações com outras organizações rurais, com a sociedade civil e parceiros e com outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e as Centrais.

## **Ambiente Interno**

157. Este é um campo de atuação em que as lideranças sindicais têm governabilidade, ou seja, capacidade para decidir e implementar ações. Atualizar a ação sindical depende quase exclusivamente de fazer o convencimento político e a disposição de agir, no sentido de aperfeiçoá-la aos interesses da categoria.

158. É um princípio fundamental do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, a democracia interna, imprescindível para a construção de uma verdadeira e forte unidade política em torno do PADRSS. Esta proporciona uma ampla participação da base na construção das políticas de nossas entidades, dando maior credibilidade às nossas reivindicações e propostas nos diversos espaços de negociação e assegura também o respaldo e o respeito para com as decisões tomadas e o compromisso com as mobilizações.

159. A democracia interna acontece na implementação das decisões aprovadas em fóruns (assembléias, conselhos deliberativos e congressos). Exemplo maior é a política de cotas para mulheres e jovens, que foi implementada na CONTAG, na maioria das FETAGs e em vários STTRs, precisando, ainda, chegar a todas as entidades.

160. Os Estatutos das entidades sindicais, discutidos e aprovados, tornam-se um instrumento importante para o exercício da democracia sindical. É preciso atualizar os estatutos a partir de princípios políticos comuns, construídos coletivamente. Os regimentos eleitorais devem ser transparentes e discutidos com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, buscando a ampliação da participação e o fortalecimento da democracia das nossas instâncias.

161. Por tal razão, nos casos em que os dirigentes sindicais praticam o anti-sindicalismo, ou seja, não cumprem os estatutos sociais do sindicato ou das entidades de grau superior, nem as deliberações congressuais e principalmente os que não prestam conta aos seus associados e não realizam eleições sindicais de forma democrática e transparente, caberá às instâncias superiores intervir na instituição, afastando o dirigente. Quando os demais membros da diretoria efetiva não estiverem em número suficiente, promover-se-á eleição de junta governativa e, posteriormente, novas eleições sindicais.

162. Ainda buscando a transparência na prática sindical, faz-se imprescindível conceder uma maior autonomia às FETAGs e à CONTAG, a fim de que possam incluir em seus estatutos o poder de intervenção nos STTRs que praticam atos ilícitos contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, assalariados/as e agricultores/as familiares, na defesa dos direitos da categoria, como por exemplo, nos acordos e convenções coletivas de trabalho firmados com valores já estabelecidos pelo piso salarial e/ou cláusulas econômicas e sociais inferiores às já garantidas em lei. Essa atuação de alguns dirigentes sindicais desmobiliza a categoria e enfraquece o movimento sindical.

163. A implementação da renovação de 30% das direções e a reeleição apenas uma vez no mesmo cargo ainda não chegou à maioria dos STTRs e algumas FETAGs. O cumprimento dessas deliberações (dos 8º e 9º Congresso Nacional de Trabalhadores de Trabalhadoras Rurais) é importante para assegurar a coerência com os princípios políticos expressos no PADRSS e para a necessária renovação das lideranças sindicais, superando antigas práticas existentes, ampliando a organicidade e a unidade entre os diversos níveis organizativos do MSTTR.

164. É necessário que se intensifique o trabalho de convencimento por parte das direções das FETAGs e STTRs para que haja o efetivo cumprimento das

decisões aprovadas nos congressos, com o estabelecimento de mecanismos de punição para as direções que não cumpram com as deliberações congressuais, bem como aperfeiçoar os instrumentos existentes, que estimulem uma prática sindical coerente com o PADRSS.

165. A ampliação dos mandatos das direções de três para quatro anos, com uma plenária de avaliação após os dois primeiros anos, se mostrou acertada. É necessário aperfeiçoar e potencializar as plenárias para que sejam um espaço de avaliação e construção de políticas sindicais que orientem a gestão.

52

166. A criação das secretarias específicas na CONTAG, e depois nas FETAGs, foi um passo importante para responder às novas exigências decorrentes da ação sindical e a formulação de políticas públicas para a categoria trabalhadora rural. Esta iniciativa proporcionou maior visibilidade para as ações específicas e uma maior capacidade de enfrentamento com o setor patronal nas negociações salariais.

167. No entanto, essa experiência de organização enfrenta dificuldades na sua implementação em algumas FETAGs e em muitos STTRs. É preciso assegurar condições políticas e financeiras aos diretores e diretoras para realizarem as ações em sua área de atuação, evitando o acúmulo de funções, contribuindo para o efetivo encaminhamento das políticas específicas.

168. As secretarias não podem se constituir em ilhas políticas dentro das entidades sindicais, fragmentando a ação e comprometendo o desenvolvimento de políticas articuladas com o projeto político do MSTTR. É preciso desenvolver uma gestão política compartilhada que proporcione a integração entre as secretarias, além de promover uma maior integração entre as ações dos STTRs, FETAGs e CONTAG, assegurando a unidade e eficácia nas ações das entidades. O planejamento estratégico é um dos instrumentos para assegurar a integração das políticas nas secretarias.

169. A realização de congresso temático eleitoral na CONTAG a partir do 5º Congresso, em 1991, foi um grande avanço. Esse avanço também foi adotado pela maioria das FETAGs, sendo que algumas estão experimentando a separação entre o congresso temático e eleitoral. Essa experiência precisa ser debatida pelo MSTTR em seus fóruns de formação e deliberação, visando aperfeiçoar a democracia sindical.

170. O MSTTR vem dinamizando suas estruturas organizativas para aperfeiçoar a ação sindical. Nas FETAGs, os Pólos e/ou regionais adquirem importância política e estratégica para a execução das políticas estaduais. Nos STTRs os conselhos de base e as delegacias articulam as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

171. Acertadamente a CONTAG, vem implementando a política de regionalização com o objetivo de potencializar as políticas regionais, respeitando suas diversidades. Essa regionalização favorece a construção de pautas articuladas e ações específicas para cada região do País. Amplia a presença das FETAGs junto à CONTAG contribuindo na formulação de políticas públicas e na ação sindical. No momento, as cinco Regionais estão em funcionamento. No entanto, é necessário aperfeiçoar a organicidade entre as Regionais e a CONTAG, inclusive com a previsão estatutária do papel político a ser por elas desempenhado.

172. Os STTRs, FETAGs e a CONTAG são instrumentos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A realização de mobilizações nacionais, como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas e o Festival da Juventude, dentre outras, tem assegurado unidade política e inúmeras conquistas nacionais. No entanto, é preciso que essa unidade política e as conquistas tenham repercussão nos estados e municípios. Por isso, é fundamental a realização de mobilizações e ações regionais, estaduais, municipais e territoriais. Essas ações devem ser encaradas como uma continuidade das mobilizações nacionais, com o objetivo de garantir a plena implementação das conquistas. A realização dos Gritos da Terra Estaduais é fundamental para obtenção de conquistas estaduais e regionais, bem como para assegurar as políticas negociadas no Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas e Festival Nacional da Juventude Rural.

173. Nos municípios e territórios, onde se dá a implantação do PADRSS, os STTRs desempenham um papel importante. São responsáveis pelo acompanhamento dos Conselhos Municipais e Territoriais, participam na comprovação da atividade rural, fornecimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, acompanhamentos de projetos junto aos Bancos, das lutas pela reforma agrária, ocupações de terras, trancamento de rodovias, campanhas salariais, greves, habitação, dentre outras. Os conselhos são um espaço privilegiado de atuação para garantir a execução das políticas públicas negociadas nacionalmente, como educação do campo, saúde, crédito, habitação, etc. Essa atuação deve ser propositiva e mobilizadora, visando o cumprimento das políticas negociadas nacionalmente, bem como formulando e reivindicando políticas específicas de âmbito local.

174. Todas as ações nas políticas públicas negociadas nos GTBs e Marchas das Margaridas são ações pontuais e focalizadas. De fato não atendem à grande demanda das necessidades da população do campo. O MSTTR deverá continuar assumindo o seu papel reivindicativo, propositivo e de defesa dos interesses dos homens e mulheres do campo e fortalecer o controle social

nas políticas para que as mesmas se tornem eficazes e eficientes de forma a chegar para todos e todas.

54

175. Os STTRs são os principais responsáveis para que essa estrutura organizativa funcione politicamente. É necessária especial atenção para a situação organizativa de cada um. Avançamos muito na regularização dos STTRs, mas ainda há um contingente expressivo que continua com pendências, principalmente junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. É preciso uma mobilização desses STTRs, com o acompanhamento das FETAGs e da CONTAG para que todas as entidades do MSTTR possam cumprir plenamente seu papel de representação da categoria. Os STTRs, FETAGs e a CONTAG devem manter atualizado o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES do Ministério do Trabalho e Emprego, sempre que houver mudanças estatutárias, de base territorial e de diretoria, para o pleno exercício da representação sindical e evitar que outras estruturas venham ameaçar o movimento sindical rural.

176. A situação regular junto ao Ministério do Trabalho de grande parte dos STTRs está comprometida, além da demora e da dificuldade de acompanhamento junto ao Ministério do Trabalho e Emprego dos processos de regularização. Para tanto devemos fazer campanha e acompanhamento na regularização da totalidade dos nossos STTRs e com acompanhamento permanente na tramitação dos processos junto ao Ministério.

177. Reafirmamos a manutenção da unicidade sindical e da classificação de categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim compreendidos por: agricultores e agricultoras familiares; assalariados e assalariadas rurais; aposentados e pensionistas e os enquadrados na Lei 11.326/2006.

178. Defendemos a revogação das alíneas b e c do inciso II do Decreto Lei 1166/1971, com a redação dada pela Lei 9.701/1998.

179. Outro pilar importante de nossa ação sindical é a sustentação política e financeira. Sem recursos financeiros, as tarefas e ações ficam prejudicadas e, muitas vezes, inviabilizadas.

180. O MSTTR utiliza a expressão “sustentabilidade política e financeira”, porque a condição de sustentável, no âmbito das finanças do MSTTR, está ligada a uma visão de longo prazo e a uma gestão sindical e financeira democrática, transparente e eficiente em defesa dos interesses da categoria. O foco central é o fortalecimento da ação política das entidades sindicais, para a efetiva consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

181. Uma das alternativas para que o MSTTR avance na “sustentabilidade

política e financeira” é adotar uma postura firme quanto ao cumprimento da obrigatoriedade legal das contribuições. Para que isto aconteça é preciso que seja feita uma ampla e massiva divulgação nos mais diversos meios de comunicação, principalmente no rádio.

182. Um passo importante na construção da sustentabilidade financeira do MSTTR foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES). Seus objetivos são fortalecer as entidades sindicais por meio de uma gestão que esteja a serviço do projeto político e a construção de uma política de finanças que atenda às necessidades de todos os níveis da organização sindical.

183. Nesta compreensão, a sindicalização não é vista apenas como uma forma de arrecadação de recursos, mas sim, como uma estratégia política, formativa e democrática, onde os sindicalizados e sindicalizadas passam a enxergar o sindicato como seu principal canal de participação na construção de políticas públicas, de mobilização e lutas que irão contribuir para melhoria da sua vida, da sua família e da sua comunidade, que é o objetivo do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

184. Outra área que merece atenção é a comunicação. No ambiente de disputa em que se dá a implementação do PADRSS, a comunicação é um importante instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A democratização da informação é essencial para a divulgação das ações e conquistas do MSTTR, bem como para mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa de nossas reivindicações, além de barrar as investidas contra as conquistas do Movimento.

185. A informação correta sobre a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das ações do MSTTR é essencial para combater a desinformação que os grandes veículos de comunicação produzem tentando seduzir e despolitizar a população e desqualificar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A mesma também é um instrumento poderoso na conquista de aliados e contribui para trazer mais trabalhadores e trabalhadoras para MSTTR e dar elementos de formação e divulgação do PADRSS.

186. O fim das antenas transmissoras de televisão e a entrada de antenas parabólicas no interior, fizeram com que os programas locais de televisão não estejam disponíveis aos agricultores familiares, provocando a inserção de programas nacionais e das grandes capitais, com programas que sequer incluem informações desejáveis aos povos do interior. Portanto é preciso retornar as repêtidoras locais de televisão.

187. O MSTTR desenvolve a comunicação por meio de diferentes veículos:

o Jornal da CONTAG, os jornais que estão sendo produzidos por várias FETAGs, as páginas da CONTAG, FETAGs e STTRs na Internet, programas de rádio, como A Voz da CONTAG, e as centenas de programas de rádios veiculados em rádios comerciais, comunitárias e outros.

188. O uso de recursos tecnológicos como a telefonia e a informática ainda é restrito no meio rural, muito em função dos altos custos dessas tecnologias no campo. É necessário lutar por políticas que estabeleçam políticas públicas que possibilitem o acesso das populações rurais a bens e serviços dessa natureza, senão, ao contrário da busca inter-relação entre os meios rural e urbano, assistiremos a um crescente desnível tecnológico entre esses espaços.

189. É preciso, no entanto, criar um Sistema de Comunicação da CONTAG, que integre todos esses veículos, inclusive um programa na TV em rede nacional e potencialize o seu alcance, pois a comunicação do MSTTR ainda é fragmentada e dispersa. Além de criar uma Rede de nível nacional que seja alimentada pelos Estados e municípios com informações relativas à base produtiva. Para tanto, é preciso que o Coletivo Nacional de Comunicação tenha um funcionamento regular e crie um ambiente favorável a essa integração.

190. O MSTTR, pelo seu tamanho e importância política, tem a necessidade e o dever de aperfeiçoar os instrumentos de comunicação existentes e investir em outros ainda pouco utilizados. Alguns, com a finalidade mais específica de aprofundar os conteúdos em discussão no MSTTR, como a criação de uma revista da CONTAG. Outros com o objetivo de agilizar e ampliar o alcance das informações, como a criação de novas rádios comunitárias, lutando pelo estabelecimento de condições que facilitem o seu reconhecimento legal, e uma utilização mais intensiva da Internet.

191. Em razão da importância do MSTTR e de sua representatividade num País de dimensão continental como o Brasil, a CONTAG deve manter um programa de televisão, ou pelo menos incluir a inserção de textos periodicamente na programação televisiva, em especial nas épocas de pagamento de contribuições devidas ao MSTTR. Os conteúdos das inserções devem se referir às atividades e ações desenvolvidas pelo movimento sindical, a exemplo do Grito da Terra, da Marcha das Margaridas, entre outros.

## **Ambiente Externo**

192. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS é fruto das demandas, aspirações e da ação sindical do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. Apenas a atuação do MSTTR não é suficiente para que o projeto possa ser vitorioso. É

um equívoco acreditar que todas as ações necessárias à implementação do mesmo serão executadas exclusivamente pelas entidades do MSTTR. É por meio de parcerias e alianças, que o Movimento conseguirá ampliar as suas forças políticas e a sua capacidade operativa.

193. Além disso, por buscar solucionar os problemas da categoria trabalhadora rural, o PADRSS apenas tem propostas de desenvolvimento sustentável para o meio rural. É preciso que outros setores se incorporem à proposta para que o mesmo adquira a qualidade de um projeto de mudança de toda a sociedade.

194. O MSTTR não é a única organização existente no campo brasileiro, embora seja a única de caráter sindical. Existe um grande número de entidades que atuam com a base da categoria rural, a partir de perspectivas organizativas e políticas diferentes, indo desde a organização da produção, em associações e cooperativas, até os diversos movimentos de luta pela terra.

195. A participação da CONTAG em espaços como o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, que congrega entidades como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Sem Terra – MST, entre outras, apresentaram pontos positivos, com a realização de diversas atividades conjuntas, entre as quais pode ser destacado o acampamento pela reforma agrária realizado durante a Marcha pela Reforma Agrária em 2003, a Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO - em Brasília, em 2008, e a participação na Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul - COPROFAM, na Rede Brasileira apela Integração dos Povos - REBRIP, Marcha Mundial de Mulheres, Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe - RedeLAC, entre outras, apontam para uma inserção crescente da CONTAG nos espaços de elaborações e decisões políticas sobre o campo.

196. A relação com as demais entidades não é, contudo, sempre tranquila e pacífica. Algumas dessas entidades disputam a representação da categoria ou se colocam frontalmente contrárias às propostas do MSTTR. Mas fugir do debate não ajuda na solução do problema, apenas favorece a quem dele participa. Precisamos continuar presentes e atuantes em todos estes espaços, buscando por meio da construção de propostas e da ação sindical, compartilhando da direção das mesmas e assegurando uma atuação mais forte do setor rural na sociedade.

197. É preciso, ainda, implementar uma política mais efetiva de parcerias para o Grito da Terra Brasil, em nível nacional e regional, que envolva não apenas a incorporação de reivindicações de mais setores do campo, mas

um compromisso em torno da elaboração e construção de propostas, participação nas mobilizações e nos processos de negociação. No caso das parcerias regionais, essas devem ser coordenadas pelas equipes das regionais da CONTAG.

58

198. O MSTTR coerente com as propostas do PADRSS deve buscar estabelecer parcerias constantes com outros segmentos da sociedade civil. O MSTTR não pode se isolar na luta pela implantação do Projeto, também é necessário sensibilizar outros setores, como as universidades, organizações estudantis e organizações não - governamentais, entre outras, para o PADRSS. Como os cursos universitários especialmente destinados aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e as várias entidades que se engajaram na realização da Marcha das Margaridas, que são pontos positivos e demonstram outros avanços que podem ser alcançados no campo das parcerias.

199. As parcerias, por mais trabalhosas que possam parecer, são fundamentais para o acúmulo de forças em torno do PADRSS, para a agregação de informações e conhecimentos produzidos por outras organizações e para o próprio arejamento das ideias do MSTTR. A apropriação de novos conhecimentos e novas tecnologias é fundamental para a implantação do projeto. Atuar sozinho pode passar uma ideia de força e importância, porém, no longo prazo esse isolamento reduz a força política e prejudica o projeto.

200. A implantação do PADRSS traz benefícios não apenas aos habitantes do campo, mas a toda sociedade. A sua construção demanda a sua popularização, compreensão e apoio por parte da população brasileira. Nesta tarefa, as Centrais Sindicais se constituem em espaços privilegiados para o debate entre o MSTR e as categorias trabalhadoras urbanas, permitindo a ampliação das nossas reivindicações e nossas lutas.

201. A construção de uma Central Sindical que unificasse as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade faz parte de toda a história da CONTAG. É preciso ressaltar que essa busca sempre foi em torno da criação de uma única central. No entanto, a conjuntura e as divergências políticas existentes no interior do movimento sindical brasileiro não deram condições para a existência de apenas uma Central. Hoje temos 6 Centrais reconhecidas legalmente.

202. A CONTAG sempre esteve presente na discussão e articulação do campo com a cidade para a construção de uma Central Sindical, como um instrumento que garantisse o avanço das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos. Logo após a sua fundação, a CONTAG participou da direção do Comando Geral dos Trabalhadores em 1964, foi a única Confederação

presente na 1ª. Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat – em 1981, participou da 1ª e 2ª, Pró-CUT e integrou a direção da Central Geral dos Trabalhadores, em 1984.

203. Após um amplo debate que culminou com a filiação à CUT durante o 6º CNTTR, em 1995, foi executado o Projeto de Pesquisa e Formação CUT/CONTAG, que fez um diagnóstico das atividades rurais e foi um dos principais instrumentos para a elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

204. Esses 14 anos de filiação à CUT contribuíram muito para que a CONTAG conquistasse credibilidade e respeito do movimento sindical urbano, por sua história de luta e suas propostas em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e na divulgação do PADRSS. A CUT apoiou e se solidarizou com as principais ações e mobilizações do MSTTR, como os Gritos da Terra Brasil, as Marchas das Margaridas, a Marcha pela Reforma Agrária, Festival da Juventude, entre outras.

205. O MSTTR por sua vez participou de todas as mobilizações conjuntas em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, como foi no processo de reforma da previdência, em 1996; nas marchas em defesa do salário mínimo, contra as reformas trabalhistas, etc. Do ponto de vista institucional, ampliamos a participação do MSTTR nos Congressos e Plenárias da CUT, e nos espaços de direção. Hoje temos 17 FETAGs de Trabalhadores Rurais filiadas e dois diretores na executiva nacional da CUT, entre eles a vice-presidência.

206. Em 2007, foi fundada a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, a partir da união de sindicalistas que se encontravam independentes com aqueles que decidiram sair da CUT. Desde sua criação a CTB tem participado ativamente de todas as mobilizações do MSTTR, bem como das realizadas conjuntamente pelas Centrais. Hoje temos 6 FETAGs de Trabalhadores Rurais que filiaram-se à CTB e 5 diretores fazem parte da executiva nacional, entre eles o vice-presidente e o tesoureiro.

207. A relação da CONTAG com a CUT tem enfrentado dois problemas básicos. O primeiro é a divergência existente em torno da concepção da estrutura sindical. Historicamente a CUT sempre defendeu a ampla liberdade de organização sindical, com a possibilidade da criação de mais de uma entidade representante da categoria em uma mesma base. O MSTTR, por outro lado, tem reiterado em todos os seus foros de deliberação a manutenção do princípio da unicidade sindical como fundamental para assegurar o fortalecimento da estrutura sindical.

208. O segundo ponto é a insistência de alguns setores cutistas em apoiarem e incentivarem a constituição de outras estruturas sindicais no campo, a exemplo da Feraesp e, especialmente, da Fetraf. Esses setores desrespeitam a deliberação do 6º Congresso da CUT, em 2.000, que reafirmou a CONTAG como a entidade que representa os rurais. Estes dois problemas têm provocado permanentes conflitos entre as entidades do MSTTR e a Central.

209. A direção da CONTAG e as FETAGs filiadas à CUT sempre fizeram duras críticas a posição desse grupo dentro da Central, que tenta dividir os trabalhadores e trabalhadoras rurais e a própria CUT. Essa postura da CONTAG e das FETAGs garantiu que a Fetraf-Brasil e várias Fetrafs estaduais não fossem reconhecidas oficialmente pela CUT, embora esses grupos, desrespeitando as deliberações da Central, continuem se apresentando como representantes da CUT no campo. Essa discussão interna da CUT ainda não está terminada, mas deverá ter um desfecho no próximo Congresso da CUT que será realizado em agosto de 2009, onde será deliberado definitivamente a estratégia e a organização dos rurais no interior da central.

210. Existem hoje duas Centrais cujas propostas e atuação política se aproximam daquelas defendidas pela grande maioria das entidades que compõe o MSTTR: a CUT e a CTB. Cabe à CONTAG, nos próximos quatro anos, desenvolver uma relação ativa e propositiva com estas duas Centrais, fundada na realização de ações e entendimentos conjuntos, que auxiliem a atingir o objetivo comum a todos: um sindicalismo classista, independente, autônomo, democrático, unitário e solidário e a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária.

211. Pela importância que desempenham as Centrais na construção do PADRSS, é necessário que se faça uma profunda discussão sobre o papel delas e também um processo de avaliação nos próximos dois anos dessas relações, coordenado pela direção da CONTAG, até a próxima Plenária Nacional, de onde tiraremos os indicativos para o 11º. CNTTR.

212. Existe uma clara divergência no MSTTR sobre o encaminhamento nas relações entre a CONTAG e a CUT.

213. Um primeiro posicionamento defende a manutenção da filiação à CUT como fundamental para a CONTAG, por entender que existem mais convergências do que divergências entre os princípios políticos e a atuação da CUT e da CONTAG; pelo histórico de lutas construído em conjunto e por acreditar que a desfiliação deixaria o espaço livre para que as outras organizações se tornassem a única referência da CUT no campo.

214. O segundo posicionamento defende a desfiliação da CONTAG à CUT,

por compreender que neste momento tal filiação não mais se justifica, em função das divergências quanto à unicidade sindical e ao apoio dado à FETRAF que inviabilizam o trabalho em comum. Também apóiam a desfiliação daqueles que defendem um posicionamento totalmente independente da CONTAG em relação a qualquer Central.

215. Com base neste segundo posicionamento, os delegados e delegadas do 10º CNTTR decidiram, por maioria, desfiliar a CONTAG da CUT.

## **POLÍTICAS ESTRUTURANTES DO PADRSS**

216. O PADRSS está estruturado num conjunto de políticas que nascem das demandas e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, da sua ação e mobilização sindical, que se projetam em políticas já implementadas pelo Estado e outras que estão em processo de construção ou que ainda estão por serem construídas, tendo em vista a existência de demandas ainda não atendidas. Por outro lado, algumas políticas públicas que estão asseguradas constitucionalmente e por legislações específicas, contribuem para avançar na estruturação do PADRSS. Outras, no entanto, negam ou dificultam o acesso das pessoas aos seus direitos.

217. Compreendemos que as políticas públicas são consequências dos processos de disputas e da correlação de forças presentes na sociedade. Os interesses em questão definem as políticas e suas diretrizes e pautam a atuação e intervenção do poder público. A implantação destas políticas depende de um conjunto de fatores relacionados à economia, às articulações sociais e, em especial, à capacidade de atuação, mobilização e intervenção dos movimentos e organizações sociais. Definindo as ações de forma conjunta entre os diferentes movimentos

218. A consolidação do PADRSS pelo MSTTR aponta para a importância que as políticas públicas, enquanto instrumento essencial para construção de uma sociedade igualitária, solidária e justa, têm num projeto de desenvolvimento. Inclusive, que o Estado desempenha um papel fundamental como indutor do desenvolvimento e determinante para que setores serão mais ou menos beneficiados com o mesmo. Esta idéia contrapõe-se ao entendimento neoliberal de Estado mínimo e de um campo destituído de políticas públicas.

219. Discutir políticas públicas não tem sentido se, conjuntamente, não se enfrentar a questão do seu custeio. Assim, o MSTTR deve continuar atuando em dois campos: o primeiro é exigir que o processo de tributação seja justo e solidário. Considere que as grandes fortunas, os latifúndios e que o pagamento de impostos pelas pessoas físicas e jurídicas tenha caráter

progressivo, de modo que, quem ganha mais contribua com mais para o bem estar da sociedade. Além disso, que assegure critérios que garantam a aplicação eficiente dos impostos arrecadados, com políticas que promovam a melhoria das condições de vida de toda a população de forma igualitária.

220. O segundo campo, é fortalecer a ação sindical para atuar diretamente sobre as definições orçamentárias, em nível nacional, estadual e municipal, pois é no orçamento onde se dá a alocação dos recursos em grande escala e se constrói a lógica dos gastos públicos. Depois do orçamento público aprovado, as transferências dos recursos são insuficientes para assegurar políticas públicas necessárias e efetivas para o desenvolvimento do campo.

221. As políticas públicas devem estar integradas e articuladas, considerando a realidade do campo e as necessidades dos sujeitos, para que o PADRSS se efetive. Tais políticas são fundamentais para assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais o acesso à terra, assistência técnica, crédito, trabalho digno, previdência e assistência social, educação, saúde, moradia, lazer, transporte, segurança alimentar, políticas de proteção infante juvenil, etc.

222. As políticas são construídas e executadas pelas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), geralmente sem considerar as reais demandas da população interessada. Além disso, existem várias políticas que são constituídas e têm seu financiamento vinculado ao âmbito Federal, mas sua execução se dá através dos Estados e, principalmente, pelos Municípios. A ausência de articulação dessas políticas nos três níveis tem dificultado um maior acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O MSTTR deve ter o papel de articulador destas políticas nestas três esferas, principalmente quando há dificuldades de repasse de recursos do âmbito federal e estadual para os municípios.

223. O MSTTR avalia, por exemplo, que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC não se propôs a construir o desenvolvimento na mesma direção que o PADRSS, não atendeu diretamente aos anseios da população rural, não previu que se assegurassem contrapartidas sociais e não articulou a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento social. O MSTTR deve lutar pela garantia de percentuais específicos de recursos do PAC para o meio rural.

224. Por outro lado, o Programa Territórios Rurais e da Cidadania representam um esforço do governo federal em ampliar e fortalecer as políticas públicas nos espaços territoriais, inicialmente desenvolvidas apenas pelo MDA/SDT (Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial) articulando ações de aproximadamente 19

Ministérios, ampliando recursos, buscando articular ações estratégias para o campo, bem como fomentando processo de participação local, municipal e regional das organizações e movimentos sociais de classe e populares e o poder público. No entanto, essa estratégia apresenta dificuldades de execução, embora se reconheça a importância da necessidade de ampliar e fortalecer a atuação política do MSTTR neste cenário.

225. As dificuldades de execução do Programa estão relacionadas à baixa inserção da agricultura familiar no processo, à abrangência regional, poucos resultados e a desarticulação entre os filiados, além da prática de direcionamento de recursos para grupos ou estados vinculados a algumas ideologias ou tendências políticas. Portanto, o MSTTR deve qualificar sua intervenção nesse processo lutando pela aplicação correta dos recursos, exigindo a garantia de que a formação dos territórios seja definida por estudos técnicos e não por questões políticas e que a execução das políticas de governo sejam descentralizadas.

226. Embora a implantação dos territórios traga novos conceitos para o desenvolvimento rural, ainda falta em sua estratégia de planejamento considerar a propriedade como parte essencial do desenvolvimento, para incluir as políticas públicas de governo também para as unidades produtivas, garantindo sua sustentabilidade e a viabilidade dos territórios.

227. Entretanto, o MSTTR reconhece que algumas políticas, ainda que de forma limitada, vem sendo implementadas e contribuem para o desenvolvimento do campo e para a permanência das pessoas no espaço rural. Exemplos dessas políticas são: o Pronaf, as ações de Reforma Agrária, de Crédito Fundiário, a habitação rural, o programa nacional territórios rurais e da cidadania, a política nacional de assistência técnica, o reconhecimento das experiências da economia solidária, a educação do campo, a previdência social, entre outras.

228. A ação sindical do MSTTR deve atuar na construção, monitoramento e gestão destas políticas, de forma articulada para garantir a concretização das políticas conquistadas. Isso já vem sendo realizado por algumas FETAGs nos Gritos da Terra nos Estados e por alguns STTRs no âmbito municipal. No entanto, esse compromisso precisa ser ampliado efetivamente por todas as FETAGs e STTRs de modo que as políticas públicas possibilitem melhores condições de vida aos trabalhadores, efetivando assim seus direitos.

229. Os conselhos municipais, estaduais e nacionais são espaços estratégicos de participação para a efetivação das políticas públicas. Os foros, grupos de trabalho, comitês, filiados estaduais e territoriais, dentre outros, também

são espaços privilegiados para a ação sindical. É fundamental que o MSTTR assuma os compromissos que lhe compete, amplie, qualifique e intensifique sua participação nesses espaços, de forma articulada com outros segmentos sociais, considerando a importância dos mesmos na tomada de decisões para a consolidação e ampliação das políticas públicas no campo.

230. O MSTTR tem afirmado que a implementação de um projeto de desenvolvimento justo, solidário e sustentável assegura a existência de condições dignas de vida no campo, igualdade de oportunidades e condições sociais, assistenciais, previdenciárias, trabalhistas, educacionais, econômicas e culturais, ampliando as possibilidades de permanência das pessoas no campo. Ou seja, um desenvolvimento que permita aos sujeitos fazer uma escolha e ter opções de permanecer no campo com vida digna.

### **POLÍTICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA**

231. A realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa é a base principal do PADRSS, pois é uma medida política essencial para romper com o padrão conservador de desenvolvimento rural pautado na concentração da terra e renda, exclusão social e na degradação ambiental, representado pelo agronegócio. Sem democratizar o direito à terra, também para as mulheres e os jovens, não se promove o desenvolvimento rural sustentável e solidário com inclusão social e produtiva e respeito à biodiversidade. Também é necessário garantir políticas públicas organizadas, articuladas e monitoradas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, para que estes potencializem o fortalecimento da agricultura familiar.

232. Para se configurar como uma alternativa efetiva ao padrão de desenvolvimento do agronegócio, a democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária tem uma importância que vai além da destinação de um espaço produtivo para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, significando um direito dos povos, comunidades e países ao modo de viver, de produzir e de conservar a biodiversidade. Neste sentido, o acesso à terra deve partir da garantia da sua função socioambiental, reconhecendo os recursos naturais como fontes indispensáveis de vida e defesa dos direitos humanos.

233. Para tanto, é preciso aprimorar os instrumentos legais que assegurem a capacidade do Estado de intervir na estrutura fundiária para assegurar a democratização da terra. A desapropriação por interesse social precisa garantir o efetivo acesso à terra e incorporar aos seus critérios o limite da propriedade em até 35 módulos fiscais. O Estado deve, também, ampliar o direito de

expropriar imóveis rurais, efetivar a regularização fundiária e a arrecadação das terras públicas e qualificar as formas complementares de acesso às terras que não possam ser desapropriadas, principalmente por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

234. Nesse sentido, há necessidade de disponibilizar recursos para o PNCF em quantidade suficiente e com prioridade de atendimento aos assalariados (as) rurais que perdem seus empregos com a intensificação do uso de novas tecnologias, a exemplo de máquinas de cortar cana. Complementariamente, os recursos financeiros devem contemplar ainda a capacitação, por meio de cursos profissionalizantes destinados a formar os trabalhadores (as) para outras atividades.

235. A luta pela democratização da propriedade da terra é histórica e conflituosa. Neste sentido, o Estado deve reconhecer que as ações de reforma agrária pautam-se na luta social pelo direito à terra de todos os sujeitos políticos que as protagonizam. Isso passa pelo respeito ao direito de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de suas formas diferenciadas de luta e pressão contra o latifúndio e o padrão de desenvolvimento rural excludente e que nega os direitos humanos. É preciso que o MSTTR se envolva de forma mais ousada nas ações de pressão organizadas nos estados e municípios, como ocupações de terras/acampamentos, manifestações nos grandes centros, estimulando principalmente o crédito fundiário, entre outras. Porque é principalmente no âmbito local onde se consolida o poder econômico e político daqueles que se opõem à reforma agrária.

236. Somado ao acesso à terra, se faz necessário assegurar maiores investimentos e a garantia de políticas públicas inclusivas que atendam às demandas e diversidades dos povos do campo e da floresta, promovendo o desenvolvimento sustentável dos Projetos de Assentamento de reforma agrária, nas suas variadas formas (projetos agroextrativistas, projetos de desenvolvimento sustentável – PDS, entre outros). As ações devem estar pautadas num planejamento construído a partir do zoneamento agroecológico do território, em processos articulados e integrados que atendam às especificidades das regiões e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental das áreas de assentamento de reforma agrária e nas unidades produtivas do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

237. O desafio é assegurar condições para que as unidades familiares possam ampliar a sua capacidade de produção e reprodução da vida no campo com o reconhecimento de seus diversos integrantes e suas dinâmicas diferenciadas de vida, trabalho e organização. Isso deve significar mais do que experiências exitosas, mas a base efetiva de consolidação do padrão de desenvolvimento

rural alternativo ao agronegócio, com conservação e preservação ambiental, produção de alimentos e organização social. Neste sentido, as políticas públicas destinadas aos projetos de assentamento devem seguir a estratégia de fortalecer a agricultura familiar, ampliando a base das unidades familiares de produção para se consolidarem como a estrutura produtiva que protagoniza o desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as vocações, as especificidades culturais e assegurando assistência técnica qualificada.

238. É necessário que o INCRA amplie a fiscalização nos assentamentos, sobre a utilização de verbas públicas e a permanência efetiva do assentado no imóvel.

## **POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

239. Para que a agricultura familiar seja, efetivamente, protagonista do desenvolvimento rural sustentável e solidário, ela deve estar amparada em condições que garantam qualidade de vida, trabalho e renda nas unidades familiares de produção e nas comunidades. Na perspectiva de ampliar e fortalecer a base da agricultura familiar para estruturar o desenvolvimento rural, as políticas públicas devem partir da democratização do acesso à terra e à água, e seguir com o fomento ao desenvolvimento das unidades familiares de produção, estejam elas nos assentamentos de reforma agrária ou em outras áreas.

240. As políticas públicas devem assegurar condições para que a agricultura familiar se estruture de forma alternativa ao agronegócio, que é um modelo produtivo que não assegura a sustentabilidade ambiental, econômica ou produtiva e adota uma lógica completamente diversa daquelas características das unidades familiares.

241. Neste sentido, é estratégico que a agricultura familiar adote como prioridade a luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis de modo sustentável, como forma de garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população. Para tanto, deve buscar que a sua organização produtiva esteja pautada em sistemas preferencialmente agroecológicos e na cooperação, como princípios básicos e fundamentais para melhoria da qualidade de vida, eficiência produtiva e renda.

242. Dessa forma, é possível operar mudanças efetivas no modo de produzir e se relacionar na agricultura familiar com respeito aos ecossistemas e à prática da gestão compartilhada por todos os membros da família. Isso implica na superação de padrões tradicionais de produção, bem como da subordinação de mulheres e jovens às famílias. Nessa perspectiva, têm

importância fundamental a valorização dos saberes e a construção coletiva do conhecimento nos processos produtivos da Agricultura Familiar.

243. É necessário reconhecer a multifuncionalidade das unidades de produção familiar como medida garantidora dos valores sociais e culturais da população rural. Dar visibilidade e valorização do trabalho dos diversos membros do grupo familiar e da geração de renda na propriedade. Além disso, deve-se estabelecer a combinação positiva entre os aspectos ambientais e produtivos das unidades familiares, assumindo a recuperação e preservação dos recursos naturais, conforme as necessidades e a geração de serviços ambientais nas propriedades familiares.

244. A ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar, necessariamente, devem ter por base um novo padrão tecnológico que seja compatível com a produção familiar. Isto demandará a construção ou adaptação da atual matriz tecnológica, o incremento e o estímulo a pesquisas científicas que dialoguem com os interesses da sustentabilidade. Da mesma forma, deve ser universalizado o acesso à assistência técnica tendo como referência a viabilidade social e econômica da unidade familiar e a qualificação para o acesso às políticas públicas, incluindo as políticas específicas para mulheres, jovens e terceira idade.

245. A adoção de nova matriz tecnológica exige a efetiva incorporação de princípios agroecológicos em diferentes âmbitos: as políticas públicas destinadas à agricultura familiar, em especial o crédito rural, devem privilegiar os sistemas produtivos baseados na agrobiodiversidade. Da mesma forma, políticas de assistência técnica e extensão rural e programas de pesquisa devem ser orientados pela lógica da sustentabilidade, contemplando as dimensões sociais, ambientais e econômicas, de forma a verdadeiramente incorporar a sustentabilidade na prática dos sujeitos, sejam eles/as trabalhadores e trabalhadoras ou técnicos/as.

246. Nesse contexto, sistemas produtivos sustentáveis, como o agroecológico, devem ser apoiados, estimulados e tornados visíveis, evidenciando que, de fato, é possível construir o desenvolvimento sustentável e solidário.

247. Para tanto, é imprescindível que as instituições de ensino formal, em especial as de ensino superior, que desempenham papel chave na disseminação de modelos tecnológicos, adotem princípios e valores de sustentabilidade, o que exige reformulações de sua matriz curricular.

248. A política de crédito deve estar voltada à garantia da produção sustentável, estabelecendo subsídios que fomentem e apoiem a adoção

de sistemas produtivos que rompem com o padrão tradicional. Devem ser aprimorados os instrumentos de cobertura de seguros da produção, estabelecimento de preços mínimos diferenciados e justos e fortalecimento dos processos de comercialização e de agregação de valor da produção familiar. A política de seguro agrícola deve abranger todo o sistema produtivo da propriedade e não somente uma ou outra cultura. As políticas públicas de apoio à agricultura familiar devem levar em consideração a garantia de renda mínima, compatível com os custos de produção mais ganho real de 30%, conforme prevê o Estatuto da Terra.

249. O redirecionamento das políticas públicas voltadas para o campo demanda participação qualificada e articulação dos atores políticos nos espaços de elaboração e gestão das mesmas. Os conselhos estaduais e municipais definidores das ações locais são espaços estratégicos que devem ser ocupados pelo MSTTR. Nestes espaços é preciso defender a ampliação e adequação da infra-estrutura social e produtiva, os serviços públicos de qualidade que garantam condições de vida e trabalho para a população rural. O direcionamento dos investimentos públicos que assegure a educação, saúde, transporte, estrada, cultura, esporte, lazer, etc, no campo, contribui para a ampliação e o desenvolvimento da agricultura familiar e consolida o PADRSS.

## **ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA**

250. Para cumprir as determinações do PADRSS de articular produção de alimentos de forma sustentável, com preservação dos recursos naturais, geração de postos de ocupações produtivas com garantia de renda e gestão compartilhada da produção, o MSTTR estimula e promove a organização social e produtiva da agricultura familiar.

251. Nesta ação o MSTTR tem contribuído para dar visibilidade à agricultura familiar que é a principal responsável pela garantia da soberania e segurança alimentar do Brasil. Mesmo ocupando apenas 21% das terras agricultáveis e com acesso de menos de 15% do volume de crédito rural disponível, a agricultura familiar responde por 39% do Produto Interno Bruto – PIB, por mais de 80% dos postos de trabalho existentes no campo e por 51% da produção de alimentos que chegam à mesa da população brasileira.

252. Neste universo é possível identificar que a agricultura familiar se compõe de variáveis que a influencia social e economicamente, tanto no nível interno – organização, gestão, tecnologia, investimentos, renda, potencial do ambiente e respeito às diferenças, quanto no nível externo - crédito, mercado, forma organizacional e políticas públicas.

253. Portanto, a unidade familiar de produção deve ser compreendida como o lugar em que se desenvolve a gestão participativa dos bens e serviços, levando-se em consideração todos os componentes da família, as relações internas e externas, tanto no âmbito do conhecimento, do emprego das tecnologias e da tomada de decisões, quanto na participação da renda.

254. Assim, no caminho da sustentabilidade, as unidades familiares de produção devem adotar como estratégia a organização social e produtiva, a cooperação que potencializa e qualifica as atividades e a elevação da produtividade do trabalho dos membros do grupo familiar. A organização proporciona a sistematização e o planejamento geral do estabelecimento, observando os aspectos sociais e ambientais, bem como articulando a produção em cadeias e redes produtivas.

255. A gestão das unidades familiares de produção e dos empreendimentos coletivos deve ser aprimorada para responder às necessidades de adequação dos padrões tecnológicos e do mercado, superando o modelo tradicional de gestão centralizada. Neste sentido, a gestão associativa deve considerar a participação democrática do coletivo com base em procedimentos administrativos e financeiros transparentes, compatíveis com a sua realidade social e produtiva.

## **O SISCOP**

256. O MSTTR vem desenvolvendo e implementando o Sistema CONTAG de Organização da Produção – Siscop, que busca articular os principais ramos do processo produtivo: crédito (Creditag – Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar de Economia Solidária), assistência técnica (Sisater – Sistema Siscop de Assistência Técnica e Extensão Rural), as cadeias produtivas e a comercialização da produção. Esse sistema busca fortalecer os processos autônomos sustentáveis e solidários e articula com outras organizações cooperativas o fortalecimento da agricultura familiar.

257. Os instrumentos e políticas públicas devem atuar no fortalecimento dos processos produtivos, garantindo condições de beneficiamento e agregação de valor aos produtos, facilitando a instalação de agroindústrias ou outras estruturas de beneficiamento para os produtos da agricultura familiar.

258. Entretanto, o processo de agroindustrialização de produtos da agricultura familiar requer legislação sanitária específica para o segmento, ajustada à sua realidade e de forma a atender às suas necessidades, com base na Lei da Agricultura Familiar (Lei no 11.326 de 24/07/2006).

259. O SISCOP deve potencializar a inserção qualificada da agricultura familiar, reunindo elementos que contribuam para a superação do domínio dos oligopólios sobre a produção e a comercialização. Desta forma, a agricultura familiar poderá atingir um novo patamar, deixando de ser apenas fornecedora de matéria prima para as transnacionais que definem como e o que se deve produzir.

260. O acesso a mercados e a comercialização da produção familiar são desafios que se apresentam para o MSTTR e demandam a construção de estratégias que articulem a produção, beneficiamento e comercialização da agricultura familiar. Nesse contexto, o comércio justo e solidário representa uma opção que potencializa a agricultura familiar e favorece a implantação de processo produtivo econômico, social e ambientalmente sustentável.

261. Dentre as políticas públicas a serem implantadas para a consolidação da agricultura familiar, a educação profissionalizante se constitui num componente estrutural. É necessária ampliação de escolas técnicas agrícolas acessíveis aos filhos e filhas de agricultores, nas diferentes regiões do País, com objetivo de preparar a juventude para o gerenciamento e a administração da unidade familiar de produção.

262. O sistema de integração da agricultura familiar com as grandes empresas, cada vez mais, atrofia e exclui os agricultores familiares pelas relações de utilização e subordinação destes. Nessa relação, os bônus (resultados) ficam com as empresas e os ônus (prejuízos com a produção, problemas ambientais, sanitários e de financiamento bancário, responsabilidades de contratos, entre outros) são assumidos pelos agricultores familiares. Deve, inclusive, ser analisado se tal relação não se configura em vínculo trabalhista, pois os integrados não são donos do produto final; disponibilizam toda a estrutura física, patrimonial e mão de obra; recebem um valor determinado pela empresa para manter e cuidar do produto da mesma; além da solidariedade de todo o sistema desde a implantação até a produção final. O integrado não deve assumir as responsabilidades que seriam das empresas pelos problemas da produção ou comercialização, cabendo inclusive denúncia no mercado de exportação.

## **TRABALHO NO CAMPO COMO DINAMIZADOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – DRSS**

263. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS - propõe mudanças nas relações sociais que estruturam as organizações e qualificam as políticas quando considera a diversidade dos

sujeitos existentes no campo. O trabalho como valor positivo, promotor de qualidade de vida, renda e crescimento pessoal, não como sofrimento, deve ser um dos pilares do PADRSS.

264. Este elemento traz várias reflexões sobre o significado do trabalho como princípio educativo, para o significado do que é o trabalho, qual a sua importância na construção das identidades, das relações sociais, e como forma de humanização. Os valores atribuídos ao trabalho não podem basear-se apenas pela exploração. Deve ser visto também de forma positiva, capaz de construir identidades e contribuir para promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário - DRSS.

265. A capacidade que temos de pensar, refletir, aprender, criar, construir e transformar o dia-a-dia, no espaço em que vivemos, chama-se de atividade humana do trabalho. O trabalho é sempre uma atividade social e não isolada. A sociedade decide sobre quem trabalha em que trabalha e como se distribui a renda gerada pelo trabalho.

266. O trabalho é o principal fator que determina a organização da sociedade, suas estruturas e funcionamento. A existência do trabalho está relacionada à existência das sociedades. O mesmo não acontece em relação ao emprego, pois, apesar de se inter-relacionados, trabalho e emprego não são a mesma coisa, possuem significados diferentes. O trabalho é toda ocupação humana que atende a um determinado fim, e existe desde o momento em que se começou a transformar a natureza. O emprego é caracterizado pela formalidade e relação de subordinação. Significa exercer função, cargo ou qualquer ocupação remunerada.

267. Compreender a diferença entre trabalho e emprego é importante para melhor entender como funcionam as regras do mercado de trabalho. Por exemplo, na unidade familiar de produção, todos os membros da família trabalham, mas não têm vínculo empregatício. Já os assalariados (as) rurais têm seu trabalho caracterizado pelo vínculo empregatício.

268. Existem diferentes formas de trabalho que envolvem os sujeitos políticos do campo: assalariados (as) rurais, agricultores (as) familiares, assentados (as) e acampados (as) da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos e pescadores artesanais. Esses sujeitos são importantes na construção do desenvolvimento e do campo que queremos. O trabalho no desenvolvimento considera essa diversidade e em como distribuir o bônus (inclusão) e minimizar o ônus (exclusão).

269. Com a globalização e as estratégias neoliberais registraram-se transformações em grande escala, redefiniram-se a dinâmica do mercado

de trabalho, da gestão das empresas, das condições de vida e trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras. A precariedade e a vulnerabilidade do emprego e do trabalho também são responsáveis pela exclusão social. O agronegócio se reproduz nesta lógica, utilizando um modelo degradante de desenvolvimento, onde o mesmo atua, porém reproduz o discurso do desenvolvimento sustentável.

72

270. Precisamos ficar atentos a essas novas reorganizações do trabalho, pois, isto nada mais é do que uma tentativa do capitalismo continuar sobrevivendo. No agronegócio, por exemplo, o assalariamento rural possui características do trabalho que são quase sempre influenciadas por um cenário de precarização, rotatividade no emprego, flexibilização de regras e direitos trabalhistas. A proliferação de cooperativas de mão-de-obra, diminuição do poder aquisitivo dos salários, de casos de superexploração em virtude do trabalho por produção, lacunas nas questões sobre segurança e saúde do trabalhador (a) rural, descumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, péssima distribuição pessoal da renda do trabalho, entre outros, geram relações de conflitos no processo de trabalho.

271. Algumas formas perversas de trabalho ainda permanecem no campo, a exemplo do trabalho escravo e degradante que explora tortura e cerceia a liberdade e dignidade do trabalhador. A ação sindical voltada para o combate à informalidade no campo e estas formas de exploração, ainda presentes no meio rural, tem se intensificado nos últimos anos, pois essas práticas representam impasses para o desenvolvimento que buscamos construir.

272. Destacam-se diversas conquistas e avanços como os processos das campanhas salariais, negociações coletivas de trabalho, ampliação de convenções e acordos coletivos, estabelecidos, pressão por fiscalização efetiva na área rural, criação e atuação do Grupo Móvel de Fiscalização, participação do MSTTR no Planejamento para a ação fiscal no campo. Elaboração e cumprimento da Norma Regulamentadora – 31 (saúde e segurança no trabalho), o combate à superexploração do trabalho por produção, a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, entre outros.

273. Porém, o cenário do assalariamento rural ainda não apresenta uma visão positiva do campo enquanto espaço de qualidade de vida e não dá visibilidade aos trabalhadores/as assalariados/as rurais enquanto protagonistas do DRSS.

274. O MSTTR exerce papel importante ao organizar, mobilizar e defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e reivindicar mudanças na lógica do assalariamento rural do agronegócio.

275. O mercado de trabalho rural também está sendo afetado pelas transformações do mundo do trabalho, que diversificam e alteram as atividades e as ocupações. Em função do avanço da agroindústria e do fortalecimento da agricultura familiar será necessário aumentar a contratação de mão-de-obra, evidenciando, assim, uma tendência de crescimento do trabalho tanto assalariado como o da agricultura familiar.

276. A agricultura familiar ocupa todos os membros da família em atividades agrícolas e não-agrícolas. Ainda assim, por decorrência do seu fortalecimento e expansão, se faz necessário a contratação de trabalhadores (as) assalariados (as) rurais para desenvolver atividades complementares ao trabalho familiar na propriedade.

277. Hoje a realidade preocupa, embora a agricultura e pecuária familiar tenham relevância social e econômica e capacidade de responder às mudanças do mercado de trabalho. A presença da agricultura familiar no mercado de trabalho deve mudar a lógica deste mercado, agregando renda, qualidade de vida e solidariedade.

278. A utilização do trabalho assalariado na agricultura familiar deve ter como princípio assegurar qualidade de trabalho e de vida, elevação da renda, inclusão social e produtiva. A valorização dos assalariados/as rurais também deve se valer desse princípio, o que demanda um conjunto de ações prioritárias e políticas específicas para este segmento.

279. A relação entre agricultores/as familiares e assalariados/as rurais tende a se intensificar, principalmente em decorrência do quadro de envelhecimento do campo. Os problemas existentes devem ser resolvidos em igualdade de condições efetivando o direito à proteção social, inclusive com as alterações legais que são necessárias, tanto para os assalariados/as rurais quanto para os agricultores/as familiares, fortalecendo o conjunto e a unidade da categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

280. Os assentamentos são importantes não apenas porque estimulam o acesso à terra, assegurando trabalho, renda e qualidade de vida, ampliando, e fortalecendo a agricultura familiar, mas também como fomento para o desenvolvimento local. Os assalariados e assalariadas rurais são potenciais beneficiários da reforma agrária e devem ser desenvolvidas ações que fomentem o seu acesso à terra.

281. Em relação à proteção infante-juvenil na agricultura familiar, a nossa luta deve ser pela erradicação da exploração do trabalho que prejudique o desenvolvimento físico, psíquico, social, pessoal e cultural da criança e do adolescente. O desenvolvimento no campo que queremos deve assegurar

a proteção integral, trabalho como princípio educativo, considerando as necessidades de crianças e de adolescentes, com políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Ao mesmo tempo em que somos contrários a exploração do trabalho infantil, precisamos mudar a definição na legislação que trata de trabalho infantil por jovem aprendiz.

282. O trabalho como dinamizador do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS - tem como princípio a garantia dos direitos humanos articulados às estratégias de redução da pobreza, de promoção do trabalho decente, impulsionando a transformação da vida, do trabalho e da renda. As políticas de geração de emprego e renda devem assegurar a proteção social e inclusão social, criando as condições para que as populações rurais não fiquem na marginalidade, reduzindo assim o abismo entre ricos e pobres, mulheres e homens, rurais e urbanos.

283. O trabalho que queremos distribui renda, desenvolve o espaço local, diminui as desigualdades, promove oportunidades para mulheres e homens com dignidade, liberdade, igualdade, segurança e solidariedade. Este trabalho reafirma a identidade individual e coletiva, reconhece as diferenças, considera os nossos valores e quebra as barreiras da invisibilidade, permitindo o reconhecimento do potencial dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na dinâmica do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS.

284. Os desafios são enormes frente a todas essas questões e ao desenvolvimento que queremos, com o trabalho como princípio educativo, como dimensão de cidadania, como formação humana, fortalecendo os diversos espaços do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS e se contrapondo às diversas formas de exploração do trabalho. Tudo isto deve contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento diferente do que tem sido preconizado pelo agronegócio.

## **POLÍTICAS SOCIAIS**

285. Historicamente, a população rural foi desprovida do acesso aos direitos sociais e o campo negado como lugar de cidadania. Isso ajuda a explicar porque o espaço rural, durante muitos anos, foi marcado pelo abandono e pela precariedade das políticas sociais estruturantes. Essa, aliás, foi e continua sendo também a estratégia do receituário neoliberal seguido por muitos governos, que sempre considerou a população rural como mera demandante de políticas de combate à pobreza, possíveis de serem asseguradas pelo Estado enquanto provedor de direitos sociais “mínimos”.

286. Mesmo com os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988,

ainda não foi possível uma articulação e uma eficiente concretização das políticas sociais integradas num Sistema de Proteção Social que assegure condições dignas de vida e que respeite as demandas dos sujeitos e as distintas realidades em que estes vivem.

287. As políticas sociais que vem sendo implementadas nos municípios, como é o caso da saúde pública, educação, habitação, lazer, cultura, esporte, segurança, proteção às crianças e jovens, entre outras, nem sempre atendem às demandas específicas da população rural. Ainda prevalece uma cultura política coronelista e clientelista que transforma “direitos sociais” e “controle social” em meros instrumentos de troca e barganha política.

288. A luta pela universalização dos direitos sociais e por um Sistema de Proteção Social tem sido fundamental, para se construir um padrão de desenvolvimento que seja sustentável, com distribuição de renda e cidadania plena.

289. Algumas mudanças nesse sentido vêm ocorrendo nos últimos anos, a exemplo da descentralização das políticas públicas na área social entre as três esferas de governos (União, Estados e Municípios). Essas políticas asseguram maior presença do poder público junto à população; maior transparência nas informações, decisões e gestão dos bens públicos; além de fortalecer a participação popular nos espaços sociais por intermédio da gestão participativa.

290. Em resposta às reivindicações dos Movimentos Sociais e Sindical, o governo Lula investiu em algumas políticas sociais e adotou medidas importantes, como a valorização do salário mínimo, estruturou o bolsa-família, instituiu o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), o Programa Luz para Todos, ampliou o acesso ao crédito para as camadas de baixa renda, entre outras, o que tem contribuído para reduzir os índices de pobreza e melhorar as condições de vida dos mais excluídos.

**291.** O governo tem demonstrado interesse em negociar com o MSTTR no sentido de repensar, formular e avançar na implementação de políticas sociais específicas para as populações rurais, a exemplo das políticas de educação, saúde, habitação, previdência social, proteção infante-juvenil, etc., ampliando a compreensão sobre o papel que essas políticas têm na dinamização do campo e no processo de desenvolvimento sustentável e solidário. Contudo, algumas dessas políticas são extremamente difíceis de serem implementadas nos municípios e estão longe de beneficiar diretamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

292. Portanto, se faz necessário que o MSTTR repense suas estratégias políticas, amplie o campo de alianças com outros setores da sociedade e qualifique a intervenção nos espaços de elaboração e monitoramento das políticas sociais, tais como, conselhos, comitês, grupos de trabalho, fóruns, etc., sobretudo no âmbito local e territorial.

## MEIO AMBIENTE

76

293. O PADRSS está fundamentado na sustentabilidade, assegurada pelas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, que são interligadas e articuladas. Do ponto de vista ambiental a sustentabilidade significa o processo de desenvolvimento que assegure a relação harmônica e equilibrada da sociedade com os recursos naturais, de modo a não comprometer as capacidades e necessidades da população atual e das futuras gerações.

294. A histórica relação predatória do ser humano com o meio ambiente provocou sérios problemas que exigem alterações significativas e urgentes nos modos de vida e nos padrões de produção e consumo. Neste contexto, a agricultura, como um sistema produtivo intrinsecamente vinculado à natureza, se transforma em um forte alvo das demandas por processos produtivos que não degradem a natureza e assegurem a sustentabilidade.

295. Essas demandas poderão representar um potencial de fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que, majoritariamente, ela se estrutura num sistema capaz de produzir o desenvolvimento sustentável no campo e garantir a segurança e a soberania alimentar e nutricional da população. Diferentemente do agronegócio, as unidades familiares geram postos de trabalho e ocupação, baseando-se na multifuncionalidade, organização, diversificação da produção efetiva e comercialização de alimentos, com uso de tecnologias adequadas e alta produtividade, atividades que se caracterizam como menos agressivas ao meio ambiente.

296. Visando ampliar este potencial da agricultura familiar, o PADRSS assume como uma das estratégias a serem adotadas, a agroecologia, como um novo jeito de viver e produzir que incorpora os valores essenciais da sustentabilidade e que assegura renda. Um sistema agroecológico articula tecnologias adaptadas e práticas agrícolas sem o uso de agroquímicos ou outros contaminantes. Valoriza e reconhece a participação dos diferentes sujeitos políticos, considerando os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos presentes dos espaços organizativos e produtivos e deve estar expressa em forma de um selo da agricultura familiar. Portanto, é desejável

que o governo assuma a agroecologia como uma política pública e desenvolva projetos que visem à busca de novas tecnologias, assistência técnica e divulgação do alimento saudável, produzido e comercializado com o selo da agricultura familiar.

297. Para assegurar que as unidades familiares de produção sejam efetivamente agroecológicas e sustentáveis, garantam renda e produção de alimentos, é necessário redirecionar os instrumentos e as políticas públicas, como por exemplo, a criação de política de pagamento por serviços ambientais e a garantia da certificação de produtos por meio do selo da agricultura familiar. A transição dos modos tradicionais de produção para os sistemas agroecológicos não pode depender apenas do desejo e esforço de indivíduos ou de grupos, mas deve ser uma opção dos sujeitos políticos da agricultura familiar que, em diálogo com os demais segmentos da sociedade, e com o Estado, devem buscar seu reconhecimento como garantidora de produtos saudáveis para a população. Os processos produtivos de agregação de valor e de comercialização devem contar com políticas de crédito e apoio financeiro, capacitação, instrumentos normativos, pesquisas, tecnologias e assessorias técnicas especializadas e adequadas que promovam a transição subsidiada, com a prática de preços de venda diferenciados e linhas de crédito atrativas para os produtos agroecológicos até a efetiva transição e consolidação deste sistema entre os agricultores e agricultoras familiares. É importante também garantir a permanência do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, transformando-o em Lei, de forma que o programa passe a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, sustentação e permanência das famílias no campo.

298. Em relação à legislação ambiental, o MSTTR defende o seu aprimoramento e flexibilização, principalmente para rever o tratamento uniforme que é dado às diferentes formas produtivas e ecossistemas, além do seu caráter muito mais punitivo do que educativo e orientador de práticas sustentáveis. Esse caráter da legislação propicia, na maioria das vezes, o estabelecimento de conflitos e a exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que, historicamente, consolidaram diferentes formas de organização e produção no espaço rural.

299. A Legislação ambiental deve ser regionalizada, a partir das especificidades locais, visando salvaguardar a Agricultura familiar, permitido práticas inteligentes, como por exemplo, o manejo sustentável da bracinga, do pinheiro brasileiro e do palmito no sul do Brasil, contribuindo desta forma com a diversidade biológica e genética, além de contribuir com a conservação ambiental. O Código Florestal também deverá ser adequado e modificado,

prevendo as regras e princípios gerais de proteção ambiental. Quanto às especificidades ambientais de cada estado deverão ser previstas nos Códigos estaduais de meio ambiente, retirando tal poder do CONAMA, que hoje define regras e regulamentos, papel do legislativo.

300. Isto não quer dizer que o MSTTR defenda a flexibilização dos direitos e obrigações e nem a manutenção de formas produtivas predatórias que comprometam os recursos naturais. O MSTTR tem construído esforços para que a legislação ambiental atenda à pluralidade e especificidades dos ecossistemas e assegure condições à agricultura familiar para estabelecer processos produtivos em equilíbrio com a preservação e conservação ambiental, assumindo a agroecologia como política pública. Para tanto, vem participando de vários colegiados, promovendo debates nacionais e nas regiões, se articulando com outras organizações e setores, entre outras ações, que procuram diagnosticar os principais problemas e demandas relativas à cada realidade e formular propostas adequadas.

301. A garantia da sustentabilidade requer a preservação e conservação ambiental, principalmente das áreas de preservação permanentes (APP) e as áreas de reserva legal (RL). É importante que a sociedade e o Estado reconheçam que a preservação e conservação destas áreas é um serviço ambiental prestado que beneficia não só o espaço onde elas se localizam, mas a população em geral. Neste contexto, o MSTTR vem construindo propostas e desenvolvendo ações em conjunto com outras organizações que visam remunerar aqueles que prestam estes serviços ambientais, a exemplo do PROAMBIENTE, que é atualmente um programa governamental. Portanto é preciso buscar a imediata aprovação de Lei que remunere de forma justa aqueles que preservam e conservam os recursos naturais da sua propriedade e desenvolve boas práticas agrícolas.

302. O código florestal também precisa ser revisto e regionalizado, levando em consideração as propostas e encaminhamentos do MSTTR e que sejam consideradas as áreas de APPs para composição da reserva legal.

303. No entanto, estes experimentos e proposições precisam ser aprimorados e ampliados para que, efetivamente, atendam ao conjunto das unidades familiares de produção, garantindo as condições de proteção ambiental sem que isso comprometa as formas de produção e renda das propriedades. Neste sentido, os instrumentos normativos e institucionais devem assegurar melhores condições, inclusive o apoio técnico e econômico para que a agricultura familiar promova a recomposição das APP e RL que tenham sido degradadas ou alteradas. Existem propostas para que seja efetivada a compensação destas áreas com outras áreas, desde que localizadas

no mesmo bioma, quando for impossível a redefinição de seu uso. As áreas de APP e de Reserva Legal devem se adequar às realidades regionais para que não inviabilizem as atividades socioeconômicas da agricultura familiar.

304. A luta pela sustentabilidade pressupõe não só a implementação das políticas públicas, mas o exercício de práticas sustentáveis pelo conjunto da sociedade. O MSTTR deve, portanto, investir junto à sua base para adoção de processos produtivos agroecológicos, como as diversas práticas de manejo sustentável, sistemas agroflorestais, produção de orgânicos, dentre outros. Da mesma forma, deve assegurar medidas internas que estimulem comportamentos e atitudes como, por exemplo, a separação e coleta seletiva de lixo e o combate ao desperdício de papel e energia nas entidades, dentre outras práticas que expressem o efetivo compromisso com a sustentabilidade.

305. Neste sentido, é estratégica a participação do MSTTR nos espaços de debate e formulação de políticas de meio ambiente nos municípios e estados. Portanto, se faz necessária a criação de secretarias de meio ambiente nos municípios. Para dar sustentação política a estas ações faz-se necessária a criação da secretaria de meio ambiente na CONTAG, nas FETAG e STTR, para enfrentar os desafios impostos à sustentabilidade no campo, orientando e desenvolvendo ações específicas relativas ao meio ambiente que estejam articuladas às demais frentes de luta do PADRSS.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

306. Na implementação do PADRSS deve ser considerado tanto a correlação de forças interna quanto externa, na medida em que a integração dos mercados, as negociações e os acordos em nível internacional podem impactar diretamente as políticas públicas desenvolvidas em nosso País. Foi o caso das negociações fracassadas da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio – OMC, que poderiam impor limites ao PRONAF e a outras políticas de apoio à agricultura familiar.

307. A cada dia o comércio internacional ganha maior importância no mundo das economias globalizadas. Os Países buscam a ampliação ou a conquista de novos mercados para comercializar seus produtos. Negociam Tratados de Livre Comércio - TLC - com o propósito de desregular os mercados regionais entre países ou blocos de países. Da mesma forma, buscam liberalizar o comércio internacional com acordos negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

308. O comércio internacional “não é livre e nem confiável” para o conjunto

dos países em desenvolvimento, principalmente, quando o Estado pouco regula e é despreparado para enfrentar as crises que afetam a população mais pobre. A dinâmica do mercado internacional afeta o comércio e a produção local e, por conseguinte, a vida dos/as trabalhadores/as rurais.

309. Centradas exclusivamente no aspecto econômico, estas negociações de comércio internacional em geral não levam em consideração o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações envolvidas e não discutem as consequências sociais. É preciso identificar os impactos decorrentes destes acordos e mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras, para assegurar propostas que protejam a produção e o trabalho do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, do Brasil e dos outros países.

310. Estudos realizados pela Oxfam (Organização Não-Governamental Britânica) e pela Universidade da Califórnia apontam mudanças profundas no mundo rural reservando enormes desafios para os governantes, sobretudo dos países mais pobres, de promoverem o desenvolvimento equilibrado das suas economias, para que a agricultura assegure a soberania e a segurança alimentar das nações.

311. A população mundial continuará crescendo, as demandas básicas por comida, água, habitação, energia, roupa das famílias, também. Mas a terra disponível e agricultável do planeta continuará sendo a mesma. O novo “ciclo” da agricultura aumentará a demanda e a disputa pela posse e uso dos recursos naturais: terra e água, enquanto fatores indispensáveis de produção e geração de riqueza. Além destes fatores, está a preocupação com o meio ambiente, que continuará no centro das atenções internacionais, impondo limites neste processo de produção, afetando, principalmente, a produção de base familiar que poderá no futuro próximo ser obrigada a converter-se em prestadora de serviços ambientais.

312. A terra terá novos valores sociais e econômicos a partir do que ela poderá produzir de alimentos para a segurança alimentar ou, de matérias-primas para a produção de energias que são ou serão futuras commodities (produtos padronizados e comercializados em grande escala no mercado mundial), sujeitas às flutuações do mercado internacional.

313. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO sinaliza um novo “ciclo” para agricultura no qual os preços das matérias-primas (commodities) se manterão altos na próxima década. Isto impacta sobre os países de maneira diversa. No Brasil, por exemplo, representou uma recuperação dos preços agrícolas que se encontravam depreciados. Em outros países está comprometendo o acesso à alimentação de milhares de famílias,

aumentando a fome no mundo. A alta dos preços dos alimentos é causada por vários fatores que apontam muito mais do que um simples desajuste entre a oferta e a demanda de alimentos. Há uma crise de modelo de produção que afeta os componentes da produção e abastecimento de alimentos no mundo.

314. A posição do MSTTR em nível internacional tem por base os princípios que orientam a implementação do PADRSS: regras justas e equilibradas para o comércio internacional, mediante a utilização de instrumentos capazes de disciplinar o comportamento predatório das grandes empresas transnacionais que atuam no comércio internacional; tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento em todos os acordos de comércio internacional (multilateral ou bilateral); soberania e segurança alimentar e nutricional de todos os povos; e, solidariedade da classe trabalhadora de todos os países.

315. Em sua atuação internacional, o MSTTR desenvolve ações conjuntas com outras entidades da sociedade civil. Pode ser destacada como exemplo a articulação e parceria em nível internacional com a União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Tabacos e Afins - UITA, com o desenvolvimento de várias ações importantes para o fortalecimento da luta, dos (as) trabalhadores (as) rurais. Da mesma forma, com as organizações filiadas da Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado - COPROFAM, onde a CONTAG, atualmente, desempenha papel estratégico de articulação e coordenação política. Em nível nacional, com as organizações que integram a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP em suas comissões temáticas e grupos técnicos que tratam da agricultura familiar e dos assalariados nas negociações de acordos de comércio internacional e integração regional.

316. O MSTTR precisa avançar mais em sua política externa, ampliando o seu leque de alianças e de parcerias, consolidando-se como a principal referência do campo brasileiro em nível internacional. Para isso, é importante trazer a temática internacional para as discussões internas e desencadear um processo de formação que possibilite a compreensão da dinâmica das economias e dos acordos de comércio internacional que determinam o modelo de produção agrícola no mundo e outros temas centrais que desafiam a implementação do PADRSS, criando uma legislação que controle a necessidade da importação de alimentos. Destaca-se que as bases precisam se apropriar destas informações envolvendo a política e o mercado externo. O MSTTR precisa difundir as informações, fazendo com que as mesmas cheguem à base.

## PLANO DE LUTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS

317. Propor e lutar pela construção e implementação de políticas que promovam o PADRSS, com pautas articuladas em nível nacional, estadual e municipal, dialogando com a sociedade e ampliando as alianças e parcerias, e articulando as propostas de desenvolvimento do campo com as da cidade.

318. Para garantir maior operacionalidade das ações do MSTTR é necessário que seja feita a priorização de assuntos estratégicos para a categoria dos trabalhadores/as, que atendam de fato à demanda da base. Esta priorização deve levar em conta ações urgentes de médio e longo prazos.

319. Ampliar as ações de massa do MSTTR em nível nacional, estadual e municipal, como legítimo instrumento de pressão ao poder público para atendimento das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e para estabelecer o diálogo com a sociedade sobre o PADRSS.

320. Realizar a Marcha das Margaridas a cada 4 anos.

321. Construir políticas sindicais que assegurem uma organização sindical democrática, classista, autônoma, transparente e atuante, com a participação de todos os sujeitos políticos da categoria, em especial mulheres, jovens, pessoas da 3ª idade e idosas, como incentivo para garantir a continuação da participação dos aposentados nos STTRs.

322. Criar e fortalecer a Comissão Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da 3ª Idade nas FETAGs, conforme deliberação do 9º Congresso.

323. Assegurar o cumprimento, em todas as instâncias das entidades do MSTTR (CONTAG, FETAGs e STTRs), das cotas de no mínimo 30% de mulheres e de, no mínimo, 20% de jovens, proibindo a participação das entidades que não sigam estas orientações nas Plenárias e Congressos da CONTAG e das FETAGs.

324. Combater o nepotismo no MSTTR e no setor público.

325. Garantir, nas direções, igualdade de condições para o desenvolvimento das tarefas necessárias ao bom desempenho do cargo, inclusive com liberação e gratificação, para Coordenações das Comissões de Mulheres e de Jovens.

326. Garantir que o estatuto social de todas as entidades do MSTTR (CONTAG, FETAGs e STTRs) sigam os mesmos princípios, especialmente no que diz respeito às cotas mínimas de participação de mulheres e de jovens, ao tempo de mandato da diretoria e possibilidade de reeleição, sendo limitada

a uma reeleição no mesmo cargo e à obrigatoriedade da renovação de pelo menos 30% da Diretoria.

327. Alterar nos Estatutos do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e imediatamente no Estatuto da CONTAG, as denominações de Coordenação ou Diretoria da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de Coordenação ou Diretoria da Comissão de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e de Coordenação ou Diretoria da Comissão de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade para: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Secretaria de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade, respectivamente, garantindo as mesmas condições que as demais secretarias.

328. Lutar para que as políticas públicas voltadas para os jovens trabalhadores/as rurais sejam desburocratizadas, bem como, sejam aperfeiçoados os programas de capacitação e treinamento destes/as jovens.

329. Garantir a não acumulação de cargos nas direções das FETAGs e STTRs.

330. Garantir nos espaços representativos a cota de jovens e de mulheres separadamente.

331. Implantar uma política de garantia de renda mínima para agricultores sem renda, possibilitando a sucessão rural das pequenas propriedades de Agricultura Familiar.

332. Lutar para a unificação em toda legislação (enquadramento sindical, previdência, etc.) do conceito de agricultura familiar, com base na Lei 11326/2006 (Lei da Agricultura Familiar).

333. Lutar pela manutenção da unicidade sindical, atuando junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para que o MSTTR seja o único representante da categoria trabalhadora rural, buscando, ainda, uniformizar a definição de nossa categoria em toda a legislação.

334. Defender, sistematicamente, a manutenção dos artigos 7º e 8º da Constituição Federal, e lutar pela regulamentação do inciso IV do artigo 8º, que dispõe sobre custeio do sistema confederativo, deixando explícito que a contribuição se estende a toda categoria, filiados/as ou não ao STTR, uma vez que é o conjunto da categoria que se beneficia com os frutos da luta do MSTTR.

335. Lutar pela manutenção dos assalariados/as rurais e agricultores/as familiares na mesma estrutura sindical.

336. Lutar por políticas que atendam às demandas e especificidades dos diversos sujeitos políticos do campo, combatendo todos e quaisquer preconceitos, discriminações e desigualdades baseadas em gênero, geração, raça e etnia, quilombolas / indígenas, entre outras.
337. Criar assessorias específicas nas 3 instâncias do MSTTR.
338. Criar grupos de discussão e construção de estratégias para reavivamento e permanências.
339. Fortalecer as iniciativas já existentes que buscam manter vivas as práticas e as manifestações culturais dos povos do campo.
340. Lutar para que as políticas públicas de cultura beneficiem o campo brasileiro.
341. Incentivar e constituir grupos de trabalho que acompanhem e aperfeiçoem as ações do MSTTR na defesa das bandeiras de lutas dos diversos povos do campo, como comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades de fundo de pasto, atingidos por barragens, etc.
342. Desencadear processos formativos, com metodologia similar ao Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS, como um dos instrumentos de implementação do PADRSS, envolvendo o conjunto da categoria trabalhadora rural.
343. Consolidar a Política Nacional de Formação – PNF - como estratégia formativa no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário.
344. Garantir a capacitação política para as mulheres que estão ingressando no MSTTR, por meio da Enfoc.
345. Promover capacitação para as mulheres rurais, principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e outras.
346. Construir processos eleitorais do MSTTR de forma coletiva e democrática, com a participação de homens e mulheres, sem discriminação de faixa etária.
347. Reformular e reativar as comissão nacional e as comissões estaduais de Ética e o Código de Ética, para assegurar a punição para homens e mulheres que pratiquem ações contrárias ao MSTTR e aos interesses da categoria, em especial os que cometam algum tipo de violência contra as mulheres no MSTTR.
348. Implementar nas FETAGs e nos STTRs a deliberação do 2º Congresso

Extraordinário que limita a apenas uma reeleição do dirigente para o mesmo cargo, e a renovação de, no mínimo, 30% dos cargos na diretoria.

349. Buscar a unificação de todos os estatutos das entidades do MSTTR, devendo todos os estatutos respeitarem as deliberações dos Congressos da CONTAG, estabelecendo critérios de punição para as entidades que não o façam.

350. Estruturar a comunicação no MSTTR para assegurar o acesso da base sindical às informações, encaminhamentos e deliberações da categoria, utilizando-se de todos os meios de comunicação, em especial a internet.

351. Melhorar a comunicação da CONTAG/FETAGs/STTRs, mantendo atualizado o site para atender às atuais demandas do MSTTR, divulgando as nossas bandeiras de lutas e conquistas.

352. Criar uma revista específica sobre as questões de gênero com o objetivo de agilizar e ampliar o alcance das informações e debates sobre a luta das mulheres no MSTTR e na sociedade em geral.

353. Ampliar o debate sobre o PADRSS em todas as instâncias do movimento sindical para que sua implantação chegue às bases, criando alternativas para a agricultura familiar.

354. Ampliar o Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES, assegurando a sustentabilidade política e financeira das entidades do MSTTR de forma equilibrada.

355. Orientar o MSTTR a implantar o bloco padrão de cobrança único de arrecadação das mensalidades sociais, conforme aprovado no 9º CNTTR.

356. Realizar ampla campanha para que todas as entidades do MSTTR estejam regularizadas junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego, assegurando o permanente acompanhamento da tramitação dos processos das entidades junto aquele Ministério.

357. Lutar para que as políticas públicas destinadas ao campo sejam participativas, permanentes e articuladas, considerando as especificidades da área rural e as diferenças regionais e étnicas.

358. Lutar para que os recursos dos Territórios da Cidadania sejam municipalizados e não regionalizados.

359. Avançar nas políticas sociais como instrumento de inclusão social, distribuição de renda e promoção do desenvolvimento justo e igualitário.

360. Fortalecer e ampliar a atuação do MSTTR na luta pela implantação da Reforma Agrária, como instrumento de inclusão social, cidadã e produtiva para o desenvolvimento sustentável e solidário, construindo parcerias e sensibilizando a sociedade para a sua importância.

361. Criar e manter atualizado um cadastro, coordenado pelos STTRs, para agricultores/as interessados/as no acesso à terra, garantindo o acesso às ações de reforma agrária independente de estar ou não em acampamento ou ocupação de terra.

362. Lutar para que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar sejam instituídas como políticas de Estado.

363. Consolidar o Sistema CONTAG de Organização da Produção – SISCOP, como instrumento da organização social e produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, através da construção de sistemas cooperativos nas áreas de produção, crédito e assistência técnica, para práticas sustentáveis e solidárias na agricultura familiar.

364. Lutar para assegurar a valorização e promoção do trabalho digno e decente, que assegure a redução da pobreza, a ampliação e melhorias de proteção e de inclusão social, impulsionando a melhoria da vida, do trabalho e da renda da categoria trabalhadora rural.

365. Desenvolver maiores esforços para fortalecer os assalariados /as rurais e se fazer cumprir as convenções e acordos coletivos de trabalho, buscando melhores condições de vida para os trabalhadores/as.

366. Defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado, combatendo a utilização predatória dos recursos naturais e fortalecendo as boas práticas e políticas ambientais, informando aos agricultores e agricultoras da importância da preservação do meio ambiente (não usar copos descartáveis, garrafas pet, sacolinhas plásticas, não realizar queimadas, entre outras).

367. Defender e fomentar a criação do selo verde para os produtos da agricultura familiar.

368. Defender a criação de comitês gestores de APA, com a participação das entidades representativas dos agricultores e agricultoras familiares envolvidos.

369. Reivindicar que os órgãos de fiscalização ambiental desenvolvam atividades de formação, orientação e informação ambiental destinados aos trabalhadores/as rurais.

370. Combater os impactos negativos da expansão dos agrocombustíveis,

em especial do setor sucroalcooleiro, buscando a melhoria nas condições de trabalho, renda e vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos, a soberania territorial, a proteção do meio ambiente e a segurança e soberania alimentar e nutricional do País.

371. Buscar e construir parcerias na implementação de projetos que garantam a soberania alimentar e nutricional na unidade produtiva.

372. Promover imediatamente o debate no MSTTR, com a participação de mulheres e jovens, sobre agrocombustíveis, levando em consideração as diversidades regionais, na perspectiva de refletir sobre os impactos negativos da monocultura e do setor sucroalcooleiro, que contrapõe-se ao desenvolvimento da agricultura familiar.

373. Lutar contra o arrendamento das propriedades da agricultura familiar pelas grandes empresas e a concessão de florestas públicas.

374. Buscar o estabelecimento de parcerias na implantação de projetos que garantam a soberania alimentar e nutricional do País, destacando o papel da Agricultura Familiar.

375. Propor e lutar por políticas públicas que ampliem a sensibilização e a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Biodiesel, com aumento da renda, possibilitando aos agricultores e agricultoras a participação em todas as etapas da cadeia produtiva (fornecimento de matéria prima, de óleos vegetais e/ou biodiesel e sua comercialização), dando prioridade à diversificação da produção de alimentos da agricultura familiar, bem como a organização de pequenas cooperativas para evitar os atravessadores.

376. Ampliar as parcerias e alianças internacionais, para impedir acordos e negociações lesivas aos interesses das populações dos países, como por exemplo a ALCA, e assegurar a proteção para a produção e o trabalho do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, do Brasil e dos outros países.

377. Participar de forma organizada e sistemática nos processos eleitorais, no combate à corrupção eleitoral e na luta pela importância do voto consciente e da ética na política, elegendo trabalhadores e trabalhadoras rurais e apoiando candidaturas comprometidas com o PADRSS e o MSTTR.

378. Lutar pela ampliação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, discutido-o com o MSTTR, reivindicando que caminhe na mesma direção do PADRSS, visando o desenvolvimento econômico, social e sustentável da agricultura familiar, de forma que todos os municípios possam participar independentemente do número de habitantes.

379. Criar nos STTR's comissões municipais de meio ambiente, com a participação das lideranças que atuam nas comunidades.

380. Lutar para que o MSTTR tenha uma participação mais efetiva nas instâncias e foros municipais (conselhos municipais de desenvolvimento rural).

381. Desenvolver, através da CONTAG, ações mais pontuais nas mais diversas áreas, conforme as realidades específicas das regiões.

**88** 382. Estabelecer tratamento diferenciado para a região norte, devido à dimensão geográfica dos estados.

383. Adotar uma posição contrária às sementes transgênicas, orientando aos agricultores/as familiares a não utilização de sementes geneticamente modificadas.

# Comissão Temática 01

## Reforma Agrária



## REFORMA AGRÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

### Balço da Política Pública de reforma agrária

90

384. O aprofundamento do padrão conservador de desenvolvimento rural, vem amplificando as alterações produzidas pelo processo de modernização da agricultura e impactando, de forma ainda mais negativa, no modo de vida e trabalho, na malha fundiária, na conformação dos ecossistemas e na matriz tecnológica, fazendo com que o campo, cada vez mais, se transforme em um lugar sem gente, sem recursos naturais e sem produção de alimentos.

385. O modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio agrava outros limites que, historicamente, marcaram a ação do Estado na reforma agrária e impediram a sua efetivação de forma ampla, massiva e com qualidade. Além de elevar a concentração da terra e renda, a violência no campo, a degradação ambiental, a exploração do trabalho e a exclusão social e produtiva, o aumento do preço das terras e dos alimentos, produz um novo fenômeno conhecido por estrangeirização das terras devido à entrada indiscriminada de investimentos internacionais no campo.

386. A concentração da terra é evidente pela análise dos dados disponíveis sobre a estrutura fundiária que revelam que o Brasil possui uma área territorial de 850 milhões de hectares, onde estão localizados mais 3 milhões de imóveis rurais. Destes, menos 1,6% do total (69.123) ocupam uma área de 43,7% (183.463.319 ha) das terras. Por outro lado, as pequenas propriedades que representam 85,2% dos imóveis (3.611.429), ocupam apenas 20,1% da área. Além disso, cerca de 170 milhões de hectares são constituídos por posses irregulares em terras devolutas e 120 milhões de hectares compõem as grandes propriedades improdutivas. É importante destacar que as Unidades de Conservação ocupam cerca de 102 milhões de hectares; as terras indígenas 129 milhões de hectares; as águas territoriais internas, as áreas urbanas e as ocupadas por rodovias, outros 30 milhões de hectares. A área total de imóveis cadastrados no INCRA chega a 420 milhões de hectares, segundo levantamento do INCRA, datado de 2003.

387. É importante destacar que a ação do Estado no campo sempre foi determinada pela influência política da oligarquia rural, situação que também persiste sob o governo atual que é pressionado a moldar as estruturas e políticas públicas para responder aos interesses do agronegócio. Isto fez com que problemas estruturais ou conjunturais não fossem enfrentados, a exemplo da não aprovação da Portaria Interministerial para atualização dos índices de produtividade agropecuária e nem a revogação da Medida Provisória

que não permite desapropriações de terras ocupadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais. Da mesma forma, a não efetivação de regularização fundiária e de titulação das pequenas posses em áreas públicas, fez agravar o êxodo rural e a situação de instabilidade na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

388. Os setores conservadores com influência no governo pressionaram pela indicação de pessoas contrárias à reforma agrária para assumirem cargos estratégicos na direção do INCRA. Na mesma esteira segue a atuação dos governos municipais, estaduais e dos poderes legislativo e judiciário que, majoritariamente, privilegiam o atendimento ao agronegócio e atuam para impedir a reforma agrária e criminalizar as organizações e lutas sociais pelo direito à terra.

389. Com isso, o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA se converteu em um instrumento restrito nas proposições e tímido nas ações, não vislumbrando a reforma agrária como medida estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Esta situação foi ainda piorada no 2º mandato do governo Lula com as orientações traçadas pelo “Programa Vida Digna no Campo”, que além de não definir metas para a reforma agrária, trata esta política com um caráter muito mais social do que estrutural. As ações continuam lentas, atomizadas e pontuais, não respondendo aos desafios que estão postos para o campo e para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, como ação complementar à reforma agrária, não conseguiu cumprir as metas anuais, dependendo, principalmente, de sua desburocratização e melhoria da estrutura, em especial nas Unidades Técnicas Estaduais. Além do mais, a elevação dos preços das terras em algumas regiões afetou bastante a capacidade de compra de terras de melhor qualidade e com áreas maiores, fato que poderá acarretar riscos à capacidade de pagamento e à sustentabilidade econômica das unidades produtivas adquiridas. Esta situação foi agravada pelo pouco empenho por parte de governos de Estados na realização das ações do Crédito Fundiário que são de suas competências.

390. Apesar destes problemas, avanços importantes foram conquistados, principalmente pelo reconhecimento do governo quanto ao papel das organizações sociais e de suas lutas pela terra. O processo permanente de pressão e negociação, construído pelo MSTTR e outras organizações sociais produziu o atendimento de demandas importantes. Dentre estas, destaca-se a ampliação dos recursos orçamentários para a Reforma Agrária com a criação, ampliação e qualificação de programas de ações governamentais, como Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATEs, TERRASOL, PRONERA,

melhorias nas condições de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário e nova formulação da proposta de crédito para os assentamentos, buscando avançar na estruturação de um crédito sistêmico para as unidades produtivas. No entanto, a eficiência destes programas fica comprometida pela burocracia que, muitas vezes, impede que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham acesso a eles.

391. Avanços significativos ocorreram, também, em atendimento às demandas das mulheres, pautadas no Art.187 da Constituição Federal, visando o acesso das mulheres à terra e a políticas públicas que lhes garantam condições de produzir e comercializar com autonomia. Destaca-se a Portaria 981/03 determinado a titulação conjunta da terra, a Instrução Normativa 38/06 normatizando o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, alterando os procedimentos e instrumentos para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e o Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação. Além disso, foi alterada a sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária com prioridade àquelas chefiadas por mulheres e uma nova modalidade de crédito para as assentadas. Foi ainda, criado o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora que, apesar de necessitar de sua ampliação e melhor qualidade na gestão, propiciou o maior acesso das mulheres às políticas públicas e o exercício pleno de sua cidadania.

392. Na luta pela terra é notória a participação da juventude, contudo o conjunto de normas/critérios de acesso à terra desenvolvida pelo Incra não contribui para o assentamento dos/as jovens solteiros/as, que não são priorizados no processo de assentamento e dificilmente são beneficiados. Dentro do Programa de Crédito Fundiário – PCF - foi instituída uma linha chamada de “Nossa 1ª Terra”, para responder a uma demanda apresentada pela juventude do MSTTR. Dentre os limites desta política, podemos identificar falta de condições atrativas e de qualificação da juventude, na gestão e organização produtiva, além da ausência de boas condições de assistência técnica.

393. É importante destacar que, apesar das dificuldades e limites a reforma agrária, os processos de obtenção das terras e de realização dos assentamentos representam medidas fundamentais para promover a inclusão social e produtiva de milhões de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros sem terra ou com pouca terra. Da mesma forma, sem democratizar os meios de produção, assegurar o pleno acesso das mulheres à terra e à gestão da unidade familiar e do assentamento, não será possível consolidar um desenvolvimento rural que seja incluyente, sustentável e solidário.

## **Balanço da Ação Sindical na reforma agrária**

394. O MSTTR considera a atualidade e urgência da realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa como instrumento estratégico e essencial para implantar e consolidar um padrão de desenvolvimento rural efetivamente sustentável e solidário. Da mesma forma, considera que os limites impostos à reforma agrária, especialmente pela investida do agronegócio, transnacionais e de setores do Estado, continuam demandando um processo permanente e intenso de lutas e resistência.

395. Estas bases políticas orientaram a ação da CONTAG na reforma agrária, que buscou fortalecer a organização sindical para assegurar o direito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de se mobilizar e pressionar o Estado para implantar políticas garantidoras do acesso seguro e sustentável à terra.

396. Foram priorizadas ações visando o fortalecimento, ampliação e articulação da ação sindical na luta pela terra e pela qualidade dos assentamentos, realizando diversas atividades nas FETAGS e STTRs e, também, nos acampamentos e assentamentos discutindo, avaliando e definindo estratégias para orientar a ação sindical e as lutas junto ao Estado. Neste processo, foi priorizada a criação dos coletivos estaduais, regionais e municipais buscando ampliar o envolvimento das lideranças, qualificar as pautas de reivindicação e dar maior organicidade à ação do conjunto do MSTTR na reforma agrária.

397. Permaneceram ininterruptas as variadas ações de pressão como as marchas, trancamento de estradas, ocupações de prédios públicos, audiências públicas, dentre outras, cobrando agilidade e qualidade das ações do Estado. Os acampamentos e ocupações continuaram sendo as mais importantes e eficazes formas de luta pela terra e atualmente, mais de 90 mil famílias permanecerem organizadas em 700 acampamentos organizados pelo MSTTR. No entanto, constatou-se que houve uma redução no número de novos acampamentos e ocupações, principalmente pelo descrédito gerado entre os trabalhadores e trabalhadoras, em razão da morosidade do INCRA na conclusão dos processos de desapropriação e, também, pelas consequências repressoras da Medida Provisória que impede vistorias em áreas ocupadas.

398. A CONTAG e as FETAGs continuaram, também, com as ações de lutas e reivindicações, buscando a ampliação e melhoria das ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, conquistando a ampliação do programa para todos os Estados, a redefinição nas condições de financiamento, reduzindo os encargos e ampliando prazos. Foi garantida, também, a renegociação das dívidas em atraso para os beneficiários do PNCF e, também, dos programas

Banco da Terra e Cédula da Terra. Estes últimos, apesar de não terem sido mobilizados pelas FETAGs e CONTAG à época de suas operações, começaram a procurar o MSTTR para apoiá-los na solução das dívidas em atraso e de outros problemas que enfrentam na consolidação do desenvolvimento das áreas que adquiriram.

399. A CONTAG procurou, também, ampliar e fortalecer as alianças e parcerias com outras organizações sociais na luta pela reforma agrária. Neste sentido, intensificou sua intervenção junto ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que tem como atual ação estratégica a campanha pelo limite da propriedade da terra no Brasil. Também construiu, em conjunto com a UITA - União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura, o planejamento para a Campanha Internacional contra a Violência no Campo que, apesar de não ter se concretizado integralmente, realizou ações importantes para denunciar a violência e a impunidade contra trabalhadores e trabalhadoras rurais. Foi destacada também, a participação da CONTAG em importantes espaços de articulação e elaboração de políticas, em nível nacional e internacional. Como exemplo, destaca-se a participação na organização e realização da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR, na Conferência pela Soberania Alimentar, promovidas pela FAO, no Fórum Terra, Território e Dignidade e na Conferência Especial da Sociedade Civil, ambas realizadas em paralelo às conferências da FAO. Da mesma forma, tem sido destacada a participação da CONTAG nas reuniões e grupos de trabalho da Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL – REAF .

400. Apesar de todos os avanços registrados na ação sindical, é preciso mencionar que nem todo o conjunto do MSTTR tem a luta pela reforma agrária como prioritária. Este é um desafio que precisa ser superado, pois como preconiza o PADRSS, sem reforma agrária não há desenvolvimento sustentável e solidário e, sem luta, não se viabilizará a realização da reforma agrária ampla, massiva e participativa.

401. A investida do agronegócio buscando se consolidar como modelo hegemônico para o campo, impõe maiores desafios à luta sindical pela reforma agrária, inclusive o de comprovar a sua necessidade e atualidade. Além do permanente processo de lutas e pressão, faz-se necessário aperfeiçoar as elaborações e proposições que façam frente à “guerra ideológica” travada contra a reforma agrária.

402. É fundamental, portanto, a construção de um projeto político contra-hegemônico para o campo e para o País, que potencialize a unidade da classe trabalhadora e estabeleça o diálogo com a sociedade em torno de

uma proposta de desenvolvimento pautado na reforma agrária, soberania, sustentabilidade, qualidade de vida, como preconiza o PADRSS.

403. Buscando contribuir com este debate e orientar a ação estratégica e a articulação de sua prática política pelo direito à terra e pela qualidade dos projetos de assentamento, o MSTTR se propõe a construir as bases para um plano de reforma agrária neste Congresso. Estas bases gerais do Plano, que partem das orientações do PADRSS, deverão ser detalhadas na sequência, especificando e atualizando as proposições relativas à reforma agrária, que dialoguem com a realidade, as demandas da base e as diversidades regionais.

404. Neste sentido, as ações do MSTTR na reforma agrária devem se organizar e se articular a partir de orientações estratégicas e políticas relacionadas a seguir.

## **Plano de Lutas**

### **Bases para o Plano Nacional de Reforma Agrária do MSTTR**

405. Implantar no Brasil um novo Plano de Reforma Agrária que se efetive de forma ampla, massiva, de qualidade e participativa, democratizando o acesso à terra, à água e aos recursos naturais, garantindo os direitos dos povos e das comunidades ao modo de viver e de produzir de forma sustentável e solidária. Para tanto, é necessário qualificar o instrumento da desapropriação por interesse social como principal medida para obtenção de terras para a reforma agrária, assegurando efetiva punição aos proprietários de terras que não cumprem a função socioambiental, inclusive, ampliando o direito do Estado de expropriar estes imóveis, especialmente pela prática do trabalho escravo e pela sua utilização no tráfico de drogas. Qualificar, também, os instrumentos para agilizar e efetivar os processos da regularização fundiária das terras públicas, da União e dos Estados.

406. Implantar e consolidar os projetos de assentamentos e as unidades familiares de produção para se tornarem espaços efetivos de desenvolvimento sustentável e solidário, assegurando políticas públicas que garantam a produção e a comercialização prioritária de alimentos saudáveis em sistemas agroecológicos, o fortalecimento das culturas locais, a multifuncionalidade, geração de renda, preservação e conservação ambiental. Para tanto, assegurar a universalização da assessoria técnica, extensão rural adequada e gratuita, crédito sistêmico, tecnologias adequadas, programa para instalação de agroindústrias e infra-estrutura social e produtiva suficiente para o desenvolvimento dos projetos.

407. Institucionalizar espaços de participação na gestão e controle social das políticas públicas de reforma agrária.

408. Assegurar igualdade entre homens, mulheres e jovens no acesso e permanência na terra e na gestão dos Projetos de Assentamento e nas unidades produtivas, estimulando a qualificação das assentadas para a sua organização produtiva. Neste processo deve-se assegurar o acesso das mulheres à propriedade da terra, mesmo quando estas, sozinhas, administrem os seus lotes.

96

409. Garantir o acesso de jovens solteiros/as como beneficiários da reforma agrária.

410. Efetivar a exigência do cumprimento da função socioambiental da terra como condicionante ao direito de propriedade, incorporando nos seus critérios o limite máximo de 35 módulos fiscais para cada proprietário.

411. Aprimorar o Programa Nacional de Crédito Fundiário como uma política pública complementar à reforma agrária e promover a simplificação da concessão de financiamentos. Essa simplificação deve contemplar o aumento e a regionalização dos valores a serem emprestados, dobrando os atuais valores de financiamento, além de eliminar juros e estabelecer prazos e rebates maiores para pagar. Esses ajustes possibilitarão condições adequadas para um processo sustentável de obtenção de terras de qualidade e em quantidade suficiente para grupos organizados de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, assalariados e assalariadas rurais, minifundistas e pequenos proprietários que necessitem ampliar suas unidades produtivas, além de contemplar os filhos e filhas de agricultores familiares.

412. Efetivar o georeferenciamento, discriminação e regularização de todas as áreas públicas, garantindo a proteção possessória dos ocupantes de pequenas áreas, assegurando a participação social na definição de destinação das demais áreas.

413. Estabelecer regras limitadoras ao acesso às terras brasileiras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras seja pela compra ou por contratos de arrendamento e parceria, assim como ao investimento de capital financeiro nas empresas estabelecidas no campo, prevendo retomada das terras já adquiridas pelos estrangeiros que estejam acima dos limites estabelecidos.

414. Realizar o planejamento da reforma agrária, a partir do zoneamento agroecológico, identificando áreas prioritárias, definindo prazos para conclusão de cada etapa do processo, que devem ocorrer de modo sistêmico, integrado e diferenciado para atender às especificidades das regiões e garantir

sustentabilidade econômica, social e ambiental das áreas.

415. Ampliar as parcerias com órgãos de pesquisa e extensão rural, para assegurar a sustentabilidade produtiva dos assentamentos.

416. Promover a seleção das formas produtivas dos assentamentos de acordo com as aptidões das famílias beneficiárias.

417. Garantir que os assentamentos só sejam emancipados após a conclusão de toda a infra-estrutura necessária e de ter os processos produtivos consolidados, permitindo o desenvolvimento sustentável das famílias beneficiárias.

418. Aperfeiçoar a legislação, as políticas e os instrumentos públicos para assegurar recursos financeiros e humanos suficientes e adequados à realização das ações de obtenção de terras e de implantação dos assentamentos com agilidade e qualidade.

419. Fortalecer a estrutura do INCRA para assumir as ações de reforma agrária, promovendo descentralização e articulação de políticas entre os órgãos do governo federal, estadual e municipal.

420. Federalizar os crimes cometidos contra os defensores dos Direitos Humanos, agilizando o julgamento dos acusados de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas lideranças.

421. Efetivar a Justiça Agrária em todas as instâncias.

### **Bases políticas para orientar a ação sindical na reforma agrária**

422. Manter os processos de mobilização e as ações de pressão de modo a pautar a reforma agrária no centro da agenda política dos governos e da sociedade, lutando pela implementação do plano de reforma agrária do MSTTR, sensibilizando as FETAG's, e regionais sindicais que não atuam na discussão desta política.

423. Retomar a luta massiva e efetiva do MSTTR pela terra, inclusive para evitar a criação de outros movimentos nas bases de STTRs e FETAGs que não atuam nesta área.

424. Organizar, através das FETAGs, a demanda de potenciais beneficiários da reforma agrária, a partir dos STTRs;

425. Lutar pela revogação da legislação que impede a vistoria em terras ocupadas.

426. Lutar pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 438/2001 que determina a expropriação de propriedades de terras onde foi constatada utilização de trabalho escravo.

427. Lutar pela retomada das terras da União, destinando-as prioritariamente para as ações de Reforma Agrária.

428. Lutar para que o INCRA crie Unidades Avançadas nas diversas regiões dos estados melhorando as ações de Reforma Agrária

98

429. Lutar pela desburocratização dos procedimentos administrativos nos processos de desapropriação para Reforma Agrária e de obtenção de terras pelo programa Crédito Fundiário.

430. Definir uma estratégia específica de atuação do MSTTR junto ao Poder Judiciário, para fazer cumprir a função social e ambiental da terra, agilizar os processos de desapropriação e colocar fim às medidas liminares nas ações possessórias.

431. Definir ações e mobilizações de pressão pela Reforma Agrária, junto aos governos Federal, estaduais, Municipais e aos poderes legislativo e judiciário, responsabilizando também estes setores pelos conflitos fundiários.

432. Priorizar as ações coletivas contra o latifúndio e o agronegócio, pressionando o Estado a democratizar a propriedade da terra e consolidar assentamentos de reforma agrária sustentáveis do ponto de vista ambiental, social econômico e organizativo.

433. Ampliar a divulgação e o debate sobre os instrumentos que garantem o acesso das mulheres e jovens à terra e aos programas de apoio a produção nos assentamentos;

434. Realizar um efetivo acompanhamento e monitoramento da construção e efetivação dos instrumentos e programas para assegurar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais e jovens à terra, à documentação, à declaração de aptidão ao Pronaf – DAP, à assessoria técnica e ao crédito especial e regularização dos assentamentos.

435. Promover mobilizações e manifestações junto ao MDA e ao INCRA, para que sejam incorporados todos e todas antigos moradores nos projetos de assentamento extrativistas – PAE, mesmo que sejam professores ou agentes de saúde.

436. Lutar para que sejam assegurados como beneficiários da reforma agrária todos os assentados e assentadas que tenham assumido a condição de professor/professora, (inclusive os oriundos do Pronera) ou de agentes comunitários.

437. Lutar pelo aperfeiçoamento da legislação do Pronaf Mulher e Pronaf Jovem, dissociando-os daqueles destinados aos homens.
438. Criar, ampliar e fortalecer os Coletivos Nacional e Estaduais de Reforma Agrária, dinamizando a participação das mulheres nestes espaços.
439. Os coletivos de Reforma Agrária devem sensibilizar todos e todas dirigentes sindicais para a massificação e fortalecimento da luta pela Reforma Agrária.
440. Incentivar a criação de Coletivos Municipais de Reforma Agrária articulados pelos STTR's e associações dos assentamentos da Reforma Agrária e do PNCF.
441. Realizar ações de capacitação que fortaleçam a participação sindical nos conselhos, comitês gestores e outros espaços de debate, planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas em execução, assegurando a participação das mulheres, da juventude e da terceira idade.
442. Promover, através das FETAGs, a capacitação da diretoria dos STTR onde exista demanda pela reforma agrária.
443. Atuar no apoio à organização dos projetos de assentamentos, promovendo a capacitação, estimulando e fortalecendo os processos associativos e cooperativos das famílias assentadas e a adoção de práticas de produção ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.
444. Ampliar e fortalecer as campanhas pelo limite de propriedade da terra e contra a Violência e Impunidade no campo no Brasil.
445. Realizar encontros regionais com jovens assentados e agricultores familiares beneficiários do processo de Reforma Agrária, na perspectiva de estimular a sua organização política, econômica e cultural.
446. Construir, no programa Jovem Saber, cursos de gestão das unidades de produção e assentamentos para jovens beneficiários de todos os programas de acesso a terra.



# Comissão Temática 02

## Política Agrícola



## BALANÇO DAS AÇÕES DE POLÍTICA AGRÍCOLA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS

102

447. As ações de política agrícola do MSTTR avançaram com base na organização social e produtiva e na geração e garantia de renda para a agricultura familiar, visando consolidar este modo de produção como modelo essencial ao desenvolvimento sustentável e solidário no meio rural brasileiro, com objetivo de garantir segurança e soberania alimentar, como pressupostos da implementação do PADRSS.

448. As reivindicações do MSTTR geraram resultados importantes, entre os quais merecem destaque: a proposição da política de garantia de renda para agricultura familiar que deu origem ao atual Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); o aumento dos recursos para o PRONAF Crédito e, em especial, para ATER; a negociação de Contratos de Cooperação Técnica e/ou Contratos de Compra e Venda de Oleaginosas com empresas produtoras de biodiesel no cenário nacional; o estímulo à organização do cooperativismo de crédito; e a participação efetiva na organização das demandas por habitação do campo.

449. Além destas ações, o MSTTR atuou fortemente junto ao Governo Federal na promoção da simplificação dos normativos do PRONAF Crédito, cuidando para garantir a manutenção das conquistas alcançadas. Contribuiu na formulação da nova metodologia de Financiamento Integral da Unidade Familiar de Produção, com objetivo de tornar o crédito um insumo sustentável na agricultura familiar. Da mesma forma, participou ativamente na formulação de propostas de negociação das dívidas rurais que resultou na Lei 11.775/08, beneficiando cerca de 1,8 milhões de agricultores/as familiares, somando um volume de R\$ 10 bilhões.

450. Mesmo com estes avanços o MSTTR avalia a necessidade de promover ajustes nos parâmetros de enquadramento da Agricultura Familiar no tocante à Renda Bruta Anual.

451. Atualmente, o principal desafio posto é o monitoramento da implementação dessas políticas públicas conquistadas, seja para aperfeiçoamento ou atualização das mesmas, de modo a garantir o fortalecimento e consolidação da agricultura familiar. Neste aspecto vale ressaltar a importância do Observatório Sindical da CONTAG, em implementação, que tem por objetivo avaliar o acesso do público do MSTTR às políticas públicas voltadas à produção, beneficiamento e comercialização da produção.

452. No contexto do acompanhamento e monitoramento do acesso da agricultura familiar às políticas públicas, o domínio pelo MSTTR do sistema de emissão eletrônica de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), desenvolvido pelo MDA, representa um forte avanço. São 4.224 Agentes Emissores de DAP no banco de dados do MDA representando 2.396 STTRs. Este é o maior e mais completo banco de dados sobre a agricultura familiar, sendo que a CONTAG, as FETAGs e os STTRs se constituem na principal fonte dessas informações.

453. Para melhorar a organização, acompanhamento e monitoramento da implementação deste sistema, foi criado um Grupo Gestor no MSTTR responsável pela atualização dos dados no Sistema de Cadastro de Entidades Emissoras de DAP (CED-WEB), bem como pela prestação de contas sobre a emissão de DAP pelos STTRs. Entretanto, é necessário que o conjunto do MSTTR busque assegurar a infra-estrutura necessária para garantir o acesso dos STTRs de todas as regiões ao sistema DAPWEB.

454. Quanto à organização da produção, a orientação estratégica do MSTTR passa pela implementação do Sistema CONTAG de Organização da Produção SISCOP. O SISCOP foi aprovado pelo 9º CNTTR e, segundo o Planejamento Estratégico da CONTAG, se estrutura a partir dos seguintes eixos: 1) Na implementação de processos de organização da produção (...) visando a construção de políticas solidárias sustentáveis que potencializem novas relações sociais, políticas, econômicas e comerciais; 2) Na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar, com melhoria de renda e qualidade de vida; e 3) No fortalecimento, aperfeiçoamento e ampliação dos recursos do crédito, ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), pesquisa, produção e comercialização na agricultura familiar.

455. Na função de impulsionar os agricultores familiares para uma melhor qualidade de vida o MSTTR deve levar em conta a multifuncionalidade. Significa que a agricultura familiar pode e deve produzir outros produtos além de alimentos. Nesse sentido, o MSTTR deve promover e dar visibilidade a experiências com esse enfoque.

456. O SISCOP, por sua concepção, incorpora todas as experiências de cooperação da agricultura familiar e demais trabalhadores/as rurais, por meio de suas organizações associativas, cooperativas e outras formas organizativas de produção, comercialização, crédito, ATER, habitação etc., inclusive de atividades rurais não agrícolas, constituindo-se em um sistema nacional, com planejamento regionalizado, a fim de melhor se estruturar.

457. Após massiva campanha de divulgação e esclarecimento sobre a importância do SISCOP, seu formato político-organizativo – que resguarda

a autonomia de gestão e a harmonia em relação à estrutura sindical – a expressão “Organização da Produção” passou a ser empregada amplamente pelas lideranças e técnicos do MSTTR e instituições parceiras.

104

458. Para o MSTTR a implementação do SISCOP deve contribuir, em especial, para melhorar sua relação com a agricultura familiar. Atualmente, o SISCOP figura no cenário nacional como a estratégia organizativa mais importante no contexto da agricultura familiar. Abrange todas as Regiões do país e suas organizações compõem a base da União Nacional das Organizações da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

459. Uma importante ação do MSTTR na organização das Cadeias Produtivas foi o apoio no cadastramento das associações, cooperativas e outras formas organizativas de produção na agricultura familiar. Até o momento, em seu banco dados estão registradas cerca de mil organizações da agricultura familiar e economia solidária, sendo que destas mais de 500 são associações e 193 cooperativas de produção.

460. Na execução do projeto de levantamento e identificação das principais cadeias produtivas de atuação da agricultura familiar, pode-se identificar por ordem de prioridade a necessidade de focar os trabalhos do MSTTR nas cadeias do leite, café, ovino-caprino, apicultura, olericultura, fruticultura, oleaginosas e outros produtos característicos dos respectivos biomas. A conclusão desta ação apontou para a urgência de capacitar lideranças e técnicos para uma gestão eficiente e participativa destas organizações, garantindo transparência em todos os procedimentos administrativos.

461. Assim, é necessário que o MSTTR intensifique os trabalhos com relação as organizações produtivas da agricultura familiar a fim de poder contribuir efetivamente na qualificação de suas lideranças e avançar na certificação da produção, acesso a mercados e na implementação do SUASA – Sistema [Único de Atenção à Sanidade Agropecuária.

462. Especificamente, sobre a cadeia produtiva do biodiesel, vale ressaltar que o MSTTR foi um dos principais atores da sociedade civil na construção do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Realizou ações de mobilização e capacitação de lideranças, técnicos e agricultores familiares em todo o território nacional; promoveu estudos de viabilidade sobre processos de esmagamento de oleaginosas para comercialização de óleo e subprodutos diretamente pela agricultura familiar; representou com eficiência os interesses da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel em diversos espaços de formulação, discussão e implementação do programa.

463. Nesse sentido, nas negociações com o Governo Federal, o MSTTR

pautou questões importantes para a agricultura familiar, entre as quais o maior comprometimento do governo em relação à operacionalização das políticas de acesso ao crédito; a ampliação da cobertura de zoneamento agrícola e inclusão de oleaginosas no PGPAF; a garantia da manutenção dos leilões de biodiesel; a adequação da legislação sobre o PNPB e a criação de um fundo nacional para a promoção da agricultura familiar no PNPB. Com isso o MSTTR é reconhecido como única entidade que efetivamente atuou em defesa dos interesses da agricultura familiar com relação ao programa.

464. Quanto às demandas de ATER da Agricultura Familiar o MSTTR vem articulando instituições prestadoras destes serviços por meio do SISATER (Sistema SISCOP de Assistência Técnica e Extensão Rural). O SISATER é uma ferramenta imprescindível à implementação do PADRSS e já tendo sido definida a forma de seu funcionamento, como se articular as organizações de ATER apoiadas pelo MSTTR e parceiras, bem como a sua diferenciação metodológica, que consiste no acompanhamento sistemático aos beneficiários do PRONAF. Entretanto, é preciso definir melhor a relação das prestadoras de serviços com as organizações da agricultura familiar na estrutura organizativa proposta pelo SISCOP.

465. O SISATER tem outras limitações que precisam ser superadas, tais como: (i) a definição do papel das organizações do MSTTR na implementação das políticas públicas, pois algumas FETAGs e STTRs têm alterado seus estatutos sociais para serem executores de serviços de ATER; (ii) o Marco Referencial da ATER que ainda não foi definido, sendo que a legislação vigente dificulta o repasse e utilização de recursos públicos para a ATER, o que compromete a qualificação da prestação de serviços devido à sua descontinuidade; e (iii) a existência de dois programas de assistência técnica, com órgãos gestores, públicos e orçamentos distintos (ATER – SAF/MDA e ATES – INCRA).

466. Outra ação do MSTTR, por meio do SISCOP, se dá com relação a organização do Cooperativismo de Crédito, sendo esta uma importante estratégia para consolidar a agricultura familiar. Assim, no intuito de atender às reivindicações demandadas por sua base, o MSTTR vem apoiando a implementação do cooperativismo de crédito por meio do Sistema CREDITAG (Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

467. Nesta ação o MSTTR busca ampliar e qualificar o acesso da agricultura familiar ao crédito possibilitando uma melhor utilização das conquistas de recursos públicos, a exemplo do PRONAF. As cooperativas de crédito vêm para facilitar este processo, por serem entidades organizadas e administradas pela classe trabalhadora rural para lhes prestar serviços de acordo com suas

necessidades, ofertando-lhes serviços como o crédito, a poupança e educação financeira.

106

468. Em 2005, as metas do SISCOP foram reorientadas no sentido de expandir o cooperativismo de crédito da agricultura familiar. Atualmente, o CREDITAG conta com 29 cooperativas localizadas nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, São Paulo e Rondônia. Para oferecer suporte técnico e dinamizar o sistema nos Estados são constituídas cooperativas centrais de serviços sendo que há seis em funcionamento e outras três em processo de constituição. Com o crescimento do CREDITAG foi necessário constituir uma Coordenação Nacional para responder pelas demandas do sistema. Esta coordenação é composta por um representante de cada Estado.

469. Há, ainda, duas situações a considerar: na Região Sul há uma parceria do MSTTR com o Sistema CREŞOL Baser para que este estrategicamente cumpra a função do SISCOP no ramo crédito; na Região Nordeste há uma forte tendência de migração das Cooperativas de crédito de outros Sistemas para o CREDITAG, podendo, inclusive, avançar na unificação dos sistemas de cooperativas de Crédito da agricultura familiar da Região.

470. Outra ação estratégica adotada pelo MSTTR está na construção de uma agenda política sobre habitação no campo. Trata-se de uma luta fundamental, pois até a pouco não havia política específica para atendimento às demandas de construção de moradias (novas, reforma ou ampliação das casas existentes), essencial para melhoria na qualidade de vida da população do campo.

471. O próprio governo reconhece que há um forte déficit habitacional, sendo necessária a construção de mais de 7 milhões de moradias novas e cerca de 10 milhões a serem reformadas. No meio rural esta demanda pode chegar a 1,75 milhão de moradias. Ter uma moradia digna é umas das condições imprescindíveis para a família e a habitação tem se tornado, cada vez mais, um dos fatores que contribui para a continuidade da população no campo.

472. Como fruto das reivindicações e negociações com o Governo Federal foi garantido recursos para construção e reforma de 31.000 unidades habitacionais. Dessas, 7.955 unidades subsidiadas com recursos do FGTS foram destinadas para o MSTTR. A meta agora é ampliar esta ação. Para tanto, foi realizado levantamento das necessidades habitacionais, sendo diagnosticada pelo MSTTR uma demanda de mais de 500 mil unidades para agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, incluindo quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

473. Com o objetivo de ampliar e melhorar o programa habitacional o MSTTR está negociando com o Governo Federal, dentro da Política Habitacional, um programa específico para o campo, contemplando os beneficiários de menor renda com subsídio maior.

## Mulheres

474. O MSTTR, com a ação organizada das trabalhadoras, vem investindo no debate sobre a atuação das mulheres na agricultura familiar e na visibilidade e reconhecimento da sua importância no processo produtivo. Isso implica em mudanças no tratamento dado à agricultura familiar e na ampliação da agenda política ao reconhecer a importância da participação das mulheres nos Coletivos de Política Agrícola e nas ações propostas pelo SISCOP.

475. Algumas conquistas podem ser registradas como o crescente reconhecimento da importância da atuação das mulheres na agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional, nas práticas agroecológicas, em espaços institucionais de construção de políticas públicas, como o CONDRAF e o Comitê de ATER.

476. No plano dos programas e políticas públicas destaca-se a inclusão de demandas e reivindicações das mulheres nas pautas dos Gritos da Terra e das Marchas das Margaridas; a assinatura da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) em conjunto com o esposo ou companheiro; a inclusão das mulheres no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PRONATER); as chamadas específicas para projetos de organizações de mulheres rurais e para a inserção das mulheres em processos produtivos nos territórios rurais; apoio à participação e à comercialização de produtos na Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária; ampliação do acesso das mulheres ao PRONAF Mulher e demais linhas do PRONAF; integração das mulheres em projetos de agregação de valor; e a recente criação do Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres, integrando diversos programas como o PAA e o de Economia Solidária.

477. Entretanto, são muitos os desafios para efetivar essas conquistas e mudar a realidade das mulheres na agricultura familiar e a participação qualificada nos espaços de concepção e gestão de políticas públicas.

478. O pouco espaço de participação dos jovens nas tomadas de decisão nas famílias também é percebido na agricultura familiar e vem sendo um dos ressentimentos mais constantes da juventude rural. Este é um dos fatores que tem desmotivado a permanência dos/as jovens no campo, além da falta

de acesso à terra, a incerteza de retorno, a falta de programas especiais de educação no campo.

## **Plano de lutas**

479. Realizar estudos e promover iniciativas sobre turismo rural e ecológico, como forma de geração de renda na zona rural.

480. Avançar nas ações de mobilização e articulação das organizações da agricultura familiar, em especial por meio das cooperativas de economia solidária de ATER, crédito, produção e comercialização, tendo por finalidade ampliar a participação do MSTTR como instrumento de acompanhamento, monitoramento, orientação política e tecnológica.

481. Garantir a participação efetiva das lideranças e técnicos do MSTTR, bem como os técnicos das entidades parceiras, na implementação da metodologia de financiamento integral das unidades familiares de produção da agricultura familiar para sua consolidação.

482. Reforçar o processo de organização da produção visualizando a cadeia produtiva de agrocombustíveis integrada à produção animal e/ou agroecológica de gêneros alimentícios, tendo por prioridade a segurança alimentar.

483. Consolidar o SISATER como sistema para atendimento às demandas da agricultura familiar ligada ao Movimento Sindical.

484. Promover apropriação das discussões de ATER pelo conjunto MSTTR, com participação efetiva dos STTRs juntamente com os técnicos dando maior poder ao MSTTR no Programa Nacional de ATER (PRONATER).

485. Qualificar e ampliar os recursos de ATER, tendo por referência o SISATER, para atender as demandas do PNPB.

486. Fortalecer a relação do MSTTR com as cooperativas de crédito da agricultura familiar, estimulando o processo de poupança e a aplicação adequada do crédito promovendo assim a educação financeira dos(as) agricultores(as) familiares, criando, para isto, um fundo solidário de apoio do MSTTR ao cooperativismo.

487. Implantar o sistema de Emissão de DAP Eletronicamente em todos os STTRs, sendo que este procedimento deve caber exclusivamente ao MSTTR. As instituições de ATER, como órgãos prestadores de serviços de assistência técnica, devem se voltar exclusivamente ao papel que lhes compete.

488. Expandir e consolidar o Observatório Sindical como ferramenta imprescindível ao acompanhamento das políticas públicas para agricultura familiar.

489. Lutar pela aprovação de uma política habitacional com linhas de financiamento e metodologia que considere as condições e especificidades do campo, contemplando toda a demanda de agricultores/as e assalariados/as rurais, no prazo de 5 anos, com monitoramento e acompanhamento pelo MSTTR, inclusive podendo ser operacionalizada pelo Banco do Brasil. Nesse sentido, o MSTTR deve lutar pela criação e implementação do PRONAF Habitação.

490. Lutar pela inclusão do Programa Nacional de Habitação Rural do Governo Federal no PRONAF como linha de crédito específica e trabalhada nos moldes desse programa. A política habitacional para o campo deve contemplar a agricultura familiar e os assalariados e assalariadas rurais, ligados ao MSTTR, com meta de pelo menos 100 mil unidades habitacionais por ano.

491. Criar um Comitê do MSTTR para atuar perante o Programa Nacional de Habitação Rural, primando pela desburocratização e agilidade na liberação dos recursos, e promover a capacitação de lideranças para sua operacionalização. Da mesma forma, o MSTTR deve atuar e articular a criação de Comitês Estaduais para Habitação Rural.

492. Garantir e ampliar a participação de mulheres, jovens, assalariados e assalariadas rurais nos espaços de construção e implementação das estratégias do SISCOP.

493. Dar visibilidade e valorizar as experiências agroecológicas construídas pelas mulheres, homens, jovens e terceira idade, ou seja, pela unidade familiar do MSTTR, por meio de Rede (Rede Agroecológica) e divulgar a importância da agroecologia, seus princípios e práticas, para a construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário sem desigualdades de gênero e geração.

494. Construir uma política agrícola cujo objetivo seja transformar o meio rural em um projeto de vida com qualidade e renda para jovens e suas famílias, garantindo o processo sucessório.

495. Lutar para tornar mais democrática as relações de gestão e distribuição de renda na unidade familiar de produção.

496. Realizar Encontros Regionais, Estaduais e Municipais para debater sobre a importância da juventude e das mulheres na agricultura familiar, bem como sobre os mecanismos de inserção ao PRONAF. Instituir e instalar o

coletivo de política agrícola nos estados.

497. Realizar mobilização para a superação dos problemas que impedem o acesso de jovens e mulheres ao PRONAF.

498. Valorizar a participação de jovens na administração da unidade familiar, explicitando a importância do apoio concedido pelo MSTTR à juventude, estimulando sua permanência no campo e a efetivação do processo de sucessão familiar.

110

499. Implementar, nas esferas Nacional e Estadual, as Centrais de Cooperativa de Serviços de Crédito e Produção.

500. Realizar ações para garantir as especificidades do cooperativismo da Agricultura Familiar no Projeto de Lei sobre Cooperativismo em tramitação no Congresso Nacional.

501. Lutar pelo aperfeiçoamento das linhas do PRONAF Mulher e PRONAF jovem, adequando-os à realidade da agricultura familiar e desvinculando a exigência de emissão da DAP vinculada à unidade familiar.

502. Criar um Observatório Agroecológico por Estado, para promover a matriz produtiva pleiteada pelo PADRSS.

503. Capacitar a base do MSTTR, através da CONTAG e FETAGs, com o objetivo de qualificar a sua participação nos debates nos vários espaços de criação, discussão e implementação de políticas públicas dos territórios, com vistas à consolidação do PADRSS.

# Comissão Temática 03

## Meio Ambiente



## MEIO AMBIENTE

### Política de Meio Ambiente

504. As questões ambientais vêm ocupando, cada vez mais, os espaços de discussão nos diversos setores da sociedade, e têm causado preocupação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que sentem a necessidade de conciliar a conservação e a recuperação ambiental com o uso sustentável no desenvolvimento das práticas na unidade familiar de produção.

112

505. Os anos de 2007 e de 2008 foram marcados pela divulgação de números preocupantes no que diz respeito ao meio ambiente. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês) deixaram claro que não é mais possível que o mundo mantenha os mesmos hábitos. Os estudos revelaram que há 90% de certeza de que o aquecimento global é causado pelas atividades humanas, que seus efeitos no clima já começaram e continuarão pelos próximos séculos. A questão é delicada, especialmente no Brasil, já marcado por extremos climáticos, o que implica em secas, enxurradas e vendavais, que devem se intensificar.

506. É verdade que crises ambientais já ocorreram em outros momentos da história da humanidade, mas nunca com essa dimensão planetária. O modelo atual de desenvolvimento e a pressão sobre os recursos naturais poderão causar o seu esgotamento, comprometendo o seu uso pelas futuras gerações, pois a natureza não é um apanhado de recursos que se possa utilizar indiscriminadamente e nem uma máquina a serviço do ser humano.

507. Além da elevação constante e gradual da temperatura do planeta nas últimas décadas, consequência da emissão desenfreada de gases que provocam o efeito estufa, o planeta perde sua biodiversidade com o desaparecimento estimado pelas pesquisas dos últimos anos de aproximadamente 74 espécies por dia.

508. Estudos publicados por universidades brasileiras estimam a perda de solos por erosão, em cerca de 10 toneladas de solo por hectare/ano em nosso continente e a diminuição dos mananciais de água doce. Cerca de 190 bilhões de metros cúbicos de água são transferidos, anualmente, do continente para os oceanos. O sistema de plantio direto está alterando essa realidade em algumas regiões.

509. A água se tornou um dos temas principais de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no planeta. A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, da necessidade de preservar suas fontes,

racionalizar seu uso, promover a recuperação dos mananciais danificados, beneficiando e bonificando quem o faz. Para isso, é importante uma campanha de conscientização sobre o tema que envolva toda a sociedade.

510. Hoje, com todo processo de degradação da água disponível, e considerando a realidade de 1,2 bilhão de pessoas sem acesso à água potável no planeta (dados da ONU), sendo 45 milhões no Brasil (dados do Ministério das Cidades), se exige uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível. A gestão e uso da água não devem representar aumento de custos para a Agricultura Familiar.

511. A agricultura já foi apontada, em documento da FAO, como a maior vilã da contaminação do planeta. Tal afirmação advém certamente das práticas agrícolas adotadas em escala mundial com o advento da mal denominada “revolução verde” que contribuiu para o quadro de degradação ambiental do planeta e que priorizou a agricultura patronal.

512. Neste quadro, a busca da sustentabilidade dos sistemas produtivos no campo constitui um grande desafio para o país neste novo século. A sustentabilidade implica em redução de custos, produção com produtividade estável e baixo impacto ambiental.

513. O trabalho e a pesquisa em ciências agrárias e as políticas de desenvolvimento no Brasil, estiveram por longo tempo dissociado dos princípios e dos conhecimentos acumulados pela ecologia. Este fato também explica porque a agricultura é hoje considerada como uma das principais causas e, ao mesmo tempo, como uma das principais vítimas dos problemas ambientais da atualidade.

514. Por outro lado, as políticas ambientais têm se preocupado essencialmente com a preservação dos ecossistemas naturais, com pouco interesse pelos sistemas produtivos. A ênfase dessas políticas tem estado mais centrada no conceito de preservação do que no uso sustentável dos recursos naturais, afirmada na criação de normativos restritivos às práticas agrícolas, mantidas por instrumentos de fiscalização e controle.

515. Antes de penalizar e condenar o agricultor é preciso ter provas concretas com investigação por autoridades competentes, referente ao real provocador do dano ambiental.

516. É necessário que o Estado reconheça a agricultura familiar como uma aliada na conservação dos recursos naturais e não como a responsável pelos problemas ambientais que causam a degradação dos ecossistemas. Dessa forma, será possível pautar estrategicamente as políticas públicas,

ampliando as potencialidades da agricultura familiar como promotora do desenvolvimento sustentável.

517. Estas políticas públicas devem ter caráter preventivo e educativo, garantir condições de convivência entre a elevação da produtividade e a conservação ambiental. Uma dessas estratégias é a remuneração pelos serviços ambientais prestados pelas unidades familiares de produção, reconhecendo-os como necessárias para toda a sociedade brasileira, que deve partilhar da responsabilidade pela manutenção dos ecossistemas e da conservação ambiental das áreas.

114

518. Outra estratégia que seguramente reafirmará a agricultura familiar como aliada na conservação ambiental é o desenvolvimento de um processo massivo de capacitação dessas famílias no campo brasileiro. Uma proposta que reconhece a importância desse segmento que historicamente garante a diversificação da produção nas suas propriedades e é o maior responsável pela segurança e soberania alimentar e nutricional no país, além de garantir o equilíbrio econômico, social, cultural e ambiental no país.

519. As atividades da agricultura familiar quando orientada com informações corretas garante este equilíbrio, a exemplo de Santa Catarina que nos últimos 15 anos ocorreu imensa recuperação da cobertura vegetal e florestal. De acordo com os últimos dados, o Estado possui 41,46% do território coberto com mata nativa, se considerar as demais atividades florestais e de preservação chega aos 60% de cobertura vegetal.

520. Por outro lado, a ocupação urbana em Áreas de Preservação Permanente - APP, o uso indiscriminado da água, poluição dos rios e córregos sem controle não sofre penalização, responsabilizando única e exclusivamente o setor rural como os poluidores das águas e pelo desmatamento em série. É preciso considerar o benefício promovido pela agricultura familiar como preservadora das florestas, da água e do ar.

521. Caso se cumpra rigorosamente o código florestal, milhares de pequenas propriedades utilizadas por agricultores familiares deixarão de existir, por estar em áreas de preservação permanente. Em vários casos, quando se soma as APP às áreas de reserva legal, as atividades na propriedade são inviabilizadas. Exemplificando, o estado de Santa Catarina possui 32.800 propriedades da agricultura familiar em áreas de APP e mais 18.000 propriedades que, se incluídas à reserva legal, deixarão de existir.

522. Desafios estão postos em todos os biomas brasileiros. A Amazônia hoje vem sendo pensada como sendo um mero objeto de projeto de desenvolvimento que não a integra nacionalmente, apesar de representar

mais 60% do nosso território. O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - do Governo Federal recolocou a região no mapa dos investimentos, visando incentivar a dinâmica de desenvolvimento regional, com a valorização da floresta partindo do discurso da responsabilidade empresarial social e ambiental como perspectiva para o desenvolvimento do bioma, que traz à tona, mais uma vez, o conflito entre desenvolvimento e preservação ambiental. Somam-se a esses, outros complicadores como a continuidade de práticas ilegais, o desmatamento, os saques, os conflitos da terra, além da negação dos direitos dos povos locais, da ausência do Estado quando estão em jogo os interesses das populações amazônicas e dos problemas fundiários até hoje não resolvidos.

523. Faz-se necessário um grande debate pelo MSTTR para que seja definida qual a importância que queremos dar ao bioma e qual a sua contribuição no fortalecimento do PADRSS. Qual o nosso papel nas diversas frentes de luta presentes em grandes debates e nas políticas públicas como as inovações trazidas pelo PROAMBIENTE, com reconhecido destaque aos sistemas agroecológicos desenvolvidos nas unidades familiares de produção incorporadas nos seus 11 Pólos Pioneiros.

524. Os biomas cerrado e pantanal trazem fortemente o debate da intensificação dos efeitos negativos contra o meio ambiente provocados pelo agronegócio. O desmatamento ilegal, o aumento indiscriminado no uso de agrotóxicos e agroquímicos, o processo de desertificação, o assoreamento e a contaminação dos recursos hídricos, são impactos que podem comprometer, irreversivelmente, a biodiversidade e a sobrevivência desses biomas a curto, médio e longo prazo.

525. O aumento do desmatamento não se reflete somente na expansão da fronteira agrícola para a agropecuária. Está ligado, também, à produção siderúrgica, à construção de hidrelétricas, dentre outros empreendimentos. A afirmativa de que não haverá novos desmatamentos para a produção de cana-de-açúcar e de outras monoculturas, com o aproveitamento das áreas já degradadas não é verdadeira, pois não existem mecanismos legais que permitam o controle sobre o tipo e forma de produção nas propriedades privadas. Certamente, o que ocorrerá será a ampliação da área atualmente plantada sobre o que ainda resta de florestas no Cerrado e em outros biomas.

526. O desafio do MSTTR é garantir, junto ao Estado brasileiro, a definição de políticas estratégicas de articulação entre as ações dos órgãos públicos com vistas à implementação de ações voltadas para uma efetiva proposta de desenvolvimento rural sustentável, solidário e incluyente, que assegurem a continuidade da vida e a dignidade no campo.

527. No Semi-Árido brasileiro, onde prevalecem os biomas caatinga e cerrado, 2,2 milhões de famílias estão espalhadas no meio rural (aproximadamente 13 milhões de pessoas), a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica (2 litros de água/pessoa/dia), nem com segurança doméstica (40 litros de água/pessoa/dia). Do ponto de vista ético, essa é a população prioritária no investimento público na questão da água.

528. O debate que predomina sobre todos os outros se refere ao Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, chamado anteriormente de Projeto de Transposição da Bacia do Rio São Francisco. A posição de apoio da CONTAG ao programa será mediante o cumprimento de condicionantes, já dialogadas com o Governo Federal, cujo debate deve ser amadurecido pelo MSTTR.

529. O caso do tratamento que o Estado tem dispensado a agricultura familiar no bioma Mata Atlântica por intermédio do indicativo de lançamento eminente do decreto de regulamentação da Lei da Mata Atlântica, sem a realização de processo amplo e transparente de discussão com a sociedade, colocam em risco diversos avanços que a Lei da Mata Atlântica traria à agricultura familiar, respeitando as culturas tradicionais. Com a publicação desse Decreto, diversas práticas agrícolas, inclusive de manejo florestal sustentável, que vinham sendo realizadas, serão inviabilizadas nas regiões onde predomina o bioma. Intervenções e propostas visando à adequação na normatização federal com tratamento diferenciado para a agricultura, resultado de debates específicos, foram encaminhados e apresentados pelo MSTTR ao governo federal. Mas, ainda assim, o instrumento não está em conformidade com a realidade das unidades familiares de produção.

530. A lei Mata Atlântica deverá ser revista e discutida por Região, com toda a sociedade, para ser adaptada à realidade Regional.

531. Dentre outros normativos, o Código Florestal em conjunto com o novo Decreto de Regulamentação da Lei de Crimes Ambientais que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente” se aplicado na forma da Lei, excluirá milhares de unidades familiares de produção. Terras planas com solos férteis de alta produtividade e de fácil manejo, às margens de rios, riachos e ribeirões ou em topos de morros, estarão sucumbindo a uma legislação florestal rigorosa que desconsidera as diversidades regionais.

532. É urgente e necessário que a legislação ambiental trate as especificidades da agricultura familiar, reconhecendo seus limites e potencialidades na regulação de seus processos produtivos e organizativos, de modo a preservar

sua existência e fomentar seu desenvolvimento sustentável.

533. A legislação ambiental deverá ter como premissa a educação ambiental e não a criminalização do agricultor familiar. Da mesma forma deverá diferenciar a pequena propriedade rural do grande latifúndio. O Código Florestal deverá ser revisto adequado e modificado, para que haja a desburocratização e a simplificação do marco regulatório na legislação ambiental brasileira.

534. Lamentavelmente, a pressão sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo, por meio de punições e exclusão, se fundamenta em um conjunto de legislações de proteção ao meio ambiente homogêneo e excludente que não reconhece as especificidades geográficas e ecossistêmicas das regiões brasileiras, a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas e culturais locais, dando tratamento igual aos diferentes. Podemos exemplificar com a comprovação de que 1/3 das unidades familiares de produção estão em áreas de APP (Áreas de Preservação Permanente). Essas famílias serão excluídas do campo caso não seja encontrada uma saída que dê o tratamento diferenciado à agricultura familiar, reassentando-os em outra área, por exemplo, considerando seu relevante papel social.

535. É preciso reconhecer as diversidades e especificidades dos biomas brasileiros e as diferentes formas de intervenções não somente para a conservação e preservação desses ecossistemas, como também para o uso sustentável dos recursos naturais associados.

536. Com o propósito de iniciar um debate orientador na construção da Política de Meio Ambiente do MSTTR, foi instituída no âmbito da CONTAG uma Comissão de Meio Ambiente, composta por diretores e contratada uma assessoria específica.

537. Em 2007 e 2008 foram realizados na CONTAG eventos sobre meio ambiente com a participação da Comissão de Meio Ambiente e do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente constituído por representantes regionais indicados pelo Conselho Deliberativo da CONTAG e de representantes regionais das FETAGs, além de dirigentes e assessores da CONTAG. Nesses espaços, foram aprovados os eixos estratégicos e definido um plano de ação já em fase de implementação.

538. As prioridades apontadas nesses encontros objetivam a construção de uma agenda política socioambiental, comum para o MSTTR, que procura resgatar as elaborações e proposições acumuladas pelo conjunto do MSTTR e responder aos desafios apontados atualmente. Neste sentido, esta agenda política visa não somente à conservação e o equilíbrio entre as atividades das unidades familiares de produção e os ecossistemas brasileiros, mas a garantia

de transformação do meio rural em espaço efetivo de sustentabilidade, com soberania e segurança alimentar, nutricional e hídrica, realização da reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, assegurando a permanência de trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo.

118

539. Neste sentido, a Política de Meio Ambiente do MSTTR deverá contribuir para implementar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável e solidário, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Deverá orientar as atividades do trabalhador e da trabalhadora rural e a sua relação com o meio ambiente, estimulando as boas práticas no campo com a conservação e a recuperação dos recursos naturais, garantindo rendimento satisfatório a um menor custo e proporcionando, ao mesmo tempo, a rentabilidade dos investimentos e a sustentabilidade da atividade produtiva nos ecossistemas.

540. O desafio de protagonizar a construção de um novo modelo de desenvolvimento a partir dos princípios estabelecidos pelo PADRSS passa também pelas ações da juventude rural. Neste contexto, percebe-se o crescente número de jovens que vem aderindo à produção agroecológica. Essa mudança na matriz produtiva revela uma visão sistêmica e holística da unidade familiar de produção, integradas com a proteção dos ecossistemas, visando melhorar a produção e produzir de modo mais sustentável, com menos impactos ambientais e sociais negativos e com menor utilização de insumos externos.

541. É fundamental também que o MSTTR estabeleça processos e ações articulados, internamente e com a sociedade, em torno de uma nova concepção do espaço rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário, a partir do estabelecimento de princípios e diretrizes que assegurem e apóiem ações específicas voltadas à construção da equidade socioeconômica e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão.

542. O tratamento das questões ambientais no MSTTR deverá ser precedido de uma política orientadora onde serão consolidados seus fundamentos. Para tanto, inicialmente, devem ser estabelecidos princípios e diretrizes visando uma concepção sustentável de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade.

## **PLANO DE LUTAS**

543. Assegurar a transversalidade ambiental em todas as ações desenvolvidas pelo MSTTR.

544. Apoiar todas as ações e Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento econômico igualitário e solidário nas comunidades rurais, incluindo a dimensão ambiental e respeitando as culturas existentes em cada região.

545. Debater, incentivar e encaminhar propostas efetivas de adequação da legislação ambiental às especificidades da agricultura familiar, levando em consideração as diferentes realidades regionais, de forma a não comprometer a viabilidade econômica e social da propriedade, principalmente em áreas de APP, garantindo a compensação financeira pela sua preservação.

546. Promover parcerias para o trabalho em rede entre entidades públicas, organizações não-governamentais afinadas com o MSTTR e com credibilidade perante a sociedade, estimulando a elaboração, execução, monitoramento e avaliação participativa das políticas públicas.

547. Incluir a variável ambiental nas fases de arrecadação, planejamento, implantação e gestão, norteando as diversas modalidades de acesso à terra, incluindo os programas de reforma agrária e crédito fundiário.

548. Alocar e capacitar recursos humanos com o objetivo de instruir profissionais voltados para a implementação da política ambiental e agrícola dentro do MSTTR que não venha a inviabilizar a agricultura familiar.

549. Promover programa massivo de educação ambiental que leve o MSTTR a entender melhor as relações homem natureza, trazendo o enfoque da legislação ambiental, de acordo com as especificidades de cada região.

550. Incentivar a participação das representações das comunidades nas ações do MSTTR e nos colegiados estaduais e municipais que tratam das questões ambientais.

551. Incentivar a discussão sobre desenvolvimento agrário nos eventos sobre meio ambiente e fortalecer a discussão sobre desenvolvimento.

552. Priorizar as boas práticas agroecológicas nas negociações das políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar e nos processos de organização da produção e de conservação e preservação ambiental.

553. Adotar como prioridade, ações de combate à queimada e à desertificação no MSTTR e nos espaços de debates.

554. Adotar como prioridade ações para a conservação e revitalização dos recursos hídricos, não só no meio rural, mas também na área urbana sem penalizar a agricultura familiar.

555. Incorporar e promover práticas em defesa de um meio ambiente equilibrado, construindo e fortalecendo políticas sustentáveis como estratégia para consolidação do PADRSS, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

556. Impedir a criação de Unidades de Conservação da Natureza do Grupo de Proteção Integral que tenham, em seu interior ou na sua área de amortecimento, propriedades de agricultores familiares ou de assentados da reforma agrária e classificar as já criadas de acordo com a SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Onde hajam estas famílias, garantir para a agricultura familiar e populações tradicionais a implantação de ações e propostas de manejo de uso sustentável em unidades de conservação

557. Orientar, criar e organizar o coletivo de meio ambiente do MSTTR em cada estado, dando condições aos STTRs e FETAGs para executar as políticas.

558. Debater e encaminhar, no âmbito do Coletivo de Meio Ambiente, propostas efetivas de regulamentação na legislação ambiental sobre o tipo e forma de produção nas propriedades.

559. Garantir que o MSTTR direcione recursos financeiros para a formulação e a implementação da sua política de meio ambiente.

560. Garantir a criação da Secretaria de Meio Ambiente na CONTAG, FETAGs e STTRs.

561. Promover processos educativos e informativos com profissionais, buscando recursos financeiros para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais recebam capacitação sobre processos produtivos em sistemas agroecológicos.

562. Criar e fortalecer as redes nacionais e estaduais de agroecologia visando desenvolver ações formativas, troca de experiências e ações políticas em defesa do meio ambiente com incentivo à agroecologia.

563. Estender a obrigatoriedade de preservação ambiental e de obediência aos dispositivos legais aos agressores ambientais do meio urbano, incluindo agentes industriais e comerciais.

564. Levar as práticas de preservação e recuperação ambiental aos países vizinhos e parceiros do Mercosul, através do REAF e COPROFAM.

# Comissão Temática 04

## Assalariados e Assalariadas Rurais



## ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS

565. A secular exploração de mão-de-obra, consequência de uma cultura patronal autoritária nas relações com os trabalhadores e trabalhadoras, influenciou um longo período da história e ainda está presente nos dias de hoje.

566. Para construir uma prática diferenciada na relação capital/trabalho é fundamental considerar a dimensão do processo histórico das transformações, seus fatores determinantes e seus processos de inclusão e exclusão social.

567. As transformações na agricultura se mostram excludentes, provocando a precarização do emprego e das relações de trabalho. As discussões a respeito das mudanças no mundo do trabalho e suas implicações sobre os que trabalham impactam os trabalhadores/as assalariados/as rurais, sobretudo àquelas decorrentes das inovações tecnológicas, das práticas organizacionais e suas repercussões na saúde e no trabalho. É importante também fiscalizar as grandes propriedades nessas questões.

568. Para agravar esse quadro, as práticas dos governantes evidenciam que não há efetiva vontade política de regular as relações de trabalho de forma a torná-las menos desiguais, já que os órgãos fiscalizadores são ineficientes e não existem restrições de crédito ou mecanismos punitivos eficazes onde há ocorrência de trabalho escravo e/ou análogo ao escravo, desrespeito ambiental, entre outras graves irregularidades.

569. A conquista do direito à formalização das relações de trabalho não eliminou a existência de precarização das relações contratuais, criando a necessidade de um conjunto de novas práticas no meio rural. Por exemplo, uma parte dos empregados/as assalariados/as rurais, são tratados como parceiros, sendo esta uma forma de não criar vínculo empregatício, o que prejudica os seus direitos trabalhistas e previdenciários.

570. O próprio ordenamento jurídico brasileiro, frequentemente, atende aos imperativos do capital e aos detentores do poder, através de um legislativo e de um judiciário que se posicionam tendenciosamente, beneficiando o infrator.

571. Também se constituem em infrações, práticas que escamoteiam as verdadeiras causas para a flexibilização e dispensa do trabalhador/a, como a demissão por justa causa em razão de faltas justificadas, por apresentação de atestado médico, por produção abaixo da estimada pela empresa, pessoa jurídica ou pessoa física, em culturas como fruticultura, café, cana-de-açúcar, madeira, entre outras. A exploração se expressa ainda pelos mecanismos

impostos pelas empresas exigindo esforços sobre-humanos dos trabalhadores e das trabalhadoras, através de incentivos como, por exemplo, ganho de cestas básicas, prêmios por produção, acréscimos nos valores pagos conforme o rendimento e tabela progressiva. Tais práticas acarretam consequências negativas irreversíveis à vida do trabalhador e da trabalhadora.

572. Ainda é possível constatar no meio rural a redução do emprego assalariado com vínculo, flexibilização de direitos trabalhistas e previdenciários, perdas de conquistas históricas, desigualdade de rendimentos entre homens, mulheres e jovens assalariados/as rurais, redução dos empregos, processo crescente da mecanização, exigência do aumento de produtividade, ritmo intenso do trabalho, jornadas extensas e intensas que geram superexploração de trabalhadores/as rurais, que adoecem ou morrem por exaustão.

573. As decisões tomadas pelo judiciário, mesmo perante esse quadro de precarização e miserabilidade, não oferecem credibilidade perante a classe trabalhadora, que segue explorada. São frequentes as situações em que trabalhadores e trabalhadoras não conseguem comprovar a atividade rural para obtenção de benefícios previdenciários, pois moram em locais isolados, têm dificuldades em arrolar testemunhas que o comprovem, e o judiciário, embora conheça a especificidade da categoria, não aceita testemunhas, nem mesmo o relato de representante do sindicato.

574. A prática de trabalho escravo também ocorre com frequência. Dentre as infrações mais comuns do trabalho escravo contemporâneo estão a servidão por dívida (cobrança de despesas com comida e transporte), o cerceamento da liberdade, o não pagamento de salários, as jornadas exaustivas, a não utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), condições degradantes dos alojamentos, da alimentação e transporte. Os aliciadores de mão-de-obra, conhecidos como “gatos” têm usado diversas artimanhas para burlar a fiscalização.

575. São recorrentes os casos de trabalho escravo em estados do país, especialmente na pecuária. Um novo cenário se apresenta com a expansão da área da cana, que são casos de trabalho escravo em empresas sucroalcooleiras. Entretanto, a prática do trabalho escravo não se restringe a determinados estados da União, mas está disseminada pelo País, em razão das perspectivas de ganhos econômicos trazidos pelo cultivo dos biocombustíveis.

576. Outra questão importante é a prejudicial migração de mão-de-obra para outros municípios, regiões e estados, que ainda é uma realidade no meio rural e atinge diretamente os trabalhadores/as rurais, reforçada pela ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda e de políticas que possibilitem a permanência dos trabalhadores/as rurais em seu local de

origem. Há um significativo contingente de jovens, analfabetos ou com pouca escolaridade, com idade entre 18 e 32 anos, que são alvos dos aliciadores de mão-de-obra.

577. Destaque-se, também, que a Instrução Normativa nº 65, no que tange ao combate da migração de mão-de-obra irregular, precisa ser aperfeiçoada com punições mais severas em caso de seu descumprimento.

578. Todos esses elementos influenciam significativamente na realidade de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais que carecem da garantia e valorização dos seus direitos humanos.

124

579. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE - 2006, cerca de 4,7 milhões são assalariados e assalariadas rurais, dentre os quais 3,1 milhões não possuem carteira de trabalho assinada e apenas 1,5 milhão são empregados com carteira assinada. Há uma diferenciação da formalização das relações de trabalho quando observamos as regiões e a distribuição dos assalariados/as rurais segundo registro em carteira de trabalho. O percentual de trabalhadores/as sem carteira assinada nas regiões é o seguinte: Norte (82,6%), Nordeste (80,2%), Sudeste (53,5%), Sul (59,1%) e Centro-Oeste (54,4%).

580. O Brasil é considerado um dos países agrícolas com crescimento em sua estrutura produtiva. Diversas culturas estão em franca expansão, dentre as quais estão soja, pecuária (bovinos), suínos, aves, cana-de-açúcar, algodão, laranja, milho, leite, café, mamona e floricultura. As principais culturas para as exportações em 2007 foram soja e derivados, carnes, produtos florestais, café, açúcar e álcool. A cultura de grãos continua crescente, assim como o reflorestamento, a fruticultura e o monocultivo de cana-de-açúcar. Todo esse quadro expressa um significativo crescimento do agronegócio. E neste ambiente estão os trabalhadores/as assalariados/as rurais.

581. A expansão do setor sucroalcooleiro deve continuar, em virtude das perspectivas da demanda de álcool no mercado interno e externo, como também o aumento do preço do petróleo, que tende a influenciar na ampliação do poder do etanol como um combustível alternativo. O posicionamento do MSTTR em relação ao modelo atual de produção do etanol e seus impactos foi tema dos Seminários Nacional e Estaduais e de várias discussões entre a CONTAG, FETAGs e DIEESE.

582. O debate sobre os impactos no trabalho e na vida dos trabalhadores/as assalariados/as rurais no processo de reestruturação produtiva, em especial a mecanização no campo, demanda criar alternativas de proteção social com políticas públicas adequadas para estes trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Estudo do Instituto de Economia Agrícola/SP apontou que a cada 1% de mecanização na cana, 2.700 empregos são eliminados.

583. Não há previsão de ações com os trabalhadores/as que perderão o emprego em virtude deste processo. Porém, essa expansão é uma oportunidade para discutir questões como saúde e segurança (alojamento, transportes, equipamentos de proteção individual - EPIs), elevação dos salários, fornecimento de alimentação, jornada de trabalho, trabalho por produção, insalubridade, qualificação e requalificação profissional e reinserção produtiva a partir de políticas públicas específicas, eliminação da terceirização, migração e organização por local de trabalho (OLT). Essa negociação deve ser tripartite onde governo, empregadores/as e trabalhadores/as tenham seus papéis definidos e que a política de expansão do etanol seja fiscalizada e avaliada.

584. De forma nenhuma, podemos apenas dar a chancela que o patronato quer, ao tentar demonstrar para o mundo que as condições de trabalho no país são de qualidade. Também é preciso dar oportunidades para a reinserção produtiva dos trabalhadores/as assalariados/as rurais que perderão seus empregos, assegurar condições de trabalho dignas, remuneração adequada e desenvolver políticas públicas para compensar os impactos desta expansão no trabalho rural.

585. Nesse sentido, é necessário divulgar os frequentes casos de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem de doenças e/ou mutilações, físicas ou mentais, em razão das condições precárias de trabalho, comprovando a urgente necessidade de promover a reforma agrária no País, assentando milhares de trabalhadores e trabalhadoras que seguem, historicamente, aliados do acesso a condições mínimas de vida e de trabalho dignos.

586. Mesmo com todos os avanços no combate à informalidade no campo, ainda é passível de discussão o papel do Estado e da política de governo sobre as ações de fiscalização no campo. As ações efetivas de fiscalização na área rural, no âmbito das empresas rurais, devem ser integradas e diferenciadas considerando as especificidades sazonais.

587. Há um diferencial ao mencionarmos o trabalho realizado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (formado por auditores fiscais do trabalho, procuradores federais e policiais federais) em ações de combate à escravidão. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - apontam que desde 1995 foram libertados mais de 30 mil trabalhadores. Em 2007 foram 5.999 pessoas libertadas e, só no primeiro semestre de 2008, foram 2.269 trabalhadores resgatados. Ocorreram ações em regiões de expansão do cultivo da cana e duas grandes operações resgataram trabalhadores indígenas no estado do Mato Grosso do Sul.

588. O governo criou, em 2004, o cadastro de empregadores, mais conhecido como “lista suja”, que exploram trabalho escravo. A inserção no cadastro implicam restrições de incentivos fiscais, de operações de crédito junto a instituições públicas federais e sanções por parte das empresas e associações signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Agropecuaristas, usineiros e carvoeiros estão incluídos na “lista suja”. É preciso assegurar que estes sejam devidamente penalizados, conforme a Lei.

589. A Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT/MTE - definiu parâmetros comuns para a fiscalização de trabalho escravo e degradante, dando uniformidade de tratamento para esses casos. Emitiu notificação preventiva para todas as usinas de álcool listando o que deve ser cumprido pelas mesmas. As ações de repressão ao trabalho escravo e degradante sempre começam a partir de denúncias, por isso é fundamental que o MSTTR atue para erradicar esse tipo de exploração criminosa, através dessas denúncias, bem como também organizando capacitações e estruturando as bases sindicais, para gerar ações integradas entre CONTAG/FETAGs/STTRs e Ministério do Trabalho e Emprego.

590. É urgente reestruturar, fortalecer e melhorar a gestão das Superintendências (antigas Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs) e das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego (antigas Subdelegacias do Trabalho), qualificando a sua estrutura operacional, capacitando o seu corpo técnico e realizando os concursos públicos necessários. Mesmo com as modificações ocorridas, o quadro crônico de deficiências das Superintendências é um problema de fundo que tem impacto direto na debilidade da gestão das mesmas e nas ações de fiscalização em diversos estados, especialmente no que tange à fiscalização rural.

591. Todo este contexto traz profundas modificações no cenário das relações trabalhistas, na negociação coletiva de trabalho, na capacidade de mobilizar e organizar os trabalhadores/as assalariados/as rurais.

592. A luta por políticas públicas para os trabalhadores/as assalariados/as rurais é um dos alicerces na geração de emprego e renda. Uma política de renda não se restringe às questões salariais. Deve ser instrumento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento. A geração de emprego e renda interfere diretamente na criação de novos postos de trabalho de modo a reduzir o desemprego, criando melhores condições de vida, trabalho e melhores salários. Um elemento importante seria que as multas cobradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego pudessem retornar em benefício do trabalhador/a.

593. É preciso estar vigilante diante de todas essas questões, pois as

mesmas influenciam sobremaneira o mundo do trabalho rural, como também o universo dos trabalhadores/as assalariados/as rurais, desafiando o MSTTR a propor ações que modifiquem essas práticas, que implementem e fortaleçam o PADRSS, fazendo contraponto à lógica hegemônica da relação capital/trabalho.

### **Elementos que fortalecem o PADRSS na ação sindical com os assalariados/as rurais.**

594. A ação sindical em torno das questões relacionadas aos trabalhadores/as assalariados/as rurais, busca a implementação de políticas específicas de inclusão social produtiva e de elaboração de propostas que possibilitem a melhoria das condições de vida, trabalho e renda dos trabalhadores/as assalariados/as rurais.

595. Para tanto, torna-se necessário assimilar novas concepções e reformular conceitos, aperfeiçoando nossas proposições e ações em torno do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

596. As bases essenciais deste projeto são a realização da ampla, efetiva e massiva reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e melhores condições de trabalho. É estratégico que os assalariados e assalariadas rurais tornem-se protagonistas de fato deste projeto de desenvolvimento e, para tanto, ainda se faz necessário realizarmos ações firmes e conectadas ao PADRSS, assim como acumularmos a discussão sobre o papel destes trabalhadores e trabalhadoras para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – DRSS.

597. Discutir e implementar instrumentos que possibilitem aos assalariados e assalariadas rurais deixarem de estar à margem e participarem como protagonistas no DRSS requer um olhar sobre o que este público representa de fato para o MSTTR. Temos na história do movimento acúmulos das lutas dos assalariados/as rurais, seu papel e suas demandas específicas. Precisamos ampliar a nossa concepção e estratégia para trabalhar com este público, potencializar os espaços específicos para refletir as demandas de organização deste segmento, pois eles continuarão existindo.

598. O MSTTR precisa avançar na luta política dos assalariados/as rurais, mobilizando-os por melhores condições de vida e trabalho, valorizando seu trabalho, buscando também qualificar e requalificar a mão-de-obra, sindicalizando e qualificando a ação sindical junto a estes trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não se pode esquecer que uma parcela significativa dos

trabalhadores/as assalariados/as rurais também contribui efetivamente para a sustentabilidade financeira do MSTTR, sendo necessária a identificação dos assalariados/as rurais de modo a garantir a contribuição sindical rural.

128

599. Lidamos ainda com um conjunto de questões que são polêmicas e desafiadoras como: o desconhecimento da legislação trabalhista e previdenciária, o debate da relação agricultura familiar e assalariados/as rurais, a articulação da discussão sobre a forma de organização dos assalariados/as rurais, a dificuldade de alguns STTRs e dirigentes sindicais em reconhecer a existência de assalariados/as rurais e de identificar suas demandas específicas.

600. Outro problema é o desenvolvimento, por parte de alguns STTRs, de campanhas salariais de forma isolada, levando à falta de qualidade nos processos de negociação coletiva de trabalho, gerando acordos e convenções coletivas de trabalho não satisfatórios aos trabalhadores/as assalariados/as rurais.

601. Há também uma lacuna enorme sobre as questões das mulheres assalariadas e dos jovens assalariados/as rurais. Assim como em outros segmentos, as mulheres assalariadas também sofrem a invisibilidade social, com dupla jornada de trabalho e outras adversidades. Quanto aos/as jovens é preciso não só encontrar solução para a frágil inserção dos mesmos no mundo do trabalho, mas também proporcionar a estes/as jovens trabalho de qualidade e remuneração justa.

602. Precisamos também considerar os assalariados/as rurais como público potencial da luta pela terra, não devemos restringir o debate/direito à educação apenas à formação e qualificação profissional, e por fim, devemos reivindicar políticas públicas específicas para os trabalhadores/as assalariados/as rurais, bem como garantir que estas políticas públicas sejam permanentes.

603. Também temos avanços importantes que impulsionaram debates e ações no MSTTR. A partir das deliberações do 9º CNTTR e da elaboração do Planejamento Estratégico da CONTAG estabeleceu-se metas para o mandato 2005/2009, considerando limites e potencialidades para realização do trabalho com os assalariados e assalariadas rurais. As ações da Secretaria de Assalariados/as Rurais da CONTAG, integrada com as Secretarias das FETAGs, foram fundamentais para a articulação e fomento deste trabalho.

604. O Coletivo Nacional de Assalariados/as Rurais é um instrumento potencializador. Existe, porém, uma lacuna, pois alguns estados não criaram os seus Coletivos Estaduais de Assalariados/as.

605. O Grito da Terra Brasil é um bom momento para negociação e renegociação da pauta de assalariados/as rurais. Entretanto, ainda há

necessidade de monitoramento. Dessa forma a CONTAG, as FETAGs e os STTRs devem pressionar o Governo Federal para fazer cumprir o que já foi negociado.

606. As campanhas salariais e as negociações coletivas de trabalho são pontos de destaque. Estes processos estão sendo qualificados e ampliados a partir da capacidade do MSTTR em realizar efetivamente campanhas salariais e negociações coletivas de trabalho, mobilizando dirigentes, assessoria e trabalhadores/as rurais. A participação da CONTAG por meio da Secretaria de Assalariados/as Rurais nas assembléias, na preparação e durante as rodadas de negociações, tem sido um diferencial. O suporte do DIEESE com subsídios econômicos e avaliação do setor é fundamental. Porém, é preciso que esta importante instituição esteja mais presente na realidade e na diversificação do setor rural.

607. Estas ações têm gerado a articulação e fomento para a realização de convenções coletivas regionais, acordos e convenções coletivas de trabalho articulados e integrados por cadeias produtivas, acompanhamento dos processos de negociação coletiva de trabalho nos estados e das campanhas salariais e capacitação em negociação coletiva de trabalho abordando as questões pertinentes aos assalariados/as rurais.

608. A capacitação de dirigentes e assessoria nestes processos qualifica a intervenção e o trabalho, visando a integração das políticas para os assalariados/as rurais. As campanhas salariais e as negociações coletivas de trabalho continuam sendo instrumentos educativos, formativos e de politização, que fortalecem os territórios e promovem o desenvolvimento local sustentável e solidário. Mesmo assim, ainda há um elevado grau de descumprimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, o que precisa ser constantemente monitorado pelos STTRs locais.

609. A luta em prol dos assalariados/as rurais deve manter ações articuladas com as várias frentes de luta do MSTTR, ampliando inclusive discussões que ainda não foram realizadas. Nas Políticas Sociais é preciso aprofundar o debate sobre educação do campo e sobre a previdência rural para os assalariados/as rurais, frente a regulamentação da Lei 11.718/2008; na Formação e Organização Sindical é a apropriação da Política Nacional de Formação - PNF - e do Projeto Político Pedagógico – PPP - nos processos de formação e nas ações de capacitação voltadas para os assalariados/as rurais; como também na questão da organização sindical (registro e organização sindical) para as homologações e depósito dos acordos e convenções coletivas de trabalho na Superintendência Regional do Trabalho.

610. Na Reforma Agrária e Meio Ambiente é preciso discutir de forma

articulada sobre a potencialidade dos assalariados/as rurais serem incluídos nos processos de reforma agrária e incluir a temática de meio ambiente nas discussões com este segmento.

611. Há também a necessidade de incluir e priorizar os assalariados e assalariadas rurais como beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), política complementar à reforma agrária, principalmente em razão da liberação de mão-de-obra por consequência da maciça inserção de maquinário na colheita da cana-de-açúcar.

130

612. Realizar um trabalho articulado com as Comissões Nacionais de Mulheres e de Jovens Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais é um desafio para que possamos elaborar estratégias e proposições de políticas para mulheres assalariadas e jovens assalariados/as rurais, inclusive identificando as suas demandas específicas.

613. O Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais - PNFES - é um instrumento importante a ser utilizado nos processos de capacitação dos/as dirigentes das FETAGs e dos STTRs que trabalham com assalariados/as rurais. A CONTAG deve estimular e promover capacitação para os assalariados/as rurais através do PNFES.

614. No campo das Relações Internacionais, estabelecer intercâmbio nacional e internacional para conhecer e discutir assuntos relacionados à área dos assalariados/as rurais onde a CONTAG, as FETAGs, a CUT e a CTB possam trocar experiências com entidades internacionais. Esta é uma forma de ampliar a nossa ação sindical, inclusive pela necessidade de atuarmos sobre as questões e demandas dos trabalhadores das fronteiras agrícolas.

### **Elementos que fortalecem o PADRSS na construção de políticas públicas para os assalariados/as rurais.**

615. As políticas públicas têm papel central e estratégico para enfrentar os impactos e problemas a partir das transformações no mundo do trabalho e, por consequência, no trabalho rural. Neste sentido, as questões abordadas neste documento nos mostram as dificuldades para a organização sindical dos trabalhadores/as assalariados/as rurais e a fragilidade em defesa de seus interesses e direitos. Há uma carência enorme por políticas públicas específicas tornando imprescindível nossa reivindicação pelas mesmas. Essas políticas devem ser de Estado e não de governo. Assim, essas políticas devem considerar este público que está à margem e sem a devida proteção social.

616. A garantia do Seguro-Desemprego para os trabalhadores/as

assalariados/as rurais com contratos de safra e temporários, e daqueles sujeitos a situações atípicas, como nas questões climáticas desfavoráveis ou inesperadas, em virtude de falência ou migração das empresas ou em situação de trabalho degradante, assim como uma política efetiva de proteção social estendendo o Programa de Integração Social – PIS - para os mesmos, são reivindicações de políticas públicas antigas do MSTTR e que fazem parte das negociações e encaminhamentos do Grito da Terra Brasil.

617. As questões relacionadas à saúde e segurança do trabalhador/a rural são de extrema relevância para os trabalhadores/as assalariados/as rurais na promoção da conscientização sobre os processos de gestão da prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e deve perpassar várias ações políticas e de capacitação, incluindo nesta abordagem as questões de gênero e geração, como também as proposições e negociações de políticas públicas, podendo inclusive promover convênios na área da saúde para o trabalhador/a assalariado/a rural.

618. Precisamos monitorar o cumprimento das Normas Regulamentadoras – 31 e a 33; e capacitar o nosso público para entender o que elas significam e qual a importância destas normas, e também reivindicar a ratificação e o cumprimento efetivo da Convenção 184 sobre Segurança e Saúde na Agricultura da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

619. É preciso avançar no ajuste da Instrução Normativa (IN) n.º 65, que disciplina o transporte de trabalhadores/as que migram de um Estado para outro ou de um município para outro, pois em parte, a Instrução Normativa não contempla os requisitos necessários para a segurança no transporte dos assalariados/as rurais. O ajuste deve prever, além de outros aspectos, a criação de mecanismos que facilitem a emissão de carta liberatória, bem como a obrigatoriedade de que a Polícia Rodoviária fiscalize as condições de transporte dos trabalhadores/as, oferecendo aos Auditores Fiscais as condições necessárias para aplicação de multas quando do descumprimento da IN.

620. Na área rural as ações de fiscalizações são um fio condutor para a manutenção das formalizações das relações de trabalho. As denúncias de irregularidades das relações de trabalho no meio rural, a solução de conflitos e dos problemas em relação à fragilidade entre a Superintendência e as FETAGS e STTRs em alguns Estados e Municípios devem ser pautadas.

621. As ações efetivas para erradicação do trabalho escravo e degradante através do Plano Nacional e dos Planos Estaduais, a participação nas reuniões da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE - e a reafirmação da importância do trabalho do Grupo Móvel de Fiscalização

no combate ao trabalho escravo congregam elementos fundamentais que fortalecem quaisquer políticas públicas a serem criadas.

622. A Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário pode ser indutora de uma política pública que gere trabalho decente. As políticas públicas para os trabalhadores/as assalariados e assalariadas rurais devem fortalecer e construir qualidade de vida e nas relações de trabalho.

132

## **Plano de Lutas**

623. Assegurar que os trabalhadores/as assalariados/as rurais sejam protagonistas e se envolvam na construção e implementação do PADRSS.

624. Ampliar o debate sobre reforma agrária no meio dos assalariados/as rurais, no sentido de democratizar o tema terra: terra para quem trabalha na terra.

625. Potencializar os espaços específicos dos trabalhadores/as assalariados/as rurais para refletir as demandas de organização deste segmento dentro da própria estrutura do MSTTR.

626. Fomentar o cadastramento dos assalariados/as rurais para identificar as condições de vida e de trabalho.

627. Fomentar o intercâmbio de experiências entre as FETAGs com relação aos acordos ou convenções coletivas de trabalho, expondo seus avanços e desafios em um Encontro Nacional dos Assalariados/as Rurais, anual, buscando estratégias de trabalho e capacitações necessárias para subsidiar as atividades nos estados.

628. Garantir melhores condições de funcionamento para as Secretarias de Assalariados/as Rurais nas FETAGs e STTRs, através da disponibilização de recursos financeiros, físicos e humanos (assessoria), como também a remuneração de forma igualitária e a liberação dos Secretários e Secretárias de Assalariados/as Rurais.

629. Fortalecer e qualificar os Coletivos de Assalariados/as Rurais nos STTRs, FETAGs e CONTAG.

630. Criar Coletivos de Assalariados/as Rurais nos Estados, devendo a CONTAG monitorar esse processo e incentivar as FETAGs que ainda não tenham feito.

631. Realizar pesquisa para diagnosticar a realidade, perfil, condições de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as assalariados/as rurais no Brasil.

632. Garantir e cumprir a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores /as assalariados/as rurais (homens, mulheres e juventude), através de campanhas de sindicalização no campo.

633. Reforçar constantemente a necessidade do MSTTR exercer seu papel em defesa da categoria e do cumprimento das decisões congressuais e outras instâncias deliberativas.

634. Ampliar a abrangência das funções e/ou categorias assistidas pela Secretaria de Assalariados/as Rurais, através dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, exemplos com tratoristas, operadores de máquinas, vaqueiros e outras.

635. Lutar pela revogação de dispositivos legais que prejudicam a categoria trabalhadora rural, a exemplo da Emenda Constitucional (EC) n.º 28, que estabeleceu a prescrição extintiva de direitos trabalhistas; e do artigo 114, parágrafo II da Emenda Constitucional (EC) n.º 45, que estabeleceu a exigência de “comum acordo” entre as partes para ajuizamento do dissídio coletivo de trabalho; entre outros.

636. Lutar pela criação de leis que amparem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, que se constituem no lado frágil da relação capital e trabalho, de forma a fortalecer e expandir mecanismos que os beneficiem, tais como Programa de Integração Social - PIS, Seguro - Desemprego, redução da jornada de trabalho, adicionais de insalubridade, periculosidade, entre outras.

637. Regulamentar o trabalho rural no setor da madeira.

638. Promover ações e lutas pela garantia dos direitos dos assalariados/as rurais, especialmente através de ações de massa e capacitações no MSTTR.

639. Lutar pela manutenção dos direitos trabalhistas já adquiridos sendo contrário a qualquer tipo de flexibilização.

640. Promover campanhas e mobilizações para a ratificação da Convenção 184 (Segurança e Saúde na Agricultura) da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

641. Promover em conjunto CONTAG e DIEESE a formação/capacitação dos/as dirigentes e assessores/as em temáticas relacionadas aos assalariados/as rurais, em especial sobre legislação trabalhista e previdenciária, saúde e segurança do trabalhador.

642. Produzir materiais informativos para o conjunto dos trabalhadores/as rurais sobre as conquistas do MSTTR para essa categoria, a exemplo da inclusão no Regime da Previdência Social e outros.

643. Exigir a promoção de políticas públicas específicas para o segmento, a exemplo de implantação de regime especial de aposentadoria: para homens, concessão do benefício completada 25 safras de trabalho, e mulheres, 20 safras; ou por limite de idade: homens 50 anos e mulheres 45 anos, independentemente do número de safras.

644. Organizar o processo das campanhas salariais e das negociações coletivas de trabalho, em defesa dos assalariados/as rurais, de forma qualificada e ética, trabalhando com regras unificadas em todo país.

645. Estabelecer mecanismos que tornem obrigatória a participação dos assalariados e assalariadas rurais nos lucros e resultados da produção obtidos pelos empregadores/as.

646. Lutar pela criação de piso salarial rural superior ao estabelecido pelo governo federal nos estados que ainda não o estabeleceram, bem como assegurar seu efetivo cumprimento.

647. Lutar pelo cumprimento do piso salarial nos estados da União que já o instituíram, estendendo-o a todos os trabalhadores e trabalhadoras, independentemente de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

648. Capacitar os dirigentes sindicais sobre direitos trabalhistas e previdenciários para subsidiar os acordos e convenções coletivas de trabalho.

649. Incluir cláusulas específicas nos acordos e convenções coletivas de trabalho que atendam as demandas das mulheres assalariadas e dos jovens assalariados/as rurais.

650. Identificar e dar visibilidade às condições das mulheres assalariadas rurais, e traçar estratégias para conquistar vida digna, cidadania, acesso às políticas públicas, emprego e renda com equidade de direitos.

651. Realizar uma pesquisa sobre as assalariadas rurais em todo o Brasil.

652. Garantir o acesso das mulheres trabalhadoras assalariadas aos direitos previdenciários.

653. Garantir o acesso das mulheres dos trabalhadores assalariados rurais aos direitos e benefícios previdenciários.

654. Lutar pelo reconhecimento do vínculo empregatício da mulher que mora e trabalha na propriedade, prestando serviços de natureza rural e serviços domésticos, mas que não são reconhecidos, pois somente é firmado contrato com seus maridos/companheiros (vaqueiro, retireiro, caseiro, etc.), garantindo, assim, o acesso das mesmas, aos direitos trabalhistas e previdenciários

655. Lutar pelo reconhecimento do vínculo empregatício de jovens trabalhadores e trabalhadoras acima de 16 anos que moram e trabalham na propriedade com os pais (vaqueiros, caseiros, morador e outros), prestando serviços de natureza rural e serviços domésticos, mas que não são reconhecidos/as, pois somente é firmado contrato com o pai, garantindo, assim, o acesso dos/as mesmos/as, aos direitos trabalhistas e previdenciários.

656. Lutar pela melhoria e ampliação da renda e dos direitos para mulheres de trabalhadores assalariados rurais, com a criação de um “fundo de fazenda”.

657. Construir um programa nacional de elevação e adequação da escolaridade formal, dirigido em especial aos jovens e adultos assalariados/as rurais, ampliando a política de qualificação profissional.

658. Ampliar a participação de jovens assalariados e assalariadas rurais no Programa Jovem Saber, criando grupos de estudos no âmbito das empresas rurais e das comunidades rurais.

659. Reivindicar a criação de uma política nacional de emprego e geração de renda.

660. Propor e negociar políticas públicas específicas para os trabalhadores/as assalariados/as rurais (homens, mulheres e juventude) que promovam o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

661. Criar espaços de discussão e proposição permanentes de políticas para assalariados/as rurais (governos, empregados/as e empregadores/as).

662. Assegurar emprego aos trabalhadores/as rurais desempregados pela mecanização da lavoura canavieira.

663. Garantir a criação de políticas públicas que possibilitem o acesso à terra através da reforma agrária e do Programa de Crédito Fundiário.

664. Incentivar os assalariados e assalariadas rurais de todo o País a se organizarem e a lutarem por trabalho digno no campo.

665. Criar mecanismos capazes de garantir aos assalariados e assalariadas rurais, cuja manutenção dos postos de trabalho está em risco em razão da intensa mecanização da colheita da cana-de-açúcar, o efetivo acesso à terra, acompanhado da devida formação e qualificação, além de possibilidades de inserção em novas ocupações.

666. Assegurar o acesso dos assalariados/as rurais nas políticas de saúde e de educação do campo.

667. Combater de forma massiva a informalidade das relações de trabalho

no campo, principalmente nos setores sucroalcooleiro e carvoeiro, com a ampliação do número de fiscais e estrutura adequada, com o intuito de qualificar a atuação dos mesmos.

668. Reivindicar que as usinas forneçam a listagem dos trabalhadores/as aos e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

669. Promover campanhas que dê visibilidade do trabalho na agricultura, como um trabalho digno, valorizando a profissão.

136

670. Divulgar e orientar sobre a importância da Norma Regulamentadora - NR 31.

671. Reivindicar a ampliação das fiscalizações e apuração das denúncias de trabalho escravo e degradante, visando à erradicação destas práticas e garantindo a dignidade para o trabalho.

672. Contribuir para a erradicação total do trabalho escravo, degradante e informal no setor rural.

673. Reivindicar do Governo Federal que as propriedades envolvidas com o trabalho escravo sejam desapropriadas para fins de Reforma Agrária.

674. Divulgar o Cadastro de Empregadores (lista suja) de forma maciça, para que os STTRs possam tentar evitar que os trabalhadores/as sejam submetidos/as a esse tipo de trabalho.

675. Reivindicar a descentralização das reuniões da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, favorecendo a participação dos Estados e integração de suas ações com as dos Planos Estaduais de Combate ao Trabalho Escravo.

676. Debater e aprofundar sobre o conceito de trabalho escravo e degradante, elaborando uma proposta para conceituação sobre este tema visando a luta pela erradicação do trabalho escravo e degradante.

677. Lutar pela aprovação da PEC n.º 438/2001, que expropria propriedade onde for contratado trabalho escravo.

678. Fortalecer a Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário.

# Comissão Temática 05

## Políticas Sociais



## POLÍTICAS SOCIAIS

### POLÍTICAS SOCIAIS PARA A IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL

138

679. Nos últimos anos, o campo de atuação do MSTTR nas áreas sociais foi ampliado. Além da Previdência Social, conquistaram-se avanços importantes nas políticas de Educação do Campo e, mais recentemente, as condições para atuar nas políticas voltadas para a saúde pública e a proteção infanto-juvenil foram ampliadas. Essas mudanças estratégicas têm demandado maior investimento na construção de parcerias e articulação com outros movimentos sociais e sindical e contratação de assessorias específicas. Neste sentido, avalia-se que o PADRSS tem se fortalecido com a atuação do MSTTR. No entanto, tem exigido também a ampliação e o fortalecimento das ações do Movimento tanto em nível nacional, e especialmente nos níveis estaduais e municipais.

680. Dentre as principais conquistas e avanços na construção de políticas estratégicas para os povos do campo, destacam-se a garantia das condições de acesso à Previdência Social, principalmente para os assalariados/as rurais e o progresso significativo na educação do campo com o reconhecimento e compreensão por parte do governo federal das políticas defendidas pelo MSTTR. Há de se considerar, contudo, que ainda se enfrentam muitas dificuldades de implementar ações de educação no âmbito municipal.

681. Na área da saúde, a construção da Política Nacional para os Povos do Campo e da Floresta – embora não totalmente concretizada - representa um reconhecimento não só das necessidades, mas também da importância de assegurar políticas específicas para o campo. Na área da Proteção Infanto-Juvenil destacamos a retomada da parceria e do diálogo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, que tem possibilitado ao MSTTR aprofundar e debater questões estratégicas para as crianças e adolescentes do campo, considerando-os/as como sujeitos de direito que precisam ser protegidas para que se alcance maior nível de desenvolvimento.

682. Para o fortalecimento e consolidação do PADRSS as parcerias são estratégicas e fundamentais. Neste sentido, as parcerias construídas em torno das políticas sociais que vem sendo trabalhadas pelo MSTTR são valiosas, mas é preciso ampliá-las, pois elas possibilitam também construir e fortalecer tais políticas, além de serem fundamentais para que as políticas públicas sejam efetivamente asseguradas às pessoas do campo. Assim, podemos destacar a ampliação da relação com as Universidades, principalmente as públicas que tem atuação e compromisso com o campo; a relação com o Congresso Nacional – Câmara e Senado - com quem o MSTTR travou um intenso diálogo para a

aprovação de novas leis consideradas estratégicas para a implementação das políticas no campo; as negociações e a abertura de diálogo com os Ministérios a partir das mobilizações nacionais como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas e Festival da Juventude; e ainda, outras relações com as mais diversas instituições da sociedade civil que têm ajudado na consolidação e construção de ações estratégicas e necessárias ao PADRSS.

683. Vale destacar que muitos avanços conquistados se devem à ampliação das relações com as FETAGs e STTRs, que têm assumido o compromisso de efetivar nos Estados e Municípios, embora ainda com algumas dificuldades, as políticas negociadas e conquistadas nacionalmente. Isso se deve ao trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de construir e retomar parcerias estratégicas em âmbito local. Percebe-se que o comprometimento das FETAGs e STTRs na compreensão e atuação nas políticas sociais cresceu muito, demonstrando a importância do PADRSS na efetivação de direitos na base, para quem de fato precisa: os homens, mulheres, jovens, crianças, adultos e pessoas da terceira idade no campo.

684. Entretanto, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados, dentre os quais destacamos a necessidade de melhorar as estruturas em algumas FETAGs, na maioria dos sindicatos e em comissões para que as políticas sociais sejam articuladas entre as várias secretarias, evitando assim o isolamento e o enfraquecimento da atuação sindical. É fundamental ter assessorias para encaminhar as temáticas. Também se faz necessário uma maior articulação entre os projetos e ações vinculadas às políticas sociais com as ações das demais secretarias.

## **PREVIDÊNCIA SOCIAL**

685. No contexto das políticas públicas na área social, a Previdência Social tem se mostrado uma política importante e estratégica para o desenvolvimento sócio econômico e para a estabilidade do processo democrático brasileiro. Ela tem sido fundamental enquanto política de distribuição de renda e de diminuição das desigualdades regionais potencializando a economia de mais de 60% dos municípios brasileiros, além de significar melhorias das condições de vida de milhares de famílias rurais. Inclusive, tem ajudado a financiar o próprio sistema de produção da agricultura familiar.

686. Apesar desses aspectos positivos, a permanência e o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a Previdência Social não tem sido fácil. Alguns setores mais conservadores da sociedade, inclusive com o apoio da grande mídia, pressionam por reformas estruturais com o argumento de

que o sistema é deficitário e que por isso se constitui num entrave para o crescimento do país. Essa questão foi amplamente debatida no âmbito do Fórum Nacional da Previdência Social, criado pelo Presidente Lula em 2007, do qual a CONTAG participou representando e defendendo os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sobretudo defendendo a permanência dos rurais no Regime Geral da Previdência Social.

687. Após oito meses de intensos debates, os representantes dos diversos segmentos sociais presentes no Fórum reafirmaram que a Previdência não pode ser uma política desarticulada do Sistema de Seguridade Social, e referendaram a constituição de um Conselho Nacional de Seguridade Social, de caráter deliberativo, com gestão quadripartite - composto por representantes do governo, trabalhadores, empregadores e aposentados -, que articulem as três políticas que compõem o sistema: previdência, saúde e assistência social.

688. Foi consenso também no Fórum a importância em preservar os critérios diferenciados de contribuição e de acesso dos segurados especiais aos benefícios previdenciário e, ainda, a necessidade de criar novos mecanismos de inclusão previdenciária para os assalariados/as rurais. Não ficou excluída, no entanto, a possibilidade de realizar, em breve, uma reforma do sistema previdenciário, sobretudo no que tange às mudanças nas idades das aposentadorias.

689. A outra questão a ser destacada, são os obstáculos que os trabalhadores e trabalhadoras rurais vêm enfrentando nesses últimos anos para terem seus direitos previdenciários reconhecidos. Grande número de processos represados; indeferimentos de benefícios sem fundamentação plausível; poucos servidores no INSS para fazer o atendimento; recursos do INSS contingenciados; dificuldades dos trabalhadores/as de acesso às Agências do INSS devido às longas distâncias; mau atendimento por parte dos servidores; pouca compreensão dos componentes das Juntas de Recursos da Previdência Social na análise e julgamento dos processos de benefícios rurais; não cumprimento do horário do agendamento, etc. São problemas recorrentes que têm ocupado a agenda do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR - e as pautas de negociações com o governo.

690. Em razão dessas negociações, algumas medidas importantes vêm sendo executadas pelo INSS como as forças tarefas realizadas em vários Estados para resolver os problemas mais graves. Novas medidas de gestão também vêm sendo implementadas, a exemplo do protocolo e do agendamento eletrônico dos processos de benefícios, inclusive, com a adequação do sistema para que o Sindicato faça o agendamento coletivo para o atendimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas agências do INSS. Isso assegura aos trabalhadores/

as rurais o direito de receber seus benefícios desde a data do protocolo, e permite ao sindicato coordenar e organizar melhor a ida dos trabalhadores nas agências do INSS para fazer a entrevista.

691. Em meio a essas condições adversas, há algo que merece ser comemorado e que é reflexo de uma articulada e persistente ação sindical do MSTTR. Trata-se da aprovação, pelo Congresso Nacional da Lei n.º11.718, de 23/06/2008, que estabeleceu novas regras para o acesso dos assalariados/as rurais e dos segurados/as especiais aos benefícios da Previdência Social e instituiu novos mecanismos para formalizar as relações de trabalho de curto prazo na área rural. Foram mais dez anos de luta do MSTTR, que elaborou e apresentou uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular com mais de 1 milhão de assinaturas, organizou inúmeras mobilizações e fez intensas negociações com o governo, com os parlamentares e lideranças dos partidos políticos no âmbito do Congresso Nacional e com outros movimentos sociais, até que se concluísse a votação do texto final que resultou na referida Lei.

692. Com as negociações nos Gritos da Terra, sobretudo de 2003, destaca-se o êxito alcançado com a aprovação da Lei. Destaca-se também o compromisso e o empenho do Presidente Lula, que já no seu primeiro ano de mandato determinou que fosse constituído um grupo de trabalho interministerial para negociar com a CONTAG as propostas possíveis de serem acatadas. No transcorrer das negociações, diversas propostas de medidas legais foram sendo editadas como o Projeto de Lei n.º 6.852/2006, as Medidas Provisórias 312/2006, 385/2007 e 410/2007 e, por fim, a Lei n.º 11.718/2008.

693. Paralelamente às proposições negociadas em torno da Lei, outra questão que vem avançando nas negociações entre o MSTTR e o Governo Lula é a adequação do sistema para realizar o cadastramento dos segurados/as especiais e de todos os membros que compõem o respectivo grupo familiar na Previdência Social. Com o cadastro, poder-se-á saber quantos são os segurados especiais e onde os mesmos estão situados no imenso território nacional. Além disso, as informações cadastradas serão convalidadas de tempo em tempo por meio de cruzamento de dados e informações diminuindo assim o número de documentos a serem apresentados na hora do encaminhamento dos benefícios. Isso vai facilitar e agilizar o reconhecimento dos direitos previdenciários dos trabalhadores/as rurais no futuro.

694. Diante das questões postas, alguns desafios são colocados para o MSTTR nos próximos anos, dentre os quais se destacam:

694.1. a necessidade de discutir, desde já, como fazer o enfrentamento de uma provável reforma da previdência social que venha

afetar negativamente as regras de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;

694.2. é preciso melhorar ações do MSTTR e preparar suas lideranças e assessorias, para que possam atuar de forma qualificada na defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais junto à previdência, inclusive, para buscar melhor atendimento nas agências do INSS, que deve ter funcionários especializados para fazer o atendimento da área rural.

142

694.3. é fundamental que todos os STTRs sejam informatizados com computador, internet, etc., e tenham pessoas capacitadas de modo a possibilitar a atuação no cadastramento dos segurados/as especiais perante a previdência e ainda para poder ofertar um padrão de serviços que atenda às demandas desses trabalhadores/as;

694.4. é fundamental assegurar a efetividade da Lei n.º 11.718/2008, no que tange à formalização dos contratos de trabalho na área rural envolvendo os/as assalariados/as que trabalham em atividades de curta duração. Essa é uma questão que demanda uma ação firme do MSTTR para que os assalariados/as rurais possam, no futuro, ter seus direitos previdenciários garantidos.

695. Por fim, é preciso ponderar que as decisões tomadas pelo judiciário, mesmo diante da precarização e miserabilidade em que se encontram os trabalhadores/as rurais, não oferecem credibilidade perante a classe trabalhadora rural pelas exigências que se faz para o acesso à proteção previdenciária. São frequentes as situações em que trabalhadores e trabalhadoras não conseguem comprovar a atividade rural para obtenção de benefícios previdenciários, pois não têm início de prova material, moram em locais isolados e têm dificuldades em arrolar testemunhas, e o judiciário, mesmo diante das especificidades da categoria, não aceita o relato contido nas declarações dos STTRs.

### **Plano de Lutas**

696. Ampliar os espaços de discussão sobre a política de previdência rural junto a outras instituições e segmentos sociais visando qualificar o debate sobre essa política, inclusive para fins de defesa das regras diferenciadas para o acesso à aposentadoria, mantendo a diferenciação da idade de cinco anos entre o rural e o urbano.

697. Firmar parcerias com universidades, IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos, e outras instituições, para a realização de mais estudos sobre as condições de trabalho e as perspectivas de vida no campo.

698. Estruturar um sistema de articulação e de capacitação permanente de lideranças e assessorias sindicais na área previdenciária para que possam prestar informações e serviços mais qualificados aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como, para que possam atuar nas Juntas e no Conselho de Recursos da Previdência Social.

699. Capacitar as lideranças sindicais internamente, antes de realizar capacitação conjunta com o INSS.

700. Intensificar o diálogo entre os STTRs e as agencias do INSS, juntas e Conselhos de Recursos da Previdência Social, visando resolver os problemas cotidianos que afetam os trabalhadores e trabalhadoras rurais, procurando, inclusive, agilizar as decisões dos recursos vinculados aos processos de benefícios dos trabalhadores (as) rurais.

701. Lutar para ter representantes dos trabalhadores rurais nas Juntas de Recursos e no Conselho de Recurso da previdência social.

702. Estabelecer todas as garantias possíveis para que os assalariados e assalariadas rurais tenham acesso a seus direitos previdenciários sem dificuldades. Nesse sentido, é necessária uma ampla campanha de esclarecimento sobre as mudanças das regras estabelecidas na Lei 11.718/2008; é necessário estruturar os STTRs e capacitar as lideranças e assessorias sindicais para atuarem de forma sistemática na implementação do contrato de trabalho de curto prazo. É fundamental também que os STTRs auxiliem os agricultores familiares, que demandam mão-de-obra de terceiros por curtos períodos, a formalizarem a relação de trabalho.

703. Negociar com o poder público e com a iniciativa privada parcerias e apoios para que todos os STTRs vinculados ao MSTTR possam dispor de infraestrutura básica com computador, internet banda larga e pessoal capacitado para fazer o processo de cadastramento dos segurados especiais e dos assalariados rurais, bem como, para prestar serviços de forma mais ágil aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

704. Intensificar o diálogo entre os STTRs e o INSS no sentido de garantir que os Médicos Peritos realizem perícia médica de forma diferenciada em função do trabalho do agricultor/a exigir grande esforço físico.

705. Lutar para que a Lei 11.718 seja alterada de 04 módulos fiscais para 04 módulos fiscais aproveitáveis e/ou cultivados, excluindo-se as áreas de preservação permanente.

706. Lutar para garantir a continuidade da idade de aposentadoria aos 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homens.

707. Reivindicar que o segurado especial possa ter o período de atividade rural, após 11/1991, computado como tempo de contribuição, sem a necessidade de indenizar o período.

708. Lutar para que o agricultor familiar passe a ter acesso ao benefício da aposentadoria por tempo de contribuição.

144

709. Reivindicar a implantação de um regime de aposentadoria especial para cortadores/as de cana, tendo por base: I) o número de safras em atividade: mulheres que comprovem 20 safras; e homens 25 safras; ou II) na idade: mulheres 45 anos e homens 50, em razão de os assalariados e assalariadas estarem sujeitos a trabalho extenuante, além de frequentemente serem submetidos a trabalho escravo. Nas duas últimas décadas, a produtividade por trabalhador/a praticamente duplicou, enquanto o salário foi reduzido. Os trabalhadores e trabalhadoras da cana geram riquezas, mas não compartilham dos resultados do que produzem, são, ao contrário, duramente explorados. Em função do exaurimento acarretado pela atividade, a vida plena de trabalho de um/a cortador/a de cana é reduzida para aproximadamente 15 anos

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

710. A assistência social, a partir da Constituição de Federal de 1988, passou a integrar o Sistema de Seguridade Social como política pública não contributiva. Portanto, é direito do cidadão e dever do Estado.

711. Sua regulamentação ocorreu com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742-1993), que estabeleceu as diretrizes, princípios, organização e a forma de gestão dessa política, assegurando a proteção social aos portadores de necessidades especiais e aos idosos/as acima de 65 anos.

712. No Governo Lula, a política da assistência social ganhou maior relevância e prioridade, na medida em que passa a ser uma política ampla integrada por outras políticas na área social como as de transferência de renda e de combate à fome e à sede com o Programa Uma Terra e Duas Águas (p1+2).

713. Foi fundamental para essa integração a criação, em janeiro de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), órgão responsável por promover o desenvolvimento social, tendo como centralidade a articulação e a execução do Programa FOME ZERO e a implementação de políticas e programas estratégicos para enfrentar o problema da fome e da

exclusão social. Cita-se, como exemplo, o programa Bolsa-Família, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

714. Em 2005, a Assistência Social foi organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único da Assistência Social - SUAS, onde a relação entre a União, os Estados e os Municípios, que antes se firmava pela via de convênios, vem sendo substituída por repasses automáticos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - aos fundos estaduais e municipais de assistência social, e garantindo o financiamento pelos três níveis de governo.

715. Entretanto, o controle social das políticas assistenciais ainda é muito precário na medida em que os movimentos sociais enfrentam enormes dificuldades, criadas muitas vezes pelo poder executivo, para participar do processo de gestão dessas políticas. Um exemplo são os comitês gestores do Programa FOME ZERO que eram instrumentos importantes de controle social e contribuíam para ampliar os espaços de discussão e aprofundar o debate sobre o modelo de gestão e o novo perfil da política nacional da assistência social. Ocorre que os referidos comitês foram extintos, sendo que os atuais espaços de controle social estão limitados aos Conselhos de Assistência Social, onde a participação do MSTTR não é universalizada.

716. Dessa forma, o que ainda muito se vê, é a Assistência Social sendo tratada como política paternalista, em que a atenção às populações desfavorecidas sempre foi ofertada como uma ajuda ou favor do poder público e não como um direito do cidadão e dever do Estado. Pelo assistencialismo, o que sempre se vislumbrou foi a possibilidade dos cidadãos assistidos retribuírem eleitoralmente a atenção recebida, sendo essa uma prática de dominação que impede as pessoas de expressarem suas demandas políticas como sujeitos de direito.

717. Por isso, superar os problemas inerentes às políticas da Assistência Social, tais como a fome, a pobreza e as desigualdades ainda é um grande desafio. Isso exige um trabalho integrado e articulado do MSTTR, tanto internamente quanto externamente, para que possa se apropriar e participar dos mecanismos de gestão, inclusive, como forma de assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais o pleno acesso a tais políticas.

718. Outro aspecto importante, no contexto das políticas assistenciais, é fazer com que as famílias que se beneficiam de tais políticas possam gerar renda, o que lhes permitiria alcançar um melhor patamar das suas condições de vida.

719. Reconhecendo a importância dos programas sociais (Bolsa Família, Vale Gás, Bolsa Escola, etc), o MSTTR defende que os beneficiários/as destes programas devem prestar algum tipo de contra-partida, como forma de valorizar tais programas.

## **Plano de Lutas**

720. Ocupar os espaços de deliberação e implementação das políticas assistenciais, como conselhos, câmaras técnicas, entre outros, atuando para a melhoria da gestão e do pleno acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a essas políticas, garantindo a constituição de um conselho paritário com assento garantido ao MSTTR.

721. Atuar de forma articulada com outros segmentos sociais em favor de uma Política Nacional de Assistência Social que assegure a proteção social de forma abrangente a todos aqueles que não conseguem ser protegidos socialmente pelo mecanismo da previdência social.

722. Atuar no desenvolvimento de projetos e em defesa da criação de linhas de crédito especiais para famílias vinculadas aos programas assistenciais, que estimulem a geração de renda e a integração ao mercado de trabalho.

723. Lutar pela reativação dos Comitês Gestores do Programa FOME ZERO, como forma de garantir maior autonomia e participação do MSTTR.

724. Lutar para que o Benefício de Prestação Continuada – BPC - seja assegurado às pessoas portadoras de necessidades especiais e às pessoas que atingirem a idade de 65 anos, com renda per capita no âmbito familiar no valor de até um salário mínimo.

## **SAÚDE**

725. Este ano o SUS – Sistema Único de Saúde - comemora 20 anos. Apesar dos esforços empreendidos por diversos setores da sociedade brasileira, inclusive do MSTTR, este patrimônio coletivo ainda está em construção.

726. Passadas duas décadas, ainda hoje existem dois projetos distintos em disputa: o Projeto de Reforma Sanitária/SUS e o Projeto de Saúde articulado ao mercado. O primeiro coloca o Estado como principal provedor das políticas de saúde e reconhece, através do princípio da universalidade e equidade, o direito à saúde de todos/as cidadãos e cidadãs - respeitando-se as diversidades dos sujeitos - entre estes as populações do campo e da floresta. O segundo projeto reduz a responsabilidade do Estado, mercantiliza o direito à saúde

entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, e apresenta como alternativa a focalização do Estado na atenção básica para a população pobre.

727. Esse contexto de disputa agrava-se ainda mais se consideramos que o financiamento do SUS está sob graves ameaças. O Congresso Nacional não aprovou a renovação da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Como alternativa, o Governo Federal apresentou a CSS – Contribuição Social para a Saúde, que é um tributo de caráter permanente cuja arrecadação será destinada ao financiamento exclusivo da saúde. Na CPMF a alíquota sobre as movimentações financeiras era de 0,38%, enquanto que na CSS poderá ter alíquota de 0,1%, ficando isento o assalariado com renda mensal menor que R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

728. Esse cenário, em certa medida, explica porque os trabalhadores e trabalhadoras rurais enfrentam tantos problemas para ter acesso aos serviços e ações do Sistema Único de Saúde. Essa situação tem gerado um elevado grau de insatisfação junto às populações rurais, motivando o MSTTR e demais movimentos sociais a apresentarem um conjunto de reivindicações para consolidar um sistema público e universal no campo e na floresta.

729. Em resposta às reivindicações do MSTTR e demais movimentos sociais do campo e floresta, o Governo Federal adotou diversas medidas e iniciativas. A mais significativa foi a criação do Grupo da Terra – GT Terra - que tem por finalidade estabelecer diálogos entre usuários, gestores e trabalhadores da saúde e propor medidas e políticas voltadas para atender as demandas das populações rurais. A maior vitória do GT Terra foi a formulação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, em novembro de 2006, já aprovada no Conselho Nacional de Saúde.

730. Neste sentido, tem sido de extrema importância a atuação da CONTAG, FETAGs e STTRs nos conselhos, conferências, comissões intersetoriais de saúde e nos espaços de articulação dos usuários.

731. Vale ressaltar que, no âmbito nacional, a CONTAG vem participando das articulações do Fórum dos Usuários, do Fórum Social Mundial de Saúde no Brasil e do GT Terra, coordenado pela Secretaria de Gestão Participativa e Estratégica do Ministério da Saúde.

732. Como resultado dessas articulações e participações, a CONTAG integrou a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Saúde; exerceu influência para que o tema central da conferência abordasse a saúde como uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável; acompanhou as conferências estaduais; mobilizou o segmento dos usuários do campo e

floresta e indicou o presidente da CONTAG para participar do painel temático sobre controle social.

733. A negociação da pauta da Marcha das Margaridas 2007 e da pauta do Grito da Terra Brasil de 2008 junto ao Ministério da Saúde resultou na assinatura da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta pelo Ministro da Saúde, bem como na sua aprovação pelo pleno do Conselho Nacional de Saúde, em agosto de 2008.

148

734. Instrumento importante para a luta do MSTTR, essa política pode se tornar uma prioridade nacional porque se articula com diversos programas e planos do Ministério da Saúde, em especial aqueles que propõem serviços e ações de saúde para os municípios e populações rurais.

735. Vale destacar, contudo, que se não houver uma política de financiamento permanente para o SUS, esta e outras tantas políticas específicas poderão ficar restritas a um conjunto de boas intenções; tendo por consequência o aumento a cada dia de mais gente na fila de espera por atendimento, especialmente as de cirurgias.

736. Diante do exposto, o MSTTR deve fortalecer as lutas em defesa da Reforma Tributária e pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 junto ao Senado Federal, que define as despesas relacionadas ao setor saúde e assegura fontes efetivas de financiamento do SUS.

737. O MSTTR deve, também, refletir sobre a forma de sua intervenção nos espaços formais e não-formais de gestão, controle social e fiscalização das políticas públicas de saúde. E ainda indicar alternativas para se construir processos político-pedagógicos com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais usuários do SUS com o propósito de identificar e analisar o real significado, alcance, limite e possibilidades das políticas de saúde em curso no país, em especial no campo e na floresta.

738. Por fim, é preciso aqui destacar que o programa para a recuperação e prevenção da saúde do trabalhador não atende a contento às demandas dos trabalhadores/as rurais. O MSTTR precisa intensificar as negociações junto ao Ministério da Saúde para a implementação e estruturação efetiva dos CEREST – Centro de Referência e Saúde do Trabalhador, sobretudo nas cidades com menos de 100.000 habitantes.

### **Plano de lutas**

739. Fortalecer e ampliar as ações e lutas voltadas para a conscientização e mobilização das populações do campo e floresta pelo direito à saúde através

de ações de massa, atividades formativas e atividades de articulação política.

740. Fortalecer a participação do MSTTR nos espaços de controle social voltados para a implementação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e Floresta.

741. Propor que nos regimentos dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde seja assegurada a representação dos povos do campo e da floresta.

742. Incentivar a criação de conselhos comunitários ou locais de saúde.

743. Investir na formação sistemática de dirigentes, conselheiros/as e trabalhadores e trabalhadoras rurais visando conhecerem e exigirem o cumprimento de seus direitos, e intervir ativamente nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de saúde, a exemplo dos conselhos, das conferências, em todas as instâncias: nacional, estaduais e municipais de saúde.

744. Fiscalizar, nos espaços de controle social, os recursos à saúde de modo que possam atender todas às demandas, sobretudo a prevenção e tratamento de doenças.

745. Formular a Política de Saúde do MSTTR, definindo concepção, diretrizes, prioridades, estratégias e ações que orientem a prática sindical em todas as instâncias.

746. Lutar pela pactuação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta em todas as esferas de gestão (federal, estadual e regional, municipal) e por condições para sua efetiva implementação. Esta política precisa estar articulada com as demais políticas de saúde, em especial a de saúde do trabalhador, bem como a valorização da fitoterapia.

747. Pautar a discussão sobre a estruturação e efetiva implementação, em nível municipal, regional e estadual, dos CEREST - Centro de Referência e Saúde do Trabalhador, bem como o seu monitoramento.

748. Promover uma campanha dirigida aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, de todas as idades, especialmente para a juventude rural, de esclarecimento sobre a importância do uso de preservativo e sobre os danos causados a saúde pelo uso abusivo de bebida alcoólica e uso de outras drogas lícitas e ilícitas.

749. Desenvolver parcerias, através das coordenações municipais de jovens, com as Secretarias de Saúde dos municípios para realizar atividades educativas com a juventude rural sobre as questões da Saúde Reprodutiva, DSTs / AIDS e Planejamento Familiar.

750. Realizar, por meio do MSTTR, campanhas de prevenção e esclarecimentos direcionados ao homem e a mulher trabalhadora rural, em relação câncer de próstata e câncer de mama.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO**

751. Pesquisas e estudos têm demonstrado que a educação é um elemento estratégico para o processo de desenvolvimento e elevação da renda. Assim, debater sobre educação e desenvolvimento é discutir valores, cultura e etnias, concepções de mundo, de sujeito e de sociedade que queremos construir, reafirmando a importância da terra, da produção, das relações sociais como processos de reafirmação das identidades dos sujeitos do campo, sobretudo com diálogo, respeito, solidariedade e troca de saberes entre as pessoas.

752. Neste sentido, o MSTTR tem investido na proposição de políticas públicas de educação do campo que assegurem princípios político-pedagógicos tendo as pessoas no centro da prática educativa, mobilizando e dialogando com o Estado para que consolide uma política nacional de educação do campo. Alguns passos importantes foram dados ao longo das lutas e debates em diversos espaços e em Congressos da categoria. A construção do PADRSS foi fundamental nesta definição possibilitando ao MSTTR compreender a importância da educação para o desenvolvimento e fortalecer o MSTTR para mobilizar, reivindicar e monitorar políticas de educação do campo.

753. De forma mais ampla a educação do campo tem possibilitado também ao MSTTR refletir sobre as questões de gênero, geração, raça e etnia, contribuindo para construir melhores relações sociais entre as pessoas e referenciais políticos pedagógicos para uma educação que não exclua e não discrimine as mulheres, os jovens e as pessoas da terceira idade. Compreende-se também, que as atividades esportivas e culturais assumem um papel importante no contexto rural, pois promovem aos homens e mulheres do campo maior sociabilidade, saúde e o fortalecimento da sua identidade cultural.

754. Por outro lado, a ausência de políticas públicas no campo, especialmente na educação, deixou marcas nas condições da educação escolar do campo, tais como altos índices de analfabetismo e defasagem escolar. A incidência de analfabetismo no campo ainda é elevada. Segundo a PNAD, em 2004, 29,8% da população adulta da zona rural permaneciam analfabetas, enquanto na zona urbana essa taxa era de 8,7%, demonstrando ainda a fragilidade da educação na área rural.

755. Outro elemento a ser considerado é o quanto ainda se gasta com o

transporte escolar deslocando alunos/as do campo para a cidade. Em 2005, 42,6%, dos alunos/as do ensino fundamental (1º ao 5º ano) utilizaram o transporte escolar. Nos anos finais (6º ao 9º ano) foram 62,4% e no ensino médio 93,5% dos jovens utilizaram o transporte escolar para sair de suas comunidades para estudar nas escolas da cidade. A situação do transporte (paus de arara, ônibus superlotados e sem condições adequadas, além de longas distâncias percorridas) demonstra que este ainda é um grande desafio a ser enfrentado no campo. Por outro lado esta forma de organização escolar contribuiu para o fechamento de mais de 10 mil escolas na zona rural nos últimos anos, provocando o acúmulo de jovens nas pequenas e médias cidades, aumentando assim o êxodo rural, o consumo de drogas e a prostituição. Além dessa situação a falta de condições de trabalho e formação específica e defasagem nos salários dos professores e ainda uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo apontam as contradições da educação que defendemos no PADRSS.

756. A situação da juventude no campo requer também análise, pois a pesquisa “A voz do/a adolescente e jovem rural” realizada pela CONTAG, registrou que a maioria dos/as entrevistados/as - 52% - não completou o ensino fundamental, isso demonstra o restrito acesso da juventude à escola de qualidade nas áreas rurais. Segundo dados da PNAD 2006 apenas 25,6% de jovens do campo frequentavam o ensino médio e apenas 4,0% dos jovens rurais frequentam o ensino superior.

757. A ausência de uma política de estado que respeite as demandas por uma educação do e no campo, desponta como um dos principais motivos para não permanência dos/as jovens rurais na escola, soma-se a isso as limitações de ordem financeira da família, que na maioria dos casos nem consegue custear as condições mínimas de acesso à educação. Essas limitações tiram os/as jovens da escola e os levam a sair do campo para buscar trabalho nas grandes cidades. Por isso a luta do MSTTR tem buscado fortalecer a importância da Construção de uma Política Nacional de Educação do e no Campo e Floresta, defendendo entre outros instrumentos, o fortalecimento das Casas Familiares Rurais.

758. Internamente o MSTTR tem realizado um grande investimento na formação de lideranças, dirigentes sindicais, jovens e mulheres, educadores/as e gestores/as municipais para atuar no debate da educação do campo e desenvolvimento possibilitando ampliar sua atuação nacional e nos estados, especialmente numa parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Este processo tem fortalecido as ações do MSTTR na educação do campo,

ampliando assim sua intervenção social e o acesso às políticas construídas em âmbito nacional.

759. Do ponto de vista da construção de políticas públicas avançou-se com a aprovação das Diretrizes Estaduais de Educação do Campo pelo Conselho Nacional de Educação e com a criação Coordenação Geral de educação do campo no MEC. Estes espaços políticos têm contribuído para fortalecer o que defendemos para a educação do campo, embora se reconheça que ainda temos muitos desafios.

152

760. Em relação aos avanços, destaca-se especialmente uma melhor compreensão e intervenção sindical na atuação política da educação do campo, que ao longo dos anos tem se transformado em pauta estratégica no diálogo com os gestores públicos e na organização e atuação sindical. No entanto, ainda somos desafiados a elaborar mais sobre o que fazemos, a intervir mais nas conquistas, a pesquisar e sistematizar sobre as boas experiências e práticas desenvolvidas pelo MSTTR na educação do campo.

761. Por outro lado avalia-se que o governo federal demorou a compreender a pauta da educação do campo, especialmente no primeiro mandato do governo Lula. No entanto, tem-se percebido um grande avanço na construção de políticas estratégicas em nível Federal, programas como Prójovem Campo: Saberes da Terra (destinado a jovens agricultores/as familiares para elevação da escolaridade – anos finais do ensino fundamental e médio – articulada à formação profissional), Licenciatura do Campo (PROCAMPO – formação em nível de graduação para professores/as do campo da rede pública de ensino, educadores e jovens que têm atuação do campo).

762. É necessário que a educação atenda às necessidades do campo formulando propostas de disciplinas que atendam às demandas e aspirações dos diversos setores que compõem essa categoria, como: agricultores familiares, assalariados/as, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as e outros.

763. Outras conquistas podem ainda ser destacadas, tais como: a) a inclusão da educação do campo no Plano de Desenvolvimento da Educação, b) a garantia de valores diferenciados para os alunos/as matriculados nas escolas do campo no FUNDEB (Fundo Nacional de valorização da Educação Básica), c) o programa a Caminho da Escola, resultado da negociação do GTB com o objetivo de assegurar o deslocamento dos/as alunos/as dentro do próprio campo e d) o apoio para estados e municípios na implementação de políticas no campo, como construção de escolas, realização de Ensino Médio Integrado com formação profissional e a construção de referenciais para a educação infantil.

764. Por fim destacamos o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), embora este tenha sofrido uma pressão muito forte pela mídia e pelos órgãos de controle de políticas públicas, a exemplo do TCU. A atuação do Governo Federal nos territórios da cidadania possibilitou também o fortalecimento da educação do e no campo.

765. Muitos desafios ainda precisam ser enfrentados, faz-se necessário e urgente fortalecer a atuação do MSTTR nos espaços políticos estaduais e municipais a exemplo dos Conselhos, na parceria com as instituições públicas de ensino superior, organizações, instituições parceiras e trabalhadores/as rurais. É preciso, por exemplo, superar a ideia construída na sociedade de que não é papel do MSTTR atuar na educação do campo. Tem-se identificado resultados positivos nesta luta, no entanto muitas questões ainda precisam ser fortalecidas na atuação do MSTTR e na construção e consolidação da Política Nacional de Educação do Campo.

### **Plano de Lutas**

766. Assegurar uma Política Nacional de Educação do Campo, consolidando-a no Plano Nacional de Educação, na elaboração de políticas para o Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Técnico Integrado e Escolas Rurais de Alternância no campo, em diálogo com as UNDIME (União nacional dos Dirigentes Municipais em Educação) e o CONSED (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação), com repasse de verbas, preferencialmente, para o transporte de alunos para as escolas do próprio campo, transporte intra-campo, em todos os municípios, tanto no ensino fundamental, médio e superior.

767. Garantir que nos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal existam nos currículos escolares disciplinas voltadas para o meio rural, a exemplo da disciplina “Gestão da Propriedade”. Entende-se que esta ação deva ocorrer tanto nas escolas rurais ou nucleadas e que, mesmo no meio urbano, sejam contempladas disciplinas que valorizem o meio rural.

768. Lutar para que o Estado assuma de fato a responsabilidade pela educação do campo não-sexista.

769. Reivindicar que a Educação do Campo seja incluída nos Planos de Educação nacional, estadual e municipal no intuito de valorização da agricultura familiar.

770. Incluir na agenda nacional o debate sobre a integração das Escolas do Campo (CFA e EFA) com as escolas de ensino fundamental e médio, para implementar, utilizando a metodologia de alternância, a jornada integral como

forma de aprendizado de filhos/as de assalariados/as rurais e de agricultores/as familiares, respeitando as particularidades das cinco regiões do Brasil.

771. Potencializar o MSTTR para fortalecimento interno das ações políticas de educação do campo e da atuação do MSTTR na construção, execução e fiscalização das políticas públicas para a educação do campo em níveis estaduais e municipais, com enfoque na questão do transporte escolar fazendo cumprir o que estabelece o Código Nacional de Trânsito, escolas devidamente aparelhadas e implementar de forma mais ágil a inclusão digital.

154

772. Ampliar e fortalecer os processos de formação de dirigentes, lideranças, jovens e mulheres, para atuação na linha do Desenvolvimento Sustentável e Educação do Campo e para atuação nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, dando continuidade aos processos de capacitação que já vem sendo desenvolvido pelo MSTTR desde 2004.

773. Provocar e promover o debate entre movimentos sociais e governos, visando igualar as faixas etárias para os programas destinados aos jovens, visto que essa disparidade faz com que muitos jovens rurais não possam ter acesso os diversos programas de educação do campo.

774. Fortalecer a articulação interna no MSTTR (interfaces), principalmente os STTRs definindo um espaço político entre as áreas temáticas para a construção de estratégias de atuação nas políticas de educação do campo.

775. Mobilizar, articular e acompanhar política e pedagogicamente as ações da Educação de Nível Superior, especialmente aquelas que têm envolvimento e demanda do campo. Rediscutir os cursos superiores voltados para o campo, além de destinar bolsas de estudos gratuitas para filhos/as de agricultores/as familiares, que desejam aperfeiçoar seus conhecimentos na área da agricultura.

776. Lutar pelo reconhecimento das Casas Familiares Rurais, como forma de valorizar o conhecimento em todos os níveis de educação.

777. Lutar pela garantia da participação de mulheres trabalhadoras rurais nos cursos de licenciatura em educação do campo.

778. Ampliar e qualificar a atuação do MSTTR no Programa Nacional de Educação para as áreas de Reforma Agrária (PRONERA), do Programa Residência Agrária e na Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, exigindo do MDA a desburocratização dos recursos do PRONERA.

779. Reivindicar que o governo federal crie uma bolsa de estudo para jovens rurais que estejam frequentando um estabelecimento de ensino público

ou Casa Família Rural, onde esteja cursando o nível fundamental, médio ou profissionalizante, como um incentivo à sua permanência no campo.

780. Assegurar bolsas de estudo gratuitas para jovens que residem no campo, que pretendem cursar em universidades, (estes cursos seriam gratuitos e voltados à área agrícola).

781. Reivindicar que, para ter acesso à bolsa proposta nos itens anteriores, o/a beneficiado/a tenha que apresentar à Secretaria de Educação uma declaração do STTR, comprovando sua condição de agricultor/a familiar.

782. Lutar para que os governos municipais, estaduais e federal firmem um pacto em favor do esporte, cultura e lazer nas áreas rurais, na perspectiva de construir equipamentos públicos (centros poliesportivos, cinemas, etc.) e programas que valorizem as tradições culturais locais.

783. Reivindicar a criação de um programa de crédito a fundo perdido destinado à produção cultural de jovens trabalhadores/as rurais e demais membros do grupo familiar, que garanta sua qualificação técnica e viabilize projetos de produção artística e cultural protagonizados pela juventude e demais membros da família, voltados para melhoria do conhecimento técnico e cultural do homem do campo.

784. Reivindicar a criação de uma política pública de estruturação no meio rural de “Núcleos Rurais de Educação do Campo”, visando aliar diversos setores, tais como educação, lazer, saúde, prestação de serviços, tecnologia, informação, assistência técnica entre outras. Nestes núcleos as escolas trabalharão a educação tendo como referencial a educação do campo respeitando a cultura local em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica as Escolas do Campo. Os “Núcleos Rurais de Educação do Campo” servirão para o aprendizado das crianças, adultos e terceira idade, transformando aquele espaço não só num centro de convivência como também num centro de produção de conhecimento, que retornará às comunidades, onde as mesmas estarão experimentando e reformulando sempre que necessário, levando em contas os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Entende-se que a produção de conhecimentos acontecerá na forma de um círculo contínuo e permanente, ou seja, considerando pesquisa, prática, monitoramento e avaliação.

## **PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL**

785. A luta pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil desencadeou-se no Brasil nos anos 90, quando governo e sociedade, preocupados com a

situação das crianças e adolescentes brasileiros, articularam-se em diversos espaços públicos e privados buscando implementar estratégias que tiveram como resultado uma nova forma de olhar a criança e o adolescente.

786. O MSTTR participou da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, em 1998, realizou encontros regionais, estaduais e nacionais de meninos e meninas trabalhadoras rurais, foi um dos principais parceiros na implementação do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC no Brasil e teve papel fundamental na implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

156

787. Apesar desses esforços, em 2005, o suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD - mostrou que após 14 anos de contínua queda, o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho aumentou em relação a 2004, na faixa etária de 05 a 14 anos e passou de 11,8% para 12,2% na faixa etária de 5 a 17 anos. O aumento do trabalho infantil se deu principalmente pelo aumento do trabalho para o próprio consumo e pelo trabalho não remunerado na atividade agrícola, devido aos índices de pobreza e miséria cada vez maiores no Brasil. O efeito desses dados tem recaído principalmente sobre a agricultura familiar que tem sofrido muita pressão de alguns setores do governo, da sociedade e de organizações nacionais e internacionais, que lutam pela não utilização de mão-de-obra infanto-juvenil na cadeia produtiva.

788. No entanto, os dados apresentados sobre o trabalho infantil no campo são insuficientes para se analisar o problema da inserção precoce no mercado de trabalho. Quando se analisa as atividades exercidas na agricultura é imprescindível que se faça a distinção entre as atividades da agricultura familiar e as atividades do trabalho assalariado, pois são realidades diferenciadas. Enquanto na agricultura familiar a participação das crianças e adolescentes tem conotação educativa, de aprendizagem, desde que não prejudique seu desenvolvimento físico, mental e social. No trabalho assalariado essa participação ganha outro significado, de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, o que traz consequências diversas para o desenvolvimento. A exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, em longo prazo, vai influenciar negativamente a sucessão familiar, uma vez que estimula o êxodo rural dos jovens em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, e acabam na informalidade, engrossando os cinturões da miséria.

789. A partir do 9º. Congresso, o MSTTR ampliou o debate para a proteção infanto-juvenil no campo, por entender que a proteção integral exige não só a erradicação do trabalho infantil, mas também uma gama de ações articuladas e integradas que envolvam governo e sociedade com o objetivo de fortalecer

as redes de proteção infanto-juvenil. Assim, foram definidas ações de sensibilização, mobilização e formulação de políticas públicas voltadas para a proteção infanto-juvenil, dentre elas a realização do Seminário Nacional sobre Políticas de Proteção Integral às Crianças e Adolescentes, coordenado pela CONTAG em 2006, trazendo no debate muitas perspectivas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes no campo.

790. Para o MSTTR, a proteção infanto-juvenil no campo é uma estratégia positiva, um investimento para a agricultura familiar, uma vez que ao se garantir direitos como educação, saúde, lazer, segurança, seguridade social, etc, se garante também a formação de adultos autônomos, qualificados e com condições de atuarem no campo com possibilidades de sucesso e vida digna.

791. O MSTTR avançou consideravelmente no que se refere à proteção infanto-juvenil no campo. Destaca-se assim a construção junto às FETAGS de linhas de ação para a defesa da proteção infanto-juvenil no campo, bem como a formação de multiplicadores da temática entre as lideranças sindicais. A inserção da temática nos planejamentos e a criação de grupos de trabalho sobre proteção infanto-juvenil dentro das FETAG's também foi outro passo importante. *A Campanha Proteção Infanto-juvenil no Campo: uma colheita para o futuro* também representa uma estratégia importante adotada pelo MSTTR para a sensibilização e mobilização das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre a importância da proteção infanto-juvenil. No entanto, é preciso ainda ampliá-la. A reflexão que o MSTTR tem realizado sobre o que é trabalho educativo, trabalho infantil e piores formas de trabalho infantil também tem contribuído para o fortalecimento da temática no âmbito do MSTTR, o debate aponta que:

791.1. O trabalho infanto-juvenil deve ser visto, incentivado e defendido enquanto aprendizagem rural e atividade sócio-educativa, estimulando o empreendedorismo rural.

791.2. Há que se entender que na propriedade familiar vive uma família que tem atividades agropecuárias e se utiliza a própria mão-de-obra para realizar as operações agropecuárias. Na formação do jovem agricultor a propriedade é um ambiente de aprendizado, assim, os trabalhos desenvolvidos pelos jovens devem ter caráter de aprendizado. Portanto, devem ser realizados em, no máximo, meio período, e devem ser atividades sem risco à saúde e que correspondam à faixa etária.

791.3. O trabalho infantil para o MSTTR é aquela tarefa executada por criança e/ou adolescentes no campo, e o que distingue se é educativo

ou não, é o tipo de tarefa, a intensidade com que é executada, e o nível de comprometimento de seu desenvolvimento integral.

791.4. O trabalho educativo caracteriza-se por atividades de convivência e compreensão de valores com foco na convivência familiar, sem a transferência da responsabilidade dos adultos para as crianças e adolescentes, não os expondo a riscos, respeitando seus limites físicos, psicológicos, etc.

791.5. O trabalho infantil é considerado explorativo - piores formas - quando é obrigatório, com fins lucrativos, expondo a criança e o adolescente a riscos e à carga horária excessiva, transgredindo sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento físico, mental e social.

792. Faz-se necessário ainda ampliar o debate, a participação e a co-responsabilidade do MSTTR nos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos demais espaços do sistema de garantia de direitos. Além disso, ainda é preciso buscar: a) a construção da transversalidade da temática proteção infanto-juvenil com as diversas frentes de luta do MSTTR e; b) o mapeamento da real situação das crianças e adolescentes do campo, a fim de identificar a necessidade de maior intervenção na garantia de melhores condições de vida para crianças, adolescentes e suas famílias.

793. No âmbito das políticas públicas, o MSTTR tem participado de espaços de debate, articulação, mobilização e elaboração de políticas públicas como: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI - e Comissão Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI. Embora o MSTTR tenha avançado no fortalecimento de ações participativas e democráticas com vistas à efetivação dos direitos e deveres pertinentes à cidadania de crianças e adolescentes no campo, alguns desafios ainda persistem: a) garantir o acesso das políticas públicas de geração de renda, acesso à terra, espaços de lazer, acesso a bens básicos às populações rurais, serviços que potencializam a proteção infanto-juvenil; c) buscar a integração das políticas públicas que vão para o campo em todos os níveis de articulação; c) exercer o controle social das políticas públicas existentes no campo como forma de garantir sua efetiva implementação e; d) defender a implementação da jornada escolar integral como forma de proteção infanto-juvenil.

## **Plano de Lutas**

794. Defender a Educação de qualidade, diferenciada e voltada para a realidade do meio rural como ponto de partida nas ações de fortalecimento

da formação integral de crianças e adolescentes bem como de suas famílias no campo.

795. Buscar a efetivação do acesso ao ensino infantil no campo e direcionado à realidade no meio rural.

796. Intensificar o debate sobre a proteção infanto-juvenil à luz do PADRSS, garantindo o envolvimento do MSTTR no controle social dos programas e políticas voltados para a proteção das crianças e adolescentes.

797. Contribuir para a definição de políticas públicas em espaços nacionais, estaduais e municipais que potencializem a proteção infanto-juvenil no campo.

798. Defender uma articulação político-institucional que mobilize e insira o MSTTR nos espaços de controle social das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

799. Defender e garantir a proteção integral dos trabalhadores e trabalhadoras adolescentes no meio rural, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários.

800. Lutar para que o trabalho a partir dos quatorze anos no campo seja considerado uma forma de aprendizagem, o que é fundamental para a continuidade da sucessão rural. Para tanto temos que flexibilizar o decreto 6.481, que enquadra a atividade agrícola como as piores formas de trabalho infantil, mantendo excluído todo o trabalho escravo e que interfira no desenvolvimento físico, mental e social de criança e adolescente.

801. Efetivar um trabalho de conscientização junto ao MSTTR visando alertar contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no meio rural.

802. Lutar para mudar o cenário quanto à questão do trabalho infantil na agricultura familiar, promovendo a proteção integral das crianças e adolescentes.



# **Comissão Temática 06**

## **Formação e Organização Sindical**



## FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

### RELAÇÃO ORGANIZAÇÃO-FORMAÇÃO

803. A formação concebe a organização sindical como espaço estratégico, por meio do qual as ações se efetivam, devendo potencializar o desenvolvimento de estratégias articuladas e dinamizar os processos formativos, assim como sinaliza o PADRSS.

162

804. O 9º CNTTR, visando consolidar a relação formação-organização, decidiu pela retomada da formação político-sindical e pela constituição de uma Escola de Formação com atribuição de construir e desenvolver processos formativos articulados nacionalmente.

805. Estes processos articulam e são articulados pela missão do MSTTR: “ser referência na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por melhores condições de vida e trabalho e renda através da construção, implementação e consolidação do PADRSS”. Esta missão orienta a formação desenvolvida pela Escola quando, nas reflexões sobre as políticas de interesse da categoria, associa a prática sindical à realização do PADRSS, ao exercício da democracia que valoriza e respeita as várias ideias e os diversos sujeitos políticos que formam a categoria trabalhadora rural.

806. As reflexões indicam como pressuposto a realização de ações articuladas, a necessidade de aprofundamento da organicidade entre as instâncias CONTAG, FETAGs e STTRs. Compreende-se que a implementação de políticas para a categoria só se efetiva se as lideranças sindicais tomarem para si a responsabilidade pela sua realização. Portanto, refletir sobre o perfil das lideranças e, sobre o papel formação e organização sindical em respostas aos desafios da luta sindical, tem levado as lideranças, que vivenciaram a experiência formativa na ENFOC e nas escolas de formação das FETAGs, a fazerem autocrítica sobre a condução da luta geral do MSTTR e sobre a gestão das entidades sindicais. Além disso, a organicidade sindical é um pressuposto importante para que o MSTTR fortaleça o princípio da democracia, da unicidade sindical, da autonomia e independência do estado e dos partidos políticos e favoreça a liberdade de realização das mobilizações, da proposição e da negociação de políticas de interesse da categoria.

807. A efetividade das políticas deliberadas nos congressos, que requer diversificação e descentralização das ações, exercício de gestão compartilhada, aprofundamento da democracia interna, articulação direção-base, investimentos em processos formativos de lideranças comprometidas

com o projeto político da categoria, é essencial para a construção de entidades sindicais fortes, democráticas, transparentes e inovadoras.

808. A estrutura organizativa do MSTTR favorece o desenvolvimento de ações articuladas devido à sua capilaridade (presença em quase todo território brasileiro) e capacidade mobilizadora. A ampliação das direções com criação de Secretarias Específicas, Comissões e Coletivos, revitaliza essa estrutura e cria novos espaços potencialmente formativos.

809. Os Pólos e Regionais, Delegacias e Conselhos de Base, instâncias que compõem a estrutura organizativa da CONTAG, FETAGs e STTRs, são estratégicos para a formação sindical devido ao seu perfil organizativo, dinamismo e proximidade com a base sindical, aglutinando instituições sindicais, associações, e grupos organizativos diversos, com isso, fortalecem e potencializam a organização sindical do MSTTR.

810. Com a Escola, o MSTTR constituiu espaço de caráter estritamente formativo, crítico, reflexivo, potencializando a luta sindical e os demais espaços formativos existentes na CONTAG, FETAGs e STTRs. A ENFOC, embora guarde autonomia quanto ao fazer pedagógico, se efetiva politicamente pelos espaços deliberativos do MSTTR como conselhos deliberativos e congressos. A vivência escola estimula outras formas organizativas, também horizontais, como redes de educadores e educadoras, de colaboradores e colaboradoras e de parceiros/as institucionais, que potencializam a ação formativa numa perspectiva transformadora e dinamizadora da ação sindical.

811. Para que a formação tenha êxito no seu propósito político de fortalecer as entidades e a luta sindical, é preciso que a prática sindical de dirigentes e assessorias do MSTTR seja orientada por princípios políticos comuns, refletindo compartilhadamente com os trabalhadores e trabalhadoras acerca das ações do MSTTR, de modo a fortalecer cada vez mais, a participação da base sindical no desenvolvimento das estratégias formativas no âmbito dos estados, municípios e nas comunidades de base.

### **Formação político-sindical**

812. O texto geral do PADRSS, descreve as bases da Política Nacional de Formação – PNF, a concepção, os princípios, o papel da formação no MSTTR e os espaços formativos pelos quais as ações formativas são desenvolvidas. Neste momento será feito um breve balanço avaliativo-projetivo do trabalho desenvolvido evidenciando os processos desencadeados, e em que contribuíram para consolidação da ENFOC - Escola de Formação Político-Sindical da CONTAG, da Rede de Educadores e Educadoras e para o

fortalecimento dos demais espaços formativos. Ao mesmo tempo, se destaca alguns desafios que precisam ser superados nos períodos que seguem.

164

813. Desenvolver um processo formativo que tenha como referência a orientação estratégica “formação sistêmica e continuada, libertadora e transformadora” assim como propõe o planejamento estratégico da gestão 2005-2009, orientado pelas deliberações do 9º CNTTR, desafiou a CONTAG em vários aspectos: na construção de entendimentos sobre o papel da Secretaria de Formação junto às demais Secretarias; na construção de uma estratégia formativa que responda ao alcance da orientação estratégica; e, no entendimento sobre a própria orientação estratégica. Ou seja, o que a CONTAG considera ser, formação “sistêmica continuada, libertadora e transformadora”.

814. Os diálogos que ocorreram nesta perspectiva foram ajudando a definir os caminhos, a estratégia e o trabalho, que constou basicamente de constituição da ENFOC - Escola Nacional de Formação político-sindical da CONTAG; reflexões e sistematização do Projeto Político Pedagógico - PPP - e da Política Nacional de Formação – PNF.

815. A agenda de formação da CONTAG voltou-se num primeiro momento para o trabalho interno. Buscou refletir sobre trajetórias formativas do MSTTR, construir os fundamentos e os princípios metodológicos orientadores da formação que se desejava desenvolver. Os momentos externos foram grandes laboratórios (troca de experiências) sobre as mais diversas práticas formativas desenvolvidas pelas FETAGs e STTRs. Neles a diversidade de conteúdos e de abordagens expressa o quanto o MSTTR também é diverso na forma, nos ritmos e tempos do processo de ensino aprendizagem. O ENAFOR – Encontro Nacional de Formação, espaço de grande importância para a formação do MSTTR, foi revelador dessa diversidade.

816. A formação do MSTTR é marcada por vivências, experiências, encontros e reencontros, em uma caminhada que tem ajudado a resgatar dimensões educativas implícitas no cotidiano sindical. As histórias e trajetórias refletidas no processo formativo contribuem para apropriação do potencial transformador de realidades e emancipação de sujeitos.

817. O ENAFOR tratou de questões pedagógicas e metodológicas relacionadas às diversidades de práticas formativas do MSTTR para, a partir delas, indicar alguns pressupostos e princípios a serem assumidos articuladamente pelo MSTTR em seus diversos espaços formativos. Refletiu sobre a Escola Sindical do MSTTR e sugeriu um desenho institucional compatível com o caráter, papel e atribuições da Escola. Sugeriu também, a

constituição de equipes multidisciplinares para construir e desenvolver uma estratégia formativa capaz de articular as demandas do MSTTR às perspectivas do PADRSS.

818. As orientações do ENAFOR foram aprofundadas por um Grupo de Trabalho – GT da Formação, que formulou as orientações pedagógicas e metodológicas, a estratégia formativa e desencadeou um itinerário formativo que foi dando fisionomia à Escola. Este GT também formulou, com base na trajetória do MSTTR, as diretrizes e os fundamentos para a Política Nacional de Formação – PNF.

819. A constituição da ENFOC se deu nesta caminhada, pois ao mesmo tempo em que o itinerário formativo era desenvolvido, desencadeava outros processos que iam redefinindo a estratégia e as condições para o funcionamento da Escola. Foram definidas as coordenações políticas e pedagógicas, como também o Comitê Político Gestor com representação das 5 regiões da CONTAG.

820. A primeira turma revelou significativo interesse do MSTTR pela Escola. Das 27 FETAGs, participaram 24, com direções e assessorias de STTRs, de FETAGs e da CONTAG. Com a Escola a CONTAG inaugura um novo momento para a formação, trazendo o diferencial entre formação pontual e processos formativos continuados. Os desdobramentos do itinerário nas regiões e estados e município/comunidade, articulados às iniciativas das FETAGs comemoram saldos positivos. Muitas FETAGs, além de assumirem as atividades da Escola, realizaram também outras atividades como Encontros de Formação com estratégia e metodologia similar a vivenciada no ENAFOR. Estão constituindo Escolas de Formação e revitalizaram e/ou constituíram Coletivos de Formação, organizaram equipes pedagógicas para desencadear processos formativos junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da base. Estas iniciativas sinalizam para consolidação de novos espaços formativos - redes e coletivos -, e para apropriação dos referenciais políticos e pedagógico-metodológicos comuns como a PNF e o PPP.

821. A Escola se constitui como espaço formativo pelo qual a pluralidade de ideias se expressa e as contradições afloram. As pessoas serão convidadas a desaprenderem “práticas que não contribuem para o crescimento do movimento sindical”, para aprenderem novamente sob um olhar crítico para as vivências individuais e coletivas, para o que precisamos aprofundar e o que precisamos nos despedir. Um processo formativo que se propõe desconstruir práticas excludentes e discriminatórias, valores preconceituosos carregados de dê-s-valor, precisa, sobretudo, refletir sobre os sujeitos políticos, os conflitos e as contradições.

822. Ao abordar as diferenças e as relações sociais, deve também trazer para o centro das reflexões os espaços coletivos, por meio dos quais, estes sujeitos políticos constroem a luta e o PADRSS, que é, ao mesmo tempo, orientador e resultado da luta política. Refletir em que bases e com que perspectiva essa luta se constrói, é tarefa imprescindível para a Escola. Fazer o diálogo da igualdade, do respeito às diferenças, da construção de uma sociedade plural, justa, solidária, igualitária e democrática, tendo como referência o vivido e o desejado, contribuiu para compreender o papel que a formação deve exercer na ação e na organização sindical.

823. O MSTTR ao deliberar pela constituição de uma Escola “orgânica”, ao mesmo tempo, atribuiu a ela a tarefa de ser “crítica” do próprio movimento. Essa dualidade desafia a Escola em dois aspectos: contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais - que dirigem este movimento - sejam críticos da sua própria prática, e ser crítica ao movimento do qual é orgânica.

824. Assumir este papel significa desencadear processos formativos que contribuam para o crescimento e fortalecimento do MSTTR em bases democráticas e respeitadas, e para o desenvolvimento de ações políticas capazes de alterar os padrões econômicos e sociais, estabelecidos secularmente no Brasil. Isto pressupõe tomar para si, a prática do MSTTR, refletir sobre ela, aprofundar aspectos e reorientar outros. Assim o PADRSS deve ser o seu principal fundamento, agregando os princípios metodológicos e outras dimensões da história dos trabalhadores e trabalhadoras, das concepções sindicais, das formas de organizações, da gestão, dentre outros.

825. Refletir sobre o PADRSS como prática sindical efetiva significa abstrair da ação sindical propriamente dita, para transformá-lo em “objeto” de reflexão na ação formativa. É o que a Escola procura fazer nos processos formativos que desencadeia. Utiliza-se para reflexão as seguintes questões: se o PADRSS está em permanente construção no cotidiano sindical, de que maneira esse cotidiano tem contribuído para uma efetiva implementação do PADRSS? A reflexão crítica sobre a ação sindical cotidiana tem contribuído para alterar práticas conservadoras? As políticas públicas e sociais protagonizadas pelo MSTTR estão construindo efetivamente o desenvolvimento baseado nas diretrizes do PADRSS? Como monitoramos essas políticas?

826. Este conjunto de questões refletidas sinaliza potencialidades e fragilidades quanto à implementação do PADRSS. Os educandos e educandas, embora destacando as mudanças que o PADRSS imprimiu à dinâmica sindical, com o redimensionamento das ações do MSTTR e formulação de políticas importantes para os trabalhadores/as rurais, reconhecem que ainda existem dificuldades em ter o PADRSS como orientador da prática sindical. A base

do MSTTR conhece pouco o PADRSS e ainda são poucos os casos em que as direções se apropriam politicamente do PADRSS.

827. Vislumbram-se, dessa caminhada, muitos desafios. Fazer com que os trabalhadores/as rurais que estão nas direções das FETAGs e STTRS conheçam e se apropriem do PADRSS e interajam com os trabalhadores rurais na base, se apresenta como o mais urgente. Afinal fazer formação é acima de tudo refletir sobre os sujeitos, suas necessidades, seus espaços, sua diversidade, sua complexidade, as políticas de interesse da categoria e os impactos por elas produzidos na vida dos trabalhadores e trabalhadores rurais.

828. Daí a importância da construção e/ou consolidação de espaços horizontais (redes, grupos de estudo) para reflexões sobre as políticas gerais do MSTTR aprimorando e potencializando os GES - Grupos de Estudos Sindicais da ENFOC. Esses grupos de estudos acontecem nas comunidades e municípios e devem configurar-se como instrumentos de reflexões sobre o cotidiano sindical, sobre os desejos e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

829. Ressalta-se como relevante a iniciativa da CONTAG e FETAGs de constituição do Fundo Solidário para autofinanciamento das ações formativas da Escola. O MSTTR realiza, com esta iniciativa, significativos investimentos numa formação sindical, inovadora, independente, crítica capaz de orientar e fortalecer a ação sindical. Atualmente 27 FETAGs e 1.725 STTRs estão contribuindo com o Fundo Solidário. No entanto, para que o Itinerário Formativo da Escola alcance a capilaridade sindical e, ao mesmo tempo, atenda à sua diversidade política, é necessário haver adesão ampla ( STTRs, FETAGs e CONTAG), pois investimentos desta natureza não se efetivam somente por meio de projetos pontuais.

830. Mas, ainda que consigamos abranger todos os STTRs, os recursos do Fundo Solidário são insuficientes para a manutenção de todas as atividades da Escola. É necessário que o MSTTR assegure recursos próprios suficientes para a realização das atividades da Escola a nível nacional, regional e estadual.

831. A estratégia política, pedagógica e metodológica da ENFOC demanda amplitude em sua abrangência, consistência de abordagens e conteúdos, rotina pedagógico-metodológica na sua operacionalização. Somente assim, será possível alcançar as comunidades e municípios, espaços onde as políticas negociadas nacionalmente se efetivam.

832. Os Grupos de Estudos Sindicais (GES) que compõem a estratégia multiplicadora da formação são espaços mais próximos da comunidade, do local onde as pessoas vivem a luta sindical. É preciso investir na composição

e no funcionamento desses espaços. Os GES devem perpassar todas as secretarias, no entanto, devem ser animados e acompanhados pela Secretaria de Formação da CONTAG, FETAGs e STTRs.

833. A formação sindical deve contribuir para aproximar as falas (discursos) às ações do cotidiano sindical e da luta política. É preciso “descolonizar as concepções e práticas sindicais” para possibilitar um “novo agir” que considere as trajetórias do MSTTR.

168

834. A Política Nacional de Formação – PNF - traz como referencial político e pedagógico a diversificação de conteúdos e metodologias que respeitem os ritmos e tempos, as diferentes concepções, culturas, especificidades da linguagem camponesa, favoreça a circulação dos saberes, contribua para fortalecer o exercício de práticas éticas no cotidiano sindical, primando sempre pela assunção e fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

835. Deve-se também, estimular a ludicidade e as reflexões no campo das subjetividades dos sujeitos, invocando a mística, presente nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essas questões devem ser compreendidas enquanto dimensões permanentes no fazer educativo

836. Desse modo as Secretarias de Formação da CONTAG, das FETAGs e dos STTRs devem assumir o papel de animadoras dos processos formativos numa relação de co-responsabilização pela gestão da Política Nacional de Formação – PNF. O MSTTR deve investir na constituição e fortalecimento dos Coletivos de Formação junto às instâncias do MSTTR (STTRs, FETAGs e CONTAG), como espaços de formulações, socialização, reflexão sobre a Política Nacional de Formação - PNF. Essa mesma dinâmica organizativa da formação deve se estender aos Pólos/Regionais/Microrregionais.

837. Existem realidades diferenciadas quanto à compreensão acerca do papel da PNF no conjunto do MSTTR, especialmente, entre os dirigentes. É necessário aprofundar essas reflexões. Precisamos estar mais atentos e pautar as discussões da PNF nos conselhos e outros espaços deliberativos visando: aprofundar temas estratégicos, discutir estratégia formativa, divulgar e socializar os processos formativos vivenciados.

838. Registra-se forte presença de mulheres em diferentes faixas etárias e de novas lideranças jovens. Deve-se continuar estimulando a presença dessas lideranças nos processos formativos, e de outras, explicitando as suas identidades e formas de resistências como quilombolas, índios de modo a garantir a diversidade de saberes e a riqueza na construção coletiva do conhecimento, pois esse é um espaço onde uns aprendem com os outros.

839. Ressalta-se como de grande importância o trabalho desenvolvido

em torno do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais - PNFES. O PNFES será primordial para contribuir no processo de reestruturação do MSTTR como um todo, mas principalmente junto às bases. Entende-se por reestruturação desde a questão operacional do cotidiano sindical, passando pela disputa de projetos de sociedade. Esta iniciativa contribuirá para o fortalecimento da luta sindical junto à base e reestruturação organizativa das Regionais/Pólos/Microrregiões, que são espaços fundamentais para realização da luta sindical. Portanto, tem-se como desafio a continuidade do processo de discussão da reorganização das mesmas no intuito de agilizar as demandas da categoria.

## **Plano de Lutas**

840. Estimular reflexões permanentes sobre organização sindical relacionando-a à implementação do PADRSS e à missão do MSTTR.

841. Implementar os já existentes e construir novos mecanismos e instrumentos que contribuam eficientemente no cumprimento das deliberações congressuais e no sentido da superação de práticas conservadoras, excludentes e antiéticas.

842. Criar e/ou fortalecer em todas as FETAGs e STTRs, a Secretaria de Formação e Organização Sindical.

843. Fortalecer as estratégias e espaços de formação sindical transformadora e libertadora desenvolvidas pelos STTRs.

844. Investir para que os secretários e secretárias de formação das várias instâncias do MSTTR (STTRs, FETAGs e CONTAG) sejam público prioritário nos cursos da ENFOC e assumam o papel de animadores/as e mobilizadores/as dos processos formativos.

845. Aprofundar reflexões sobre a co-responsabilização das FETAGs e STTRs com a estratégia da ENFOC/CONTAG e com a Política Nacional de Formação - PNF.

846. Aprimorar a organização sindical nas três instâncias, visando o planejamento e execução de ações organizativas que a tornem mais eficiente e propositiva.

847. Desencadear processos formativos que alcance os STTRs e as comunidades de base, que reflitam sobre o PADRSS como estratégia política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na construção de políticas de desenvolvimento.

848. Desenvolver periodicamente, cursos de formação para os funcionários e dirigentes do MSTTR (CONTAG, FETAGs e STTRs) sobre temáticas diversas da agenda sindical como forma de contribuir na formulação de propostas mais qualificadas.

849. Construir estratégias formativas que atendam às especificidades dos diversos segmentos da categoria trabalhadora rural a partir das atividades que os mesmos desenvolvem.

850. Incentivar a leitura crítica e adotá-la como estratégia de construção coletiva do conhecimento na relação dialética da prática teoria prática visando conhecer e transformar uma realidade não desejada. A leitura proporciona abertura para o conhecimento elevação das capacidades de entendimento e interpretação dos acontecimentos políticos estruturais e conjunturais.

851. Constituir Redes de Educadores e Educadoras do MSTTR envolvendo dirigentes, lideranças e assessores/as do MSTTR, visando fortalecer a luta do Movimento e refletir sobre temas de interesse da categoria. A rede deve dar suporte às ações formativas do MSTTR na sua diversidade política, temática e metodológica, desde que articuladas e orientadas por meio da Política Nacional de Formação, especialmente àquelas empreendida pela Escola Nacional de Formação – ENFOC.

852. Organizar uma ação conjunta entre os setores de formação sindical, política de juventude e de mulheres para desencadear uma campanha nacional e estadual de sindicalização e formação para as novas diretorias e associados;

853. Elaborar materiais didáticos que dialoguem com o contexto local e regional, orientados pelos eixos da Política Nacional de Formação.

854. Sistematizar experiências formativas do MSTTR e publicar materiais didáticos para difundir, massificar, estimular iniciativas similares e potencializar outras iniciativas formativas.

855. Incorporar na agenda sindical das Regionais, FETAGs e STTRs, a Política Nacional de Formação – PNF e a estratégia formativa da Escola.

856. Organizar equipes de trabalho (com diretores/as e assessores/as) para animar processos formativos inovadores e orientados a partir das linhas formativas da PNF e articulados às instâncias do MSTTR e às diversas Secretarias das entidades sindicais.

857. Organizar equipes técnicas ou núcleos temáticos de reflexão sobre temas estratégicos na relação com a PNF.

858. Prosseguir com o debate nas FETAGs e CONTAG sobre as idéias-forças, refletidas durante o II ENAFOR na perspectiva de ampliar a agenda da formação e qualificar os debates do MSTTR, são elas: descolonização das concepções e prática; diversidade dos sujeitos; igualdade de oportunidades e respeito às diferenças; contexto globalizado e o cuidado com o planeta; exercício ético da política; construção e circulação de saberes e poderes; integralidade humana: ser si, ser junto, ser relação; trazer para a consciência o fazer educativo em sua dimensão participativa; compartilhar (sonhos, desejos, fazeres, conhecimentos) como uma postura, um jeito de viver.

859. Estimular junto às FETAGs, Pólos ou Regionais e STTRs, a construção de processos formativos que envolvam os educadores e educadoras que vivenciaram a formação na ENFOC. Estes processos devem ser orientados pela estratégia da ENFOC, deve respeitar as características locais, e/ou regionais, e deve considerar as metas/estratégia e realizar eventos ao menos duas vezes ao ano.

860. Animar a constituição dos GES através da Secretaria de Formação e planejá-los de modo a assegurar dinamicidade entre direção base. Os educadores e educadoras da ENFOC são co-responsáveis pela animação de modo que assegure uma rotina própria a cada GES.

861. Consolidar a estratégia de constituição de Redes de Educadores e Educadoras do MSTTR, como forma de conjugar e potencializar ações educativas que atendam à diversidade de demandas formativas e, que fortaleçam as organizações e a luta político-sindical.

862. Consolidar a estratégia da ENFOC junto às FETAGs e STTRs e realizar a multiplicação criativa como forma de realizar a massificação da estratégia e assegurar que a formação empreendida pela Escola chegue aos municípios e comunidades.

863. Estimular e promover intercâmbio de experiências inovadoras sobre formação política, contemplando as cinco regiões e promovendo a circulação de saberes e fazeres.

864. Ampliar a rede de colaboradores/as da Escola com pessoas comprometidas com a luta do MSTTR, sem, contudo, perder a autonomia do MSTTR. A identidade política e pedagógica, cujos referenciais estão presentes no Projeto Político Pedagógico são fundamentais para o fortalecimento da relação de parceria e para o avanço da formação e organização sindical.

865. Negociar com o Governo mudanças no Fundo destinado à qualificação profissional, de modo que assegure a formação e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

866. Identificar e estimular a participação de parceiros nacionais e internacionais que dialoguem com a política Nacional de Formação – PNF, no sentido de contribuíram no financiamento e no fortalecimento da ação sindical.

867. Manter a política de convênios e projetos com o poder público e com outros parceiros, e, na medida do possível, deve ampliar as articulações.

868. Estabelecer e aprovar, no Conselho Deliberativo da CONTAG, critérios que definam o número de participantes por FETAG no processo formativo de acordo com a contribuição da Federação e dos respectivos STTRs filiados.

869. Tornar o PMAS (Planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização) rotina no MSTTR visando estimular reflexões política sobre a prática sindical, reorientação de rumos políticos e elaboração de materiais pedagógicos baseado no acúmulo produzido pelas reflexões.

870. Avançar nos processos de sistematização do itinerário formativo já iniciado pela ENFOC, bem como ampliar sua abrangência para demais ações de formação sindical junto às FETAGs, regiões e no âmbito nacional. Somar a essa prática, a pesquisa, contribuindo com a sistematização e produção de material que der conta do registro das ações e sirva para dentro e para fora (cadernos, sites, artigos, filmes).

871. Criar instrumentos de avaliação das ações do MSTTR (CONTAG, FETAGs e STTRs), junto à base.

872. Aprofundar discussões sobre a importância do autofinanciamento da formação sindical de modo a ampliar investimento no Fundo Solidário incentivando a adesão ampla das entidades sindicais do MSTTR.

873. Manter a contribuição de 1% sobre a arrecadação geral dos aposentados destinada ao fundo criado com o objetivo de financiar as atividades da formação sindical através da ENFOC, envolvendo as instâncias do MSTTR.

874. Implementar outras fontes de financiamento da PNF, além do fundo solidário, como a produção e venda de material didático e outras contribuições de militantes do movimento no campo da literatura, poesia e artes.

# **Comissão Temática 07**

## **Sustentabilidade Política e Financeira**



## **SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA**

### **PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES SINDICAIS - PNFES**

875. O Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais - PNFES - criado e aprovado em 2005 pelo Coletivo Nacional de Finanças, tem como foco central o fortalecimento das nossas entidades sindicais na consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

876. O PNFES tem como principais instrumentos: uma Gestão Política, Sindical e Financeira integrada ao PADRSS; o Coletivo Nacional de Finanças e os Coletivos/Comissões Estaduais de Finanças; o Sistema de Arrecadação e Repasse sustentável para todos os níveis do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR; Campanhas Nacional, Estaduais e Municipais de Sindicalização; e o Plano de Contas Padronizado - PCP.

877. Dentre as ações formativas do PNFES está a capacitação de lideranças e técnicos em política de gestão e finanças sindical, em âmbito nacional, estadual e pólos/regionais sindicais. Os cursos e debates realizados nos pólos/regionais proporcionaram a formação de um maior número de dirigentes sindicais capazes de avaliar e propor políticas que visem melhorar a sustentabilidade política e financeira do MSTTR. É preciso dar continuidade a essas ações para que possamos efetivamente promover o fortalecimento das nossas entidades sindicais.

878. Como um dos principais instrumentos do PNFES a gestão política, sindical e financeira demandam mudanças na prática sindical dos dirigentes para construir uma política de finanças transparente com base nos princípios que norteiam a gestão sindical: democracia interna; participação dos associados e associadas na vida política da entidade; prestação de contas; organicidade das entidades; descentralização do poder; eficácia, eficiência e efetividade dos processos políticos e gerenciais.

879. Para modificar a prática sindical dos nossos dirigentes é preciso compreender que a política de sustentabilidade financeira das entidades sindicais não é tarefa exclusiva dos secretários e secretárias de finanças e sim do conjunto do MSTTR. Para enfrentar esse debate o PNFES, por meio de suas ações formativas, vem reafirmando que a sustentabilidade financeira da entidade sindical é responsabilidade de todos e todas que foram eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da base, pois todos os recursos

arrecadados têm como finalidade aplicação em políticas voltadas para garantir uma melhor condição de vida para aqueles que fazem parte da classe trabalhadora rural.

880. O Coletivo Nacional de Finanças é um dos principais espaços para discussão e construção de políticas voltadas para o fortalecimento de nossas entidades sindicais. Esse espaço tem possibilitado a realização de debates francos e participativos sobre a política financeira sustentável para as entidades. No entanto, todas as definições políticas deverão ser ratificadas e aprovadas pelas instâncias decisórias.

881. O PNFES vem reafirmando e consolidando a necessidade de fortalecer os Coletivos ou Comissões Estaduais e Municipais de Finanças, tornando-os instrumentos de avaliação, construção e definição de políticas voltadas para a sustentabilidade financeira do MSTTR, para tanto é preciso reativar as Comissões ou Coletivos de Finanças em todas as FETAGs.

882. As Campanhas Nacional, Estaduais e Municipais de Sindicalização são instrumentos que fortalecem a sustentabilidade financeira das entidades sindicais. Toda campanha de sindicalização tem que ter como eixo central a sindicalização enquanto instrumento de cidadania para o trabalhador rural, seja homem, mulher, assalariado/a, jovem, pescador/a artesanal, artesão/ã, pessoa da 3ª idade e idosa. Somente com a sindicalização o trabalhador e trabalhadora rural se integrarão ao projeto político do MSTTR.

883. Partindo da compreensão da importância da realização das campanhas de sindicalização, o MSTTR optou por realizar Campanhas Estaduais de Sindicalização e não mais uma única Campanha Nacional de Sindicalização, respeitando as especificidades regionais. Essa nova forma de realizar as campanhas de sindicalização tem contribuído para uma maior sindicalização e conseqüentemente um aumento na arrecadação.

884. Uma das grandes conquistas do MSTTR é a criação do Plano de Contas Padronizado - PCP, elaborado pelos contadores/as da CONTAG e por um contador/a representante de cada região do país. O PCP foi debatido nos encontros nos pólos/regionais sindicais, por meio da cartilha “Contabilidade Sindical” e aprovado pelo Conselho Deliberativo da CONTAG. A principal função do PCP é possibilitar uma maior transparência na gestão administrativa e financeira dos recursos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de padronizar os Demonstrativos Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

885. Contudo, para que se possa implementar o Plano de Contas Padronizado se faz necessário padronizar a contabilidade para os STTRs com o contador da

federação e dar continuidade aos processos formativos nos pólos/regionais sindicais, visando sensibilizar os dirigentes sobre sua importância, visto que transparência traz consigo credibilidade e respeitabilidade para a entidade junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais por ela representados.

176

886. O 9º CNTTR deliberou pela criação de um sistema via internet de arrecadação que integrasse as contribuições dos aposentados/as, sindical e confederativa. Para cumprir esta deliberação foi necessária a realização de dois Cursos de Capacitação em Informática voltados aos Técnicos/as das FETAGs que avaliaram e identificaram os problemas existentes e propuseram novas alterações no novo sistema de arrecadação e distribuição das contribuições para que na prática possa oferecer as reais condições de arrecadação e administração de recursos. Além dos cursos realizados em nível nacional, foi elaborada uma cartilha intitulada "Informática e o Novo Sistema de Arrecadação", que além de tratar sobre o funcionamento do novo sistema trouxe noções básicas de como utilizar a informática a serviço do MSTTR.

887. Entretanto, apesar de termos um sistema integrado de arrecadação capaz de atender a todos no MSTTR, apenas 15 (quinze) FETAGs utilizam o sistema de arrecadação e repasse da CONTAG, enquanto 12 (doze) FETAGs utilizam seus próprios sistemas, envolvendo a contribuição sindical, confederativa e contribuição social. A única contribuição que é totalmente integrada ao Sistema CONTAG é a contribuição social dos aposentados/as e pensionistas, visto que é fruto do Convênio celebrado entre a CONTAG e o INSS.

888. Portanto, continua o desafio da padronização e centralização de um sistema único de repasse e arrecadação das contribuições adequado às reais necessidades e realidades das regiões do país que sustentam o nosso sistema confederativo, envolvendo todas as contribuições que promovem a sustentabilidade das nossas entidades sindicais

889. Um dos problemas que persiste a respeito da sustentabilidade financeira do MSTTR é a unificação do percentual da Contribuição Social em pelo menos 2% (dois por cento) do salário mínimo. É um desafio a ser perseguido, visto que em alguns STTRs ainda cobra-se um valor de referência menor que 2% (dois por cento), ocasionando, uma desigualdade entre os sócios/as em atividades e os sócios/as aposentados/as. Esta desigualdade promove uma injustiça com os aposentados/as que contribuem com um valor significativamente superior, para a sustentação de toda a estrutura sindical, cujas ações beneficiam a todos.

890. Para que possamos unificar a arrecadação das mensalidades sociais

é preciso criar um sistema padrão de cobrança único de arrecadação das mensalidades sociais com emissão de carteira de associado unificada para todo o sistema CONTAG, permitindo igualmente o controle e distribuição dos recursos para as respectivas instâncias.

891. A CONTAG realizou o 1º Encontro dos Conselheiros e Conselheiras Fiscais das FETAGs, que contou com a participação de 03 (três) representantes do conselho fiscal de cada Federação. Um dos pontos centrais desse evento foi discutir qual o papel político e as atribuições do Conselho Fiscal nos STTR, nas FETAGs e na CONTAG.

892. Conclui-se que a função do conselheiro e da conselheira fiscal não se limita apenas a fiscalizar a gestão financeira da entidade sindical, mas de ajudar a diretoria a encontrar uma melhor forma de aplicação dos recursos da entidade. No entanto, para que se possa internalizar esta concepção, é preciso dar continuidade à formação e capacitação dos conselheiros/as fiscais das FETAGs e STTRs.

893. A sustentabilidade financeira do MSTTR é garantida pelas contribuições sociais (balcão e dos aposentados/as e pensionistas por meio do convênio com o INSS), sindical, confederativa e taxa assistencial. Dentre as contribuições acima especificadas a contribuição social dos aposentados/as é a principal fonte de arrecadação do MSTTR, seguida pela contribuição sindical.

894. O MSTTR vem investindo na cobrança da contribuição sindical, pois está prevista em lei (Arts 578 a 610 da CLT, Decreto lei nº 1166, de 15 de abril de 1971 e Art. 149 da CF/88), possui natureza tributária e caráter compulsório, sendo devida por todos aqueles que fazem de uma determinada categoria profissional ou econômica em favor do sindicato que os representa. Já a confederativa depende de aprovação e fixação pela assembléia, sendo cobrada apenas dos filiados/as ao STTR.

895. Apesar de investir na cobrança da contribuição sindical, o MSTTR sabe que a contribuição social é a que revela o nível de confiança e credibilidade que os trabalhadores e trabalhadoras rurais possuem nas suas entidades.

896. De todas as contribuições que garantem a sustentabilidade financeira, a mensalidade social dos aposentados/as, confederativa e parte da contribuição sindical passam pelo sistema de repasse da CONTAG, o que não acontece com a mensalidade social de balcão, apesar de ter sido aprovado no 9º CNTTR os percentuais de distribuição envolvendo as três instâncias do MSTTR.

897. Buscando assegurar a sustentabilidade das nossas entidades sindicais em todos os níveis do sistema confederativo, foi aprovado que o sistema

de repasse das contribuições sociais dos aposentados e pensionistas rurais permanecerá inalterado, sendo 5% para a CONTAG 20% para as FETAGs e 75% para os STTRs. Para as contribuições sociais pagas no balcão o repasse ficará da seguinte forma: 1% para a CONTAG, repassado pelos STTRs, através das FETAGs. Os percentuais destinados à FETAG e aos STTRs a ela filiados serão definidos nas instâncias estaduais. As FETAGs e os STTRs terão o prazo de até 2 (dois) anos para implementarem o novo sistema de repasse contados a partir da aprovação no 10º CNTTR.

178

## **Plano de Lutas**

898. Assegurar a continuidade do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES - através de suas ações formativas no âmbito nacional, estadual e nos pólos/regionais sindicais, visando implementar uma política de sustentabilidade financeira vinculada à ação política e ao projeto político do MSTTR (o PADRSS).

899. Atuar de acordo com a demanda dos pólos sindicais visando unificar e priorizar as ações comuns, otimizar recursos humanos, financeiros e de estrutura com melhor dinâmica e mais respostas.

900. Fortalecer os Coletivos Nacional e os Estaduais de Finanças e fomentar a implementação dos coletivos municipais/intermunicipais, reconhecendo-os como um espaço político importante de construção de políticas eficientes e eficazes para o fortalecimento das nossas entidades sindicais por meio de uma participação democrática das FETAGs e STTRs.

901. Consolidar a compreensão de que a sustentabilidade financeira é responsabilidade do conjunto do MSTTR e não apenas dos secretários/as de finanças, tendo o conselho fiscal um papel primordial neste processo.

902. Assegurar a continuidade das Campanhas Estaduais e Municipais de Sindicalização permanentemente, respeitando as diferenças regionais e locais, estimulando as campanhas por pólos/regionais sindicais, visando aumentar a arrecadação articulada a uma gestão eficaz, eficiente e efetiva, com material unificado e em quantidade suficiente para atender toda a região.

903. Implementar o Plano de Contas Padronizado - PCP - em todos os níveis do nosso sistema confederativo (CONTAG, FETAGs e STTRs), respeitando as especificidades regionais.

904. Manter o sistema de arrecadação e repasse centralizado na CONTAG, ficando facultativo para as FETAGs que já possuem sistemas próprios, envolvendo todas as contribuições que promovem a sustentabilidade das nossas entidades sindicais.

905. Unificar o percentual da Contribuição Social em pelo menos 2% (dois por cento) do salário mínimo.
906. Implementar um sistema padrão de cobrança único de arrecadação das mensalidades sociais com emissão de carteira de associado unificada para todo o sistema CONTAG.
907. Estimular os STTRs, FETAGs e CONTAG a adquirirem equipamentos de informática para serem utilizados a serviço do MSTTR, com recursos próprios e através de convênios.
908. Garantir a formação dos conselheiros/as fiscais e tesoueiros/as no âmbito das FETAGs e STTRs, visando a sua capacitação para o efetivo acompanhamento da gestão financeira e administrativa.
909. Garantir que os percentuais de distribuição do Sistema de Repasse das mensalidades sociais (balcão e dos aposentados/as) sejam efetivamente cumpridas por todos que fazem parte do nosso sistema (CONTAG, FETAGs e STTRs). A CONTAG, as FETAGs e os STTRs terão o prazo de até 2 (dois) anos para implementarem o Novo Sistema de Repasse, contados a partir da sua aprovação no 10º CNTTR.
910. Garantir a prática da prestação de contas, com a participação do Conselho Fiscal, das FETAGs e dos Associados/as.
911. Implementar uma política de orientação e capacitação no sentido de incentivar todos os STTRs a terem um contador/a.
912. Estabelecer que o trabalhador e a trabalhadora rural obrigatoriamente apresentem cópia da guia quitada da contribuição sindical aos órgãos competentes como requisito para acesso a quaisquer serviços ou benefícios conquistados pelo MSTTR, em razão desta representar uma das principais fontes de sustentação do sistema confederativo, responsável pelo financiamento das lutas da categoria.
913. Assegurar que as campanhas de sindicalização garantam um processo educativo, onde não seja visado somente o aumento do número de filiados/as, mas também de esclarecimentos e conscientização dos filiados existentes, para que permaneçam em dia com suas contribuições.



**Comissão Temática 08**

**Relações Internacionais**



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### CONSTRUINDO A POLÍTICA

182

914. As relações internacionais do MSTTR têm importância estratégica para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil. Contribui para consolidar seu projeto político centrado na reestruturação sindical e na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

915. O MSTTR vem implementando as deliberações do 9º Congresso no sentido de fortalecer e expandir sua política de relações internacionais, de acordo com as suas orientações estratégicas. Portanto, a construção da política de Relações Internacionais do MSTTR requer uma eficiente articulação da CONTAG, FETAGS e STTRs no cenário político nacional e internacional.

916. Na política externa, o MSTTR busca permanentemente a cooperação técnica, a parceria e a solidariedade, indispensáveis para consolidar sua política de Relações Internacionais. Neste processo, o fortalecimento do Coletivo Nacional de Relações Internacionais é estratégico enquanto instrumento para qualificar o debate interno e formatar a política do MSTTR. Para tanto há um esforço de articulação e integração de todas as frentes de luta e instâncias do MSTTR com significativo avanço da inserção das mulheres e da juventude rural na agenda internacional.

917. Para internalizar os temas pertinentes da política internacional, o MSTTR tem realizado diversos investimentos: na sensibilização e capacitação de suas lideranças e técnicos/as; nas ações e relações que mantém externamente com governos, organismos multilaterais e organizações da sociedade civil; no debate sobre os efeitos dos acordos de comércio internacional e da integração regional na vida dos/as trabalhadores/as rurais; na publicação de materiais, organização e divulgação de documentos sobre os referidos temas; na promoção da participação de dirigentes sindicais e técnicos/as nos fóruns, conferências e seminários nacionais e internacionais, com a qualificação de sua incidência nos espaços de diálogo político de elaboração de políticas públicas com igualdade e condições de competição.

### Relações Internacionais do MSTTR

918. A cooperação, a parceria e a solidariedade são elementos necessários para o MSTTR consolidar sua política internacional e enfrentar os desafios no cenário mundial, sobretudo, no enfrentamento dos efeitos negativos do atual modelo agrícola e dos acordos de comércio no mundo globalizado.

919. Neste sentido, o MSTTR deu passos importantes ao fortalecer e ampliar suas relações com setores de governos e da sociedade civil. Promoveu e participou de várias reuniões, seminários e conferências internacionais em diversas partes do mundo (África, Ásia, Europa e Américas) em que temas pertinentes ao conjunto dos/as trabalhadores/as rurais foram debatidos. Sempre que foi possível, a exemplo dos Fóruns Social Mundial, apresentou e defendeu o PADRSS enquanto proposta-base para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Também participou e ajudou a organizar grandes mobilizações e manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, as negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC - e o poder das transnacionais no comércio nacional e internacional.

920. Sem perder sua autonomia, o MSTTR vem fortalecendo relações com algumas organizações multilaterais das Nações Unidas (IICA, FAO, FIDA, OIT), que atuam em espaços institucionais de diálogo político para o desenvolvimento rural e combate à pobreza. Neste sentido vem colaborando com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, nas conferências regionais e internacional, constituindo-se como referência para os assalariados/as rurais (Ponto Focal) na América Latina e Caribe, na elaboração de propostas de desenvolvimento sustentável, soberania e segurança alimentar.

921. Atualmente, o MSTTR está presente no Fórum Mundial de Campesinos, que se reúne em Roma, com o compromisso de apresentar propostas de políticas públicas ao Conselho de Governadores (formado por 165 países) do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura-FIDA. Com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, busca a elaboração de estudos técnicos e de propostas de políticas públicas de desenvolvimento rural.

922. Nas conferências da Organização Internacional do Trabalho - OIT, vem contribuindo para a consolidação das leis e convenções internacionais para o trabalho assalariado rural e, sobretudo, nas ações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho assalariado infante-juvenil. Manter relações institucionais com estas agências multilaterais é importante e estratégico para o MSTTR, o que exige uma atuação qualificada de seus dirigentes e assessores nas instâncias e espaços de diálogo criados por estas organizações.

923. Nos últimos anos, as Organizações Não Governamentais - ONGs - passaram a assumir destacada participação nos espaços de diálogo e de articulação política para a cooperação técnica e financeira, tanto na sociedade brasileira, como na esfera mundial. O MSTTR fortaleceu e ampliou suas

alianças estratégicas com as ONGs que têm compromisso e afinidade com o movimento sindical. Junto às ONGs atua com mais força e qualificação nas áreas da agricultura, meio ambiente, acesso a mercados, mercado justo e solidário, gênero, geração e em outros temas importantes para o desenvolvimento sustentável, tais como agrocombustíveis, soberania e segurança alimentar.

924. Cabe ressaltar a relação de parceria e cooperação estabelecida com a Oxfam e Actionaid na defesa da agricultura familiar e dos assalariados/as rurais nas negociações dos acordos de comércio internacional. Da mesma forma, merece destaque a parceria com a Fundação Francesa Charles Leopoldo Mayer e a Coalizão do Café da Holanda que entre outras organizações têm favorecido a participação do MSTTR em diversos espaços internacionais para divulgar e buscar apoio para a implementação do PADRSS.

925. No mundo sindical, o desafio do MSTTR é fortalecer e ampliar sua relação com organizações sindicais que tenham afinidade, sensibilidade e solidariedade com os problemas dos/as trabalhadores/as rurais. O amadurecimento das relações do MSTTR com outras organizações sindicais é estratégico e fundamental para afirmação da ação sindical e fortalecimento da sua proposta política.

926. Dentre as organizações com as quais o MSTTR mantém boa relação, pode-se destacar: a União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Tabacos e Afins - UITA, a qual a CONTAG é filiada; a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da África Subsaariana - ROPPA; as organizações da Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do MERCOSUL Ampliado - COPROFAM. Atualmente busca construir relações com a recém criada Central Sindical das Américas - CSA.

927. A filiação da CONTAG à UITA foi um passo importante para o MSTTR, pois o transformou na referência da UITA no campo brasileiro. Atualmente a UITA desenvolve várias ações importantes para o fortalecimento da luta dos/as trabalhadores/as rurais ao divulgar as mobilizações e as conquistas do Grito da Terra Brasil e promover a Campanha Internacional de Combate a Violência no Campo no Brasil. Além disso, denuncia as ações exploratórias das grandes transnacionais que afetam as condições de vida e trabalho dos/as assalariados/as rurais.

928. No MERCOSUL, o MSTTR vem fortalecendo suas relações com as organizações filiadas da COPROFAM, onde a CONTAG, atualmente, desempenha papel estratégico de articulação e coordenação política.

929. A CONTAG mantém relação com as Secretarias de Relações

Internacionais da CUT e da CTB, o que possibilita sua intervenção no Fórum Consultivo Econômico e Social - FCES - do MERCOSUL. Neste espaço também são tratados temas relacionados com agricultura familiar e assalariados/as rurais. Vem também estreitando as relações com a Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP, principalmente com as organizações que fazem parte do Grupo Técnico que defende a agricultura familiar nos processos de negociação dos acordos de comércio internacional.

## **Comércio Internacional**

930. O comércio internacional sempre representará riscos e oportunidades para o Brasil. O grande desafio para o MSTTR é acompanhar e entender o que está em jogo nos acordos de comércio internacional. É preciso identificar os possíveis impactos decorrentes destes acordos e apresentar propostas que protejam a produção e o trabalho do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros.

931. A cada dia os governos se movem para ampliar ou conquistar novos mercados e comercializar seus produtos. Promovem Tratados de Livre Comércio - TLC - com o propósito de desregular os mercados regionais entre países ou blocos de países. Da mesma forma, buscam liberalizar o comércio internacional com regras desenhadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC. Na maioria das vezes estas regras se traduzem em risco, especialmente quando restringem o espaço para políticas públicas. Na recém fracassada Rodada de Doha da OMC estavam em jogo, por exemplo, o Plano Nacional da Reforma Agrária, o PRONAF e o PAA, o que comprova a interferência dos acordos de comércio internacional na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

932. Apesar do fracasso da Rodada, é preciso manter a vigilância, já que novos acordos de comércio podem colocar em risco as conquistas da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, afetando em maior ou menor intensidade a produção, o comércio e a segurança alimentar do país.

933. O MSTTR deve seguir atento e defendendo os interesses da categoria, apresentando propostas que respeitem as dimensões geográficas para a construção de regras justas e equilibradas para o comércio internacional, mediante a utilização de instrumentos capazes de disciplinar o comportamento predatório das grandes empresas transnacionais que atuam no comércio internacional. Deve defender o Tratamento Especial e Diferenciado para os países em desenvolvimento em todos os acordos de comércio internacional (multilateral ou bilateral), utilizando mecanismos de proteção da agricultura

familiar por meio de Produtos Especiais e Mecanismos de Salvaguarda Especial, enquanto bases para a soberania e segurança alimentar, mantendo informadas as instituições ligadas à agricultura familiar.

## **Integração Regional**

934. A integração regional é muito mais ampla e ultrapassa a questão comercial. Entretanto, o êxito da integração da América Latina e Caribe depende diretamente dos interesses e das metas comerciais que se estabelecem entre os países envolvidos, da mesma forma que o volume de comércio depende da amplitude em que se dá à integração regional. Nas negociações existem problemas e conflitos, por isso as crises na integração são recorrentes. Na maioria das vezes, estas crises são estimuladas por fenômenos da conjuntura global. A solução das mesmas depende da capacidade diplomática dos países envolvidos ao buscarem uma solução para os problemas, em cada momento das negociações.

935. Nos acordos de integração regional, a CONTAG defende a redução das assimetrias (diferentes níveis de desenvolvimento) existentes entre os países. Para tanto defende a adoção de ações e a implementação de programas amplos e eficientes, por parte dos países mais ricos em favor dos mais pobres, como forma de superar o subdesenvolvimento que afeta milhões de famílias e compromete a verdadeira e efetiva integração entre os povos da região.

936. Na América Latina e Caribe, o Brasil participa de várias iniciativas de integração regional. Entretanto, prioriza o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, a União das Nações Sul-Americana - UNASUL - e a Associação Latinoamericana de Desenvolvimento e Intercambio - ALADI. Tendo como foco o MERCOSUL, as economias dos países envolvidos nesta integração passaram por muitas dificuldades e os países menores (como o Paraguai e Uruguai) experimentaram um sentimento de frustração, por não terem alcançado os benefícios da integração. O Brasil vem apostando fortemente no MERCOSUL, por considerar este um bloco mais sólido e estruturado. Além disso, ele é hoje um instrumento político fundamental dos países da Região frente a outros países e blocos econômicos, tanto para proteger suas economias (intra-bloco) como para aumentar o volume de comércio, gerando mais investimentos, emprego e renda.

937. A iniciativa do Governo Lula, com o lema “MERCOSUL somos nós”, de criação do “Programa MERCOSUL Social e Participativo”, possibilitou maior interferência da sociedade civil organizada nas decisões do Bloco Regional. A adesão da Venezuela na condição de membro efetivo vem dar nova dinâmica ao Bloco.

938. A criação do Parlamento e as eleições diretas para os deputados do MERCOSUL, em 2010, representam um passo importante para a democracia e uma oportunidade para o MSTTR eleger representantes comprometidos com o desenvolvimento rural.

939. Todas essas iniciativas e espaços simbolizam amadurecimento político das instituições que integram o bloco, fazendo com que as sociedades envolvidas se sintam parte deste projeto comum.

940. A criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar - REAF - foi uma grande vitória para a agricultura familiar, campezina e indígena do MERCOSUL. Este espaço de diálogo político com os governos do MERCOSUL, defendido pelo MSTTR, se consolidou e se tornou uma referência regional e internacional. O MSTTR deve seguir fortalecendo a REAF, apresentando propostas de políticas públicas, com a perspectiva de que estas sejam recomendadas pelo órgão superior do MERCOSUL e implementadas pelos Estados Parte.

941. O MSTTR é uma referência para as organizações sindicais e para os próprios governos dos países do Bloco, por ter um projeto político e uma história de luta e de conquistas de políticas públicas para o conjunto de homens, mulheres e jovens trabalhadores/as rurais no Brasil. O PRONAF, o PNRA, o PAA, os Programas de Previdência Social, Saúde e Educação do Campo são exemplos que hoje motivam as organizações sindicais que participam da REAF-MERCOSUL a reforçarem suas lutas para conquistarem as políticas necessárias para atender às demandas da agricultura familiar, campezina e indígena. Neste contexto, o MSTTR, com sua experiência, deve ser mais do que uma referência e prestar solidariedade e cooperação técnica às organizações irmãs no MERCOSUL.

942. O MSTTR vem atuando nos espaços de diálogos da REAF (Seção Nacional e Regional e nos Grupos Temáticos, Nacional e Regional), com destacada e qualificada participação das Mulheres e Jovens, respectivamente, nos temas de gênero e juventude rural, como também nos temas da reforma agrária, facilitação de comércio e outros. Nesses espaços têm focalizado a situação atual e dado maior visibilidade à inserção produtiva e o lugar ocupado pelas mulheres e jovens em cadeias produtivas na agricultura familiar e no comércio local, regional e internacional. Também têm proposto a realização de intercâmbios bilaterais e regionais e ações voltadas para a construção e ampliação de políticas públicas para as mulheres e jovens rurais do MERCOSUL.

943. A inserção da Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiar do MERCOSUL Ampliado - COPROFAM - nas negociações

do MERCOSUL representou outro grande avanço nas relações entre os países do bloco. Também evidencia o grande esforço do MSTTR em coordenar, por intermédio da CONTAG, as metas e ações políticas desta organização na defesa dos agricultores familiares no âmbito do MERCOSUL e da América Latina.

188

944. O MSTTR tem o compromisso de seguir com a COPROFAM propondo políticas no âmbito da REAF-MERCOSUL ou em outras instâncias de diálogo, que agreguem as necessidades da agricultura familiar, contemplando as demandas das mulheres, da juventude e da terceira idade, respeitando, no seu contexto, a transversalidade ambiental e cultural. No âmbito da COPROFAM, as mulheres, os jovens e as jovens rurais do MSTTR estão construindo uma articulação com as demais organizações sindicais, visando à construção da política de gênero e juventude da COPROFAM. Neste processo de troca de informações e intercâmbios de experiências, fortalecem e qualificam suas incidências nos espaços institucionais, ou não, de diálogos para construção de políticas públicas.

945. O MSTTR deve ampliar sua referência no âmbito internacional com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS - capaz de superar a exclusão social e produtiva de milhões de famílias que vivem e trabalham no campo. Para tanto, deve ampliar e afirmar sua representatividade política, sua capacidade de proposição e mobilização social. Neste sentido, cabe a CONTAG aprofundar o debate interno, integrando todas as demandas do MSTTR por intermédio de suas secretarias e coletivos. Esta atuação deve estar associada ao diálogo no âmbito internacional de modo a propiciar o aperfeiçoamento do PADRSS enquanto proposta política que responda às necessidades do universo de agricultores/as familiares, camponeses/as, indígenas e assalariados/as rurais. Assim, podem-se realizar as dimensões da solidariedade e sustentabilidade preconizada pelo PADRSS, que passa pela integração dos povos.

946. O PADRSS, nessa perspectiva, se fortalece como instrumento para a incidência qualificada do MSTTR nos espaços de diálogo de políticas internacionais capaz de superar as desigualdades econômicas e sociais, a degradação ambiental, o desrespeito aos direitos humanos e as subordinações de gênero, geração, raça e etnia. O MSTTR deve, também, ser capaz de aumentar sua capacidade de luta para enfrentar o atual modelo agrícola, os desafios e os impactos decorrentes dos acordos de comércio internacional e da integração regional.

947. Assim o PADRSS pode se consolidar como orientação segura para fortalecer em cada trabalhador e trabalhadora o sentimento de confiança e de transformação necessários a uma organização sólida e uma atuação efetiva.

## Plano de Lutas

948. Fortalecer o Coletivo de Relações Internacionais com a efetiva participação de dirigentes sindicais da terceira idade, mulheres e jovens das FETAGs, articulado com as secretarias da CONTAG, na construção de propostas políticas do MSTTR sobre os temas da agenda internacional, tendo o PADRSS como proposta política de desenvolvimento sustentável e solidário.

949. Ampliar a articulação política do MSTTR e fortalecer as relações com as organizações da COPROFAM debatendo grandes temas, inclusive sobre as questões étnico/racial para uma incidência qualificada na REAF e no Fórum Consultivo, Econômico e Social do MERCOSUL, no Fórum Mundial Campesino do FIDA - Roma, na Aliança Social Continental, e em outras instâncias de diálogo para construção de políticas públicas. Este processo de articulação e construção de políticas deve ser internalizando com as FETAGs e STTRs, para fortalecer o MSTTR e o PADRSS.

950. Promover debates com as organizações sindicais aliadas, especialmente da COPROFAM, sobre comércio internacional, acesso a mercado e sobre a integração regional da América Latina aprofundando a discussão sobre a política de institucionalização do MERCOSUL (criação do parlamento, Banco Central do MERCOSUL, moeda única, legislação sócio laboral, entre outros).

951. Construir um intercâmbio regional permanente com as organizações sindicais aliadas da COPROFAM para a troca de experiências sobre temas de interesse dos assalariados/as rurais e dos/as agricultores/as familiares com a participação e colaboração dos coletivos de jovens, mulheres e 3ª idade do MSTTR.

952. Ampliar e fortalecer as relações internacionais do MSTTR com outras organizações da sociedade (sindicais e ONGs), buscando a cooperação técnica, a parceria e a solidariedade na construção de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e assegure a soberania alimentar. Também, denunciar todos os acordos de integração regional ou de comércio (bilaterais ou multilaterais) que produzam impactos negativos ao meio ambiente e que afetem as condições de vida da agricultura familiar e dos/as trabalhadores/as rurais.

953. Ampliar e qualificar a participação do MSTTR nas discussões de acordos de comércio internacional, propondo regras justas e equilibradas nos acordos de comércio internacional mediante:

- 953.1. implantação de instrumentos capazes de disciplinar o comportamento predatório das grandes empresas transnacionais que atuam no comércio internacional;

953.2. o direito dos países em desenvolvimento protegerem suas agriculturas familiares enquanto bases para a soberania e segurança alimentar, através do tratamento especial e diferenciado, levando em consideração as especificidades regionais e preservando a diversidade da produção (ex. trigo, leite, mel, vinho, etc.) e;

953.3. estabelecimento de termos de ajustes de condutas para as empresas internacionais que se estabelecem no Brasil com monitoramento compartilhado pelo Governo e a sociedade civil, visando obter por estas o cumprimento das legislações trabalhistas, ambientais e econômicas nacionais e internacionais. (ex. proteção do meio-ambiente, do emprego e das condições de trabalho, re-investimento dos lucros obtidos dentro do país, entre outros).

954. Ampliar e fortalecer as relações internacionais do MSTTR com outras organizações da sociedade civil em busca da cooperação técnica, da parceria e da solidariedade internacional, defendendo o PADRSS nos espaços institucionais e da sociedade civil onde são formuladas políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

955. Elaborar e divulgar material informativo sobre temas de relações internacionais da CONTAG.

956. Realizar a capacitação de dirigentes e lideranças sindicais com a participação da terceira idade, juventude e mulheres, ampliando o debate interno no MSTTR e, qualificando-os/as para intervirem nos espaços de diálogo institucionais nacionais ou internacionais onde são formuladas as políticas sobre os acordos internacionais e da integração regional.

957. Reivindicar, junto ao Governo Federal, a inclusão nos acordos comerciais multilaterais de tratamento tarifário especial e diferenciado para produtos naturais (orgânicos/agroecológicos), beneficiados e/ou industrializados provenientes da agricultura familiar dos países em desenvolvimento.

958. Envolver toda a CONTAG na construção de projetos e convênios para a promoção e facilitação do comércio de produtos da agricultura familiar em parcerias com organizações sindicais e ONGs junto a empresas privadas (de beneficiamento, industrialização e comércio) promovendo a produção, beneficiamento e comercialização da agricultura familiar no mercado internacional.

**Comissão Temática 09**

**Juventude Rural**



## JUVENTUDE RURAL

### PROTAGONISMO DA JUVENTUDE RURAL

#### Quem são os/as jovens rurais?

192

959. Segundo dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2006, os/as jovens com idade entre 15 e 24 anos representam aproximadamente 18% da população rural do Brasil. Mais que isso, a juventude rural representa a possibilidade de continuidade da agricultura familiar, alicerçada pelos princípios da sustentabilidade. Embora este segmento seja estratégico para a construção de novos padrões produtivos e sociais para o meio rural brasileiro, é ele que mais sofre com a ausência e políticas públicas no campo e com as condições desiguais no âmbito da inserção produtiva e política.

960. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a evolução da população rural total, entre 1996 e 2006, na faixa de idade entre 0 e 29 anos, diminuiu em termos absolutos. Foram contabilizadas cerca de 3 milhões a menos de pessoas no campo. Enquanto isso a faixa de idade de 30 a 60 anos aumentou, embora em níveis modestos.

961. Quando analisamos o fluxo migratório de jovens rurais para as cidades a partir do enfoque de gênero, percebemos que são as jovens mulheres que mais saem do campo. Esse dado nos leva a crer, que as moças são altamente penalizadas por dupla discriminação, que se caracteriza pelo lugar de desvalorização do trabalho feminino e de invisibilidade da sua condição juvenil.

962. O que chama a atenção é que as pessoas que migraram para as cidades, especialmente as cidades de médio porte, assumem ocupações relacionadas às atividades agrícolas. Há ainda um número elevado de pessoas que mesmo tendo voltado a exercer atividades na área rural, permanecem residindo nas cidades devido às condições melhores de infra-estrutura e oferta de serviços, como: comércio, transporte, comunicação, saúde, educação e lazer. Outra característica migratória identificada é o deslocamento sazonal da população que sai a procura de emprego nos períodos de safra agrícola de outras regiões. Estes dados comprovam o argumento de que os/as jovens rurais migram não por um ideal de vida urbano, mas sim na tentativa de atender às suas necessidades básicas e de independência financeira, uma vez que as políticas públicas ainda são precárias no campo.

963. É desse contexto que atua o segmento juventude rural, segmento que

tem dificuldade de acesso à terra e crédito, possui restrito poder de decisão no contexto da unidade familiar, tem poucas oportunidades de estudo e de gerar renda. Soma-se a esses fatores o lugar de invisibilidade destinado aos jovens, entendido socialmente como seres “em formação”. É preciso que o fortalecimento da juventude seja uma prioridade do MSTTR, possibilitando a este segmento condições para reivindicar e atuar para alcançar melhorias.

964. Para a juventude, definir entre ficar e sair do espaço rural não passa exclusivamente pela construção de vínculos familiares/comunitários e de identidade com a terra, mas fundamenta-se pela possibilidade de permanecer sob condições de vida melhores, o que inclui perspectivas de geração de renda, de lazer, cultura, esporte, educação e saúde. Para tanto, o investimento na diversificação das atividades econômicas na área rural, sejam estas agrícolas ou não-agrícolas, apresenta-se como uma importante estratégia para construção de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural brasileiro. Nesta perspectiva, emerge a demanda por uma política de estado que fortaleça a agricultura familiar, contrapondo-se ao agronegócio.

965. Nesta conjuntura, torna-se desafiador definir o segmento juventude rural, devido às diferentes representações sociais assimiladas ao longo de gerações e a complexidade com que se transforma as relações no campo. Contudo, o MSTTR optou por fazer um recorte etário, que se estende dos 16 aos 32 anos. Esta escolha não é aleatória, ela é justificada pelo aumento da expectativa de vida da população rural.

966. A definição da faixa etária juvenil apresenta-se como recorte estratégico para a promoção de maior equidade na inserção social, política e econômica da juventude. Contudo, sabemos que esse debate se apóia na percepção das diversas formas de ser jovem, contextualizada a partir dos diferentes lugares sociais, culturais e econômicos que marcam a trajetória desse segmento da população. Assim, é necessário que todas as políticas públicas trabalhem com a mesma faixa etária para a caracterização dos jovens trabalhadores/as rurais, que deve ser de 16 aos 32 anos.

### **Juventude rural e o contexto sindical**

967. A juventude rural sempre esteve presente na trajetória de luta e organização do MSTTR, entretanto foi a partir dos 8º e 9º Congressos, que este segmento consolidou estruturas específicas no âmbito das instâncias sindicais, na perspectiva de romper com o cenário de desigualdades por que passa os/as jovens do campo.

968. Dentre os avanços percebidos no âmbito do MSTTR, podemos destacar

a estruturação da Coordenação e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, das 24 Coordenações Estaduais de Jovens Rurais, das 20 Comissões Estaduais e várias Coordenações e Comissões Municipais de Jovens criadas pelos STTRs. A cota de, no mínimo, 20% de jovens nas direções sindicais desponta como outra importante vitória da juventude rural, pois tem gerado condições justas de participação juvenil, além de possibilitar a renovação de quadros e de práticas políticas no contexto da ação sindical. Isso representa um importante passo para a construção de um sindicalismo democrático e participativo, porém a meta da juventude do MSTTR é que estes compromissos sejam assumidos por todas as FETAGs e STTRs espalhados pelo Brasil. Apesar dos avanços, em muitos estados ainda não existem coordenações e comissões na maioria dos municípios. Além disso, muitos coordenadores ainda não têm a condição de diretor/a e condições para desenvolver o trabalho.

969. Estas medidas têm conseguido tirar do lugar da invisibilidade os sujeitos jovens, na medida em que se discute e formula ações que venham superar a situação de vulnerabilidade pela qual passa a juventude rural, especialmente no contexto da inserção produtiva e social.

970. Um importante marco na trajetória de organização juvenil foi a realização do Festival Nacional da Juventude Rural, em 2007, que mobilizou cerca de 5 mil jovens em Brasília. Esta ação de massa é resultante de um processo de debates estaduais em torno dos temas Lazer, Esporte, Cultura e Educação do Campo. As discussões e todo o processo de negociação junto aos governos municipais, estaduais e federal, representaram o anseio da juventude por melhores condições de vida no campo, que passa necessariamente pela garantia de direitos e pelo acesso a políticas públicas coerentes com a realidade das populações do campo. Tendo em vista o grande impacto desta ação para a organização e inserção da juventude rural na esfera das políticas públicas, o Festival Nacional precisa ser incorporado à agenda permanente do MSTTR, como ação estratégica para o conjunto da classe trabalhadora rural.

971. O Programa Jovem Saber é outra iniciativa da CONTAG, que acontece nos 27 estados brasileiros. O Programa busca, a partir de um processo de educação à distância, incorporar em sua metodologia atividades presenciais voltadas para jovens rurais na faixa etária de 16 a 32 anos, valorizando a experiência e o conhecimento do mundo dos/as jovens rurais, na perspectiva de engajá-los politicamente na sociedade e em particular na ação sindical. A proposta passa por despertar uma consciência crítica e transformadora, que se viabiliza através de um processo de ensino-aprendizagem comprometido com uma leitura de mundo contextualizado.

972. Com o objetivo de colocar à disposição dos grupos de estudos instrumentos didáticos diferenciados e de garantir uma comunicação mais eficiente, o Programa Jovem Saber passou por um processo de informatização no ano de 2008. Para participar do Programa, a partir desta inovação, é preciso inscrever um grupo (de no mínimo 5 e no máximo 10 jovens) pelo site [www.contag.org.br/jovemsaber](http://www.contag.org.br/jovemsaber). Depois de inscrito, o grupo recebe da CONTAG um login e uma senha. São esses dados que garantirão o acesso, pela internet, às cartilhas e ao manual de orientações. Toda a capacitação é dividida em 06 módulos e os grupos de estudo só passam de um módulo para outro mediante o estudo de uma cartilha e da realização de uma tarefa.

973. É fundamental criar mais grupos do Jovem Saber, pelo resultado positivo que o programa alcançou. É necessário que as FETAGs e os STTRs aprofundem o seu conhecimento sobre o programa, especialmente em sua nova forma informatizada. Os STTRs devem priorizar o programa em sua ação cotidiana e implementá-lo na sua plenitude, fornecendo condições para operacionalização e acesso dos/as jovens. Toda a diretoria dos STTRs deve ser capaz de orientar os/as jovens sobre como participar do Programa Jovem Saber.

974. O Programa Jovem Saber deve ter duas maneiras de atuar: através da internet e através de materiais impressos, para poder propiciar a continuação do Jovem Saber sem limitações para o/a jovem que tiver restrição de acesso à internet. É importante, também, que a cada finalização dos grupos de estudo haja atividades de integração entre os diferentes grupos, para a troca de experiências.

975. Dentre as atividades presenciais desenvolvidas a partir do Programa Jovem Saber, pode-se destacar: as 14 oficinas estaduais, realizadas em 2005, que envolveram mais de mil jovens, na perspectiva de aprofundar os temas abordados nas cartilhas, avaliar e sugerir mudanças no programa; e os 15 Festivais Estaduais do Jovem Saber, que reuniram, em 2006, aproximadamente 1.500 jovens rurais, para debaterem temas como esporte, cultura, lazer e educação do campo.

976. Em seus 04 anos de existência o Programa Jovem Saber vem construindo uma grande rede de jovens rurais que hoje possui 27.000 integrantes em 820 sindicatos/municípios de todos os estados brasileiros. Esses números mostram como esta ação vem estreitando a relação da CONTAG e das FETAGs com a base. Através da juventude rural, o debate sobre o PADRSS vem ganhando mais força nas comunidades rurais e qualificando a intervenção da juventude nos espaços políticos dos STTRs, Conselhos, Associações e Unidades familiares.

977. Para além dos espaços internos do MSTTR, a CONTAG tem integrado instâncias nacionais e internacionais de debate sobre juventude. Nesse sentido, merece destaque a participação no Conselho Nacional de Juventude, no Grupo de Trabalho de Jovens Rurais da REAF (Reunião Especializada da Agricultura Familiar), nas ações protagonizadas pela juventude da COPROFAM (Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado) e nos Coletivos Nacionais de Jovens da CUT e da CTB. Vale reforçar, ainda, que as ações de massa desenvolvidas nos níveis nacional e estadual, a exemplo da Primeira Plenária Nacional da Juventude Rural, Marcha das Margaridas, Grito da Terra Brasil, Festivais Estaduais e Nacional da Juventude Rural e outras ações de massa, despontam como espaços estratégicos de afirmação e negociação de políticas públicas específicas para o segmento juvenil.

### **Juventude rural e políticas públicas**

978. O cenário das políticas públicas para a juventude assume contornos precisos a partir de 2005, quando foram constituídos no âmbito do governo federal, espaços de gestão e consulta voltados ao segmento juvenil, a exemplo da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional da Juventude (do qual a CONTAG faz parte). Antes mesmo da constituição dessas estruturas, a juventude rural já havia protagonizado lutas em favor de políticas públicas específicas, tendo como resultado a criação das linhas de crédito do Pronaf-jovem e do “Nossa Primeira Terra” - Crédito Fundiário, no ano 2004.

979. Embora sejam identificados avanços representativos, essas ações ainda não respondem às múltiplas demandas da juventude rural, que vão desde as necessidades produtivas (acesso à terra, habitação, renda e condições dignas de trabalho) até de acesso aos direitos sociais, como lazer, educação, esporte, cultura e saúde.

980. Sabe-se que o Pronaf-jovem tem critérios e burocracia que impedem a aquisição do crédito por parte de muitos jovens rurais. Grande parte deste problema reside na visão restrita dos agentes financeiros, que veem no jovem um cliente de alto risco. Outro aspecto que inviabiliza o acesso por parte da juventude interessada refere-se aos critérios extremamente rígidos, a exemplo da documentação e das 100 horas/aula de qualificação exigida. Por conta desses critérios, jovens de muitos municípios nunca tiveram acesso essa linha de crédito. Há, também, ausência de técnicos/as capacitados/as nas empresas públicas de ATER para elaborarem os projetos.

981. Assim, apesar da consolidação do Crédito PRONAF-Jovem representar

uma conquista, o acesso a esta linha de crédito pela juventude rural tem sido um desafio, pelo tamanho da burocratização e principalmente pela falta de informação e de empenho dos agentes financeiros.

982. Com relação ao Crédito Fundiário, houve uma intensa inserção da juventude rural, não só na linha específica (Nossa Primeira Terra), mas nas diferentes modalidades de acesso. Embora a juventude esteja se beneficiando dessa política fundiária, os seus assentamentos ainda vivenciam dificuldades em se tratando de assistência técnica. Além disso, são recorrentes as demandas por formação nas áreas de gestão de assentamento, organização produtiva, comercialização e mercado. É fundamental que se viabilize o crédito fundiário de acordo com as regiões do país.

983. A CONTAG juntamente com 19 FETAGs, realizou duas edições do “Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros”, a primeira delas no ano de 2006 e a segunda em 2007, beneficiando dessa forma mais de 4 mil jovens rurais com idade entre 16 e 24 anos. O Consórcio é uma política pública financiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem por objetivo garantir melhores condições de trabalho e renda para juventude através de um processo de formação política e profissional.

984. Embora em seu nascedouro o Programa Consórcio da Juventude tenha sido idealizado para beneficiar exclusivamente os jovens das regiões metropolitanas, o MSTTR aceitou o desafio de reconstruir o programa de forma a atender aos anseios da juventude do campo. Nesse sentido, podemos afirmar que o Consórcio Rita Quadros possibilitou uma maior participação dos/as jovens na vida da sua comunidade, nas decisões da agricultura familiar e nas diversas instâncias do movimento sindical, promoveu a geração de renda e estimulou a organização juvenil através da criação de grupos culturais, cooperativas e associações e, principalmente, tornou-se porta de acesso à universidade e às políticas de crédito.

985. No ano de 2007, o governo federal lançou 4 modalidades do Projovem, na perspectiva de construir uma política de juventude integrada, que atendesse às diferentes demandas juvenis. Nesse sentido, as ações do Consórcio Social da Juventude e do Saberes da Terra, passaram a se denominar Projovem Trabalhador e Projovem Campo, respectivamente. Além dessas duas modalidades existem, também, o Projovem Adolescente e Projovem Urbano. Embora essas ações se apoiem na formação profissional e na elevação da escolaridade, como mecanismos de enfrentamento das dificuldades de inserção produtiva da juventude, elas apresentam interfaces com políticas de estado, voltadas à ampliação de postos de trabalho.

986. Com o Projovem Campo, o governo vislumbra beneficiar milhares de jovens rurais. Diante do montante de recursos disponibilizados para atender as metas do Projovem, espera-se uma ampla adesão por parte dos governos municipais e estaduais. Este fato coloca para o MSTTR um grande desafio: exercer maior controle social sobre as experiências desenvolvidas por estados e municípios, na intenção de exigir o uso transparente dos recursos destinados ao Programa e à inclusão de jovens rurais que estiverem em situação de vulnerabilidade.

198

987. O Projovem não responde à demanda urgente da juventude rural por melhores condições de ensino e infra-estrutura nas escolas do campo, bem como ao direito a uma educação contextualizada, em seus diferentes níveis. Contudo, não se deve negar a importância de políticas voltadas à formação profissional e elevação da escolaridade, mas sim afirmar a permanente defesa do MSTTR pela educação do campo, como mecanismo estratégico para a mudança das relações de desigualdade existentes no meio rural brasileiro.

988. Através do Programa de Inclusão Digital, o governo federal está disponibilizando uma central com 10 computadores e internet banda larga via satélite para cada município do país, nas comunidades mais afastadas das áreas urbanas. Os/as jovens rurais devem se organizar e ocupar este espaço, que está à disposição das escolas e das comunidades que melhor se organizarem.

## **Plano de Lutas**

989. Realizar o Festival Nacional da Juventude Rural periodicamente, de 03 em 03 anos, sendo o próximo em 2010. Neste sentido, as FETAG's precisam ser apoiadas e acompanhadas pela CONTAG na realização dos festivais estaduais.

990. Mobilizar e sensibilizar, através dos STTRs, a juventude rural nas Escolas Públicas rurais e urbanas, visando a criação de grupos de estudo do Programa Jovem Saber, garantindo os critérios pré-estabelecidos pelo programa, na intenção de fortalecer o PADRSS e a organização da juventude rural.

991. Reivindicar junto ao governo federal o financiamento de computadores a baixo custo com acesso a internet para os/as jovens participantes da agricultura familiar.

992. Instalar computadores conectados à internet em todos os STTRs que criarem "Sala do Jovem Saber", conforme as possibilidades de cada STTR, garantindo a interação entre os mesmos.

993. Construir um "Programa Nacional de Fomento ao Empreendedorismo

de Jovens Rurais” visando a formação profissional, no âmbito da gestão e organização produtiva, e acesso ao crédito com recurso financeiro não reembolsável e sem burocracia, para desenvolver seu empreendimento individual ou coletivo, em atividades agrícolas e não agrícolas.

994. Reivindicar que o Projovem Trabalhador aponte metas concretas para o acesso dos/as jovens rurais. Para tanto, o governo federal deve debater com os movimentos sociais as formas de execução desta política, no intuito de garantir que suas ações sejam coerentes com a realidade e demandas da juventude do campo e da floresta.

995. Realizar uma pesquisa nacional sobre “Juventude e Sucessão Rural: Causas e Consequências”, visando obter um perfil nacional sobre o processo migratório da juventude rural e identificar políticas que possam melhorar a qualidade de vida desses/as jovens.

996. Promover uma Campanha Nacional para garantir a constituição das Secretarias, Coordenações e Comissões de Jovens, o cumprimento da cota de, no mínimo, 20% de jovens nas direções dos STTRs que ainda não as tenham, devendo estas serem remuneradas e terem condições para realizarem os seus trabalhos.

997. Lutar para que as alterações estatutárias sejam cumpridas de acordo com as deliberações congressuais.

998. Promover uma Campanha Nacional de Sindicalização de jovens, visando ampliar a participação deste segmento nas instâncias do MSTTR.

999. Realizar uma pesquisa nacional no tocante à sindicalização da juventude rural, verificando o número de homens e mulheres.

1000. Assegurar melhores condições de funcionamento às Coordenações e Comissões de Jovens Rurais, nas FETAGs e STTRs, através da disponibilização de recursos financeiros, físicos e humanos (assessoria), bem como a partir da remuneração/liberação de seus/suas Coordenadores/as.

1001. Garantir que nas Plenárias e Conselhos deliberativos sejam convocadas três pessoas por STTR, sendo, no mínimo, uma mulher e um jovem.

1002. Criar um veículo pedagógico e informativo que possa sistematizar e divulgar as experiências da juventude rural através da internet, revistas, etc.

1003. Dar continuidade ao projeto saúde e gênero, abordando temas como DST e AIDS e gravidez na adolescência, e formar jovens multiplicadores que possam ministrar os primeiros socorros.

1004. Garantir que a CONTAG e as FETAGs realizem capacitações com os/as jovens que se candidatarem a cargos eletivos a nível municipal, estadual e federal.

1005. Propor que o sistema CONTAG, realize uma grande mobilização para a aprovação do plano nacional da juventude.

1006. Realizar atividades de capacitação, e outras, voltadas para a juventude na base, fortalecendo o protagonismo juvenil no campo.

200

1007. Trabalhar mais a Educação do Campo, fazendo com que os STTRs acompanhem a questão educacional oferecida aos/as jovens rurais em seus municípios.

1008. Realizar, por meio das comissões municipais de jovens rurais, trabalho junto à base, por meio de reuniões, encontros, cursos, seminários e outros.

1009. Elaborar, editar e distribuir, anualmente, duas edições de uma revista que trate dos diversos temas do movimento sindical, buscando uma maior participação da juventude e um melhor acesso às políticas.

1010. Inserir nos espaços de formação (principalmente os direcionados à juventude) a discussão sobre a temática da Sucessão Rural.

1011. Debater a sucessão rural junto às escolas, através de cursos e palestras para uma melhor diversificação da produção.

1012. Construir e executar um programa de formação sindical específico para jovens rurais.

1013. Incentivar candidaturas de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais, nos pleitos municipais, estaduais e federais, a vagas tanto do poder legislativo quanto no executivo, cabendo ao MSTTR assegurar apoio durante suas campanhas, bem como no exercício de seus mandatos.

1014. Lutar para que o MSTTR prepare o jovem para participar de qualquer cargo tanto dentro da estrutura do MSTTR como externamente como representante da categoria.

# Comissão Temática 10

## Organização e Luta das Mulheres Trabalhadoras Rurais



## ORGANIZAÇÃO E LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

202

1015. As mulheres trabalhadoras rurais vêm construindo uma longa trajetória de resistência e lutas que remontam ao Brasil Colônia e passam por Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas, para citar alguns, fortalecendo as lutas gerais da classe trabalhadora. Entretanto, é no MSTTR, a partir da década de 80, que as mulheres conquistam visibilidade ao construírem articulações e organização próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e desigualdades, para a afirmação de sua identidade de trabalhadora rural, para os direitos sociais e pleno exercício de sua cidadania. A partir de então, as trabalhadoras rurais do MSTTR abraçam o desafio de articular sua agenda específica com as lutas gerais, a exemplo da luta pela reforma agrária, acesso das mulheres à propriedade da terra, e luta pelos direitos sociais e previdência social.

1016. Vários temas ganharam força política e caráter permanente na agenda sindical das trabalhadoras rurais como o combate a todas as formas de violência contra as mulheres e a participação em todas as instâncias do MSTTR com a garantia do cumprimento da cota de no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção. O ideal de paridade na participação de mulheres e homens nas instâncias do MSTTR, em todos os espaços e atividades, persiste como meta essencial para a construção da igualdade e do desenvolvimento verdadeiramente sustentável e solidário. Assim, o entendimento é de que a cota é o mínimo e a igualdade é o máximo que precisa ser alcançado.

1017. A concepção do PADRSS, em meados dos anos 90, marca o início de um novo período na vida política sindical das mulheres ao expressar o compromisso do MSTTR com a transformação das relações sociais de opressão e desigualdade de gênero, e, sobretudo, das estruturas patriarcais que as sustentam. A adoção da categoria de gênero possibilitou a compreensão das desigualdades vividas pelas mulheres no interior do MSTTR e na sociedade, bem como a identificação de outras formas de opressão articuladas às desigualdades de gênero, como as de raça, etnia e geração. Disso resultou o fortalecimento dos novos atores políticos do MSTTR, as mulheres, a juventude, homens e mulheres da terceira idade, em toda a sua diversidade, refletida nas formas organizativas, nas atividades de formação, nas mobilizações e ações de massa.

1018. As mulheres trabalhadoras rurais tiveram destacado protagonismo na construção do PADRSS e seguem com toda a garra e persistência demonstrando que as transformações almejadas se constroem em processos que requerem

articulações, parcerias, e amplas e qualificadas interlocuções com diferentes esferas da sociedade civil e do Estado.

1019. Em sua trajetória sindical as mulheres trabalhadoras ampliaram e fortaleceram as estratégias e formas organizativas e transformaram o perfil do sindicalismo rural brasileiro. As Comissões de Mulheres na CONTAG, FETAGs e STTRs constituem-se em espaços fundamentais para o debate de questões específicas das mulheres e o planejamento estratégico de suas ações e, enquanto tal, devem ser permanentemente qualificadas e fortalecidas.

1020. Outra forma de articulação sindical das mulheres trabalhadoras rurais, de grande importância, é a Plenária Nacional realizada a cada 04 anos. Seu objetivo principal é debater e avaliar a política sindical e as políticas públicas para as mulheres do MSTTR, propor diretrizes e qualificar a intervenção das trabalhadoras rurais no processo de preparação e realização dos Congressos da categoria. Para garantir a realização plena de seus objetivos é importante que a Plenária Nacional seja precedida de Plenárias municipais, regionais e estaduais.

1021. A Marcha das Margaridas, realizada a partir de 2000, é um exemplo da capacidade política, articulatória, de organização, mobilização, interlocução e construção de políticas públicas das mulheres do campo e da floresta. Reconhecida como um importante marco da trajetória sindical e feminista, por traduzir o crescente amadurecimento político das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, a Marcha das Margaridas, em 2007, acumulou o desafio de atualizar e qualificar sua pauta política e se consolidou como agenda permanente do MSTTR.

1022. A crescente participação da juventude e dos homens na Marcha das Margaridas revela a capacidade de ampliar a mobilização e o debate sobre as desigualdades de gênero e as possibilidades concretas de avançar no combate à fome, à pobreza e à violência sexista e na construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

1023. O desafio de construir pautas para o Executivo e Legislativo e uma carta à sociedade, como expressão das reivindicações do conjunto das organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2007, foi abraçado com a vontade política de transformar a realidade social e econômica das trabalhadoras do campo e da floresta. O resultado desse processo de interlocução e construção parceira está bem expresso no temário político da Marcha, que articula bandeiras históricas, como a reforma agrária, a questões do contexto atual: Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Trabalho, Renda e Economia Solidária; Garantia de Emprego e melhores condições de

vida e trabalho das assalariadas; Política de Valorização do Salário Mínimo; Previdência Social Pública e Solidária; Saúde Pública e defesa do SUS; Educação do Campo Não Sexista; Combate à Violência contra as Mulheres.

204

1024. A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais demonstrou seu crescimento político nos debates e elaboração dos documentos políticos da Marcha, dentre eles a Pauta Interna dirigida ao MSTTR. Divulgada e entregue aos dirigentes sindicais em reunião do Conselho de Representantes da CONTAG, a Pauta Interna da Marcha das Margaridas, dentre outros pontos, reitera a necessidade do cumprimento da cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTTR. Outro ponto em destaque na referida pauta diz respeito ao compromisso que o MSTTR deve efetivamente assumir no combate aos atos de violência cometidos contra as mulheres e que ainda são realidade nas relações no interior do MSTTR.

1025. Nos debates sobre participação política das mulheres a Comissão Nacional encaminhou a realização das ações do 8 de Março com o tema Mulher, Participação, Poder e Democracia, que resultou em Campanha Nacional, em processo de implementação. O entendimento é de que um país sem fome, sem pobreza, sem violência e verdadeiramente democrático só é possível se as mulheres trabalhadoras rurais estiverem fortalecidas em sua autonomia e participação política. Para isso se faz necessário que as mulheres ocupem efetivamente os espaços de poder e representação política, nos âmbitos municipal, estadual e federal, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades de gênero.

1026. No mês de agosto de 2008 as mulheres do campo e da floresta retornaram à cena pública com a Jornada das Margaridas, articulando as dimensões simbólica e política, ao marcar os 25 anos do assassinato de Margarida Alves, e cumprir uma vasta agenda, que incluiu o monitoramento e atualização de itens prioritários da pauta da Marcha em 2007. Persistentes, revelaram o caráter permanente e processual das lutas das trabalhadoras e retomaram a interlocução organizada com diferentes esferas do Governo e do Legislativo.

1027. Outro campo de ação sindical das mulheres do MSTTR que requereu da Comissão Nacional um grande empenho na formulação de proposições e diálogo com diferentes organizações de mulheres e com o governo, se refere à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada nos dias que antecederam à Marcha das Margaridas. Dessa conferência resultou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As dirigentes da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais abraçaram o desafio de participar de todo o processo de construção da Conferência nos municípios e estados,

simultaneamente à mobilização e construção da Marcha das Margaridas. Isso só foi possível com a capacidade política das mulheres trabalhadoras rurais em todo o país de construir ações estratégicas e parcerias.

1028. As ações voltadas para a construção de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais implicam na implementação de projetos e na participação em diversos espaços de interlocução com o governo, como GT's – grupos de trabalho, comissões e comitês gestores.

1029. Em relação aos projetos implementados pela CONTAG, destacam-se aqueles voltados para a área produtiva e autonomia econômica das mulheres, para o combate à violência e prevenção do câncer de mama e colo do útero, DST/AIDS e o Projeto Saúde e Gênero. Esses projetos se constituem em referência importante para a formulação de políticas adequadas à realidade das trabalhadoras rurais. No caso do atendimento à Saúde, foi amplamente manifestada, dentre outras, a necessidade de maior agilidade e atendimento imediato aos pacientes que tenham diagnosticado doenças graves.

1030. O Projeto “Saúde e Gênero no Campo”, desenvolvido pela CONTAG e FETAGs em 16 estados e no DF, num total de 127 municípios, vem proporcionando mudanças expressivas no MSTTR. O resultado desse esforço coletivo tem sido o fortalecimento da mobilização e do controle social e a recente aprovação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta – PNSIPCF - pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

1031. O projeto também vem contribuindo para o debate e o enfrentamento dos conflitos existentes nas relações sociais de gênero, geração, raça e etnia; para ampliar a compreensão e exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, em especial a descriminalização do aborto, a livre expressão da orientação sexual e outros, como também para ampliar o debate e as estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta. Também contribuiu para a intervenção qualificada nos conselhos municipais e estaduais de saúde.

1032. A participação em espaços de concepção e gestão de programas e políticas requer a intervenção qualificada das trabalhadoras rurais e se constitui em grande desafio para uma atualização permanente sobre as políticas públicas. Para isso é necessária a construção de interfaces com as demais áreas do MSTTR e a interlocução qualificada com outros movimentos e gestores públicos. Nesse contexto destacam-se a participação das mulheres no Condraf - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Comitê de Ater; Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da

Mulher Trabalhadora Rural, Comitê Gestor do Programa Nacional de Apoio as Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

1033. É importante registrar a participação das mulheres trabalhadoras rurais em espaços internacionais, dentre os quais a REAF – Reunião Especializada da Agricultura Familiar. No âmbito da REAF, as mulheres têm atuado de forma determinante nas sessões nacionais e internacionais e nos GT's de Gênero, Reforma Agrária e de Comércio. Com essa atuação têm contribuído efetivamente na composição e desenvolvimento da agenda política que integra, dentre outros: a identificação e análise sobre a situação atual, legislação e políticas de acesso à terra pelas mulheres; a produção de estatísticas que dêem visibilidade à inserção produtiva e lugar ocupado pelas mulheres em cadeias produtivas, na agricultura familiar e no comércio; a proposição de intercâmbios bilaterais e regionais e ações voltadas para a construção e ampliação de políticas públicas para as mulheres rurais.

1034. O Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado em 2007, é resultado das negociações da Marcha das Margaridas. Dele participam o MSTTR, as organizações parceiras da Marcha e outros movimentos de mulheres rurais com o esforço de fazer chegar ao campo e à floresta políticas que realmente combatam todas as formas de violência contra as mulheres.

1035. Como resultado, também, das negociações da Marcha das Margaridas, a CONTAG assumiu representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

1036. Segue, entretanto, como grande desafio para a CONTAG o trabalho político organizativo com as mulheres assalariadas rurais. Estas sofrem com a dupla jornada de trabalho, e diversas formas de discriminação e violência aprofundadas por seu baixo nível organizativo. Trata-se de dar visibilidade às condições das assalariadas e traçar com elas uma estratégia organizativa para que possam efetivamente conquistar vida digna, cidadania, políticas públicas e o cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais.

1037. Outro segmento que requer atenção especial é o das mulheres acampadas, que na luta pela reforma agrária vivem com seus filhos situação de vulnerabilidade social, desprovidas que são de recursos e das condições para o atendimento das suas necessidades pessoais e sociais.

1038. Com todos os avanços realizados na organização e luta das

trabalhadoras rurais, ainda são muitos os desafios que devem ser enfrentados para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário com igualdade para as mulheres e sem discriminações de gênero.

## **Plano de Lutas**

1039. Construir interfaces com as demais áreas (Agrária, Meio Ambiente, Agrícola, Assalariados, Políticas Sociais, Juventude, Formação e Organização Sindical e Políticas Internacionais) na CONTAG e FETAGs, para o enfoque de gênero e construção de projetos e políticas que atendam à realidade das mulheres trabalhadoras rurais e direcionar as ações com a participação das mulheres.

1040. Implementar a política transversal de gênero, geração, raça e etnia do MSTTR.

1041. Implementar a política de igualdade de participação e de oportunidades para mulheres e homens de todas as idades, raças e etnias, nas ações do MSTTR e nos diversos espaços de atuação.

1042. Fortalecer e qualificar as Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais nos STTRs, FETAGs e CONTAG, bem como criá-las onde ainda não existam, fortalecer as associações e grupos de mulheres, além de instituir campanhas de estímulo à sindicalização das mulheres.

1043. Fortalecer e qualificar as comissões de mulheres trabalhadoras rurais, assegurando os recursos necessários para o bom desempenho de suas atividades.

1044. Promover maior divulgação das atividades desenvolvidas pelas mulheres do MSTTR em todo o país, por meio de seminários, cursos e oficinas, possibilitando às mulheres usufruir e aproveitar os trabalhos, bem como fortalecer a sua organização em todas as instâncias do MSTTR.

1045. Garantir espaços específicos nas FETAGs para arquivos dos materiais referentes às mulheres trabalhadoras rurais.

1046. Garantir que as coordenadoras de mulheres possam participar das mobilizações sem que as mesmas sejam substituídas por mulheres que ocupam outras secretarias.

1047. Garantir na CONTAG, FETAG, e STTRs valor igual de gratificação para as mulheres dirigentes e sua autonomia para organizar as mulheres na base com a criação de comissões municipais de mulheres.

1048. Ampliar e fortalecer a participação nas áreas de Políticas Agrária e Agrícola, onde há menor número de mulheres atuando.
1049. Garantir e monitorar a adoção da cota de, no mínimo, 30% de mulheres nos cargos de direção em todas as instâncias do MSTTR, cumprindo e fazendo cumprir a política de cotas, fiscalizando e denunciando, quando for o caso, ao Conselho de Ética, pois essa política é deliberação de Congresso. O cumprimento da cota de, no mínimo, 30% de mulheres nos cargos de direção está previsto para todas as instâncias do MSTTR, inclusive nas Diretorias Executivas, não devendo se restringir a cargos de suplência e Conselho Fiscal.
1050. Garantir o cumprimento da deliberação do 2º Congresso Extraordinário, que estabeleceu a cota de, no mínimo, 50% de mulheres em todos os eventos e atividades políticas e formativas do MSTTR.
1051. Criar estímulos para a participação das mulheres nas ações Sindicais.
1052. Monitorar o cumprimento da pauta interna da Marcha das Margaridas 2007, com estratégias de interlocução e construção de interfaces com as secretarias específicas.
1053. Fortalecer a participação das mulheres nas ações de massa do MSTTR (8 de Março, Grito da Terra, Marcha das Margaridas, 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres e outros).
1054. Divulgar o dia 25 de novembro, dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.
1055. Desenvolver na ENFOC temáticas relacionadas às mulheres e às relações de gênero articuladas à ação sindical e ao PADRSS.
1056. Apoiar a inserção e protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais nos territórios rurais, com estratégias e ações que viabilizem e qualifiquem sua participação nos colegiados territoriais e outros espaços de proposição e gestão de políticas.
1057. Contemplar a efetiva participação e qualificação de mulheres e de jovens nos colegiados dos territórios.
1058. Garantir a participação de representantes das comissões municipais de mulheres trabalhadoras rurais nos colegiados territoriais.
1059. Atualizar a Campanha Mulher, Participação, Poder e Democracia, de acordo com o contexto sócio político municipal, estadual e nacional, tendo a CONTAG a responsabilidade de produzir e distribuir material com FETAGs e STTRs definindo, ainda, o período da campanha.

1060. Propor ao Congresso Nacional a revisão do coeficiente eleitoral, que atenda aos anseios da sociedade.
1061. Atuar na reforma política para garantir a representação das mulheres, com cota mínima de 30%, nas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Congresso Nacional.
1062. Estimular e apoiar o lançamento de candidaturas de mulheres trabalhadoras rurais comprometidas com a categoria aos cargos eletivos em níveis municipal, estadual e federal.
1063. Incentivar candidaturas de mulheres trabalhadoras rurais nos pleitos municipais a vagas tanto do poder legislativo quanto do executivo, cabendo ao MSTTR assegurar apoio durante suas campanhas, bem como no exercício de seus mandatos.
1064. Ampliar a participação e o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas, a exemplo das políticas de Saúde e Educação do Campo.
1065. Promover a implementação de ações que dêem visibilidade às questões relativas à saúde da mulher, bem como promovam melhorias nessa área.
1066. Implementar ações para a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres e todas as formas de discriminação no MSTTR e na sociedade em geral.
1067. Tornar prioridade no movimento sindical a divulgação e discussão da Lei Maria da Penha e divulgá-la, com a realização em 2009, de uma campanha de massificação da mesma no interior do MSTTR, levando mais informações às mulheres que não têm conhecimento dos seus direitos e principalmente às que sofrem violência.
1068. Implementar estratégias para enfrentar a situação das mulheres que continuam sendo violentadas, discriminadas e mortas, mesmo com a conquista de um instrumento legal importante que é a Lei Maria da Penha.
1069. Fortalecer a inserção das mulheres no processo produtivo por meio do fomento aos grupos produtivos, à organização da produção e qualificação para o acesso às políticas de apoio à produção e comercialização.
1070. Adotar estratégias para a atuação qualificada das mulheres nos diversos espaços de debate, monitoramento, concepção e gestão de projetos, programas e políticas públicas, de acordo com a realidade local.
1071. Construir e fortalecer a política de parcerias nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional.



# Comissão Temática 11

## Pessoas da Terceira Idade e Idosas Rurais



## PESSOAS DA TERCEIRA IDADE E IDOSAS RURAIS

212

1072. Atualmente, não se pode mais dizer que o Brasil seja um país jovem, já que população com idade acima de 60 anos é a que mais cresce em termos proporcionais. Segundo os indicadores sociais apresentados pelo IBGE, em 2007, já havia no país cerca de 19 milhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo que as projeções para o ano de 2025 apontam aproximadamente 32 milhões de brasileiros e brasileiras com essa mesma faixa etária ou mais. Os/as idosos/as representam perto de um quinto da população brasileira (19%). Como nos outros países, no Brasil também eles protagonizam uma reviravolta nas áreas demográfica, política, social e econômica.

1073. Essa transição demográfica vem ocorrendo de maneira diferente da que aconteceu nos países desenvolvidos, cujo processo de envelhecimento se deu de modo lento e com a grande maioria da população da terceira idade nos centros urbanos. No Brasil, ao contrário, um contingente significativo das pessoas da terceira idade e idoso está vivendo na área rural, sendo que essa transição demográfica vem ocorrendo de forma muito rápida. Estas projeções trazem para o centro do debate no MSTTR a preocupação do envelhecimento do campo e os impactos da sucessão rural, já que as estatísticas mostram um significativo êxodo da juventude do meio rural.

1074. Nesse sentido o processo de envelhecimento pelo qual vem passando a população brasileira, sobretudo a rural, demanda um olhar atento às peculiaridades desse segmento etário, por parte do poder público, da família, da sociedade e do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, pois é necessário adotar diversas estratégias, ações, proposições e implementação de serviços e políticas públicas que respondam às necessidades de atenção, proteção e defesa dos direitos dessas pessoas.

1075. No campo legislativo, como resultado das lutas promovidas ao longo dos anos conquistou-se uma ampla proteção, na qual podemos destacar a lei nº. 8.842, de 4 de Janeiro de 1994, que traz a Política Nacional do Idoso e a Lei nº. 10.741 de 1º de Outubro de 2003, que efetivou o Estatuto do Idoso. Essas leis representam o resgate da dignidade, o respeito à vida e à cidadania, constituindo-se em um importante passo na construção de uma sociedade justa e igualitária.

1076. Em quatro anos de vigência, o Estatuto do Idoso trouxe melhoras significativas. O seu artigo 15, que trata da Saúde, foi regulamentado pelo Ministério da Saúde através da Política Nacional de Saúde das Pessoas Idosas, mediante a Portaria 2.528, e o Art. 40º foi regulamentado através de resolução

nº. 1692 da Agência Nacional de Transporte Terrestre, com a concessão do Direito ao Transporte Interestadual. No entanto, devido à contestação desse direito na justiça, faz-se necessário imprimir maior pressão da sociedade civil para que o Supremo Tribunal Federal proceda ao julgamento do mérito da questão, para garantir que haja punição às empresas de ônibus que descumprirem o artigo 40 do Estatuto do Idoso.

1077. A Constituição Federal garante o direito de acesso gratuito ao transporte público municipal para as pessoas acima de 65 anos. O Estatuto do idoso prevê que a extensão desse direito às pessoas entre os 60 anos até 65 anos necessita de legislação municipal específica. No entanto, o transporte público do rural para o urbano não vem sendo assegurado, pois para esta garantia também há a necessidade da legislação municipal específica e poucos municípios têm avançado nesta perspectiva. Com relação ao transporte intermunicipal, alguns Estados já operam com leis estaduais que garante o acesso, seguindo o que determina o Estatuto do Idoso. Neste aspecto, o MSTTR deverá contribuir com a discussão e com ações que garantam nos municípios o cumprimento do Estatuto do Idoso.

1078. Este pouco avanço na regulamentação dos direitos garantidos no Estatuto do Idoso advém do mesmo ainda ser um documento pouco conhecido pelos gestores públicos, pelas pessoas da terceira idade e pela sociedade em geral. No entanto, é preciso tornar realidade o que está escrito, com a efetivação das políticas que viabilizem o que foi determinado pelo Estatuto.

1079. No campo da seguridade social, ressalta-se que, em 2008, a Previdência Social comemorou 85 anos, e vem se destacando como um importante instrumento de distribuição de renda em nosso país. O recadastramento realizado recentemente pelo Ministério da Previdência identificou 25 milhões de aposentados/as e pensionistas no país, sendo que o Nordeste é a região com maior proporção de aposentados/as. Dos diversos benefícios previdenciários a que os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm acesso, a aposentadoria por idade constitui-se como a principal renda, especialmente para as pessoas idosas, já que, segundo o IBGE, esse tipo de benefício corresponde a 54% do total de renda das pessoas consideradas chefes de família, sendo que 65,3% dos/as idosos/as são considerados/as chefes do domicílio familiar. É importante ressaltar, também, que os recursos recebidos pelos aposentados e pensionistas rurais, juntamente com os urbanos, têm sustentado as economias dos pequenos municípios.

1080. A aposentadoria deixou de ser um momento de descanso e recolhimento, pois as pessoas idosas que possuem apenas a aposentadoria no valor de um salário mínimo, como renda principal, vivem em dificuldades

econômicas, traduzindo uma mudança profunda no contexto sócio-econômico do país, especificamente na área rural, na qual os trabalhadores e trabalhadoras rurais, ao se aposentarem, continuam trabalhando na agricultura familiar, participando ativamente do processo de desenvolvimento do país.

1081. As políticas públicas assistenciais têm sido fundamentais para garantir a inclusão sócio-econômica das pessoas idosas desprovidas do mínimo necessário para a sobrevivência. Atualmente, a política de assistência social, voltada para as pessoas idosas se resume na implantação de ILPI – Instituições de Longa Permanência, no Benefício de Prestação Continuada – BPC, estabelecido no art. 20 da LOAS e nos centros de referência da assistência social.

214

1082. É preciso salientar que as pessoas idosas da área rural não estão contempladas com as mesmas políticas públicas do meio urbano, pois as realidades são diferentes. O grande desafio é de que o governo implemente programas que atendam diretamente às pessoas da terceira idade e idosas que moram no meio rural, efetivando políticas de atenção integral, promovendo a integração dessas pessoas num quadro amplo das políticas sociais.

1083. Durante o Governo Lula, através da lei 10.820, em 17 de dezembro de 2003, foi criado o Programa de Crédito Consignado, autorizando operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS. De 2004 a 2007, foram mais de 30.645 bilhões de reais em empréstimos para aposentados/as e pensionistas, em 23,635 milhões de operações de empréstimos. Conclui-se que dos 19 milhões de aposentados/as e pensionistas que podem ter acesso ao empréstimo consignado, 50% já o fizeram e estão devendo suas respectivas parcelas. Porém, os procedimentos e regras estabelecidos na lei e nos instrumentos norteadores do crédito consignado não têm sido postos em prática na grande maioria dos municípios.

1084. O crescente volume de denúncias de irregularidades e assédios aos idosos/as praticados por representantes de financeiras, além da obtenção de lucros exorbitantes pelas instituições que operam o crédito consignado, tem feito com que esse direito se torne um pesadelo para aposentados/as e pensionistas, suas famílias e as instituições que os representam.

1085. Neste período houve um aumento no número de pessoas idosas inadimplentes inscritas no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, cujo percentual em 2004 era de 2,89% e que subiu em 2007 para 3,32%. Além disso, os aposentados e pensionistas passaram a ser vítimas de fraudes e golpes envolvendo esses empréstimos, que muitas vezes são feitos sem qualquer necessidade. Só as reclamações de empréstimos efetuados nos

benefícios sem o conhecimento e autorização do aposentado/a e pensionista já respondem por 16,8% do total de reclamações registradas na Ouvidoria do Ministério da Previdência. Sabemos que o número de vítimas destas fraudes e golpes é muito maior, pois muitos casos foram denunciados diretamente junto ao judiciário. As maiores vítimas dessas fraudes são pessoas com baixa escolaridade e em estado de vulnerabilidade.

1086. A atuação do MSTTR tem sido fundamental para combater tais irregularidades, orientando e denunciando os casos identificados. Como parte dessa estratégia, a CONTAG, as FETAGs e os STTRs vêm desenvolvendo a Campanha “ Dinheiro Fácil !!! CUIDADO “ , com o objetivo de esclarecer e orientar os trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre os empréstimos consignados. Entre as estratégias adotadas, vale também salientar as negociações do Grito da Terra Brasil 2008, incorporadas na Instrução Normativa 28 do INSS, que promoveu mudanças fundamentais nas regras do programa, bem como trouxe novos mecanismos para coibir as fraudes das Financeiras.

1087. Em 2006, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, garantindo atenção à saúde da pessoa idosa, enfatizando o envelhecimento familiar, saudável e ativo, fortalecendo o protagonismo das pessoas idosas no Brasil, com a efetivação da distribuição de medicamentos considerados essenciais e a implantação da internação domiciliar, entre outras ações.

1088. No entanto, persiste o grande desafio de garantir a efetivação destas conquistas no âmbito local, especialmente para que cheguem aos idosos/as do meio rural.

1089. Para as pessoas idosas, a moradia e o ambiente são particularmente importantes devido a fatores como a acessibilidade e a segurança. É fato reconhecido que uma moradia saudável pode trazer benefícios para a saúde e o bem estar, portanto é preciso que as políticas e programas de habitação possam contemplar o acesso de pessoas idosas.

1090. A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 2006, foi um marco na história da organização das pessoas idosas no Brasil. Com a participação de mais de 700 pessoas, o resultado da conferência demonstrou o compromisso político do governo brasileiro, das organizações que representam as pessoas idosas bem e dos Conselhos de direitos de idosos/as de implementarem e estruturarem uma Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Estes compromissos foram ampliados e reafirmados na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada outubro de 2008.

1091. O Conselho Nacional do Idoso - CNDI - tem se configurado um espaço importante de garantia dos direitos das pessoas idosas. Possui caráter deliberativo, congrega instituições governamentais, organizações de trabalhadores/as, organizações de empregadores/as, organizações de aposentados/as, entre outras. A CONTAG é a única organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais a possuir assento no CNDI, e sua participação vem contribuindo para que as pessoas idosas da área rural saiam da invisibilidade no contexto das políticas públicas e se constituam agentes de desenvolvimento. O grande desafio posto ao MSTTR, portanto, é garantir a representação das pessoas idosas da área rural nos Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso.

1092. O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR - vem trabalhando um processo de organização e participação interna do segmento da terceira idade e pessoas idosas em suas instâncias deliberativas e em suas ações. Cada vez mais tem sido reconhecido que, quando as pessoas da terceira idade e idosas se aposentam, elas não deixam de pertencer à categoria. Ao contrário, adquirem status relevante para o movimento sindical e têm dado um exemplo de responsabilidade e de comprometimento com a luta do MSTTR para que haja melhores condições de vida para todos no campo. É importante destacar a contribuição que as pessoas da terceira idade e idosas vêm dando para o fortalecimento e crescimento do MSTTR, quer seja pela contribuição financeira e social, quer seja por suas experiências de vida acumuladas ao longo dos anos, que são colocadas à disposição do MSTTR.

1093. No que tange à organização interna, o fortalecimento e a participação da terceira idade e pessoas idosas no âmbito do MSTTR vem se dando de forma mais intensa após as deliberações do 9º CNTTR, que estabeleceu pertencerem a esse segmento as pessoas com idade igual ou superior a 50 anos.

1094. O 9º CNTTR deliberou, também, pela criação do cargo de Coordenador/a da Comissão Nacional da Terceira Idade na Diretoria Executiva da CONTAG, que passou a ser eleito a partir do 10º CNTTR.

1095. No período entre os dois Congressos, as políticas da terceira idade e pessoas idosas, no âmbito da CONTAG, foram trabalhadas por uma Coordenação Nacional Provisória que, dentre as várias ações desenvolvidas, teve a incumbência de constituir o Coletivo Nacional da Terceira Idade e Pessoas Idosas, que conta com a participação de representantes das 27 FETAGs que compõem o sistema CONTAG.

1096. Já em nível estadual, as ações vêm se concentrando na criação de

Coletivos, Comissões e Coordenações Estaduais da Terceira Idade e Idosos/as, já constituídos em 20 FETAGs. Foi desenvolvido, também, um processo de capacitação envolvendo 735 lideranças sindicais, responsáveis pelo processo organizativo da terceira idade nos estados e municípios e por traçar um plano estratégico de atuação no nível local.

1097. Esse processo organizativo precisa avançar e se consolidar mediante ações efetivas dos STTRs, das FETAGs e da CONTAG que precisam atuar de forma articulada para que direitos fundamentais demandados por essas pessoas na área rural sejam efetivados. Só assim o MSTTR será referência e terá legitimidade reconhecida na representação do segmento da terceira idade e idosos/as na área rural.

1098. Em junho de 2008, foi realizado, em Brasília, o Encontro Nacional de Construção das Políticas para a Terceira Idade no MSTTR, com a participação de 135 lideranças da terceira idade e idosos/as, que promoveu uma análise das modificações ocorridas na conjuntura nacional e na situação de vida das pessoas da terceira idade da área rural, bem como fixou encaminhamentos para assegurar a efetivação de políticas que atendam aos interesses e às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de terceira idade.

1099. Recentemente, o meio rural tornou-se um espaço de disputa organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as e pensionistas, surgindo as mais diversas organizações, tais como sindicato dos aposentados/as e associações dos/as idosos/as, entre outras. Como a aposentadoria dos trabalhadores/as rurais não implica em deixarem os mesmos de pertencer à categoria, sua representatividade continua se dando pelos espaços do MSTTR, onde a organização desse segmento específico cresce em importância para assegurar os seus direitos e para o fortalecimento da organização e a da estrutura sindical. Portanto, é necessário que estes trabalhadores/as sintam-se representados/as e participantes das decisões e das ações do MSTTR. Os STTRs desempenham papel fundamental para a consolidação deste segmento junto ao MSTTR, devendo promover ações específicas para a terceira idade e pessoas idosas, visando o seu fortalecimento e a garantia de um envelhecimento saudável e ativo.

1100. Assim, alguns desafios estão postos ao MSTTR para a adequada representação da terceira idade e das pessoas idosas, como o aperfeiçoamento e a implementação de políticas específicas para este segmento e pelo próprio processo de envelhecimento pelo qual passa o campo brasileiro na atualidade.

## Plano de Lutas

218

1101. Lutar pela implantação de políticas públicas e programas voltados a atender diretamente as pessoas da terceira idade e idosas, garantindo os mecanismos asseguradores do acesso à moradia digna, o acesso ao programa de habitação rural para aposentados/as e pensionistas (inclusive casais) como trabalhador e a trabalhadora rural, programas educacionais, atividades culturais, acesso à saúde pública, esporte e lazer no meio rural, promovendo a integração dessas pessoas num quadro amplo das políticas econômicas e sociais.

1102. Reivindicar o acesso continuado aos serviços financeiros de infraestrutura e capacitação em técnicas e tecnologias agrícolas melhoradas, visando adoção de medidas para aumentar a participação das pessoas idosas na força de trabalho na agricultura familiar, reduzindo o risco da exclusão ou da dependência, fortalecendo suas capacidades.

1103. Tornar o Estatuto do Idoso um instrumento de luta permanente e coletiva do campo e do MSTTR, pautando-se pela sua efetivação e pelo seu cumprimento, denunciando qualquer forma de violação, fazendo cumprir a lei.

1104. Promover ações e lutas pela garantia dos direitos das pessoas da terceira idade e idosas, através de ações de massa, capacitação e organização da terceira idade dentro da estrutura sindical.

1105. Assegurar a autonomia e condições para o trabalho com a terceira idade e pessoas idosas no MSTTR, através da criação de um fundo específico da Terceira Idade, sendo descontados para isso, 2% da renda mensal proveniente do desconto direto de aposentados/as e pensionistas, buscando garantir a realização das ações específicas planejadas com recursos próprios e/ou parcerias e convênios.

1106. Garantir a criação das Secretarias dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da 3ª idade nas FETAGs e STTRs, sob a orientação da CONTAG, assegurando o cumprimento do deliberado no 9º CNTR.

1107. Proceder a criação de secretarias de trabalhadores e trabalhadoras rurais da 3ª idade nos STTRs, com a finalidade de mobilizar os mesmos para reivindicar políticas públicas de seu interesse, e denunciar e pressionar quando essas políticas não forem aplicadas, disponibilizando verbas do fundo específico da terceira idade para os STTRs, FETAGs e CONTAG ampliarem estes trabalhos.

1108. Assegurar, via recursos oriundos do fundo específico da terceira idade,

que a CONTAG e as FETAGs tenham uma equipe dando suporte aos STTRs para criação de grupos da 3ª idade nas comunidades rurais, para, unidos, enfrentarem as dificuldades que são peculiares dos moradores/as rurais.

1109. Promover, conjuntamente com as FETAGs e STTRs, campanhas de informação e orientação sobre os direitos e deveres dos/as idosos/as através de panfletos, jornais, programas de rádio, seminários, etc.

1110. Divulgar as histórias das lideranças rurais da terceira idade, em especial para a juventude rural, contribuindo com a elevação da sua auto-estima e consequente permanência no campo (sucessão rural).

1111. Construir estratégias para dinamizar as ações a serem trabalhadas com os/as idosos/as do campo, objetivando que as políticas públicas efetivamente se estendam aos mesmos.

1112. Construir estratégias para dinamizar as ações a serem trabalhadas com as mulheres da terceira idade.

1113. Garantir a avaliação do cumprimento das decisões dos congressos Nacional e Estaduais referentes à terceira idade e idosos/as, através da realização de plenárias avaliativas da terceira idade rural.

1114. Promover intercâmbio entre experiências de trabalho para os/as idosos/as a nível nacional, estadual e municipal.

1115. Continuar e ampliar a ação do MSTTR na aposentadoria rural, protegendo os trabalhadores e trabalhadoras rurais das ações de intermediários e oportunistas.

1116. Dar continuidade a Campanha “Dinheiro Fácil CUIDADO!!!”, buscando orientar os aposentados/as e pensionistas para não se tornarem vítimas do crédito consignado.

1117. Sensibilizar os dirigentes sindicais sobre a importância de trabalhar com a terceira idade, visando a manutenção dos direitos já conquistados por este segmento, bem como o fortalecimento sindical.

1118. Promover cursos de capacitação de multiplicadores sobre os direitos dos/as idosos/as nos estados e municípios.

1119. Produzir material informativo direcionado para a terceira idade, enfocando seus direitos e as políticas públicas específicas já existentes.

1120. Realizar ações conjuntas entre a terceira idade e a juventude, no intuito de acabar com o preconceito existente entre esses dois públicos.

1121. Promover atividades que garantam ações de lazer para idosos/as do MSTTR.

1122. Lutar para que os STTRs possam fornecer para os/as idosos/as a carteira de viagem nos ônibus intermunicipais e interestaduais.

1123. Buscar a garantia da participação sindical nos espaços de controle social voltados para a implementação de políticas públicas para a terceira idade e idosos/as, em especial os conselhos de direito do idoso de âmbito Federal, estadual e municipal.

220

1124. Realizar o acompanhamento dos Convênios entre o INSS e bancos, para o pagamento dos aposentados/as, procurando evitar que os mesmos sejam obrigados/as a abrirem contas como condição para receber seus benefícios.



**10 ° Congresso Nacional  
dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais**

**Registro e Imagens**

Fotos: César Ramos



*Chegada para o 10º CNTR*



*Credenciamento*



*Credenciamento*



*Abertura do 10º CNTTR*



*Plenária 10º CNTR*



*Mesa coordenadora do 10º CNTR*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Política Agrária*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Política Agrícola*





*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Assalariados e Assalariadas Rurais*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Políticas Sociais*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Formação e Organização Sindical*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Sustentabilidade Política e Financeira*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Relações Internacionais*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Juventude Rural*



*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Organização e luta da Mulheres Trabalhadora Rurais*



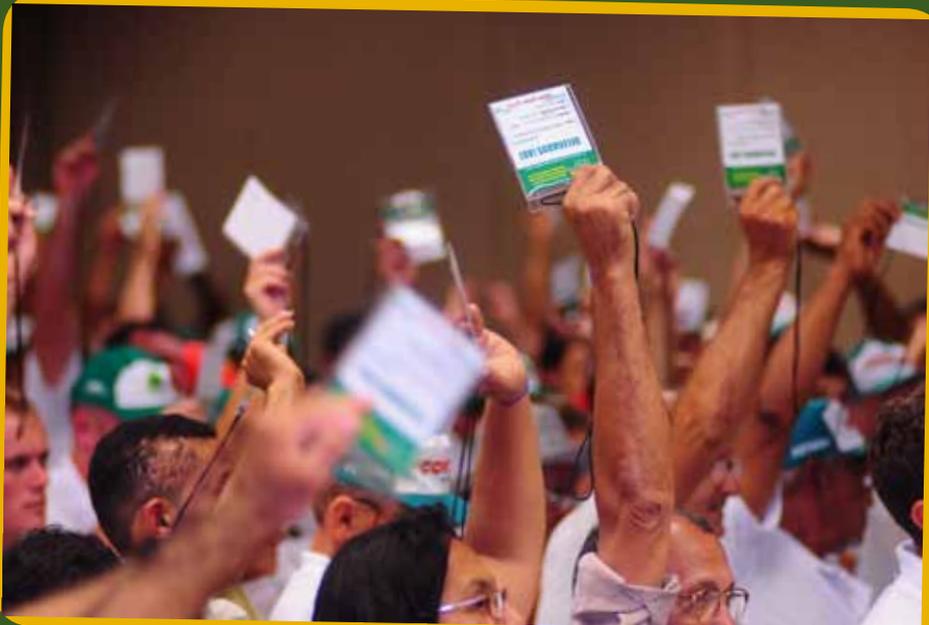
*Mesa coordenadora Comissão Temática*



*Plenária Comissão Temática Pessoas da Terceira Idade e Idosas Rurais*



*Plenária 10º CNTTR*



*Votação em Plenária*



Mística



Mística



*Mesa coordenadora 10º CNTR*



*Plenária 10º CNTR*



Plenária 10º CNTR



Plenária 10º CNTR



*Alimentação no 10º CNTR*



*Alimentação no 10º CNTR*



Stand CONTAG 10º CNTR



Stand FETAGs 10º CNTR



Stand FETAGs 10º CNTR



Stand FETAGs 10º CNTR



*Stand CTB 10º CNTR*



*Stand CUT 10º CNTR*

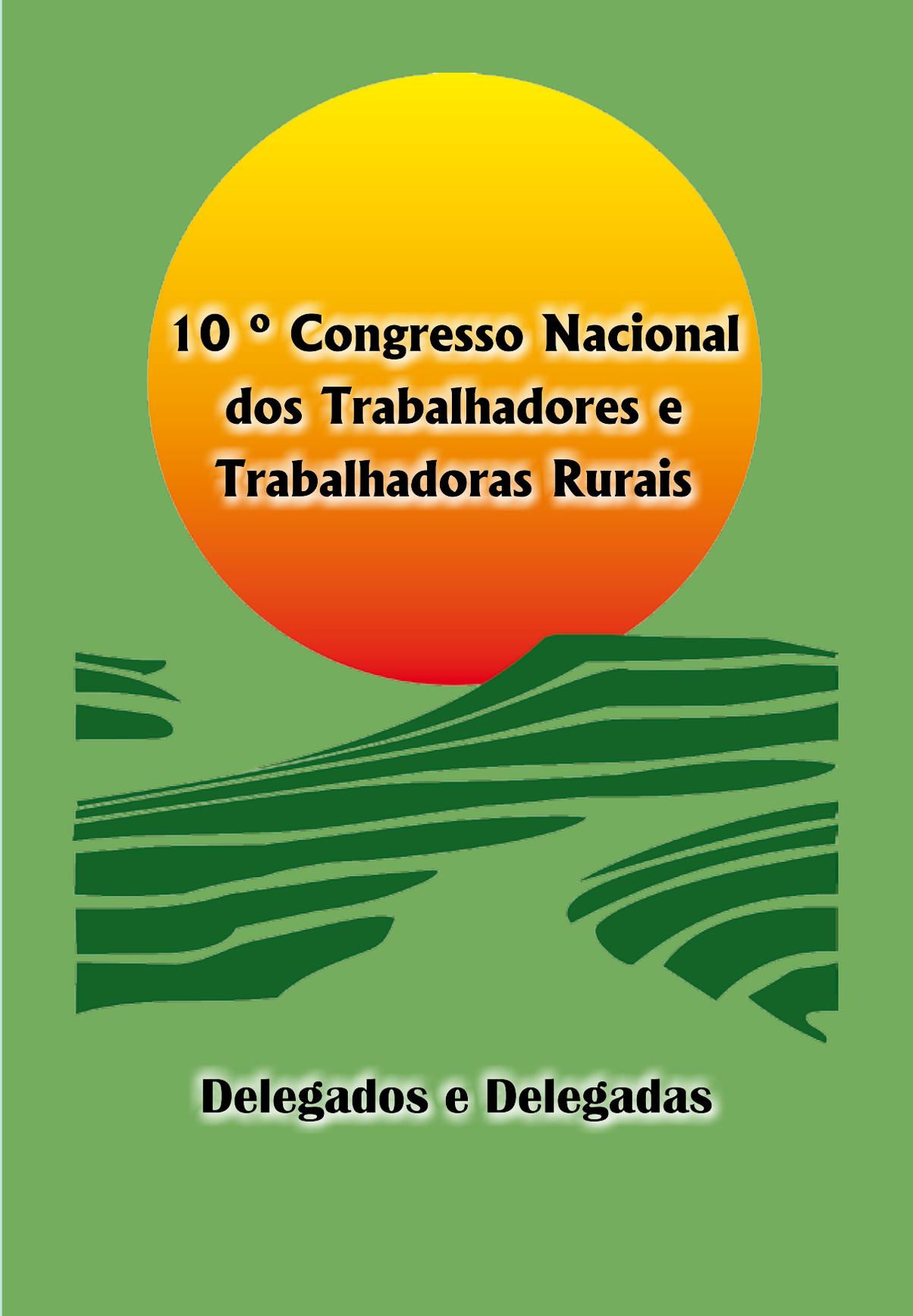




*Votação no 10º CNTR*



*Apuração no 10º CNTR*



**10 ° Congresso Nacional  
dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais**

**Delegados e Delegadas**

Delegados e Delegadas credenciados/as no 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - **2.622**

**Delegadas: 1.082**      **Delegados: 1.540**

**246**

UF	ENTIDADE (STTR/FETAG/CONTAG)	NOME	SEXO
AC	ACRELANDIA	FRANCISCO EUGENIO DA SILVA	M
AC	FEIJO	ROSA MARIA SOUZA DA SILVA	F
AC	PLACIDO DE CASTRO	MARIA DE FATIMA ROCHA ALVES E SILVA	F
AC	RIO BRANCO - SINPASA	ANTONIO JOSÉ ALVES FIGUEREDO	M
AC	SENA MADUREIRA	FRANCISCA GOMES DA SILVA	M
AC	SENA MADUREIRA	LOURIVAL DA COSTA	M
AC	XAPURI	DERCY TELES CARVALHO CUNHA	F
AL	ANADIA	MARIANO DENISSON DE MELO	M
AL	ARAPIRACA	FRANCISCA NERIS DOS SANTOS	F
AL	ARAPIRACA	GENIVALDO DE OLIVEIRA DA SILVA	M
AL	ARAPIRACA	RILDA MARIA ALVES JESUINO	F
AL	ATALAIA	CICERO DOMINGOS DE OLIVEIRA	M
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	JOSE CICERO MORAIS	M
AL	BELEM	JOSE DAVI PEREIRA	M
AL	BOCA DA MATA	MARIA JOSE ALVES DOS SANTOS	F
AL	BRANQUINHA	MARIA EMANUELA FIGUEIREDO	F
AL	CAMPO ALEGRE	GENELVA GOMES DA SILVA	F
AL	CANAPI	MADSON PAULINO DE OLIVEIRA	M
AL	CAPELA	MANOEL BARNABÉ COSTA	M
AL	CARNEIROS	PETRONIO NUNES SILVA	M
AL	COITE DO NOIA	AGNALDO TIMOTEO DA SILVA	M
AL	COLONIA DE LEOPOLDINA	SEBASTIANA PAES DA SILVA	F
AL	CORURIBE	JORGE DA SILVA SANTOS	M
AL	CRAIBAS	ANTONIO ALVES DA SILVA	M
AL	DELMIRO GOUVEIA	NOÉ LUIS DOS SANTOS	M
AL	DOIS RIACHOS	FLORISVAL GUEDES FILHO	M
AL	GIRAU DO PONCIANO	DONIZETE FERREIRA DE LIMA	M
AL	GIRAU DO PONCIANO	MARILEIDE GERONIMO DE OLIVEIRA	F
AL	IBATEGUARA	ANTONIO VITORINO DA SILVA	M
AL	IBATEGUARA	LEONICE BARBOSA DA SILVA	F
AL	IGREJA NOVA	GICELIA DOS SANTOS LIMA	F
AL	IGREJA NOVA	JOSE SOUZA	M
AL	INHAPI	JOSÉ ANDRÉ MENEZES DE ALCÂNTARA	M
AL	JACARE DOS HOMENS	HIOLY FARIAS	F
AL	JEQUIA DA PRAIA	ANTONIO TORRES GUEDES	M
AL	JEQUIA DA PRAIA	MARIA DA LUZ FERNNDES DOS SANTOS	F

AL	JOAQUIM GOMES	ANTONIA APARECIDA DUARTE DA SILVA	F
AL	JUNQUEIRO	MANOEL CÍCERO DOS SANTOS	M
AL	MACEIO	MARIA DO Ó DO NASCIMENTO MELO	F
AL	MARECHAL DEODORO	MARIA NADIR TEIXEIRA BARBOSA	F
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	MANOEL JOSE DA SILVA	M
AL	MONTEIROPOLIS	CICERO ROBERTO BARROS	M
AL	NOVO LINO	VERA LUCIA DA SILVA	F
AL	OLHO DAGUA DAS FLORES	IDEVILSON ALVES DA PAZ	M
AL	OLHO DAGUA DAS FLORES	NELSON ARAUJO NERIS JUNIOR	M
AL	OURO BRANCO	QUITERIA VIEIRA DA SILVA	F
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	DILMA BELTÃO DA SILVA	F
AL	PARIPUEIRA	VERA LUCIA SILVA DE VASCONCELOS	F
AL	PENEDO	LNDALVA FRANCISCA DOS SANTOS GONÇALVES	F
AL	PILAR	MARIA CICERA MIRANDA DA SILVA	F
AL	PILAR	MAURILIO DA SILVA	M
AL	PINDOBA	ELISIANE ROSENDO DE ALBUQUERQUE	F
AL	PINDOBA	JOSEFA MARIA DA SILVA	F
AL	PIRANHAS	JOÃO RAIMUNO DA SILVA	M
AL	PIRANHAS	NAINA CARLA DA SILVA	F
AL	RIO LARGO	JOSE EZEQUIEL DA SILVA	M
AL	ROTEIRO	ISAAC LUIZ DA SILVA	M
AL	SANTANA DO IPANEMA	EVA DA SILVA	F
AL	SAO JOSE DA LAJE	MARIA LUCIA VIANA SILVA	F
AL	SAO JOSE DA TAPERA	THIAGO SANTOS GOMES	M
AL	SAO LUIZ DO QUITUNDE	CICERO JOSE DA SILVA	M
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	JOSEFA SOARES DOS SANTOS	F
AL	SAO SEBASTIAO	MARIA JOSE ALVES DA SILVA	F
AL	TANQUE DARCA	JOSIVAL CABRAL DA SILVA	M
AL	UNIAO DOS PALMARES	GILSON ANGELO DA SILVA	M
AM	ALVARAES	ROBERTO MOTA PINHEIRO	M
AM	ALVARAES	VALDEISA MARINHO DOS SANTOS	F
AM	BOA VISTA DO RAMOS	RAIMUNDA GEORGINA DA SILVA COSTA	F
AM	CAREIRO CASTANHO	ILSON SERRÃO DE SOUZA	M
AM	CAREIRO(DA VARZEA)/MANAUS/IRANDUBA	ANA MARIA DA SILVA REIS	F
AM	CAREIRO(DA VARZEA)/MANAUS/IRANDUBA	MARIA LUCINETE NICACIO DE LIMA	F
AM	CODAJAS	MARIA DE MATOS BARBOSA	F
AM	MANACAPURU	JOSIVALDO MACIEL MOTA	M
AM	MANACAPURU	RICARDO FERREIRA DO NASCIMENTO	M
AM	MANAQUIRI	ANGELO GOMES DE LIMA	M
AM	MANAQUIRI	IZETE RODRIGUES RABELO	F

AM	MANAQUIRI	ODETE DA SILVA FERNANDES	F
AM	NHAMUNDA	FRANCINETE GUERREIRO COSTA	F
AM	NOVO AIRAO	ALDENOR SOBRINHA BARBOSA	M
AM	NOVO AIRAO	FRANCINEIA PINHEIRO SALDANHA	F
AM	NOVO AIRAO	FRANCISCO SOARES CERDEIRO	M
AM	NOVO AIRAO	GINA NASCIMENTO PEREIRA	F
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	ALADINO OLIVEIRA DA COSTA	M
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	JOAO NEVES PEREIRA	M
AM	TEFE	EDJANE RODRIGUES MEIRELES	F
AM	URUCARA	BERSON DA SILVA SERRAO	M
AM	URUCURITUBA	ANTONIO DE OLIVEIRA CASTRO	M
AP	ITAUBAL DO PIRIRIM	RAIMUNDO CLODOMIR DE ARAUJO CHAGA	M
AP	LARANJAL DO JARI	FRANCISCO VALDO MEDEIROS REGO	M
AP	LARANJAL DO JARI	MARIA DAS GRAÇAS VICENTE DE SOUZA	F
AP	MAZAGAO	ADMILSON GONÇALVES PIMENTEL	M
AP	OIAPOQUE	LUCIENE ALVES DE MACEDO	F
AP	OIAPOQUE	SINVALDO RIBEIRO DOS SANTOS	M
AP	PRACUUBA	ALFREDO RAMOS FERREIRA	M
AP	PRACUUBA	EUNICE MAGAVE RAMOS	F
AP	PRACUUBA	ILSON MAGAVE RAMOS	M
BA	ABAIRA	EDNELIA ESPIRITO SANTO	F
BA	ABARE	ROSINEIDE BARBOSA DOS SANTOS	F
BA	AGUA FRIA	JOSÉ CARDOSO DOS SANTOS	M
BA	AGUA FRIA	RENILDA DA SILVA SANTOS	F
BA	AIQUARA	ANDRE JEAN SANTOS LIMA	M
BA	AMARGOSA	AMANDIO FAUSTINO DOS SANTOS	M
BA	AMARGOSA	REINALDO SOUZA SILVA	M
BA	ANAGE	FÁBIO PEREIRA DE MORAIS	M
BA	ANDARAI	JOSE FERNANDES MENDES DOS ANJOS	M
BA	ANGICAL	MARCOS EUGENIO RIBEIRO PASSOS	M
BA	ANTONIO CARDOSO	IRENE NERY DE SOUZA SANTOS	F
BA	APUAREMA	IRENILDO OLIVEIRA DOS SANTOS	M
BA	ARACAS	JOSENICE SANTANA XAVIER	F
BA	AURELINO LEAL	ACLECIA DE SOUZA PEREIRA	F
BA	BAIXA GRANDE	PAULO CERQUEIRA DOS SANTOS	M
BA	BANZAE	ANTONIO MOREIRA SILVA	M
BA	BANZAE	JOSÉ GAMA DE ARAÚJO	M
BA	BARRA	CLAUDENILSON NOGUEIRA DE SENA	M
BA	BARRA	VANDERLINO FEITOSA	M
BA	BARRA DA ESTIVA	VALDNEI DA SILVA CAIRES	M

BA	BARRA DO CHOCA	OSMAR COSTA BRITO	M
BA	BARRA DO MENDES	MARIDETE PEREIRA MEDRADO	F
BA	BARREIRAS	WELLITON DOS REIS SANTOS	M
BA	BARRO ALTO	JOSÉ FERNANDES DA SILVA	M
BA	BARRO ALTO	PAULA SILVA FERREIRA	F
BA	BARRO PRETO	EURICO FRANCA DE JESUS	M
BA	BARROCAS	AGNALDO OLIVEIRA PEREIRA	M
BA	BELMONTE	FLAVIO OLIVEIRA RIBEIRO	M
BA	BELO CAMPO	LAUDIONOR OLIVEIRA LIMA	M
BA	BIRITINGA	MARIA DAS DORES CRUZ DE JESUS	F
BA	BOA NOVA	GIDEVAL DA SILVA ROCHA	M
BA	BOM JESUS DA LAPA	JOSE ALVES DE SOUZA	M
BA	BOM JESUS DA SERRA	CLAUDIO SILVA BASTOS	M
BA	BOM JESUS DA SERRA	EDMUNDO MOURA BASTOS	M
BA	BOM JESUS DA SERRA	GENILTON DOS SANTOS ROCHA	M
BA	BONINAL	DARCI MEDEIROS VIEIRA COSTA	F
BA	BONITO	MARCONDES NUNES MACHADO	M
BA	BREJOES	GILBERTO BATISTA SANTOS	M
BA	BRUMADO	NELCI GOMES DA SILVA	F
BA	BUERAREMA	JOAO FIRMINO DOS SANTOS	M
BA	BURITIRAMA	GENILA MARIA DE JESUS	F
BA	CAATIBA	ISABEL DIAS DOS SANTOS	F
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	DIONICE DA CONCEIÇÃO DA PAZ	F
BA	CALDEIRAO GRANDE	ADAMILTON JESUS DOS SANTOS	M
BA	CAMACARI	VALCY DE JESUS ALMEIDA	F
BA	CAMAMU	JOSE DOMINGOS SANTOS DA HORA	M
BA	CANAPOLIS	BENICIA MOREIRA DOS SANTOS	F
BA	CANARANA	EVANEIDE VIEIRA RIBEIRO	F
BA	CANAVIEIRAS	CASSIO CLEBER EVANGELISTA DE ARAUJO	M
BA	CANDEIAS	MARIA DA GLORIA ALVES DE ALMEIDA	F
BA	CANDIBA	CELCINA MARIA OLIVEIRA REIS	F
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	ALEXANDER JOSE DE MACEDO	M
BA	CAPIM GROSSO	ANTONIO GONÇALVES DE MATOS	M
BA	CAPIM GROSSO	SANDRA MARTINS ARAUJO	F
BA	CARINHANHA	VIRGÍLIO SOUZA DE BRITO	M
BA	CATURAMA	EDILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	F
BA	CATURAMA	JOAQUIM FRANCISCO NETO	M
BA	COCOS	EDGAR JOSÉ LOPES	M
BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	IZALTINA DE JESUS MENDES	F
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	JOSÉ CANDIDO DAS CHAGAS BRITO	M

BA	CONDEUBA	JESULINO JOSÉ NEVES	M
BA	CORACAO DE MARIA	BERNARDINA LEAL DOS SANTOS	F
BA	CORDEIROS	JOAO JOSE RIBEIRO NETO	M
BA	CORIBE	LUCINÉIA SOARES DA MOTA	F
BA	CORRENTINA	ELIA SODRE DO NASCIMENTO	F
BA	CORRENTINA	ROBERTO GETULIO DE OLIVEIRA	M
BA	CRISOPOLIS	GIOVANI PEREIRA DOS SANTOS	M
BA	CRUZ DAS ALMAS	LUIZ EDUARDO OLIVEIRA GONÇALVES	F
BA	DIAS DAVILA	ISRAEL BATISTA DOS SANTOS	M
BA	DOM MACEDO COSTA	PAULO RICARDO SOUZA SOARES	M
BA	ELISIO MEDRADO	EVANDRA DOS SANTOS ANDRADE	F
BA	ENCRUZILHADA	MIGUEL CESAR SOUSA CAMPOS	M
BA	ERICO CARDOSO	EDELZUTE ABREU RAMOS	F
BA	ESPLANADA	SIVALDO JOSE AMORIM	M
BA	EUNAPOLIS	AILTON QUEIROZ LISBOA	M
BA	EUNAPOLIS	ALMIR SOUZA RAMOS	M
BA	EUNAPOLIS	DAMIANA ALCANTARA DE OLIVEIRA	F
BA	FATIMA	LUANA SERAFIM SANTOS	F
BA	FILADELFIA	NELSON MENDES CONCEIÇÃO	M
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	MARIA JACINTA O. AIRES CUNHA	M
BA	GANDU	WILMA MENDES DEMATOS SILVA	F
BA	GAVIAO	LEIDE MARIA DOS SANTOS SILVA	F
BA	GENTIO DO OURO	ADAO MOREIRA PAIVA	M
BA	GOVERNADOR LOMANTO JUNIOR	KADJA LIMA DE SOUZA	F
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	TEREZINHA DO AMOR DIVINO	F
BA	GUANAMBI	JOSE ANTONIO DA SILVA	M
BA	GUANAMBI	LUIZ PEREIRA ALVES	M
BA	GUANAMBI	VALDEVINO PEREIRA GONÇALVES	M
BA	GUARATINGA	EDILANE SANTANA DOS SANTOS	F
BA	GUARATINGA	SELICIONES SILVA DOS SANTOS	F
BA	IACU	CLAUDIONOR GOMES DOS SANTOS	M
BA	IBIASSUCE	FRANCISCO DE FREITAS BRITO	M
BA	IBICARAI	LUZIENE SILVA SANTOS	F
BA	IBICOARA	SILVALDO SILVA LUZ	M
BA	IBIPEBA	FRAIRAN GOMES DOS SANTOS	M
BA	IBIPEBA	JORGE VIANA BRAGA	M
BA	IBIPITANGA	ANTONIO DE OLIVEIRA CARDOSO	M
BA	IBIQUERA	SILVANIA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA	F
BA	IBITIARA	MARIA LOURDES DE SOUZA	F
BA	IBITITA	DOMINGOS DE SOUZA PACHECO	M

BA	IGRAPIUNA	JARDILINO ROSA DA ASSUNÇÃO	M
BA	ILHEUS	VALDEMIR BATISTA DOS SANTOS	M
BA	IPECAETA	ELCIOR PIAGGIO DE OLIVEIRA	M
BA	IPIAU	ALOIZO SANTANA DE JESUS	M
BA	IPIAU	IVANIA SOUZA SILVA	F
BA	IPUPIARA	ISAEEL MARTINS SOBRINHO	M
BA	IRAJUBA	ROQUE MORAES LIMA	M
BA	IRAMAIA	JOSENICE FREITAS DA SILVA	F
BA	IRAQUARA	SUEDE DE JESUS NEVES FILHO	M
BA	IRAQUARA	VANIA MARQUES PINTO	F
BA	IRECE	LEANDRO MARTINS VIANA	M
BA	ITABELA	WELINGTON DOS SANTOS	M
BA	ITABERABA	JOAO JOSE DA SILVA	M
BA	ITACARE	VERÔNICA MARIA SILVA MATOS	F
BA	ITAGIBA	LEONICIO DE SOUZA NUNES	M
BA	ITAGUACU DA BAHIA	ANTONIO BATISTA DE SOUZA FILHO	M
BA	ITAGUACU DA BAHIA	ELIENE BISPO DOS SANTOS	F
BA	ITAGUACU DA BAHIA	MARIA DOS PRAZERES ALVES SOUZA	F
BA	ITAJUIPE	ELIENE MARIA DE JESUS	F
BA	ITAMBE	ALTINA CERQUEIRA MACEDO	F
BA	ITANAGRA	MARIA NATALICE JUNQUEIRA BRITO	F
BA	ITAPARICA	JAILSON SANTANA DA SILVA	M
BA	ITAPE	IZAILTON ALVES OLIVEIRA	M
BA	ITAPEBI	WALKER JOSE DE SOUZA	M
BA	ITAPETINGA	FÁBIO DE ALMEIDA PINHEIRO	M
BA	ITAPICURU	JOSÉ NILTO FILGUEIRAS DE JESUS	M
BA	ITAPITANGA	NEIVANILDA DOS SANTOS MELO OLIVEIRA	F
BA	ITAQUARA	AILDA LIMEIRA SOUZA	F
BA	ITARANTIM	RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS	M
BA	ITIRUCU	JOAO DA SILVA ANDRADE	M
BA	ITORORO	JAILTON JOSÉ DA SILVA	M
BA	ITUACU	RAIMUNDO VAGNER PEREIRA SILVA	M
BA	ITUBERA	ANDREZITO SANTOS SOUZA	M
BA	ITUBERA	GIVALDO DA CONCEIÇÃO PALMA	M
BA	IUIU	SEBASTIÃO LOPES DA SILVA	M
BA	JABORANDI	RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA	M
BA	JACARACI	JOAQUIM DE SOUZA NETO	M
BA	JACOBINA	SEVERINO MOREIRA CARNEIRO	M
BA	JAGUAQUARA	LUCIANO PAIVA PEREIRA	M
BA	JAGUARARI	JEMERSON ARRUDA DE SOUSA	M

BA	JEQUIE	JORGE RICARDO SANTANA	M
BA	JEREMOABO	ANTONIO DIAS DE SOUZA	M
BA	JEREMOABO	MARIA LILIAN BARROSO DOS SANTOS	F
BA	JITAUNA	SAMUEL NUNES DE GOIS	M
BA	JOAO DOURADO	CLEVER RODRIGUES DA SILVA	M
BA	JOAO DOURADO	HILDA BESERRA DE LIMA	F
BA	JUAZEIRO	AGNALDO DOS SANTOS MEIRA	M
BA	JUSSARA	CLÁUDIO JOSÉ RODRIGUES	M
BA	LAFAIETE COUTINHO	AURELINO LINO DOS SANTOS	M
BA	LAFAIETE COUTINHO	IVALDO REIS SILVA SANTANA	M
BA	LAFAIETE COUTINHO	ROSIMERY SANTANA GAMA	F
BA	LAGOA REAL	PAULO TADEUS DE JESUS FRAGA TRINDADE	M
BA	LAJEDINHO	JORGE PIRES COSTA	M
BA	LAJEDO DO TABOCAL	CLEUZA MOREIRA DE SOUZA	F
BA	LAJEDO DO TABOCAL	ELISANGELA DOS SANTOS SENA NARDE	F
BA	LAPAO	SUELI PEREIRA DA SILVA DOS ANJOS	F
BA	LENCOIS	ABDIAS FRANCISCO RIBEIRO	M
BA	LIVRAMENTO DO BRUMADO	EDIVAL CONTIGUIBA DE SOUZA	M
BA	MACARANI	ALINE DE JESUS SOUZA	F
BA	MAETINGA	MARIA DE LOURDES BARROS LIMA	F
BA	MAIQUINIQUE	GILENO JUNIOR NOVAES AMARAL	M
BA	MAIRI	EDNAIR NASCIMENTO DO CARMO	F
BA	MALHADA	RAIMUNDA CERQUEIRA BERNANRDES	F
BA	MALHADA DE PEDRAS	ALVINO MARTINS RIBEIRO	M
BA	MANOEL VITORINO	MARINEZ SOUZA SILVA	F
BA	MARACAS	ANA LUCIA DOS SANTOS ARAUJO	F
BA	MARACAS	ORLANDO DE JESUS DOS SANTOS	M
BA	MARACAS	SILVIO BRITO NASCIMENTO	M
BA	MARAGOJIPE	JOÃO BARBOSA DE LIMA	M
BA	MARAU	JOENIS FERREIRA GONÇALVES	M
BA	MARAU	MARILENE MARIA SANTOS BARRETO	F
BA	MARCIONILIO SOUZA	PAULO GOTARDO FILHO	M
BA	MEDEIROS NETO	JARDEL MACHADO DA SILVA	M
BA	MILAGRES	NAILTON SANTOS BATISTA	M
BA	MIRANTE	FRANCISCO LUCIO DOS SANTOS MEIRA	M
BA	MONTE SANTO	ABELCIDES JOAQUIM DA SILVA	M
BA	MORRO DO CHAPEU	FABIO OLIVEIRA PINTO	M
BA	MORTUGABA	CLECIO DE JESUS FONSECA	F
BA	MUCUGE	ISAEI SANTOS NOVAIS	M
BA	MULUNGU DO MORRO	MARCOS FRANCISCO DE SOUZA	F

BA	MUNIZ FERREIRA	CARMELITA DOS SANTOS CAMPOS	F
BA	MUNIZ FERREIRA	DJANIRA MOTA DOS SANTOS VASCONCELOS	F
BA	MUNIZ FERREIRA	GILVANIA DOS REIS MACHADO	F
BA	MURITIBA	GREGORIO FERNANDES DE CASTRO	M
BA	NOVA CANAA	MARCIONILIO CARLOS DE JESUS	M
BA	NOVA FATIMA	GILMÁRIO FERREIRA DE OLIVEIRA	M
BA	NOVA ITARANA	JACIRA GOMES RODRIGUES	F
BA	NOVA REDENCAO	JEAN CARLOS MACHADO DA SILVA	M
BA	NOVA REDENCAO	LAURENÇO SANTOS BRUNO	M
BA	NOVA REDENCAO	MARCOS SANTOS MACHADO	M
BA	NOVO HORIZONTE	MARIA VONE ALVES DA SILVA	F
BA	OLINDINA	VALFREDO VIEIRA DE ANDRADE	M
BA	OURICANGAS	JOAO CARDOSO DOS SANTOS	M
BA	OUROLANDIA	AUDINEA GEAN TELES DA COSTA	F
BA	OUROLANDIA	JANAELSON DA SILVA ARARUNA	M
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	DOMINGOS DOS SANTOS NOGUEIRA	M
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	VALDENOR PEREIRA DE OLIVEIRA	M
BA	PALMEIRAS	GENILSON PEREIRA DE ABREU	M
BA	PARAMIRIM	DEOCLIDES DIAS DE OLIVEIRA	M
BA	PARAMIRIM	EDITE COSTA DE SOUZA	F
BA	PARAMIRIM	JOSE DOS SANTOS COSTA DA SILVA	M
BA	PARATINGA	ANTONIO CELESTINO DOS SANTOS	M
BA	PARIPIRANGA	JOSE ILDON RODRIGUES DE SANTANA	M
BA	PAU BRASIL	JORDANE VIEIRA DA SILVA	F
BA	PE DE SERRA	LAURIANO SANTOS DE OLIVEIRA	M
BA	PEDRAO	DAYANE DE JESUS ALMEIDA	F
BA	PIATA	MARIVALDO ANTONIO DA SILVA	M
BA	PIATA	PEDRO PAULO MACEDO	M
BA	PINDOBACU	ARNALDO ANTONIO DE SOUZA FILHO	M
BA	PINTADAS	ZENAIDE DE SOUZA MARTINS	F
BA	PIRAI DO NORTE	ANTONIO ROSIVAL TAVARES DE BRITO	M
BA	PIRIPA	ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO	M
BA	PLANALTINO	LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA	F
BA	POCOES	JONAS DELFINO HONORATO	M
BA	POJUCA	DOMINGAS COSTA DOS SANTOS	F
BA	PONTO NOVO	NILTON ROCHA NOGUEIRA	M
BA	POTIRAGUA	MARICELIA SOUZA SANTANA MEIRA	F
BA	PRESIDENTE DUTRA	CLAUDIO RODRIGUES NEIVA	M
BA	PRESIDENTE DUTRA	JOÃO DA CRUZ DE SOUZA SANTOS	M
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	HILDO ROCHA LIMA	M

BA	QUIJINGUE	JOSE RUI DO NASCIMENTO	M
BA	QUIJINGUE	ROSANGELA DA SILVA ROSA	F
BA	QUIXABEIRA	MARIA JOSÉ OLIVEIRA DE SANTANA	F
BA	RETIROLANDIA	ARNALDO CARNEIRO	M
BA	RIACHAO DAS NEVES	CHEILA ADRIANA DA SILVA	F
BA	RIACHAO DAS NEVES	LUCIENE SANTOS DE SOUZA	F
BA	RIACHAO DO JACUIPE	TEODOMIRO PAULO QUEIROZ DE SOUZA	M
BA	RIBEIRA DO AMPARO	JOSEFA FERREIRA BARBOSA	F
BA	RIBEIRA DO POMBAL	JOAO EVANGELISTA DOS SANTOS	M
BA	RIO DE CONTAS	MANOEL ANTONIO DOS REIS	M
BA	RIO DO ANTONIO	AROLD DO SANTOS MEIRA	M
BA	RIO DO PIRES	DOMINGOS ODORICO SILVA	M
BA	RIO REAL	VALDICE SILVA QUEIROZ	M
BA	RUY BARBOSA	REGINALDO ASEVEDO LIMA	M
BA	SANTA BARBARA	GILMAR CARVALHO DE LIMA	M
BA	SANTA BARBARA	VANUZA MARIA DE JESUS	F
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	CLÉIA DANIE TE OLIVEIRA BARRETO	F
BA	SANTA INES	DILMA FELIX DE SOUZA GOES	F
BA	SANTA LUZ	JOSE HAMILTON DA SILVA	M
BA	SANTA LUZ	ROSANIA TRABUCO DE SOUZA	F
BA	SANTA LUZIA	MAIARA ARAUJO DOS SANTOS	F
BA	SANTANA	ALONSO GUSMÃO DE OLIVEIRA	M
BA	SANTANOPOLIS	ANTONIO CEZAR DA SILVA FERREIRA	M
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	MARCELINO BARBOSA	M
BA	SAO FELIX	MILTON SALES DOS SANTOS	M
BA	SAO GABRIEL	VALDECI JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO	F
BA	SAO JOSE DA VITORIA	GILBERTO SANTANA DOS SANTOS	M
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	IRACI MARIA DE JESUS CONCEIÇÃO	F
BA	SAPEACU	MARTINHA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	F
BA	SATIRO DIAS	ISABEL ROSA DOS SANTOS	F
BA	SAUDE	ADEMÁRIO ALMEIDA FREIRE	M
BA	SEABRA	MARIA ROSA DA SILVA CASSIMIRO	F
BA	SEABRA	RENAM CAVALCANTE DE OLIVEIRA	M
BA	SENTO SE	MARIA JOAQUINA DA SILVA	F
BA	SERRA DO RAMALHO	CATARINO JOSÉ DA SILVA NETO	M
BA	SERRA DO RAMALHO	MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	F
BA	SERRA DOURADA	JOSÉ RODRIGUES DA COSTA	M
BA	SERRA DOURADA	LEIDE ROSA DE SOUZA	F
BA	SERRA PRETA	CLAUDIO LUIZ FIGUEIREDO MASCARENHAS	M
BA	SERRA PRETA	MARLENE SILVA DE OLIVEIRA	F

BA	SERROLANDIA	EDEMILSON ARAUJO DOS SANTOS	M
BA	SITIO DO MATO	LUCIANO DOS SANTOS LIMA	M
BA	SOBRADINHO	DEUZENIR PEREIRA DE SOUZA	F
BA	SOBRADINHO	ELIANE LANDIN DA SILVA	F
BA	TANQUE NOVO	DANIEL MAGALHAES CARNEIRO	M
BA	TANQUE NOVO	SANTINA BARBOSA LIMA	F
BA	TANQUINHO	BERILIO FERREIRA DE SOUZA	M
BA	TAPEROA	MAILANDE SILVA LISBOA	F
BA	TAPEROA	NORIVAL VIEIRA DA SILVA	M
BA	TERRA NOVA	ANA MARIA BARROS DE DEUS	F
BA	TREMEDAL	ELIENE ROCHA SILVA PEREIRA	F
BA	UBAITABA	JOCELINA MARQUES DE BRITO	F
BA	UIBAI	JUDITE CARVALHO RODRIGUES	F
BA	UMBURANAS	VALDENI RIBEIRO SOARES	M
BA	UNA	FLAVIO ERES BRUNO DE SOUZA	M
BA	URANDI	LEIDIJANE FERNANDES BALEEIRO	F
BA	URUCUCA	JOSÉ RAIMUNDO ROCHA	M
BA	UTINGA	LUIS GASTAO SILVA FRAGA	M
BA	VALENCA	ANELICIO SOUSA DOS SANTOS	M
BA	VARZEA DA ROCA	PEDRO MENDES CARNEIRO	M
BA	VARZEDO	ANA RITA MIRANDA DA SILVA	F
BA	VARZEDO	MARCIO OLIVEIRA LEAL	M
BA	VITORIA DA CONQUISTA	EDINILSON DE JESUS	M
BA	WAGNER	IVONE OLIVEIRA DOS SANTOS	F
BA	XIQUE-XIQUE	ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS	M
CE	ABAIARA	RAIMUNDO SEBASTIAO DA SILVA	M
CE	ACARAU	JOSÉ CLEITON DE FREITAS	F
CE	ACOPIARA	FRANCISCA FELIX DA COSTA	F
CE	ALCANTARAS	MARIA LUIZA GOMES	F
CE	ALTANEIRA	ANTONIO FERREIRA DE AMORIM FILHO	M
CE	ALTO SANTO	ANAISA MORAIS DE OLIVEIRA	F
CE	ALTO SANTO	MANOEL PEREIRA DA SILVA	M
CE	AMONTADA	RAIMUNDO DE SOUSA NETO	M
CE	ANTONINA DO NORTE	VALERIA RODRIGUES BRITO SILVA	F
CE	APUIARES	FAUSTINO BARRETO SÁ	M
CE	ARACATI	FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUSA	M
CE	ARACOIABA	LUIZ FERREIRA DE ARAÚJO	M
CE	ARARENDA	MAURICIO ANDRADE DE SALES	M
CE	ARARIPE	KATIA PEREIRA DA SILVA SANTOS	F
CE	ARATUBA	JAQUELINE SIMAO PINTO	F

CE	ASSARE	ANTONIO GONCALVES DA SILVA	M
CE	AURORA	FRANCISCO ALVES DO NASCIMENTO	M
CE	AURORA	MANOEL JOSENIER FRANCA BARROS	M
CE	AURORA	MARIA CACILDA PEREIRA	F
CE	BAIXIO	FRANCISCO HILDEBERTO TRIGUEIRO	M
CE	BANABUIU	HELTON RODRIGUES NUNES	M
CE	BARBALHA	FRANCISCO SERGIO PEREIRA DA SILVA	M
CE	BARBALHA	RISONEIDE MARIA ROCHA	F
CE	BARREIRA	FRANCISCA MARIA ALVES DE SOUSA	F
CE	BARRO	JOSE ALVES DOS SANTOS	M
CE	BARROQUINHA	GENILSON MOREIRA DE BRITO	M
CE	BATURITE	JOSÉ DA SILVA SOARES	M
CE	BEBERIBE	RAIMUNDA DE SOUSA SILVA	F
CE	BELA CRUZ	RAIMUNDO NONATO DE SOUSA	M
CE	BOA VIAGEM	LUIS ALVES BATISTA	M
CE	BREJO SANTO	FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA	M
CE	BREJO SANTO	JOSE JULIO MANOEL	M
CE	CAMPOS SALES	JOSE JOAQUIM DOS SANTOS	M
CE	CANINDE	MARIA VALMARY RAMOS CRUZ	F
CE	CAPISTRANO	JOSÉ NILTON GOMES DO NASCIMENTO	M
CE	CARIRE	ANTÔNIA IVANEIDE DE ARAÚJO	F
CE	CARIRIACU	DEBORA TATIANA LOBO DE BRITO	F
CE	CARIRIACU	FRANCISCO MILITAO DE LIMA	M
CE	CARNAUBAL	ANTÔNIA VALNE CORREIA BRITO	F
CE	CATARINA	ANTONIO EDINALDO VIEIRA DE ALMEIDA	M
CE	CATUNDA	JOANA DARC DE SOUSA FERNANDES	F
CE	CAUCAIA	RAIMUNDO NONATO BARBOSA DO NASCIMENTO	M
CE	CEDRO	JOAO BRITO LIMA	M
CE	CEDRO	VALMIRA JOAQUINA DE SOUZA	F
CE	CHAVAL	FRANCISCO CHAGAS DE CARVALHO	M
CE	COREAU	ERIVAN CARMO DE ALBUQUERQUE	M
CE	CRATEUS	FRANCELINA PEREIRA MAGALHÃES RODRIGUES	F
CE	CRATO	ANTONIA DUARTE DE ALMEIDA	F
CE	CRATO	ZILCELIO ALVES FERREIRA	M
CE	CROATA	FRANCISCO FERREIRA GOMES	M
CE	CRUZ	JOSÉ JAIME DE FARIAS	M
CE	DEPUTADO IRAPUA PINHEIRO	ANTONIA REJANE MOREIRA	F
CE	ERERE	FRANCISCO BANDEIRA MAIA NETO	M
CE	ERERE	TEREZA MARIA DE JESUS NETA CHAVES	F
CE	FARIAS BRITO	JOSE BERNARDO DE ALENCAR	M

CE	FORQUILHA	ANTÔNIO RODRIGUES VASCONCELOS	M
CE	FORQUILHA	HELENIRA DE SOUSA PINHEIRO	F
CE	FRECHEIRINHA	VANUSA FERREIRA SANTANA	F
CE	GENERAL SAMPAIO	CALOS ANTÔNIO LOPES	M
CE	GRANJA	EDGAR JOSÉ DA SILVA	M
CE	GRANJEIROS	CICERA VIEIRA DA COSTA	F
CE	GROAIRAS	ROSCY FRANCISCO DE SOUZA	M
CE	GUARACIABA DO NORTE	LUIS ALBERTO DE ARAÚJO	M
CE	IBARETAMA	JOÃO VENTURA DOS SANTOS	M
CE	IBIAPINA	CLAUDIA VIRGINIA DA SILVA CORREIA	F
CE	IBIAPINA	MARIA ERIVANDA FRANÇA DE OLIVEIRA	F
CE	ICAPUI	ANTONIO MARCO DA SILVA	M
CE	ICO	ALEXSANDRO DE OLIVEIRA SILVA	M
CE	ICO	LOURIVAL TEIXEIRA DE ARAUJO	M
CE	IGUATU	JOSE OLAVO PINTO	M
CE	IGUATU	NATALIA FEITOZA LIMA	F
CE	INDEPENDENCIA	JOSE WILSON DE SOUZA GONÇALVES	M
CE	INDEPENDENCIA	MARIA SANDRA ARAÚJO ALVES	F
CE	INDEPENDENCIA	MAURO RODRIGUES AMARO ARAUJO	M
CE	IPAPORANGA	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA	M
CE	IPU	MARIA ALZENIR CAMELO	F
CE	IPUEIRAS	ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	M
CE	IRACEMA	ANTONIO GLEUDSON GURGEL CANDIDO	M
CE	IRAUCUBA	COSMA DE ARAÚJO BRAGA	F
CE	ITAPAGE	RAIMUNDO JOSIFRAN ALVES SALES	M
CE	ITAPIPOCA	JOSÉ SOARES DE SOUSA	M
CE	ITAPIPOCA	MARIO MALAQUIAS DOS SANTOS	M
CE	ITAPIPOCA	SHIRLEY JANE DA SILVA LAVOR	F
CE	ITAREMA	FRANCISCO MARTINS DO NASCIMENTO	M
CE	JAGUARIBARA	ANTONIO VALDENEZ SALDANHA	M
CE	JAGUARIBE	FRANCISCO RUBENS DE ASSIS	M
CE	JAGUARIBE	MARIA JOSE CARDOSO	F
CE	JAGUARUANA	MARIA DAS GRACAS ALMEIDA MAIA	F
CE	JARDIM	FRANCISCO JOSE ALVES	M
CE	JARDIM	IVONE FRANCISCA FERREIRA	F
CE	JATI	MARLEIDE ANTONIA DE JESUS	F
CE	JIIOCA DE JERICOACOARA	JOSÉ NUNES DE SOUSA	M
CE	JUAZEIRO DO NORTE	ALZENIR CANDIDO CARDOSO	F
CE	JUAZEIRO DO NORTE	ANTONIO DOMINGOS ALVES	M
CE	JUCAS	FERNANDO PEREIRA DA SILVA	M

CE	LIMOEIRO DO NORTE	MARIA DO SOCORRO RODRIGUES GOMES	F
CE	MARANGUAPE	MARIA LUCIA BATISTA DE MENESES	F
CE	MARCO	FRANCISCO FERNANDES CAVALCANTE	M
CE	MARTINOPOLE	ANTÔNIO SAMPAIO MARQUES	M
CE	MASSAPE	JOÃO SEVERIANO	M
CE	MASSAPE	MARIA IOLANDA DE MELO	F
CE	MASSAPE	MOISÉS BRAZ RICARDO	M
CE	MAURITI	CLARINDA MARQUES DA SILVA LINHARES	F
CE	MERUOCA	JOSÉ VIANA FILHO	M
CE	MILAGRES	WESLANIA AUXILIADORA OLIVEIRA DOS SANTOS	F
CE	MILHA	CONCEICAO SIDICI PINHEIRO	F
CE	MILHA	FRANCISCO MAIRTON BATISTA	M
CE	MIRAIMA	FRANCISCO DE ASSIS TEIXEIRA	M
CE	MISSAO VELHA	MARIA SALETE FARIAS ARAUJO	F
CE	MOCAMBO	RITA FERNANDES DE OLIVEIRA	F
CE	MOMBACA	ANTONIA MARLUCE DO NASCIMENTO	F
CE	MONSENHOR TABOSA	EXPEDITO AMBROSIO NASCIMENTO	M
CE	MORAUJO	FRANCISCO ANTÔNIO BORIZ	M
CE	MULUNGU	MARIA JACINTA BARBOSA DE FREITAS	F
CE	NOVA RUSSAS	FRANCISCO EUDES SALES DE CARVALHO	M
CE	NOVO ORIENTE	MARIA LUIZA DE MACEDO GOMES	F
CE	OCARA	RAIMUNDA INEZ SOUZA SILVA	F
CE	OROS	JOSÉ PEREIRA RODRIGUES	M
CE	OROS	PEDRO BEZERRA DO NASCIMENTO	M
CE	PACAJUS	JOSE SINVAL FILHO	M
CE	PACAJUS	VANGLEYDSON DE LIMA OLIVEIRA	M
CE	PACATUBA	TARCISIO FERRER MARIANO	M
CE	PACOTI	FRANCISCO GEVANILDO CARNEIRO	M
CE	PACUJA	JOÃO DIONES DE ABREU	M
CE	PALHANO	FRANCISCO ALVES DE MOURA	M
CE	PALHANO	MARIA FERREIRA DA SILVA	F
CE	PARACURU	MARIA JANIELLE AZEVEDO XAVIER	F
CE	PARAIPABA	MARIA CONCEIÇÃO SILVA FREITAS	F
CE	PARAMBU	ANTONIA ALVES SOUZA	F
CE	PARAMBU	FRANCISCO FERREIRA MATOS	M
CE	PARAMOTI	ANTONIA VERÔNICA RICARDO DA SILVA	F
CE	PEDRA BRANCA	GESSE RODRIGUES DE SOUZA	M
CE	PEDRA BRANCA	LUIZ CARLOS RIBEIRO DE LIMA	M
CE	PEDRA BRANCA	NEISENI DUARTE DE LIMA	M
CE	PENAFORTE	FRANCISCO FERREIRA SOBRINHO	M

CE	PENTECOSTE	ANTONIO SOARES GUIMARAES	M
CE	PENTECOSTE	MARIA JISOLDA EVANGELISTA	F
CE	PEREIRO	COSMA MARIA DA SILVA	F
CE	PIQUET CARNEIRO	HUGO CARVALHO DA SILVA	M
CE	PIRES FERREIRA	FRANCIMAR ALVES VIERIA	M
CE	PORANGA	FRANCISCO RICARDO ALMEIDA PINHO	M
CE	PORANGA	ODETE BARROS DOS SANTOS	F
CE	POTENGI	JOSÉ NILTON DE AMORIM	M
CE	POTIRETAMA	FRANCISCO LINDOMAR GUIMARAES SOUSA	M
CE	QUITERIANOPOLIS	RITA DE CÁSSIA CORDEIRO	F
CE	QUIXADA	LUCILENE LOPES DE PAULO	F
CE	QUIXELO	ADELIA ALVES RIBEIRO BEZERRA	F
CE	QUIXERAMOBIM	ANTONIO EVANDRO FELISBERTO QUIRINO	M
CE	QUIXERAMOBIM	JOSE MILITAO DE ALMEIDA NETO	M
CE	QUIXERAMOBIM	LUIS ALDECI RODRIGUES FERREIRA	M
CE	QUIXERAMOBIM	ROSANGELA ALVES SA	F
CE	QUIXERE	MARIA ALDELANIA SANTIAGO BRITO	F
CE	REDENCAO	JOSE FRANCISCO DE ALMEIDA CARNEIRO	M
CE	REDENCAO	PEDRO FERNANDES FILHO	M
CE	RERIUTABA	FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES	M
CE	RUSSAS	JOSE EUDES MACIEL	M
CE	RUSSAS	MARIA LEYCYANE GONÇALVES DA SILVA	F
CE	SABOEIRO	MARIA DORISMAR DA SILVA ALVES	F
CE	SALITRE	LUZINETE ANDRADE DOS SANTOS	F
CE	SANTA QUITERIA	ANTONIO FERREIRA DUARTE	M
CE	SAO BENEDITO	MARIA GOMES DA SILVA	F
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	FRANCISCO ARLENE FARIAS	F
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	MARIA APARECIDA DE SIQUEIRA	F
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	NADYELE DE LIMA MACIEL	F
CE	SAO LUIS DO CURU	MARIA GOMES DE MORAES MAGALHAES	F
CE	SENADOR POMPEU	MARIA DA CONCEICAO DA SILVA PERULINO	F
CE	SENADOR SA	MANUEL RICARDO ANDRADE	M
CE	SOBRAL	FRANCISCA ALBERTINA TEIXEIRA DO NASCIMENTO	F
CE	SOBRAL	LUIZA CARNEIRO GABRIEL	F
CE	SOLONOPOLE	MARIA SOARES BEZERRA NOGUEIRA	F
CE	TAMBORIL	RAIMUNDO MARTINS PEREIRA	M
CE	TARRAFAS	MANOEL MOISES DE OLIVEIRA	M
CE	TAUA	JOAO EVONILSON ALEXANDRINO DE SOUZA	M
CE	TAUA	LUCILENE BATISTA DE LIMA	F
CE	TEJUCUOCA	JOSÉ MACIEL LOPES	M

CE	TIANGUA	ANTÔNIO PINHEIRO DO NASCIMENTO	M
CE	TIANGUA	GLAUCINEIDE PEREIRA DE SOUZA	F
CE	TRAIRI	FRANCISCA MARIA TEIXEIRA	F
CE	TRAIRI	LUCAS PINTO DE SOUSA	M
CE	TURURU	ANTÔNIO VLADIMIR SOARES BARBOSA	M
CE	UMIRIM	GLAYDSON ANTÔNIO RODRIGUES MOTA	M
CE	URUBURETAMA	EDINALDA MARTINS TEIXEIRA VASCONCELOS	F
CE	URUOCA	FRANCISCO ALMADA TEIXEIRA	M
CE	VARJOTA	ANTÔNIO CÉSAR PONTES MAGALHÃES	M
CE	VARZEA ALEGRE	LAUSARO BEZERRA DE SOUZA	M
DF	AGUA FRIA DE GOIAS	NILZA HELENA DE JESUS MOREIRA	F
DF	AGUAS LINDAS	THALITA CRISTIELLE DOS SANTOS ROMAN	F
DF	ALVORADA DO NORTE	JOSE DOMICIO SILVA	M
DF	CABECEIRAS	JOSE FONSECA DE MELO	M
DF	CAMPOS BELOS	LUZIAMARIA MENDES DOS SANTOS	F
DF	CAVALCANTE	LUCIMAR RODRIGUES ARAÚJO	M
DF	CIDADE OCIDENTAL	JOANA BATISTA PEREIRA DOS SANTOS	F
DF	CIDADE OCIDENTAL	MARIO BENEDITO DE SOUZA SILVA	M
DF	COLINAS DO SUL	ELOIR DIAS DA COSTA	M
DF	CONTAG	ALBERTO ERCILIO BROCH	M
DF	CONTAG	ALESSANDRA DA COSTA LUNAS	F
DF	CONTAG	ANTONINHO ROVARIS	M
DF	CONTAG	ANTONIO LUCAS FILHO	M
DF	CONTAG	CARMEN HELENA FERREIRA FORO	F
DF	CONTAG	DAVID WYLKERSON RODRIGUES DE SOUZA	M
DF	CONTAG	JURACI MOREIRA SOUTO	M
DF	CONTAG	MANOEL JOSE DOS SANTOS	M
DF	CONTAG	MARIA ELENICE ANASTACIO	F
DF	CONTAG	PAULO DE TARSO CARALO	M
DF	CONTAG	RAIMUNDA CELESTINA DE MASCENA	F
DF	DAMIANOPOLIS	CARMELINO ROSA DE JESUS	M
DF	DISTRITO FEDERAL	CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA	F
DF	DISTRITO FEDERAL	ITAMAR GOMES VITOR	M
DF	FLORES DE GOIAS	CARLOS SILVIO DO CARMO	M
DF	FLORES DE GOIAS	CLAUDIA PEREIRA FARINHA	F
DF	FORMOSA	CLEITON ANTONIO DE ANDRADE	M
DF	FORMOSA	JOÃO BATISTA FERREIRA DE FREITAS	M
DF	FORMOSA	JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO	M
DF	IACIARA	JOAQUIM GOMES DA SILVA	M
DF	LUZIANIA	JOSE D'APARECIDA SILVA	M

DF	LUZIANIA	SILAS MARQUES	M
DF	NOVA ROMA	ASTROGILDO FERREIRA GOMES	F
DF	NOVO GAMA	JOSE AUGUSTO COELHO	M
DF	PLANALTINA DE GOIAS	AUGUSTO JUSTINIANO DE SOUSA	M
DF	POSSE	PEDRO BENEDITO DE SANTANA	M
DF	SANTO ANTONIO DO DESC	CRENILDA DA COSTA MANGABEIRA	F
DF	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GILVA MARIA DA SILVA RODRIGUES	F
DF	SIMOLANDIA	EDIMILSON RIBEIRO ARAUJO	M
ES	AFONSO CLAUDIO	CLÉSIO ANTÔNIO BRANDÃO	M
ES	AFONSO CLAUDIO	ZÉLIO ANTÔNIO ZAMBOM	M
ES	AGUIA BRANCA	IRENI LIMA ZARONY PEÇANHA	F
ES	ALFREDO CHAVES	PAULO ORLANDI	M
ES	ANCHIETA	RONILSON RODRIGUES	M
ES	ARACRUZ	TARCISO GUZZO	M
ES	BOA ESPERANCA	ERIVON SOARES DA SILVA	M
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM E RIO NOVO	SÔNIA MARIA CECON BAZONI	F
ES	CARIACICA	LETÍCIA MANTOVANELLI	F
ES	CASTELO	DENILSON LIBARDI COLODETI	M
ES	COLATINA	JEANE ALBANI TRES TREVIZANI	F
ES	COLATINA	LAUDEIR LUIZ CASSARO	M
ES	CONCEICAO DO CASTELO	LUCIANO MARETO	M
ES	DOMINGOS MARTINS	NIOBEM FRANCISCO SIMMER	M
ES	GUACUI	PRAXEDES MOREIRA VIEIRA NETO	M
ES	GUARAPARI	CLÉBIO MARQUES BRAMBATI	M
ES	IBITIRAMA	ANTÔNIO BATISTA BARRADAS	M
ES	ITARANA	ALCIDES KOPP	M
ES	IUNA E IRUPI	JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS	M
ES	JERONIMO MONTEIRO	JULIO CEZAR MENDEL	M
ES	JERONIMO MONTEIRO	MÁRCIA REGINA CÂNDIDO	F
ES	JERONIMO MONTEIRO	VALDENIR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	M
ES	LINHARES	CREUZIMAR RIBEIRO DA SILVA	M
ES	LINHARES	ROSÂNGELA SOARES DA SILVA	F
ES	LINHARES, RIO BANANAL, SOORETAMA, JAGUARE, SAO MATEUS	EDILZA SILVA ALMEIDA	F
ES	LINHARES, RIO BANANAL, SOORETAMA, JAGUARE, SAO MATEUS	FRANCISCO MAURO POLIDÓRIO	M
ES	MANTENOPOLIS	EDIANE BARBOSA	F
ES	MONTANHA	CLEUZA CALIXTO SILVA FREITAS	F
ES	NOVA VENECIA	NATALINO CASSARO	M
ES	NOVA VENECIA	PEDRO COLONNA NETO	M
ES	PANCAS E ALTO RIO NOVO	REGINALDO MUNIZ	M

ES	PINHEIROS	VALDIRENE ALVES SANTANA	F
ES	PRESIDENTE KENNEDY	SERGIO TONAN FONTANA	M
ES	SANTA LEOPOLDINA	NELSON LICHTENHELD	M
ES	SANTA LEOPOLDINA	ROBERTO CARLOS KEFFER	M
ES	SANTA MARIA DE JETIBÁ	EVELSON SANCHE MUNIZ	M
ES	SANTA TERESA	ADRIANA RUBIA RASSELE BAZON	F
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	SANDRO GRONER	M
ES	SAO MATEUS	JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA	M
ES	SERRA	MARIA JOSÉ ALVES FERREIRA	F
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	LUCIO GENIVALDO CÔCO	M
ES	VIANA	JOEL DE ABREU	M
GO	AMERICANO DO BRASIL	FABIANA DUARTE	F
GO	AMERICANO DO BRASIL	MARCOS ALAN ALVES DOS SANTOS	M
GO	ANAPOLIS	CARMO DA ABADIA	M
GO	ANAPOLIS	SAMUEL GOMIDES	M
GO	ARAGUAPAZ	JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS	M
GO	BELA VISTA DE GOIAS	REINALDO LUIZ DA SILVA	M
GO	CAIAPONIA	FRANCISCO ILMA DOS SANTOS	M
GO	CALDAS NOVAS	CIONICE BATISTA SILVEIRA	F
GO	CARMO DO RIO VERDE	NEILIANE PATRÍCIA JUSTINO RODRIGUES	F
GO	CATALAO	APARECIDA REZENDE DA SILVA	F
GO	CATALAO	CONCEIÇÃO PEREIRA DA SIVA MACHADO	F
GO	CATURAI	HILDA FERREIRA DA COSTA	F
GO	CERES	ANTÔNIO BORGES MOREIRA	M
GO	CRISTALINA	OLENIRA MARIA OGENIA COSTA	F
GO	DOVERLANDIA	SUELI PEREIRA E SILVA	F
GO	FORMOSO	SILVIANE BERNARDES SILVA	F
GO	GOIANAPOLIS	JOEL LIMA SOARES	M
GO	GOIANESIA	ANA MARIA DIAS CAETANO	F
GO	GOIAS	ELIANA GONÇALVES DE CAMPOS MARINHO	F
GO	GOIAS	LUIZ FERNANDO MATIAS PEREIRA	M
GO	INDIARA	VALDEMAR GARRIDO DE LIMA	M
GO	INHUMAS	ADERCIO ALVES FERREIRA	M
GO	ITABERAI	MARIA APARECIDA FERREIRA DE ANDRADE	F
GO	ITAPACI	TÂNIA FERNANDES DE PINA ALCÂNTARA	F
GO	ITAPIRAPUA	CHRISTIANNE MARIA DE ARAUJO	F
GO	ITUMBIARA	MARIA SALETE CASTRO DA SILVA	F
GO	JARAGUA	VANDERLEI RIBEIRO DE SOUZA	M
GO	JATAI	WILSON HERMUTH GOTTENS	M
GO	MARA ROSA	MANOEL MARTINS DA CUNHA	M

GO	MINACU	REINALDO COELHO ALMEIDA	M
GO	MORRINHOS	ELIAS D'ÂNGELO BORGES	M
GO	MORRINHOS	JOÃO LINO DA SILVA	M
GO	NAZARIO	ANTÔNIA MARCELINA DA SILVA	F
GO	NIQUELANDIA	EDIMILÇA FERREIRA FRANÇA	F
GO	NOVA CRIXAS	JOSÉ DE SOUZA FRANÇA	M
GO	NOVA VENEZA	ALÍRIO CORREA	M
GO	NOVA VENEZA	JOSEMAR DE OLIVEIRA	M
GO	ORIZONA	JOÃO BOSCO PEREIRA	M
GO	ORIZONA	TEREZINHA ROSA DE CASTRO	F
GO	PARAUNA	FRANCISCO DE JESUS	M
GO	PETROLINA DE GOIAS	DIVANIO FERREIRA MARQUES	M
GO	PIRACANJUBA	ALAIR LUIZ DOS SANTOS	M
GO	PIRENOPOLIS	JOAO BERTOLDO DE MELO	M
GO	PONTALINA	CRISTIANE MARIA DA COSTA	F
GO	PORANGATU	MARIA LÚCIA SOUZA DA CUNHA	F
GO	RUBIATABA	DIVINO JUSTINO CARVALHO	M
GO	RUBIATABA	JOSÉ MARIA DE LIMA	M
GO	SANCLERLANDIA	CASSIMIRO RAIMUNDO GARCIA	M
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	ADENIR DONIZETE DE OLIVEIRA	M
GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	MARA LENI JOSE SILVA MEDONÇA	F
GO	SILVANIA	LAYSSA POLLYANA DO CARMO	F
GO	SILVANIA	SANDRA PEREIRA FARIA DO CARMO	F
GO	TAQUARAL DE GOIAS	DIOMARIO JOAQUIM DE LEMOS	M
GO	TRINDADE	LEONEL ADÃO OLIVEIRA	M
GO	URUANA	MÁRIO RODRIGUES BRAGA	M
MA	ACAILANDIA	FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO	M
MA	ACAILANDIA	MARIA ADRIANA OLIVEIRA	F
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	GILSON SILVA DOS SANTOS	M
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	FRANCISCA DA SILVA VIEIRA	F
MA	AMAPA DO MARANHAO	JOÃO VILAR ALMEIDA	M
MA	AXIXA	CARLOS AUGUSTO COIMBRA ANDRADE	M
MA	BACABAL	ANTONIO MOREIRA LIMA	M
MA	BACABAL	INALDO NASCIMENTO DA SILVA	M
MA	BACABAL	JOSE CHATEO BRIAN COSTA REGO	M
MA	BACABEIRA	MARIA JOSE MUNIZ SOUSA	F
MA	BACURI	SILVANIRA PIMENTEL DOS SANTOS	F
MA	BALSAS	ANTONIO GONÇALVES DE VASCONCELOS	M
MA	BARAO DE GRAJAU	MARIA DE JESUS ALVES TEIXEIRA	F
MA	BARRA DO CORDA	BRAZ VIEIRA DA SILVA	M

MA	BARRA DO CORDA	MANOEL MARTINS RESENDE	M
MA	BEQUIMAO	AGUINALDO MACEDO RODRIGUES	M
MA	BURITIRANA	ANA MARIA DE OLIVEIRA FREITAS	F
MA	CAJARI	RAIMUNDO SATURNINO GOMES COSTA	M
MA	CEDRAL	RENIVALDO DO ESPÍRITO SANTO RABELO	M
MA	CENTRO DO GUILHERME	MARIA DAS DORES COSTA MESQUITA	F
MA	CURURUPU	IVANILSON REIS	M
MA	CURURUPU	JOÃO FIRMINO PINTO	M
MA	ESPERANTINOPOLIS	JOÃO DE DEUS DA ANUNCIAÇÃO	M
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	ALDECY LEITE DE CASTRO	F
MA	FORTUNA	ELIANA PEREIRA DE ALMEIDA	F
MA	FORTUNA	JOSÉ OLIVEIRA DO NASCIMENTO	M
MA	FORTUNA	RAIMUNDO MACHADO DE ARAUJO	M
MA	GODOFREDO VIANA	NAZARENO GOMES	M
MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	RAIMUNDA LIA ALMEIDA ARAÚJO SILVA	F
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	ANTONIA BARBOSA SÁ SILVA	F
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	ANTONIO ARAUJO DE ALMEIDA	M
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	CARLOS MAGNO DOS SANTOS E SANTOS	M
MA	ICATU	SANDRA MARIA DA SILVA DOS SANTOS	F
MA	IMPERATRIZ	FRANCISCA PINTO	F
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	LAURO GOMES DA SILVA	M
MA	JOAO LISBOA	COSMO RODRIGUES DE ARAÚJO	M
MA	JOAO LISBOA	VALDIRENE MACIEL SANDES	F
MA	JUNCO DO MARANHAO	JOÃO DA SILVA REIS	M
MA	LAGO DOS RODRIGUES	ANGELA MARIA DE SOUSA SILVA	F
MA	LAGO DOS RODRIGUES	FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA	M
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	RAIMUNDO NASCIMENTO SILVA	M
MA	LUIS DOMINGUES	ADIEL RAMOS MENDES	M
MA	MARANHAOZINHO	MARIA DE FATIMA DE JESUS SILVA	F
MA	MATA ROMA	MARIA FRANCISCA DO NASCIMENTO MESQUITA	F
MA	MIRANDA DO NORTE	MARIA BERTOLINA PINTO	F
MA	MIRINZAL	MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO BARBOSA	F
MA	MORROS	RAIMUNDO NONATO SOUSA GOMES	M
MA	NINA RODRIGUES	RAIMUNDO NONATO DA SILVA SANTOS	M
MA	NOVA COLINAS	SILVANA COSTA SILVA RIBEIRO	F
MA	OLHO DAGUA DAS CUNHAS	JOSÉ ROMÃO DE SOUSA	M
MA	PACO DO LUMIAR	WERVAL DINIZ DA SILVA	M
MA	PALMEIRANDIA	ANA LUIZA COSTA LOBATO	F
MA	PARAIBANO	MARIA ALVES DA SILVA SORIANO	F
MA	PASTOS BONS	ANTONIO DOS SANTOS SOUSA PAIVA	M

MA	PAULO RAMOS	CÍCERO GONÇALVES LUCENA	M
MA	PEDREIRAS	JOÃO JOSÉ DA SILVA	M
MA	PENALVA	LUIS CARLOS MOREIRA	M
MA	PERITORO	MARIA RAIMUNDA CARVALHO DE SOUSA	F
MA	PINDARE MIRIM	ANTONIO ROSA FILHO	M
MA	PINHEIRO	VALDINAR FRANÇA	M
MA	PIO XII	DAMIÃO PEREIRA DE SOUSA	M
MA	POCAO DE PEDRAS	EDIVAL BRITO DOS SANTOS	M
MA	PRESIDENTE DUTRA	MARY LUCIA COSTA DE SOUSA	F
MA	PRIMEIRA CRUZ	CLEUBEA RIBAMAR SILVA DINIZ	F
MA	RIACHAO	JOSÉ CARLOS DE ARAUJO SANTOS	M
MA	RIACHAO	RAIMUNDO NONATO RODRIGUES DOS SANTOS	M
MA	RIBAMAR FIQUENE	JOÃO VITAL DA SILVA	M
MA	ROSARIO	ISANILDE MENDONÇA	F
MA	ROSARIO	JOANA DA CRUZ SANTOS	F
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	FRANCISCO IVAI DA SILVA SANTOS	M
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	GILDELENE SILVA PEREIRA	F
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	OSVALDO DE OLIVEIRA PEREIRA	M
MA	SANTA RITA	CLOVES ALVES DE SOUSA	M
MA	SANTA RITA	IVALDO VILAÇA LIMA	M
MA	SAO JOAO BATISTA	BENEDITO FELIX COSTA	M
MA	SAO JOAO DO SOTER	ILDIMAR DE SOUSA CONSTANCIO	M
MA	SAO JOAO DOS PATOS	DOMINGOS COELHO DE SOUSA	M
MA	SAO JOAO DOS PATOS	EDSON FRANCISCO BARBOSA	M
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	ALBINO PEREIRA PASSOS	M
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	TELÊMACO BARBOSA DE CARVALHO	M
MA	SAO LUIS	SIGISNANDO RODRIGUES LIMA	M
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	MARIA DO CARMO SOUSA BEZERRA	F
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	ROBERTO VARGAS DA CONCEIÇÃO	M
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	JOAQUIM ALVES DE SOUSA	M
MA	SATUBINHA	GENIVALDO FERREIRA DE SOUSA OLIVEIRA	M
MA	SENADOR LA ROCQUE	FRANCISCA ALVES SIMPLICIO	F
MA	SITIO NOVO	MARIA FRANCISCA SILVA JARDIM	F
MA	TIMBIRAS	CLAUDENEIDE PEREIRA RIBEIRO	F
MA	TUTOIA	MARIA ONETE CABRAL DE CARVALHO	F
MA	VARGEM GRANDE	FERNANDA OLIVEIRA	F
MA	VITORINO FREIRE	JOCIRLENE SANTOS PEREIRA LIMA	F
MA	ZE DOCA	SUFIA RODRIGUES MENDONÇA	F
MG	ABRE CAMPO	JOSE MILAGRES BRAGA	M
MG	ABRE CAMPO	SILVANA FERREIRA SOUZA AQUINO	F

MG	AGUA BOA	MARIA GODINHO MEIRA	F
MG	AGUAS FORMOSAS	PERCILLIO BISPO DOS SANTOS	M
MG	AIMORES	JOSE AUGUSTO DA SILVA	M
MG	ALMENARA	AECIO JOSE DA SILVA	M
MG	ALTO RIO DOCE	PEDRO FERREIRA MILAGRES	M
MG	ALVARENGA	ANA MARIA DE OLIVEIRA	F
MG	ALVARENGA	LAUDELINA JOSE DA FONSECA	F
MG	ARACUAI	MARCIA PEREIRA DIAS	F
MG	ARACUAI	MARIA DAS GRAÇAS PINHEIRO	F
MG	ARICANDUVA	GERALDA LIMA DE SOUZA	F
MG	ARINOS	ALBERTO TEIXEIRA MUNIZ	M
MG	ARINOS	IDALICE NUNES COUTINHO	F
MG	ATALEIA	MARIA MILIGIDA RAMOS	F
MG	BALDIM	WILSON NEVES MARTINS	M
MG	BANDEIRA	JOAO ALVES DOS SANTOS	M
MG	BERILO	DOMICIO ESTEVES SALES	M
MG	BERILO	JOAO NELSON GONÇALVES	M
MG	BERTOPOLIS	ELIARDO GOMES AGUIAR	M
MG	BOCAIUVA	MARIA LUCIA PEREIRA SANTOS	F
MG	BOM JESUS DA PENHA	JUVENIL DE PAULA	M
MG	BOM JESUS DO AMPARO	ANTONIO DA CONCEIÇÃO RIBEIRO	M
MG	BOM JESUS DO GALHO	MARIA DE FATIMA PEREIRA	F
MG	BOM JESUS DO GALHO	PEDRO EDSON BATISTA	M
MG	BOM REPOUSO	MARIA CLARA BRANDAO	F
MG	BONFINOPOLIS DE MINAS	OSMAR BATISTA DA CONCEIÇÃO	M
MG	BOTELHOS	TIAGO CESAR GARDINO	M
MG	BRASILANDIA DE MINAS	GEOVANI GOMES VILELA	M
MG	BRASILANDIA DE MINAS	MARIA VAZ DA SILVA	F
MG	BRASILIA DE MINAS	LUIZ PEREIRA AGUIAR	M
MG	BRAUNAS	CLEUNICE MARIA MOREIRA TAVEIRA	F
MG	BRUMADINHO	MAURO PINTO DE SOUZA	M
MG	BUGRE	MARCOS GERALDO OLIVEIRA	M
MG	BURITIZEIRO	ORIGENES PEREIRA DE OLIVERIA	M
MG	CACHOEIRA DO PAJEU	ANELITA TEIXEIRA PINTO	F
MG	CACHOEIRA DO PAJEU	SILVANIR ALVES DOS SANTOS	F
MG	CAMPANARIO	JOSE GOMES DA SILVA	M
MG	CAMPESTRE	APARECIDA DA PENHA DO LAGO VIEIRA	F
MG	CAMPESTRE	ERCILIO FRANCO DOS REIS	M
MG	CANDEIAS	FRANCISCA JACINTA DA SILVA SOUSA	F
MG	CAPELA NOVA	KATIA HENRIQUES DOS REIS	F

MG	CAPELINHA	MARIA RITA FERNANDES DE FIGUEIREDO	F
MG	CAPITAO ANDRADE	MARGARIDA MARTINS MARCOLINA	F
MG	CAPITAO ENEAS	MARLENE FERREIRA DA SILVA	F
MG	CARAI	LUIZ GONZAGA ALVES PASSOS	M
MG	CARANGOLA	DIONATHAN ESTEVAM	M
MG	CARANGOLA	MARCO ANTONIO ESTEVAM	M
MG	CARLOS CHAGAS	MARIA APARECIDA MOREIRA RODRIGUES	F
MG	CARMO DA MATA	MARIA HELENA DA SILVA	F
MG	CARMO DO CAJURU	ANTONIO NOGUEIRA CORDEIRO	M
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	JOSE DE SOUZA MORAIS FILHO	M
MG	CENTRAL DE MINAS	JANUARIA DE SOUZA MARTINS	F
MG	CHAPADA DO NORTE	ANA MARIA APARECIDA PEREIRA	F
MG	CHAPADA DO NORTE	MARIA APARECIDA ALVES DA ROCHA	F
MG	CHAPADA DO NORTE	MARIA APARECIDA GOMES VIEIRA	F
MG	CHAPADA GAUCHA	JOSE NERES DA SILVA	M
MG	CIPOTANEA	JOSE BONIFACIO GOMES	M
MG	CIPOTANEA	WAGNO FERNANDES DA SILVA	M
MG	CLAUDIO	JOSE FIDELES NETO	M
MG	CLAUDIO	VILSON LUIZ DA SILVA	M
MG	COLUNA	ANGELITA MARTINS BRAGA	F
MG	COMERCINHO	GILMAR ORNELAS DO AMARAL	M
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	JOAO DONIZETE DE JESUS	M
MG	CONCEICAO DE IPANEMA	VALTAIR ZEFERINO RODRIGUES	M
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	AGNA RODRIGUES LIMA	F
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	JOSE RODRIGUES DE ALMEIDA	M
MG	CONGONHAS DO NORTE	CLEBER LOPES CARDOSO	M
MG	CONGONHAS DO NORTE	JOSE LIRA MORAES	M
MG	COQUEIRAL	ELIANE DA SILVA	F
MG	COQUEIRAL	EXPEDITO ANASTACIO	M
MG	CORACAO DE JESUS	CICERO NEIVA MELO CRISOSTOMO	M
MG	CORACAO DE JESUS	SIDNEY DOS REIS AMARAL	M
MG	CORDISBURGO	GENESIO ALVES DOS SANTOS	M
MG	COROACI	GERALDO NARCISO DOS SANTOS	M
MG	COROMANDEL	LESSIA BEATRIZ FERREIRA	F
MG	CORREGO NOVO	JANDIRA ANACLETA DE ASSIS SILVA	F
MG	CRISTALIA	LEIDIMAR GOMES DA COSTA	F
MG	CRISTALIA	NELITO PEREIRA DA COSTA	M
MG	CRUCILANDIA	ELIAZAR FERREIRA DA CUNHA	M
MG	CUPARAQUE	DALVA FURTADO DA SILVA	F
MG	CURRAL DE DENTRO	VALERIA ALVES PEREIRA	F

MG	DIAMANTINA	SIDNEY DA LUZ CORREIA	M
MG	DIOGO VASCONCELOS	GERALDA LEAL BENICIO	F
MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	AVAIL MENEZES CUNHA	F
MG	DIVINOPOLIS	MARLENE RODRIGUES RIBEIRO	F
MG	DOM CAVATI	JOAO CAMILO SILVA	M
MG	DURANDE	AURINEIDE RODRIGUES PEREIRA	M
MG	DURANDE	FLAVIO ANDRE PEREIRA	M
MG	ENGENHEIRO CALDAS	NORIVAL SANTANA	M
MG	EUGENOPOLIS/ANTº PRADO/PATROCINIO M	JADILSON ANTONIO DE PAULA	M
MG	EUGENOPOLIS/ANTº PRADO/PATROCINIO M	SEBASTIANA APARECIDA ROSA ZANON	F
MG	EUGENOPOLIS/ANTº PRADO/PATROCINIO M	VANDERLEY ANTONIO CHILESE	M
MG	FELISBURGO	MARCIO MARQUE DE MATOS	M
MG	FELIXLANDIA	GRACIELE ARAUJO RIBEIRO	F
MG	FELIXLANDIA	MARIA GERCIANA DA SILVA	F
MG	FERNANDES TOURINHO	AILTON BATISTA DE SOUZA	M
MG	FORMOSO	OSVALDINA FERREIRA DE SOUZA	F
MG	FRANCISCO BADARO	JOSE SEBASTIAO MARQUES	M
MG	FRANCISCO SA	MARLENE ALVES DOS SANTOS	F
MG	FRANCISOPOLIS	ADALTO AZEVEDO OLIVEIRA	M
MG	FRANCISOPOLIS	MARIA APARECIDA CAMARGOS LIMA	F
MG	FREI LAGONEGRO	RAMUNDO FERREIRA COSTA	M
MG	GOIABEIRA	DEUSOLINE VITOR PIRES	M
MG	GRAO MOGOL	LUCIO MOREIRA COSTA	M
MG	GRAO MOGOL	SANDRA ROSA MEDEIROS COSTA	F
MG	GRAO MOGOL	VANESSA NUNES FONSECA COSTA	F
MG	GUANHAES	DEOSDEDIT FERNANDES SILVA	M
MG	GUARACIABA	ANA DE JESUS SILVA	F
MG	GUARACIABA	LUZIA DE SENA BENTO	F
MG	GUIDOVAL	HEVERALDO PEREIRA COELHO	M
MG	IBIAI	LUIZ BELCHIOR DA FONSECA	M
MG	IBIAI	NEIDE NOBRE MAGALHAES	M
MG	IBIRITE	JOAQUIM SILVA DE SOUZA	M
MG	IBIRITE	MARLENE ANTONIA OLIVEIRA TEIXEIRA	F
MG	IBITIURA DE MINAS	ROSILENE DE CASSIA BATISTA	F
MG	IMBE DE MINAS	JOAO BATISTA DA CRUZ	M
MG	INDAIABIRA	VALDECI MANOEL DOS SANTOS	M
MG	INHAPIM	DANIEL MARTINS DA CRUZ	M
MG	INHAPIM	MARIA APARECIDA XAVIER DE OLIVEIRA	F
MG	IPABA	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA VIANA	F
MG	IPUIUNA	JOSÉ FERNANDO DE MORAIS	M

MG	ITABIRINHA DE MANTENA	SEBASTIÃO BENEDITO PEIXOTO	M
MG	ITAGUARA	JULIANO CESAR CEREDA DE OLIVEIRA	M
MG	ITAIPE	ADELICE COSTA SILVA	F
MG	ITAMBACURI	EVA PEREIRA DA SILVEIRA	F
MG	ITANHOMI	HELIO MACHADO DE ALMEIDA	M
MG	ITAOBIM	MARIA RICARDINA LEMES COSTA SANTOS	F
MG	ITAUNA	ALAN DE OLIVEIRA RESENDE	M
MG	ITAUNA	MARIO SOTERO BORGES	M
MG	ITINGA	MARIA DA CONCEIÇÃO LUIZ DA SILVA	F
MG	ITUETA	NERIA ROSSOW DA SILVA PIEPER	F
MG	ITUIUTABA	JOSÉ DIVINO DE MELO	M
MG	ITUIUTABA	JOSE SEVERINO LIMA	M
MG	ITUIUTABA	MARIA APARECIDA EVANGELISTA SILVA	F
MG	ITURAMA	WELITON ALVES	M
MG	JAMPRUCA	APARECIDA LEILA DOS SANTOS SOUZA	F
MG	JANAUBA	HELENICE MARIA MARQUES LIMA	F
MG	JANUARIA	IVANETE RUFINO ALVES SILVA	F
MG	JECEABA	MARTINHO FERNANDES CUNHA	M
MG	JEQUERI	EFIGENIO BASILIO DA SILVA	M
MG	JEQUERI	EVA PEREIRA MOUTINHO	F
MG	JEQUITINHONHA	RENAN FERNANDES PEREIRA	M
MG	JEQUITINHONHA	VALDETE SIQUEIRA DOS SANTOS	F
MG	JOAIMA	MARIA EDNA FERREIRA MOREIRA	F
MG	JORDANIA	ANALIA MARIA DOS SANTOS	F
MG	JORDANIA	ANILTON PINHEIRO DAMASCENO	M
MG	JORDANIA	AQUIRES JOSE DOS SANTOS	M
MG	JORDANIA	MARCOS VINICIUS DIAS NUNES	M
MG	JOSENOPOLIS	CORSINA RAMOS PEREIRA	F
MG	JOSENOPOLIS	JOSE MODESTO SILVA	M
MG	LADAINHA	AIRES PEREIRA GUIMARAES	M
MG	LADAINHA	ILDA RODRIGUES DA SILVA	F
MG	LASSANCE	ELIANE PEREIRA DA SILVA	F
MG	LASSANCE	OTELINA RODRIGUES SANTOS	F
MG	MACHACALIS	MARIA HELENA FERREIRA ROCHA	F
MG	MALACACHETA	OTAVIANO RAMALHO DE FREITAS	M
MG	MANHUACU	MARLENE PRAXEDES SE SOUZA ALVES	F
MG	MANTENA	SIDNEY NUNES SOARES	M
MG	MARTINS SOARES	APARECIDO HENRIQUE	M
MG	MEDINA	JOAO ALVES DOS SANTOS	M
MG	MENDES PIMENTEL	GERALDO MEDINA GONÇALVES	M

MG	MERCES	MARIA ETERNA DE OLIVEIRA NEPOMUCENO	F
MG	MINAS NOVAS	ROSA MARIA BARBOSA SILVA	F
MG	MIRABELA	JOSE VANDERLI MENDE PEREIRA	M
MG	MIRABELA	MARILDA APARECIDA SOARES SILVA	F
MG	MIRADOURO	DOLORES DOS SANTOS GONÇALVES	F
MG	MIRADOURO	ISAIAS CLOVIS DE FREITAS	M
MG	MONTE BELO	INES NATALINA DA COSTA	F
MG	MONTE BELO	PEDRO MARIO RIBEIRO	M
MG	MONTE CARMELO	DIVINO BATISTA RAMOS	M
MG	MONTES CLAROS	FERNANDO BONFIM DE CARVALHO	M
MG	MONTES CLAROS	GILBERTO COSTA ZUBA	M
MG	MORRO DO PILAR	JOAO RODRIGUES DE OLIVEIRA	M
MG	MURIAE	JOAO PAULO DIAS DA FONSECA	M
MG	MUZAMBINHO	ANDREIA DE FATIMA DA SILVA	F
MG	NEPOMUCENO	RICARDO SIMAO	M
MG	NOVA RESENDE	PEDRO MARTINS	M
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	VALMI BATISTA DOS SANTOS	M
MG	OLIVEIRA	JOSE BATISTA VIEIRA FILHO	M
MG	ORATORIOS	VERA LUCIA IRIAS DE CASTRO	F
MG	OURO FINO	EDNA APARECIDA LIMA PEREIRA	F
MG	OURO VERDE DE MINAS	ASSIS PAULO PEREIRA DOS SANTOS	F
MG	OURO VERDE DE MINAS	MARIA ALVES DE SOUZA	F
MG	PADRE CARVALHO	ANTENOR SANTA ROSA	M
MG	PAI PEDRO	ALMERINDO JOAO DE CARVALHO	M
MG	PALMA	GERALDO GOMES BOROTO	M
MG	PALMA	VERA LUCIA CAMARA ESTEVANIM	F
MG	PALMOPOLIS	ALCISIO ALVES DA SILVA	M
MG	PALMOPOLIS	JOANA PAULA PEREIRA E SILVA	F
MG	PARACATU	DAMIRON RODRIGUES DA SILVEIRA	M
MG	PARACATU	ELIENE APARECIDA RIBEIRO SILVA	F
MG	PATOS DE MINAS	ALICIA ALVES CARDOSO	F
MG	PATROCINIO	JOAO BATISTA FERREIRA	M
MG	PAULISTAS	TEODOMIRO DIAS DA COSTA	M
MG	PECANHA	JOSE LUIZ DA CRUZ	M
MG	PECANHA	JOSE OSVALDO DOS SANTOS	M
MG	PEDRA AZUL	LEONOR FERREIRA SALOMAO	F
MG	PEDRA BONITA	PAULO DA NATIVIDADE SILVA	M
MG	PEDRA DO ANTA	JOAO DAS GRAÇAS FARIA	M
MG	PERDIGAO	JOAQUIM FERREIRA ALVES	M
MG	PERDIGAO	MARIA GENI TELES	F

MG	PESCADOR	LAILA MARIA ALVES CRUZ	F
MG	PIEDADE DE CARATINGA	NEUZA MARIA DE SOUZA	F
MG	PIEDADE DOS GERAIS	MARIA DOS ANJOS SANTANA SILVA	F
MG	PIEDADE DOS GERAIS	ROSILENE DA CONCEICAO PIO	F
MG	PIRACEMA	LUIZ RODRIGUES FILHO	M
MG	PIRACEMA	MARLENE DO CARMO PEIXOTO	F
MG	PIRANGA	JOSE VICENTE NOEMI	M
MG	POCO FUNDO	ADILSON RAIMUNDO DIAS	M
MG	POMPEU	GERALDO ARSENIO FERREIRA DA SILVA	M
MG	PORTO FIRME	JOSE DE SOUZA NUNES	M
MG	PORTO FIRME	MARIA DO CARMO RAMOS SIQUEIRA	F
MG	POTE	RIZIA SILVA CARDOSO	F
MG	PRESIDENTE BERNARDES	ROSIMEIRE APARECIDA DOS SANTOS	F
MG	PRESIDENTE BERNARDES	TARCISIO MARCIO BARBOSA	M
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	JOSÉ DOS REIS PEREIRA	M
MG	RESENDE COSTA	JOSÉ GOUVEIA FILHO	M
MG	RIACHINHO	JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO	M
MG	RIACHO DOS MACHADOS	JOELIZA APARECIDA DE BRITO ALMEIDA	F
MG	RIO CASCA	JOSÉ EGIDIO COTTA	M
MG	RIO DO PRADO	ELZITA ELIAS ROCHA DE SOUZA	F
MG	RIO PARDO DE MINAS	ADELSON VALUAR DA SILVA	M
MG	RIO PARDO DE MINAS	ARMINDO AUGUSTO DOS SANTOS	M
MG	RIO PARDO DE MINAS	JOSÉ MARIA FERREIRA SANTOS	M
MG	RIO VERMELHO	CONSOLITA EUZEBIO PAULA SILVA	F
MG	RUBELITA	MOISES FERREIRA SOUZA	M
MG	SABINOPOLIS	FRANCISCA MOREIRA GONÇALVES	F
MG	SALINAS	MARIO FRANCISCO DOS SANTOS	M
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	IZALINO FERREIRA BARBOSA	M
MG	SANTA HELENA DE MINAS	ARACI ALVES RIBEIRO	F
MG	SANTA HELENA DE MINAS	NEUZA DE AVELAR ROCHA	F
MG	SANTA MARIA DO SUACUI	IVONE SOARES ARAUJO	F
MG	SANTA RITA DE MINAS	NELSON FERREIRA COSTA	M
MG	SANTA RITA DE MINAS	RONALDO CANDIDO DA SILVA	M
MG	SANTA VITORIA	ANTONIO GOMES CAETANO	M
MG	SANTANA DA VARGEM	MARIA APARECIDA FERREIRA	F
MG	SANTANA DA VARGEM	ROSIMEIRE IZABEL SILVA	F
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	CREONICE DE MATOS DE OLIVEIRA	F
MG	SANTANA DO PARAISO	JOSÉ GERALDO DE SOUZA	M
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	ADRIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA	M
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	MARIA DA CONCEIÇÃO BRITO DA SILVA	F

MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	SONIA MARIA GRAÇAS SANTOS	F
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	MARIA APARECIDA ALMEIDA	M
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	GERALDO LEAO	M
MG	SAO GOTARDO	JAIME SOARES DE SOUZA	M
MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	DAVI FERREIRA LOUBACH	M
MG	SAO JOAO DO ORIENTE	GÊNESIS LIMA DE ALVARENGA	M
MG	SAO JOAO DO PARAISO	ALCIDÉIA FERREIRA SANTOS	F
MG	SAO JOAO EVANGELISTA	GERALDO JORGE SANTOS	M
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	JOSE COELHO SOUTO	M
MG	SAO SEBASTIAO DO ANTA	JOSE CARLOS RODRIGUES	M
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHÃO	REINALDO CESAR SILVA	M
MG	SENADOR MODESTINO GONCALV	ARMANDO MILTON DE OLIVEIRA	M
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	ADRIANO CESAR SILVA	M
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	JOSÉ GROSSI SILVA	M
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	MARISTELA ALVES MARTINS SOUZA	M
MG	SERICITA	JORGE LUCAS GOMES	M
MG	SERRA AZUL DE MINAS	JOSÉ DOS SANTOS PIRES	M
MG	SERRA DO SALITRE	LIDIANE DORNELAS BARROSO	F
MG	SOBRALIA	CLEITON DE LIMA RAMOS	M
MG	SOBRALIA	MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS	F
MG	TABULEIRO E ARACITABA	DALVA EULALIA DE OLIVEIRA	M
MG	TAIOBEIRAS	JOSÉ RUFINO DOS SANTOS	M
MG	TEOFILO OTONI	MARIA LUCIA ALVES OLIVEIRA	F
MG	TOCANTINS	APARECIDA DE FÁTIMA BENEDITO SILVA	F
MG	TRES PONTAS	ELIAS FERNANDES DA SILVA	M
MG	TRES PONTAS	ROSANGELA TAVARES ELIAS	F
MG	TUMIRITINGA	DAMIAO DE ALMEIDA	M
MG	TUMIRITINGA	IVANI MIRANDA FARIA	F
MG	TURMALINA	JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE	M
MG	TURMALINA	VICENTE FERREIRA DOS SANTOS	M
MG	UBERABA	HELIO ALVES SAMPAIO	M
MG	UNAI	LENI ROZA JUSTINO	F
MG	URUCUIA	CLAUDIMAR CARDOSO VIEIRA	M
MG	VARZELANDIA	DONIZETE GONÇALVES DE SOUZA	M
MG	VIRGEM DA LAPA	MARIA DOS ANJOS PEREIRA DOS SANTOS	F
MG	VIRGINOPOLIS	SEBASTIAO MARQUES DE SOUZA FILHO	M
MG	VIRGOLANDIA	ISAIS SANTOS DA SILVA	M
MG	VIRGOLANDIA	JUAREZ LOPES PEREIRA	M
MS	BANDEIRANTES	CLAUDIOMAR PINTO VEDOJA DOS SANTOS	M
MS	BELA VISTA	ANDERSON DOS SANTOS FERREIRA	M

MS	BELA VISTA	EUGENIO BENITES	M
MS	BODOQUENA	GERALDO TEIXEIRA DE ALMEIDA	M
MS	BODOQUENA	VALDELICIO NUNES DE OLIVEIRA	M
MS	BONITO	SANDRA MARIA COSTA SOARES	F
MS	BRASILANDIA	JOSÉ LEITE DE NORONHA	M
MS	BRASILANDIA	MARIA APARECIDA MOREIRA	F
MS	CAMAPUA	ANTONIO DE SOUZA CAMARGO	M
MS	COSTA RICA	ANTONIO PERES VERGARA	M
MS	COXIM	EDIMAR VANELI	M
MS	ELDORADO	MARIA HELENA DOS SANTOS DOURADO	F
MS	ELDORADO	RAMIRO MOYSES NETO	M
MS	FATIMA DO SUL	TIBURCIA DA SILVA PONCIO	F
MS	ITAQUIRAI	ISAC DA SILVA COSTA	M
MS	JARAGUARI	GETULIO SILVERIO SANDIM	M
MS	JARAGUARI	TATIANE ROBERTA ULRICH SANDIM	F
MS	JARDIM	ESTANISLAU OSCAR MACIEL	M
MS	MIRANDA	ARGEMIRO PEREIRA DA SILVA	M
MS	NIOAQUE	IRENE GARCIA GOMES FERREIRA	F
MS	NOVA ANDRADINA	VALDINIR NOBRE DE OLIVEIRA	M
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	ANTONIO MACHADO DE SOUZA	M
MS	PEDRO GOMES	LEONARDO PEREIRA DA SILVA	M
MS	PEDRO GOMES	VALDIVINO MARQUES DE SOUZA	M
MS	PONTA PORA	ORELIO M GONÇALVES	M
MS	ROCHEDO	EVANGELISTA E SILVA DE SOUZA	M
MS	SANTA RITA DO PARDO	IVONETE ANTONIO DA SILVA	F
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	SEBASTIÃO FREITAS DA SILVA	M
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	VIRGINIA RODRIGUES DA SILVA	F
MS	SIDROLANDIA	ADÃO DE SOUZA CRUZ	M
MS	SIDROLANDIA	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA	F
MS	SIDROLANDIA	ROSA MARQUES DE OLIVEIRA	F
MS	SONORA	VALMIR BATISTA DE OLIVEIRA	M
MS	TERENOS	MILLA MARIA CONCEIÇÃO FREITAS DE SOUZA KOUT	F
MS	TRES LAGOAS	JOANA D'ARC MOREIRA MATOS ARAUJO	F
MT	ACORIZAL	SARA MARIA DE ARRUDA	F
MT	BARRA DO BUGRES	ELIENE ALVES DA COSTA SILVA	F
MT	BARRA DO GARCAS	ADRIANA SANTOS DA SILVA	F
MT	BARRA DO GARCAS	JOÃO VICENTE DA ROCHA	M
MT	BRASNORTE	LUZIA SOUZA SIMON	F
MT	CACERES	NEUSO ANTONIO OLIVEIRA	M
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	ANTONIO PAULO DA SILVA	M

MT	CONFRESA	VALDIVA DE OLIVEIRA E SILVA	F
MT	CUIABA	MARIA SALETE DA SILVA PENDEZA	F
MT	DIAMANTINO	CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI	M
MT	GAUCHA DO NORTE	MILTON LIEBERT	M
MT	GUARANTA DO NORTE	ROMILDO ADELINO GRESELLE	M
MT	INDIAVAI	EVA CARMEM DA SILVA	F
MT	IPIRANGA DO NORTE	ORLANDO LUIZ NICOLOTTI	M
MT	ITANHANGA	CELI MARIA SANGIOVO	F
MT	JANGADA	ANTONIO DE FATIMO FERRAZ	M
MT	JANGADA	JOEL DE CAMPOS MIALHA	M
MT	JUARA	CREUZA BARCELOS BRIZOLLA	F
MT	JUINA	MARCIO GALLAM FLOR	M
MT	JUINA	OLINDA GONÇALVES ALVES	F
MT	LUCAS DO RIO VERDE	MARIA DE FATIMA BORGES SOUZA	F
MT	MATUPA	ROSELI HERMANN	F
MT	MIRASSOL DOESTE	VALDIR JOSE RIBEIRO	M
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMEN	CELSO ERNESTO DE MORAIS	M
MT	NOVA LACERDA E CAMPOS DE JULIO	ADELINA DA COSTA SILVA	F
MT	NOVA MARINGA	SILVIA NAZARO	F
MT	NOVA MUTUM	JOAO PAULO RODRIGUES FELIX	M
MT	NOVA UBIRATA	LUZIANE DA SILVA MIRANDA	F
MT	NOVA XAVANTINA	BENEDITO BUENO FERNANDES	M
MT	PARANAITA	ADALTEANE DE SOUZA LIMA	F
MT	PARANAITA	DORENICE FLOR DA CRUZ	F
MT	PEDRA PRETA	MARIA DA GLORIA BORGES DA SILVA	F
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO	F
MT	POCONE	ROSINEIDE RODRIGUES NARDES DE CAMPOS	F
MT	PONTES E LACERDA	JOSE BARBOSA DA SILVA	M
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	RAIANE DO NASCIMENTO LUZ	F
MT	PORTO ESPERIDIAO	DAGMAR PERPETUA FARIAS	F
MT	PORTO ESPERIDIAO	NILTON JOSE DE MACEDO	M
MT	POXOREO	SIMONE SANTOS GOUVEIA	F
MT	QUERENCIA	ELEANDRO MARIANI RIBEIRO	M
MT	RIBEIRAO CASCALHEIRA	LUCINEIDE SOUZA DE CHAGAS DA SILVA	F
MT	RONDONOPOLIS	LUCIANO ROSENO DELIRIO	M
MT	RONDONOPOLIS	MOACIR DE PAULA MAFRA	M
MT	SALTO DO CEU	GRACIELA DE OLIVEIRA SOUZA	F
MT	SINOP	GASTÃO JOSE CASASUS VASCONCELOS	M
MT	SINOP	NATÁLIA NALEVAKO TSILFIDIS	F
MT	SORRISO	DEVONILDE FRANCISCA DA SILVA	F

MT	TABAPORA	JURANDIR JOAQUIM DA SILVA	F
MT	TAPURAH	ADÃO DA SILVA	M
MT	TAPURAH	AELTON ANTONIO FIGUEIREDO	M
MT	UNIAO DO SUL	ZILMA PORFIRIO	F
MT	VARZEA GRANDE	NAILDO DOS SANTOS	M
MT	VARZEA GRANDE	OSVALDO DE SOUZA LIMA	M
MT	VERA	NILCE TACONI BOLONHEZI	F
PA	ABEL FIGUEIREDO	GILDASIO BARBOSA DOS SANTOS	M
PA	ALENQUER	JAILSON DOS SANTOS MIRANDA	M
PA	ANANINDEUA	ARNALDO SOARES FURTADO	M
PA	ANANINDEUA	RODRIGO HEMÓGENES SANTOS	M
PA	AUGUSTO CORREA	JOSE ALCY PINHEIRO DOS SANTOS	M
PA	AURORA DO PARA	ANTONIA MARIA RIBEIRO	F
PA	AURORA DO PARA	FRANCISCO COSME MELO DE LIMA	M
PA	BARCARENA	JOAO DA COSTA NEVES	M
PA	BARCARENA	MARIA ANGELA BARBOSA LAMEIRA	F
PA	BELEM	PEDRO PANTOJA FERREIRA	M
PA	BELTERRA	MAURENICE MATOS PAZ	F
PA	BENEVIDES	CLAUDIA DOS PASSOS SENA	F
PA	BENEVIDES	ODINEIA CRUZ DE CARVALHO	F
PA	BENEVIDES	RAIMUNDO JUNIOR FERREIRA LIMA	M
PA	BONITO	SAMUEL DOSSANTOS MONTEIRO	M
PA	BRAGANCA	ANTONIO PEDRO DE ARAUJO SILVA	M
PA	BRAGANCA	EDNA MARIA GONÇALVES DA COSTA	F
PA	BRAGANCA	MARIA SANDERLY DOS SANTOS	F
PA	BUJARU	JOANA DARC DOS ANJOS MACEDO	F
PA	BUJARU	ROSA MARIA ALBUQUERQUE DE OLIVERIA	F
PA	CACHOEIRA DO ARARI	ALBERTO MELO DA SILVA	M
PA	CACHOEIRA DO ARARI	ANTONIO IVALDO PORTAL SEABRA	M
PA	CACHOEIRA DO ARARI	RITA DA LUZ SERRA	F
PA	CACHOEIRA DO PIRIA	JOSIMAR GONÇALVES NASCIMENTO	M
PA	CAMETA	HELENA FERREIRA DA CRUZ	F
PA	CAMETA	JOSE MARIA MARTINS DA SILVA	M
PA	CAMETA	WALDIRENE GONCALVES DA CRUZ	F
PA	CAPANEMA	MARCIA REGINA DOS REIS COSTA	F
PA	CAPANEMA	MILTON REIS	M
PA	CAPITAO POCO	ANA LUCIA PASTANA DA SILVA	F
PA	CAPITAO POCO	FRANCISCO DE ASSIS GALDINO CUNHA	M
PA	CASTANHAL	RUGINALDO PAIVA DA SILVA	M
PA	CONCORDIA DO PARA	RAIMUNDO MONTEIRO MARQUES	M

PA	CURUA	JOANA DE ARAUJO SERRA	F
PA	CURUCA	SANDRA QUADROS CORECHA	F
PA	DOM ELISEU	OSMAR NUNES PEREIRA	M
PA	ELDORADO DO CARAJAS	DIONIZIO FERNANDES GODINHO	M
PA	GARRAFAO DO NORTE	TEREZINHA GONÇALVES FRANKLIN	F
PA	IGARAPE-ACU	ALEXA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA	F
PA	IGARAPE-MIRI	JOSE ANDERSON GONÇALVES TRINDADE	M
PA	IGARAPE-MIRI	MARIA FRANCISCA DIAS RIBEIRO	F
PA	INHANGAPI	AUREA CELESTE ROCHA E SILVA	F
PA	IPIXUNA DO PARA	BENILDO JONAS SOUSA DE HOLANDA	M
PA	IPIXUNA DO PARA	JOSE RODRIGUES DE CARVALHO	M
PA	IRITUIA	ANTONIO LOPES	M
PA	IRITUIA	CARLOS AUGUSTO SANTOS SILVA	M
PA	ITAITUBA	MARIA MADALENA ANDRADE DE OLIVEIRA	F
PA	ITUPIRANGA	ELSON MACIEL DA SILVA	M
PA	ITUPIRANGA	RAIMUNDO COSTA OLIVEIRA	M
PA	JURUTI	PEDRO LIMA SILVEIRA	M
PA	MAE DO RIO	IRACILDO CORDEIRO	M
PA	MARABA	ADRIANA SILVA DE SOUZA	F
PA	MARABA	ANTONIO GOMES	M
PA	MARACANA	ANGELA MARIA COSTA MORAES	F
PA	MARAPANIM	RAIMUNDO PINTO RIBEIRO	M
PA	MOCAJUBA	BENEDITO ALEXANDRE P. BARBOSA	M
PA	MOCAJUBA	EUCI ANA DA COSTA GONÇALVES	F
PA	MOCAJUBA	JÚLIA DEUSA LEITE NUNES	F
PA	MOJU	MOISES DE SOUZA SANTOS	M
PA	MOJU	SANDRELI FERREIRA DO AMARAL	F
PA	MONTE ALEGRE	JOSE DA COSTA ALVES	M
PA	MUANA	ANTONIO DA SILVA CORREIA	M
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	ANTONIA ELIZONETE CARVALHO DA SILVA	F
PA	NOVA IPIXUNA	RONAILDE LIMA SILVA	F
PA	NOVA TIMBOTEUA	DINAR BARBOSA DO PATROCÍNIO	F
PA	NOVA TIMBOTEUA	MANOEL FERNANDES DA SILVA	M
PA	OBIDOS	CARMEM LUCIA SILVA DE OLIVEIRA	F
PA	OEIRAS DO PARA	JANARY FERREIRA AMARO	M
PA	ORIXIMINA	MARIA ROSA SILVA DE ALMEIDA	F
PA	ORIXIMINA	ROSANE MARIA COIMBRA RAMOS	F
PA	OUREM	ANTÔNIO MAURO FERREIRA DOS SANTOS	M
PA	OURILANDIA DO NORTE	ANDRELINO TRINDADE DE JESUS	M
PA	PARAGOMINAS	GUILHERME FERREIRA BRITO	M

PA	PONTA DE PEDRAS	ANA ARLETE SANTOS DA CONCEICAO	F
PA	PONTA DE PEDRAS	PEDRO PAULO SANTOS CONCEIÇÃO	M
PA	PRIMAVERA	LAURENTINO LISBOA DE LIMA	M
PA	REDENCAO	DIOGO MORAIS COSTA	M
PA	REDENCAO	JOSE GONÇALVES DE MOURA NETO	M
PA	RIO MARIA	ORLANDO CANUTO PEREIRA	M
PA	RONDON DO PARA	LEIDEJANE LIMA COSTA	F
PA	RONDON DO PARA	MARIA EVA DOS SANTOS DIAS	F
PA	SALINOPOLIS	RAIMUNDA NONATA DA SILVAALENCAR	F
PA	SANTA BARBARA	MARLENE LIRA DO NASCIMENTO	F
PA	SANTA ISABEL DO PARA	ADALBERTO FARO DO ROSARIO	M
PA	SANTA ISABEL DO PARA	MARIA PIMENTEL DOS SANTOS	F
PA	SANTA LUZIA DO PARA	DESTERRO DO SOCORRO ARAUJO LIMA	F
PA	SANTA MARIA DO PARA	LUCINALDO ALVES DA SILVA	M
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FERNANDA VIEIRA SOUSA	F
PA	SANTAREM	ADAILSO PEREIRA DA MOTA	M
PA	SANTAREM	JOSE MARIA DE SOUZA MELO	M
PA	SANTAREM	RAIMUNDO DE LIMA MESQUITA	M
PA	SANTO ANTONIO DO TAUÁ	MARIA JEANIRA PINTO PEREIRA	F
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	ROSEANE DA SILVA BORCEM	F
PA	SAO FELIX DO XINGU	CREUDENI DE JESUS DA SILVA	F
PA	SAO JOAO DA PONTA	BENEDITO FERREIRA BRAGA	M
PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	ELENI DE SOUZA SILVA	F
PA	TAILANDIA	LOURIVAL SAMPAIO LOPES	M
PA	TERRA ALTA	FRANCISCO CONCEIÇÃO DOS SANTOS SOUZA	M
PA	TERRA SANTA	EDUARDO NELSON CONCEIÇÃO COSTA	M
PA	TRACUATEUA	ANTONIO GOMES SANTANA	M
PA	TRAIRAO	MARILENE OLIVEIRA MACHADO	F
PA	TUCUMA	ANA BENICIO FERREIRA	F
PA	ULIANOPOLIS	JOSÉ DOS SANTOS REIS	M
PA	WISEU	EDINETE DO SOCORRO MONTEIRO SANTANA	F
PA	WISEU	MANOEL MOREIRA DOS SANTOS	M
PB	AROEIRAS	SOLANGE SOARES ALVES NOBREGA	F
PB	BARRA DE SANTANA	ADELMO NOBERTO DA SILVA	M
PB	BARRA DE SANTANA	PAULO MEDEIROS BARRETO	M
PB	BOQUEIRAO	GERALDO BARBOSA OLIVEIRA	M
PB	CAJAZEIRAS	JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA	M
PB	CAJAZEIRAS	RIGOBERTO SOARES DE FARIAS	M
PB	CAMPINA GRANDE	FRANCISCA GONÇALVES DE OLIVEIRA	F
PB	CAMPINA GRANDE	MARIA ADELINO DA SILVA	F

PB	CAPIM	DIOMAR ANTONIO DE BRAGA	F
PB	CAPIM	MARIA HELENA DA SILVA	F
PB	CATURITE	JOAO GOMES DE ANDRADE	M
PB	CONDE	IARA ENEAS DA SILVA	F
PB	CONDE	MARIA JOSE ENEAS DA SILVA	F
PB	COREMAS	JOSE GREGORIO NETO	M
PB	CURRAL DE CIMA	GILVAN FERREIRA DO CARMO	M
PB	ESPERANCA	JOSE ANTONIO PEREIRA	M
PB	ESPERANCA	MARIA APARECIDA SANTIAGO DOS SANTOS	F
PB	GUARABIRA	ANTONIO DE FREITAS ARAUJO	M
PB	GUARABIRA	GRACINELE CLEMENTINO DE PONTES	F
PB	GUARABIRA	PAULO JOSE DA SILVA	M
PB	ITABAIANA	MARIA ELZA DA SILVA	F
PB	ITAPOROCA	MARIA JOSE DE JESUS	F
PB	JACARAU	JOSE FERNANDES SOUSA	M
PB	JUAREZ TAVORA	JOSE GERALDO DE ARAUJO FERREIRA	M
PB	JUNCO DO SERIDO	JOSE AGNALDO DA SILVA	M
PB	JURUPIRANGA	MARIA JOSE DE ARAUJO	F
PB	JURUPIRANGA	PATRICIA PEREIRA DE ARAUJO	F
PB	LOGRADOURO	JOSILEIDE SANTANA DA COSTA	F
PB	LUCENA	EDJANE MARIA CARLOS DOS SANTOS	F
PB	MAMANGUAPE	JOSE JOAO DA SILVA	M
PB	MARI	ASSIS FIRMINO DA SILVA	M
PB	MARI	JOSÉ MARTINS DE LIMA	M
PB	MATARACA	ARMANDO JOSE DOS SANTOS	M
PB	MATINHAS	MARIA DOS ANJOS SANTOS	F
PB	NATUBA	SEVERINO PEDRO DA SILVA	M
PB	NOVA FLORESTA	ERONICE MARQUES DA SILVA	F
PB	PATOS	LIBERALINO FERREIRA DE LUCENA	M
PB	PEDRAS DE FOGO	JOSE ANTONIO DA SILVA	M
PB	PEDRO REGIS	JOSILENE LINDOLFO DA SILVA	F
PB	PICUI	JOSE DA COSTA JUNIOR	M
PB	PICUI	JOSE FAUSTO DA COSTA	M
PB	PICUI	MARIA DE LOURDES DO AMARAL COSTA	F
PB	PUXINANA	MARIA GISALVA FIUSA BENEVIDES	F
PB	RIACHAO	MARIA DAS NEVES MOURA DO NASCIMENTO	F
PB	RIO TINTO	MARIA DE FATIMA DE LIMA	F
PB	RIO TINTO	SEVERINO DO RAMOS DA CRUZ	M
PB	RIO TINTO	SIMONE LUIS DOS SANTOS	F
PB	SANTANA DOS GARROTES	JOSE SOARES FILHO	M

PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	ANTONIO PEREIRA DINIZ	M
PB	SAO JOSE DE CAIANA	FRANCISCO BARBOSA DE ARAUJO	M
PB	SAO VICENTE DO SERIDO	CLEIDE ARAUJO	F
PB	TACIMA	RAIMUNDA SOARES GOMES	F
PB	UIRAUNA	MARIA CLEIDIMAR SARMENTO DE OLIVEIRA	F
PE	ABREU E LIMA	ADOLFO SOARES DOS SANTOS	M
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	ANTONIO MARQUES DOS SANTOS	M
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	JOAO ALVES DE LIMA	M
PE	AFRANIO	IZIDORIO MAÇAL NUNES	M
PE	AGRESTINA	VERA LÚCIA MARIA DA SILVA	F
PE	AGUA PRETA	NATANAEL VICENTE FERREIRA	M
PE	AGUAS BELAS	ANDRE DE SANTANA PAIXAO	M
PE	AGUAS BELAS	DORIEL SATURNINO DE BARROS	M
PE	ALIANCA	JOSE LOURENÇO DA SILVA	M
PE	ALTINHO	JOSE PEDRO DE LIMA	M
PE	AMARAJI	LUZINETE MARIA DA SILVA	F
PE	ANGELIM	ANA ALVARES DE OLIVEIRA	F
PE	ARCOVERDE	EXPEDITO GOMES DE ALMEIDA	M
PE	BARRA DE GUABIRABA	REGINALDO MARQUES DE LIMA	M
PE	BARREIROS	AMARO FRANCISCO DA SILVA BIA	M
PE	BARREIROS	MARINALVA DA CONCEIÇÃO SILVA	F
PE	BELEM DE MARIA	LUIZ JOSE DA SILVA	M
PE	BELEM DO SAO FRANCISCO	ISABEL CRISTINA LIMA RODRIGUES	F
PE	BELO JARDIM	JOAO PORFIRIO DA SILVA	M
PE	BETANIA	IVAN JOAO DA SILVA	M
PE	BEZERROS	JOÃO MARQUES DA SILVA	M
PE	BODOCO	ANTONIA FAGNER GOMES DE SOUZA	F
PE	BODOCO	FRANCISCO ALVES DA GAMA	M
PE	BOM CONSELHO	ALOIZIO BERNARDO DA SILVA	M
PE	BOM CONSELHO	MARIA DAS DORES MELO DA SILVA	F
PE	BOM JARDIM	JOSE RODRIGUES DA SILVA	M
PE	BOM JARDIM	MARGARIDA MARIA DOS SANTOS	F
PE	BREJINHO	MARIA APARECIDA CORDEIRO DE SOUSA	F
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	ADELSON FREITAS ARAUJO	M
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	MARLENE LAURA DOS SANTOS	F
PE	BUIQUE	DALVINA MARIA DE JESUS	F
PE	BUIQUE	DASCIO DE CARVALHO GAMA	M
PE	CABO	ROSALIA MARIA DOS SANTOS	F
PE	CABROBO	MARCLEA BATISTA GONZAGA	F
PE	CAETES	JOSE FELIPE SOBRINHO	M

PE	CALCADO	JOSE EDMILSON LOPES DA SILVA	M
PE	CALUMBI	JUCILEIDE MARIA DE LIMA	F
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	JOSE ANCHIETA DE LIMA	M
PE	CAMUTANGA	VALDECIR JOSÉ DA SILVA	M
PE	CANHOTINHO	ELISA JOSE DA SILVA	F
PE	CANHOTINHO	FLAVIANEIDE PEREIRA DA SILVA	F
PE	CAPOEIRAS	JOSEMI RODRIGUES DE LIMA	M
PE	CARNAIBA	MARIA APARECIDA DA SILVA	F
PE	CARPINA	CARLOS ANTONIO GOMES DE ARAUJO	M
PE	CARUARU	ALBERTINA FERREIRA DA CONCEIÇÃO	F
PE	CARUARU	MARIA JOSE DE CARVALHO	F
PE	CASINHAS	ISRAEL CRISPIM RAMOS	M
PE	CEDRO	VITAL BARROS DA SILVA	M
PE	CHA DE ALEGRIA	MARINALVA NUNES DA SILVA	F
PE	CORRENTES	ONISVALDO FERRO SILVA	M
PE	CUMARU	CARLOS ANDRE DA SILVA GOMES	M
PE	CUPIRA	JOSEFA ALAIDE DA SILVA	F
PE	CUPIRA	JOSELMA JOSEFA DA SILVA	F
PE	CUSTODIA	ANTONIO ALVES FERNANDES	M
PE	DORMENTES	MARIA DO ROZARIO SOUSA DE FRANÇA	F
PE	DORMENTES	TEREZINHA FRANCISCA M. COELHO	F
PE	ESCALDA	CRISTIANO MANOEL DA SILVA	M
PE	ESCALDA	REJANE MARIA DA SILVA	F
PE	EXU	FRANCISCO BRIGIDO DE SOUZA	M
PE	EXU	MARCKZIE ANTONIO DO ROSARIO	M
PE	FEIRA NOVA	ELIZETE ALEXANDRE DE OLIVEIRA	F
PE	FEIRA NOVA	JOAO ANTONIO DE SANTANA	M
PE	FERREIROS	JOSE JOAQUIM DA SILVA	M
PE	FLORES	AGUSTINHO BARBOSA DOS SANTOS	M
PE	FLORESTA	BARTOLOMEU MANOEL DE SOUZA	M
PE	FLORESTA	RICARDO MANOEL DE SOUZA	M
PE	FREI MIGUELINHO	LURDIVAL SEVERINO RITO	M
PE	GOIANA	JOAO MARTINS SALUSTIANO	M
PE	GRANITO	JOSE EDISON TEIXEIRA DA SILVA	M
PE	GRANITO	MARIA DE ARAUJO PEREIRA	F
PE	GRAVATA	IVANILDO JOSÉ DE ASSIS	M
PE	GRAVATA	MARIA JOSE ARAUJO DE OLIVEIRA	F
PE	GRAVATA	ROSEMERE MARIA DA SILVA	F
PE	IATI	JOSE INALDO ARAUJO DE OLIVEIRA	M
PE	IBIMIRIM	CICERO HENRIQUE NETO	M

PE	IBIRAJUBA	JOSE JACINTO DA SILVA PRIMO	M
PE	IBIRAJUBA	MARCIA CRISTINA C. GUILHERME	F
PE	IGARASSU	MARIO MANOEL DA SILVA	M
PE	IGUARACI	CLAUDIANOR AIRTON GOIS BEZERRA	M
PE	INAJA	MARCOS LUIS FELIX DA SILVA	M
PE	INGAZEIRA	JOSEFA LUIZA FERREIRA DA SILVA	F
PE	IPOJUCA	LINDALVA MARIA DE BRITO	F
PE	IPOJUCA	WELLINGTON ALVES DE BRITO	M
PE	IPUBI	JONAS SABINO DA SILVA	M
PE	ITACURUBA	ADIMILSON NUNES DE SOUZA	M
PE	ITACURUBA	WELDON JOSE ALVES	M
PE	ITAIBA	SANDRO COSMO DE LIMA	M
PE	ITAMBE	GENEZIO JOSE DA SILVA	M
PE	ITAPETIM	JONATHAS JANUARIO DA ROCHA	M
PE	ITAPETIM	MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA	F
PE	ITAQUITINGA	ROBERTO SALVIANO FERREIRA DA SILVA	M
PE	JAQUEIRA	MANOEL MESSIAS DA SILVA	M
PE	JATAUBA	MARIA APARECIDA DO O. SILVA	F
PE	JATOBA	ERALDO JOSÉ DE SOUZA	M
PE	JOAO ALFREDO	JOSE SILVINO DA SILVA	M
PE	JOAQUIM NABUCO	EDVALDO CLARINDO DA SILVA	M
PE	JUCATI	MOISES CORDEIRO VILELA	M
PE	JUPI	JAEISON JOSÉ DOS SANTOS	M
PE	JUPI	JOSE MARIA DA SILVA	M
PE	JUREMA	JOAO BOSCO PEREIRA	M
PE	LAGOA DE ITAENGA	JOSE HELENO DA SILVA	M
PE	LAGOA DO CARRO	PEDRO SEBASTIAO	M
PE	LAGOA DO CARRO	ROSILDA MACHADO BORGES	F
PE	LAGOA DO OURO	JOAQUIM RODRIGUES DA COSTA	M
PE	LAGOA GRANDE	JOSE ESTEVO BARBOSA	M
PE	LAJEDO	ERIBERTO JASON DOS SANTOS	M
PE	LIMOEIRO	MANOEL AUGUSTO GOMES NETO	M
PE	MACHADOS	DIVA BEZERRA MOURA	F
PE	MACHADOS	JOSE MANOEL DE FARIAS	M
PE	MARAIAL	GILVANETE MARIA DA SILVA	F
PE	MOREILANDIA	CICERA MARIA DE SOUZA CAMPOS	F
PE	OROBO	MARIA JULIA DA SILVA	F
PE	OROCO	CICERO DE OLIVEIRA SANTOS	M
PE	OROCO	JOANA DARQUE CAMPOS MATIAS	F
PE	OURICURI	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA	M

PE	OURICURI	MARIA ELENILZA DE LIMA HOLANDA	F
PE	PALMARES	GIVANILDO MARQUES DOS SANTOS	M
PE	PALMEIRINA	JOAO LOURENÇO DA LIMA SOBRINHO	M
PE	PANELAS	MARIA QUITERIA DE LIMA	F
PE	PANELAS	RUBEN DE LIMA BARBOSA	M
PE	PARANATAMA	FRANCISCO ABILIO DOS SANTOS	M
PE	PASSIRA	JOAO CLEMENTE DA SILVA	M
PE	PAUDALHO	DANIEL TEOFILU DE OLIVEIRA	M
PE	PAUDALHO	MARIZA MARIA DA SILVA SANTOS	F
PE	PEDRA	ANTONIO MONTEIRO DE SIQUEIRA	M
PE	PESQUEIRA	FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES MACIEL	M
PE	PETROLANDIA E JATOBA	VICENTE DA COSTA COELHO	M
PE	PETROLINA	FRANCISCO PASCOAL CIPRIANO DA SILVA	M
PE	PETROLINA	JOSE DA SILVA NETO	M
PE	POMBOS	JOAO FRANCISCO DA SILVA FILHO	M
PE	PRIMAVERA	MARIA SEVERINA DE FRANÇA	F
PE	QUIPAPA	MARIA HELENA DA SILVA	F
PE	QUIXABA	MIGUEL PEREIRA HONORATO	M
PE	RIACHO DAS ALMAS	JOSE JOAQUIM DOS SANTOS	M
PE	RIACHO DAS ALMAS	MARIA DE LOURDES DA SILVA	F
PE	RIBEIRAO	JOSE MILTON DA SILVA	M
PE	RIBEIRAO	MANOEL JERONIMO NETO	M
PE	RIO FORMOSO	EDILEUSA MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA	F
PE	RIO FORMOSO	MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO	M
PE	SAIRE	JOSE NUNES DE ARAUJO	M
PE	SALGUEIRO	FRANCISCA IVANEIDE DE SOUZA FERNANDES	F
PE	SALGUEIRO	MARIA VERA DOS SANTOS	F
PE	SALOA	MARIA LUCLECIA DE ARAUJO FERREIRA	F
PE	SANTA CRUZ	FRANCISCO OLIMPIO DA SILVA	M
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	CLAUDECI DE ARAUJO PEREIRA	F
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA DE SOUZA	F
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	ABNER CLIMERIO DA SILVA	M
PE	SANTA FILOMENA	ALCILENE ALVES DA SILVA RODRIGUES	F
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	MARIA GIVANEIDE PEREIRA DOS SANTOS	F
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	JOSE ANASTACIO DA SILVA	M
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	MARIA JOSICLAUDIA DOS SANTOS	F
PE	SANTA TEREZINHA	ADILMA FERREIRA LEITE	F
PE	SANTA TEREZINHA	DARCY DAMIAO DOS SANTOS	M
PE	SAO BENEDITO DO SUL	JOSE LUIZ GONZAGA DA SILVA	M
PE	SAO BENTO DO UNA	MARIA APARECIDA DE MELO	F

PE	SAO BENTO DO UNA	MARIA JOSE LEMOS DE MELO	F
PE	SAO CAETANO	QUITERIA MARIA DE OLIVEIRA	F
PE	SAO JOAO	MARIA APARECIDA DA SILVA AMORIM	F
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	PAULO FRANCISCO MONTEIRO FILHO	M
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	JOAO DAVI DA SILVA	M
PE	SAO JOSE DO EGITO	MARIA DE LOURDES RAFAEL FERREIRA	F
PE	SAO LOURENCO DA MATA	PAULO ROBERTO RODRIGUES SANTOS	M
PE	SAO LOURENCO DA MATA	SEVERINO PEDRO DA SILVA FILHO	M
PE	SERRA TALHADA	CICERA NUNES DA CRUZ	F
PE	SERRA TALHADA	HAMILTON LOPES DE LIMA	M
PE	SERRITA	VALDERIZA BARROS	F
PE	SERTANIA	MARILENE BARBOSA DE LIMA	F
PE	SIRINHAEM	JOSE AMARO DA COSTA	M
PE	SOLIDAO	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	F
PE	SURUBIM	IVETE RAMOS DA SILVA PEREIRA	F
PE	SURUBIM	JOSEFA ROSILENE FREIRES	F
PE	TABIRA	ARISTIDES VERAS DOS SANTOS	M
PE	TABIRA	JOSE CARLOS VERAS DOS SANTOS	M
PE	TACAIMBO	ANTONIA DOS SANTOS NASCIMENTO	F
PE	TACARATU	MARTINHA MARIA DE QUEIROZ SANTOS	F
PE	TAMANDARE	REGINALDO DA SILVA	M
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	MARIA JOELMA DA SILVA VITORINO	F
PE	TEREZINHA	GIVALDO FERREIRA LEITE	M
PE	TORITAMA	GERCINO DAMIAO CLAUDINO	M
PE	TRINDADE	FRANCISCO MARTINS DA SILVA	M
PE	TRIUNFO	CLEA LUCAS RIBEIRO	F
PE	TUPANATINGA	QUITERIA MARIANO DO NASCIMENTO	F
PE	TUPARETAMA	MARIA ELIANE DOS SANTOS SILVA	F
PE	VENTUROSA	LUCIENE FELIX C. LIBORIO	F
PE	VERTENTES	MARIA SUELY DE OLIVEIRA	F
PE	VICENCIA	MARCIA MARIA DO NASCIMENTO	F
PE	VICENCIA	MARIA JOSE FERREIRA DE FARIAS SANTANA	F
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	ROSENICE JOSEFA DO ESPIRITO SANTO	F
PE	XEXEU	AMARO LUCIO SILVA FILHO	M
PI	ACAUA	PEDRO CRISTINO PAIXÃO	M
PI	AGRICOLANDIA	MARIA DO SOCORRO PRECIANO DE CARVALHO	F
PI	AGRICOLANDIA	MARIA TERESA LOPES DE SOUS ALVES	F
PI	AGUA BRANCA	MANOEL EDUARDO DE SOUSA	M
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	HELI DE MORAIS BRITO	M
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	MARIA VIRLÂNDIA DE SOUZA	F

PI	ALTOS	ADONIAS HIGINO DE SOUSA	M
PI	ALTOS	ANTONIA FERREIRA DE SOUSA	F
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	MARIA SORTENES DEODATO DOS SANTOS	F
PI	ANGICAL DO PIAUI	FRANCISCA PEREIRA DE ALENCAR BARROS	F
PI	ANISIO DE ABREU	JOSE LEONICIO DOS SANTOS	M
PI	AROAZES	ANTONIO ALVES DE SOUSA	M
PI	AROEIRA DO ITAIM	ZENIO NEVES HOLANDA	M
PI	ARRAIAL	PEDRO ALCÂNTARA MARINHO NETO	M
PI	AVELINO LOPES	DEVILSON PROSPERO DUARTE	M
PI	BARRAS	JOAQUIM CARDOSO	M
PI	BARRAS	JOSÉ CARLOS DA SILVA	M
PI	BARRAS	MARIA FRANCISCA OLIVEIRA	F
PI	BARREIRAS DO PIAUI	ENEIDE ALVES LIMA	F
PI	BARRO DURO	ANTONIO ROGERIO ABREU VILELA	M
PI	BATALHA	MISCELENE MARIA GOMES CRUZ	F
PI	BATALHA	PAULO SERGIO DE ARAÚJO	M
PI	BELA VISTA DO PIAUI	FRANCISCO ANTONIO BARBOSA	M
PI	BOA HORA	MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DE ARAÚJO	F
PI	BOM JESUS	MARIA RITA PRUDENCIO PEREIRA	F
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DE OLIVEIRA	M
PI	BONFIM DO PIAUI	JURANDIR RIBEIRO ANTUNES	M
PI	BRASILEIRA	MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	M
PI	BURITI DOS LOPES	ELIAS SOUZA DE CARVALHO	M
PI	CABECEIRAS DO PIAUI	VICENTE PEREIRA DO NASCIMENTO	M
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	JORGE LUIZ DE SOUSA FERREIRA	M
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	FRANCISCO DAS CHAGAS CARNEIRO DA SILVA	M
PI	CAMPINAS DO PIAUI	CLEINILDA PEREIRA DA SILVA	F
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	VITAL CIRILO DE FRANÇA	M
PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	JOSÉLIO ALVES PEREIRA	M
PI	CAMPO MAIOR	ANTONIO JOSÉ DA ROCHA OLIVEIRA	M
PI	CAMPO MAIOR	GENILSON VISGUEIRA OLIVEIRA	M
PI	CANTO DO BURITI	JOSÉ FRANCISCO PINHEIRO DA LUZ	M
PI	CAPITAO DE CAMPOS	SEVERINO AMANCIO DE ASSUNÇÃO	M
PI	CARACOL	MARISTELA RIBEIRO DA SILVA OLIVEIRA	F
PI	COCAL	VALDINAR SOUSA DA SILVA	M
PI	COCAL DA TELHA	ISAIAS GOMES DE SOUSA	M
PI	COIVARAS	MARIA ELIZABETE DA SILVA	F
PI	COLONIA DO GURGUEIA	JOAQUIM NOGUEIRA REIS	M
PI	COLONIA DO PIAUI	MANOEL MESSIAS DA SILVA MENDES	M
PI	CORONEL JOSE DIAS	GERSON DIAS DOS SANTOS	M

PI	CORRENTE	ILTON VIEIRA MARQUES	M
PI	CRISTINO CASTRO	ADÃO FERREIRA DA SILVA	M
PI	CRISTINO CASTRO	MARIA EUNICE SOARES CAMPOS	F
PI	CURIMATA	LAÍDES ALVES DE SOUSA	F
PI	CURIMATA	MANOEL SIMÃO REINALDO GOMES	F
PI	CURIMATA	MARIA JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA	F
PI	CURRALINHOS	MARIA DE JESUS ABREU SILVA	F
PI	DEMERVAL LOBAO	ANTONIA MARIA DOS REIS	F
PI	DIRCEU ARCOVERDE	FRANCISCO CARLOS DA MOTA	M
PI	DOM INOCENCIO	GIZELDA MARQUES PEREIRA	F
PI	DOMINGOS MOURAO	RAIMUNDO NONATO LIMA	M
PI	ELESBAO VELOSO	EDNALVA PEREIRA DA SILVA	F
PI	ELISEU MARTINS	MARIA EDILEUZA ALVES DA COSTA	F
PI	ELISEU MARTINS	ROSALINA RODRIGUES DA SILVA	F
PI	ESPERANTINA	INÊS SILVA MONÇÃO ALVES	F
PI	FARTURA DO PIAUI	JOSÉ LEOPOLDINO DE ASSIS	M
PI	FLORESTA DO PIAUI	CLEONICE FERREIRA DE LIMA	F
PI	FLORIANO	JOSÉ DA GUIA VIANA ROSENO	M
PI	FRANCISCO AYRES	CONCEIÇÃO ALVES DE CARVALHO	F
PI	FRANCISCO MACEDO	JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO	M
PI	FRONTEIRAS	RAIMUNDO VIRGILIO DE SOUSA	M
PI	GILBUES	JANAINA MARTINS PINHÃO	F
PI	GUADALUPE	VITO ALVES DA SILVA	M
PI	INHUMA	JOSÉ RAIMUNDO DE CARVALHO	M
PI	IPIRANGA DO PIAUI	MARIA DE FATIMA SILVA	F
PI	ISAIAS COELHO	RAIMUNDO JOSE DA SILVA	M
PI	JACOBINAS DO PIAUI	ELTON OSVALDO DE SOUSA	M
PI	JAICOS	HELENA DONILIA DE SOUSA	F
PI	JARDIM DO MULATO	ANTONIO CARNEIRO DE SANTANA	M
PI	JATOBA DO PIAUI	ANTONIO RAIMUNDO DE OLIVEIRA	M
PI	JERUMENHA	ABDIAS JOSE DE SOUSA	M
PI	JOAO COSTA	NÁLIA DE ASSIS MAGALHÃES	F
PI	JOCA MARQUES	RAIMUNDO NONATO DE SOUSA	M
PI	JOSE DE FREITAS	JOSÉ DOMINGOS PEREIRA	M
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	JOSÉ FRANCISCO MARQUES DE OLIVEIRA	M
PI	LAGOA ALEGRE	MANOEL BARBOSA DE OLIVEIRA	M
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	ROSA MARIA DA SILVA PEREIRA	F
PI	LANDRI SALES	JOSIAS SOARES DE BRITO	M
PI	LUIS CORREIA	ANTONIA EDILEUZA MENEZES DOS SANTOS	F
PI	LUIS CORREIA	ANTONIO FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO	M

PI	LUZILANDIA	SUZANA SOUSA LIMA	F
PI	MADEIRO	OSCAR LOPES CARDOSO	M
PI	MADEIRO	PEDRO RODRIGUES DE SOUSA	M
PI	MANOEL EMIDIO	ANTONIO NETO FERNANDES DE SOUSA	M
PI	MARCOLANDIA	MARIA DE FÁTIMA SILVA	F
PI	MARCOS PARENTE	LUCILENE SOUSA DA SILVA	F
PI	MARCOS PARENTE	PETRONIO VIEIRA DE SOUZA	M
PI	MASSAPE DO PIAUI	EDILBERTO MANOEL DE OLIVEIRA	M
PI	MILTON BRANDAO	ANTONIO JOSÉ GONÇALVES	M
PI	MONSENHOR GIL	ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS MOURA	F
PI	MONSENHOR GIL	JOÃO DA CRUZ PESSOA DA SILVA	M
PI	MONSENHOR HIPOLITO	CONCEIÇÃO CLESIA DE SOUSA	F
PI	MONSENHOR HIPOLITO	JOANA D ARC DOS ANJOS SOUSA	F
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	IVAN GABINO RIBEIRO	M
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	MANOEL DE SOUSA MATOS	M
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	ELY VIANA DE SENA	M
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	ANTONIO PEREIRA DA SILVA	M
PI	NAZARE DO PIAUI	ERICA BARROS DA SILVA	F
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	JOSÉ SALMO AMORIM DE CARVALHO	M
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	MANOEL DE JESUS SILVA	M
PI	NOVA SANTA RITA	MANOEL PEREIRA LIMA	M
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	IRISMAR DE MOURA CARVALHO LEAL	F
PI	OEIRAS	ANFRISIO DE MOURA NETO	M
PI	OEIRAS	FRANCISCA MARIA MOURA	F
PI	OLHO DAGUA DO PIAUI	RAIMUNDO TOMAZ DA SILVA	M
PI	PADRE MARCOS	CARMINVÂNDIA HORTÊNCIA DA SILVA	F
PI	PALMEIRA DO PIAUI	ALCINEIDE ARAÚJO DIAS	F
PI	PALMEIRAIS	JOSÉ LOPES DE SOUSA	M
PI	PAQUETA	ANTONIA LUISA DA CONCEIÇÃO	F
PI	PARNAGUA	FLORENITA PEREIRA DE SOUSA SANTOS	F
PI	PARNAIBA	FRANCISCO CARLOS SANTOS ARAÚJO	M
PI	PAU DARCO DO PIAUI	VILMA FERREIRA DOS SANTOS	F
PI	PAULISTANA	FRANCISCA GILBERTA DE CARVALHO	F
PI	PEDRO II	CICERO VIANA DE OLIVEIRA	M
PI	PEDRO II	MANOEL MARTINS BRAGA	M
PI	PEDRO LAURENTINO	EDSON JOÃO DOS SANTOS	M
PI	PICOS	ANTONIO HENRIQUE RIBEIRO	M
PI	PICOS	JOSÉ EVANDRO DE ARAÚJO LUZ	M
PI	PICOS	PAULO MANOEL DE CARVALHO	M
PI	PIRIPIRI	ANTONIO SOARES	M

PI	PRATA DO PIAUI	MARIANA FEITOSA LIMA	F
PI	QUEIMADA NOVA	MARCELINO RAIMUNDO GOMES	M
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	JOÃO DUARTE FILHO	M
PI	REGENERACAO	TERESINHA DE JESUS SANTANA DE SOUSA	F
PI	RIACHO FRIO	OLEDITE MARQUES DE CARVALHO	F
PI	RIBEIRA DO PIAUI	RAIMUNDO DA COSTA SILVA	M
PI	RIBEIRO GONCALVES	JURANDIR PAES LANDIM RODRIGUES	M
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	FRANCISCO TEIXEIRA SOBRINHO	M
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	MARIA JOSÉ DA ROCHA	F
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	LUIS SOARES DE FRANÇA	M
PI	SANTA FILOMENA	MARIA DE JESUS PEREIRA DE ARAUJO	F
PI	SANTA ROSA	IVONEIDE PEREIRA DOS SANTOS	F
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	MARILZA DO NASCIMENTO SOUSA	F
PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	CECILIA RAIMUNDA DOS REIS	F
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	MARIA JOSE DE SOUSA MARTINS	F
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	MARIA DE JESUS ALVES CUSTODIO	F
PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	ROBERTO DE SOUSA LEAL	M
PI	SAO JOAO DO PIAUI	MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO	F
PI	SAO JOSE DO PEIXE	GENE ROSA DE CARVALHO FERREIRA	F
PI	SAO JOSE DO PIAUI	IHOLANDA CARLOS DE BARROS	F
PI	SAO JULIAO	FRANCISCO DE ASSIS BRITO	M
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	JOSIMAR DOS SANTOS	M
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	OSVALDINA LEAL DE SOUSA E SILVA	F
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	JOSE RIBEIRO DOS SANTOS	M
PI	SIGEFREDO PACHECO	FRANCISCO BEZERRA LIMA	M
PI	SIMPLICIO MENDES	LOURIVAL RAIMUNDO ALVES	M
PI	TANQUE DO PIAUI	FRANCISCA LUSTOSA	F
PI	TERESINA	MARIA DE AGUIAR CARVALHO	F
PI	TERESINA	MARIA DOS REMÉDIOS DA CONCEIÇÃO SILVA	F
PI	UNIAO	ANTONIA RODRIGUES DA SILVA	F
PI	UNIAO	LUIZ GONZAGA DA COSTA ROCHA	M
PI	VALENCA DO PIAUI	DEVALDO DA SILVA NUNES	M
PI	VARZEA BRANCA	TERESINHA PAES DE MACEDO	F
PI	VERA MENDES	DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA	M
PI	VILA NOVA DO PIAUI	SANDRA MARIA LEAL DE LIMA	F
PR	AGUDOS DO SUL	MARCELO KOBUS	M
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	SANDRA APARECIDA GONÇALVES	F
PR	ALTAMIRA DO PARANA	ROSINEIA APARECIDA DE MORAIS RODRIGUES	F
PR	ALTO PARANA	MARIA LINA RIBEIRO	F
PR	ALTO PARANA	MAURA PEREIRA SANTANA	F

PR	ALTO PIQUIRI	MANOEL PATRICIO DA SILVA	M
PR	ALTONIA	ELIAS BATISTA DE ANDRADE	M
PR	ALTONIA	INÊS PALADINO DO VALE	F
PR	AMAPORA	ADILSON BONI DE SOUZA	M
PR	ARAPONGAS	SANDRA GONÇALVES MOREIRA SOARES	F
PR	ARARUNA	ANTONIO CAMILO RAMALHO SOBRINHO	M
PR	ARAUCARIA	ESTEFANA RUVINKI MIKA	F
PR	ARAUCARIA	PEDRO ALOISE WOJCIK	M
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	ROBERTO CARLOS SEGALLA	M
PR	ASTORGA	ADEMIR MUELLER	M
PR	ASTORGA	CLAUDINEI DE CARLI	M
PR	ASTORGA	FLAVIO RODRIGUES	M
PR	BARBOSA FERRAZ	PAULO CESAR BAIA	M
PR	BELA VISTA DO PARAISO	ARNALDO NASCIMENTO DE JESUS	M
PR	BORRAZOPOLIS	SEBASTIÃO RODRIGUES GOMES	M
PR	BRASILANDIA DO SUL	OTÁVIO JOSÉ DE MENEZES	M
PR	CAFEZAL DO SUL	NELSON FAUSTINO NETO	M
PR	CAMPINA DA LAGOA	ADEMIR BRAVO	M
PR	CAMPO BONITO	RAFAEL COSMO DA SILVA	F
PR	CANDOI	MARGARETE MOREIRA DA SILVA	F
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	MARCOS JUNIOR BRAMBILLA	M
PR	CARLOPOLIS	EDVARD JOSE DE OLIVEIRA	M
PR	CATANDUVAS	VALDENI ANTUNES RIBEIRO	M
PR	CIANORTE	ALEX GAVIOLI	M
PR	CIANORTE	PATRICIA AKEMI KANEKO	F
PR	CIDADE GAUCHA	NEUZELI DA SILVA ALMEIDA	F
PR	CIDADE GAUCHA	SOCORRO CANUTO DA SILVA	F
PR	COLORADO	APARECIDO CALEGARI	M
PR	COLORADO	MARIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	F
PR	CONTENDA	CLEONICE LEAL VASCAVSKI	F
PR	CORBELIA	MICHEL JOSÉ BOENKE	M
PR	CRUZ MACHADO	MARIO KSENIUK	M
PR	CRUZEIRO DO SUL	VALDECIR RAIMUNDO	M
PR	FAXINAL	RODRIGO HENRIQUE DECHAN	M
PR	FRANCISCO ALVES	ILZA TEREZINHA MAAS	F
PR	GODOY MOREIRA	CELSO DE OLIVEIRA	M
PR	GUAPIRAMA	PEDRA VENINA DO NASCIMENTO SILVA	F
PR	GUARACI	CLEUSON RAMOS DA SILVA	M
PR	GUARAPUAVA	ROGERIO WOLF	M
PR	GUARAQUECABA	GERCE CUNHA	F

PR	IBAITI	CELIO PEDRO PEGORARO	M
PR	IBAITI	GEZIO CLAUDINO RIBEIRO	M
PR	IGUARACU	JOSE MARIA DA SILVA	M
PR	INDIANOPOLIS	GISELIA MARIA DOS SANTOS CUSTODIO	F
PR	INDIANOPOLIS	MERCEDES PANASSOL DEMORE	F
PR	IPIRANGA	JOSÉ AMAURI DENK	M
PR	IPIRANGA	LUIZ FERNANDO DENCK	M
PR	IPORA	NAIR GONÇALVES DE FARIAS	F
PR	IRATI	ACIR BURAKI	M
PR	IRETAMA	ZOILDO LUIZ DE SOUZA	M
PR	ITAMBE	IZOLINA DE FATIMA MESSIAS	F
PR	IVAIPORA	JAIR APARECIDO DE OLIVEIRA	M
PR	IVAIPORA	ROSELEI DE CRISTO CAMARGO PINHOLI	F
PR	IVATE	JOAREZ XAVIR CORREA	M
PR	JAGUAPITA	JOSE MARCELINO TEIXEIRA FILHO	M
PR	JAGUAPITA	VALDEIR GOMES CAMARGO	M
PR	JAPURA	FRANCISCO FABRI	M
PR	JARDIM ALEGRE	MÁRIO PLEFK	M
PR	JARDIM ALEGRE	ROSENEI DA SILVA SANTOS	F
PR	JUSSARA	ABNER DE FREITAS MATOSO	M
PR	KALORE	SONIA APARECIDA DIAS RODRIGUES	F
PR	LAPA	SOELI TEREZINHA PIOVEZAN VIDAL	F
PR	LOBATO	ISMAEL PALODETI	M
PR	LONDRINA	ANITA PEREIRA SERET	F
PR	LUPIONOPOLIS	ALEXANDRE TAFIO NUNES	M
PR	MANDAGUACU	MARILENE TASSI SELINI	F
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	ALCINO BIESDORF	M
PR	MARIA HELENA	CLEUZA APARECIDA JUSTINA	F
PR	MARILENA	FRANCISCO MARTINS DO NASCIMENTO	M
PR	MARILUZ	HELIO FERREIRA	M
PR	MARIOPOLIS	MARCI MADALENA MICKALISKI	F
PR	MATELANDIA	LUCIANO LUIZ GUSMÃO	M
PR	MATO RICO	ANTONIO ALVES VASCONCELOS	M
PR	MEDIANEIRA	ARISTEU ELIAS RIBEIRO	M
PR	MEDIANEIRA	CARMELINDA MARIA SIMIONATO	F
PR	MISSAL	ADELAR CORREA	M
PR	MOREIRA SALLES	REGINA LESCIO BARBATO	F
PR	MUNHOZ DE MELLO	ELIANE VITORINA DOS SANTOS	F
PR	MUNHOZ DE MELLO	OZATIR RIBEIRO SOARES	M
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	ADELSON FARIAS LUZ	M

PR	NOVA CANTU	ELISANDRA DE MORAIS CAVALHEIRO	F
PR	NOVA CANTU	VALTER VALERIO	M
PR	NOVA ESPERANCA	MARIA DE FATIMA VIEIRA ZANINELLO	F
PR	NOVA LONDRINA/EXT. ITAUNA DO SUL	GERCINDO DA ROCHA	M
PR	NOVA OLIMPIA	EDITE DOS SANTOS TENÓRIO	F
PR	ORTIGUEIRA	ZENILTO PEREIRA ORTIZ	M
PR	PARAISO DO NORTE	APARECIDO LEVA	M
PR	PARANACITY	ILTON IRINEU DA SILVA	M
PR	PARANACITY	VALDIVAN JOSE PEREIRA	M
PR	PARANAVAI	NELSON TRAVAIN	M
PR	PATO BRANCO	ITAMAR ANTONIO MARCANTE	M
PR	PAULA FREITAS	AUREA CELI BAGNHUK	F
PR	PEABIRU	CIRO GOMES BARROSO	M
PR	PEABIRU	SERGIO MALAQUIAS DE SOUZA	M
PR	PINHAO	EDIMARA APARECIDA DE LIMA	F
PR	PRUDENTOPOLIS	EVA ANTUNES	F
PR	PRUDENTOPOLIS	IRIA TURRA	F
PR	PRUDENTOPOLIS	MARIA SZIDLOVSKI	F
PR	QUERENCIA DO NORTE	EUFRAZIO SOARES DE SOUZA	M
PR	QUERENCIA DO NORTE	LAURA LIBERINA DE MESQUITA	F
PR	RESERVA	DOMINGOS BERGAMASCO NETO	M
PR	RESERVA	LUIS AUGUSTO PEDROSO DE OLIVEIRA	M
PR	RIBEIRAO DO PINHAL	GABRIELA BEZERRA	F
PR	RIO BRANCO DO SUL	FRANCISCO SOEK	M
PR	RONCADOR	ANDREIA GRECZYSCZYIN	F
PR	RONCADOR	JULIO GRECZYSCZYIN	M
PR	RONDON	CLAUDEMIR DOMINGOS LANSA	M
PR	SANTA CRUZ DO MONTE CASTE	CARMEM DE JESUS GALHO	F
PR	SANTA FE	JOSE ARLINDO PEDRAZANI	M
PR	SANTA HELENA	EMILIO DA COSTA	M
PR	SANTA ISABEL DO IVAI	DOMINGAS SENHORA DE CAMARGO	F
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	EVERTON KOWALSKI	M
PR	SAO JOAO	SUZANA BEZERRA DOS SANTOS	F
PR	SAO JOAO DO IVAI	ALICIO PINTO DE OLIVEIRA	M
PR	SAO JORGE D'OESTE	ROGÉRIO MAURICIO FERNANDES	M
PR	SAO JORGE DO IVAI	LAUDELINA HERRERO PUERTAS	F
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	ADALTO LAZARIN	M
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	JOSÉ CARLOS CASTILHO	M
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	ADRIANA MATTER GOMES	F
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	ALBERTO SETNARSKI	M

PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	DIRCE DE TONI	F
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	SILVINO GHISLERI	M
PR	SAO PEDRO DO IVAI	ALICE NASCIMENTO LIMA	F
PR	SAO TOME	JOSEFA CARDOSO DA SILVA	F
PR	SAO TOME	MÁRCIO JOSÉ SERENINI	M
PR	SAOPEMA	MARINILZA SANTANA DA LUZ	M
PR	SAOPEMA	MESSIAS BARBOSA DA LUZ	M
PR	SAOPEMA	SILVANA MARIA DE OLIVEIRA	F
PR	SERTANOPOLIS	GENI CHAGAS BAVATI	F
PR	TAMARANA	TEREZINHA DE CAMPOS FERREIRA GOBETTI	F
PR	TAMBOARA	PAULO ROBERTO SANITA	M
PR	TAPEJARA	MANOEL LUIZ NETO	M
PR	TELEMACO BORBA	EINI APARECIDA DE OLIVEIRA	F
PR	TERRA RICA	JOAO XAVIER	M
PR	TIJUCAS DO SUL	MARLI CATARINA VIEIRA CARVALHO DA ROCSP-PRHA	F
PR	TOLEDO	LUCILDA GIRALDI	F
PR	TOMAZINA	NOE DA SILVA FRANCA	M
PR	TUNEIRAS DO OESTE	ASSIS BARANDRECHT FIORI	M
PR	UBIRATA	CLEUSINETE MARCIA PRATES NOVAES	F
PR	UBIRATA	JAIRO CORREA DE ALMEIDA	M
PR	UMUARAMA	INDIANARA FERNANDES	F
PR	UMUARAMA	VALENTIN SPACENRSKI	M
PR	VERA CRUZ D'OESTE	MARCIA TIEMI TOYOTA	F
PR	VITORINO	MARIA GIACOBBO BELLO	F
PR	XAMBRE	ARI SILVEIRA	F
PR	XAMBRE	MARCOS ADIOLI DA SILVA	M
PR	XAMBRE	MARIA INEZ SILVEIRA	F
RJ	ARARUAMA	OTO DOS SANTOS	M
RJ	ARARUAMA	ROBERTO DOS SANTOS FIGUEIREDO	M
RJ	BARRA MANSÁ	GALBA RIBEIRO DE ANDRADE	M
RJ	CABO FRIO	ELICIA RAMOS DA CRUZ SANTOS	F
RJ	CABO FRIO	GILTON SOUZA DE LUNA	M
RJ	CABO FRIO	MANOEL OSCAR JOTTA BARBOZA	M
RJ	CAMPOS DOS GOITACAZES	ERALDO LIRIO DE AZEREDO	M
RJ	CAMPOS DOS GOITACAZES	PAULO HONORATO	M
RJ	CARAPEBUS	MARCELA MEDEIROS DE CASTRO	F
RJ	CARAPEBUS	MARIA APARECIDA DENICOLA	F
RJ	CARAPEBUS	VANESSA CRISTINA DA SILVA PESSANHA	F
RJ	CASSIMIRO DE ABREU	JOISON DAUT	M
RJ	CONCEICAO DE MACABU	SILVERIO SINGULAR FERREIRA DA CRUZ	M

RJ	ITABORAI	JACIR PEREIRA DA SILVA	M
RJ	ITAPERUNA	MARCELO AZEVEDO GAIÃO	M
RJ	MAGE	EZAQUIEL SILVEIRA DA CONCEIÇÃO	M
RJ	MARQUES DE VALENCA	JUCILENE ROSA DA CRUZ	F
RJ	PARATY	DIVAN RODRIGUES DO NASCIMENTO	F
RJ	PIRAI	DANIEL DE OLIEIRA CUSTODIO	M
RJ	RIO BONITO	DELMIR DE CASTRO CARVALHO	M
RJ	RIO DAS OSTRAS	CARLA CAVALCANTE DE PAULA	F
RJ	RIO DAS OSTRAS	ELIANE BARBOSA E SILVA	F
RJ	RIO DAS OSTRAS	JOSE GUIMARÃES DOS SANTOS	M
RJ	RIO DAS OSTRAS	MARIA DAS GRAÇAS MACHADO	F
RJ	SAO FIDELIS	JOELMA RODRIGUES FERNANDES	F
RJ	SAQUAREMA	JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA	M
RJ	SILVA JARDIM	ELIANE MARQUES VALADÃO	F
RJ	SUMIDOURO	JAQUELINE CHARLES MOREIRA	F
RJ	TERESOPOLIS	EUNICE BARBOSA RAMOS	F
RJ	TRAJANO DE MORAIS	PAULO CEZAR VENTURA MENDONÇA	M
RN	ACARI	BENTO DE ARAÚJO	M
RN	ACARI	FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO	M
RN	ACARI	MARIA TELMA AZEVÊDO DE MEDEIROS	F
RN	ACARI	MÁRIO LUIZ DANTAS	M
RN	ACU	ANTÔNIO RAIMUNDO BASÍLIO	M
RN	ACU	JAILSON QUEIROZ DA SILVA	M
RN	ALEXANDRIA	ANA ELIEUDA DE A. COSTA MARIANO	F
RN	ALEXANDRIA	JOSÉ MANOEL DE LIMA	M
RN	ANTONIO MARTINS	MARIA VIVIANA PAULO DE OLIVEIRA	F
RN	BAIA FORMOSA	CLEDINILSON FERREIRA DE LIMA	M
RN	BARAUNA	RITA TEIXEIRA DOS SANTOS	F
RN	BOA SAUDE	JOSÉ GALVÃO DE OLIVEIRA	M
RN	CAICO	FRANCISCO ARAÚJO DA COSTA	M
RN	CAICO	GENILTON CLÁUDIO RANGEL DOS SANTOS	M
RN	CARAUBAS	JOSÉ MARIA JÚNIOR	M
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	ANTÔNIO IVO DE SOUZA	M
RN	CARNAUBAIS	ANTÔNIA DA SILVA DANTAS	F
RN	CARNAUBAIS	ELIZABETE DA SILVA DANTAS	F
RN	CERRO CORA	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA	M
RN	CERRO CORA	JOSE JOSA DE MEDEIROS	M
RN	CORONEL EZEQUIEL	ERIVAN DO CARMO SILVA	M
RN	CORONEL EZEQUIEL	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA	M
RN	CRUZETA	JOÃO MARIA DE ARAÚJO	M

RN	CRUZETA	MARIA SALETE DE MEDEIROS SILVA	F
RN	DOUTOR SEVERIANO	MARIA ELIZABETH FERNANDES	F
RN	ENCANTO	MARIA JOÉLIA BESERRA DA SILVA	F
RN	EXTREMOZ	MARIA ARLETE LEITE	F
RN	EXTREMOZ	SUELÍ PEREIRA DE OLIVEIRA	F
RN	FERNANDO PEDROZA	KLEVERLAN FÉLIX DA ROCHA	M
RN	FETARN	MARIA DO SOCORRO DE MEDEIROS	F
RN	FLORANIA	PEDRO PAULINO CRUZ	M
RN	GALINHOS	ELAINE CRISTINA LIMA DE SOUZA	F
RN	GOIANINHA	MARIA DA PIEDADE DE FREITAS	F
RN	IPANGUACU	JOSÉ RODRIGUES SOBRINHO	M
RN	IPANGUACU	SEVERINO COSME XAVIER	M
RN	IPUEIRA	JÓÃO PAULO MEDEIROS DA COSTA	M
RN	IPUEIRA	MARIA DO CARMO DE MEDEIROS BRAZ	F
RN	ITAJA	ANTÔNIO CARLOS VARELA	M
RN	ITAU	MARIA NILZONETE DA SILVA	F
RN	JANDAIRA	DANIEL MATIAS DE SOUZA	M
RN	JANDAIRA	JOCELINO BATISTA DANTAS	M
RN	JANDAIRA	JOSÉ EDSON DE OLIVEIRA	M
RN	JARDIM DE PIRANHAS	AMADEUS OLIVEIRA DANTAS	M
RN	JARDIM DO SERIDO	FRANCISCO MEDEIROS DA SILVA	M
RN	JUCURUTU	JOSIBIAS SOARES DE ARAÚJO	M
RN	LAGOA DE PEDRAS	SEBASTIÃO GILVAN FONTOURA	M
RN	LAGOA NOVA	FRANCISCO CANINDÉ PEREIRA	M
RN	LAJES	MARIA NUNES DE LIMA ALVES	F
RN	LUIS GOMES	AGOSTINHO BERNARDO DE ARAÚJO	M
RN	MACAIBA	GERALDO PAULO DA SILVA	M
RN	MACAIBA	JEFFERSON LUIS LOPES DA SILVA	M
RN	MACAIBA	JOSÉ FERREIRA DE LIMA	M
RN	MACAIBA	LENI DANTAS DA SILVA	F
RN	MACAU	VANESSA CARLA DA SILVA	F
RN	MARCELINO VIEIRA	CARLOS DE SOUZA SARMENTO	M
RN	MARJOR SALES	JOAQUIM MAFALDO FILHO	M
RN	MARJOR SALES	MARIA ELENICE LIMÃO MOISÉS	F
RN	MARTINS	FRANCISCA NEUMA DE QUEIROZ	F
RN	MONTE ALEGRE	ARLANDO ANDRÉ DE LIRA	M
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	ALICE DA COSTA SOUZA	F
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	COSME FRANCISCO DOS SANTOS	M
RN	MOSSORO	DALVIRENE ELOI DE MEDEIROS	M
RN	MOSSORO	MANOEL CÂNDIDO DA COSTA	M

RN	MOSSORO	MARIA ALCILEIDE PAULA	F
RN	NISIA FLORESTA	MARILDA SANTOS MACÊDO SOUZA	F
RN	NOVA CRUZ	DAMIÃO GOMES DA SILVA	M
RN	NOVA CRUZ	EDIMILSON GOMES DA SILVA	M
RN	OLHO D'AGUA DO BORGES	MARCELO FREITAS DE OLIVEIRA	M
RN	OURO BRANCO	ANA DE FIGUEIREDO LIMA	F
RN	PARAU	MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	F
RN	PARELHAS	SEBASTIÃO ANTÔNIO DA SILVA	M
RN	PARNAMIRIM	FRANCISCO CARNEIRO DA SILVA	M
RN	PASSA E FICA	PAULO FRANCISCO CLÁUDIO	M
RN	PASSAGEM	LUIZ ALBERTO CHAVES	M
RN	PAU DOS FERROS	LUZIA LUCIENE RICARTE	F
RN	PAU DOS FERROS	RAIMUNDO NONATO SOBRINHO	M
RN	PILOES	FRANCISCO RIBEIRO SOBRINHO	M
RN	POCO BRANCO	FRANCISCA CATARINA DA SILVA	F
RN	PORTO DO MANGUE	HUGNEIDE ARISTIDES PIO DO NASCIMENTO	F
RN	RIACHO DA CRUZ	JOÃO MARIA DE P. SOARES	M
RN	RODOLFO FERNANDES	FRANCISCO DE ASSIS DE ABREU	M
RN	SANTANA DO MATOS	JOSÉ BENEDITO SOARES	M
RN	SANTANA DO SERIDO	LUCINEIDE SOUZA BEZERRA DE AZEVÊDO	F
RN	SAO BENTO DO NORTE	MARIA MARLUCE OLIVEIRA DE LIMA	F
RN	SAO FERNANDO	TÁSIA LOPES DE LIMA	F
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	MARLUCE DE OLIVEIRA VIANA	M
RN	SAO JOAO DO SABUGI	RAIMUNDA JAICE M. DE ARAÚJO	F
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	JOSIAS MEDEIROS DA SILVA	M
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	MARIA DE LOURDES AMBRÓSIO	F
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	SUZIANE FERREIRA DA SILVA	F
RN	SAO JOSE DO SERIDO	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	M
RN	SERRA DE SAO BENTO	WALDEMIR FERREIRA DA SILVA	M
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	DIANA WANDERLEY MARIZ	F
RN	SEVERIANO MELO	FRANCISCO AURIMAR DO NASCIMENTO	M
RN	TABOLEIRO GRANDE	MARIA SÔNIA DE ALMEIDA	F
RN	TAIPU	MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA	F
RN	TENENTE ANANIAS	SEBASTIANA SANDRA DA SILVA	F
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	LUIZ PEREIRA DA SILVA	M
RN	UMARIZAL	AMBRÓSIO LINS DO NASCIMENTO	M
RN	UMARIZAL	MARIA SALETE DE OLIVEIRA	F
RN	UPANEMA	WBERLHANE PEREIRA DA SILVA	F
RN	VARZEA	GENIVAL FRANCISCO DA SILVA	M
RN	VERA CRUZ	OLIVIA TAVARES DOS SANTOS VILELA	F

RO	ALVORADA DOESTE	ANA DA CRUZ	F
RO	ALVORADA DOESTE	DAIANE MUNIZ SOUTO	F
RO	ARIQUEMES	GERSON LUIS SETI	M
RO	BURITIS	NATAL CAMBUI DA COSTA	M
RO	CACOAL	GIZÉLIA PINHEIRO DOS SANTOS LAGASSI	F
RO	CACOAL	SUELI ALVES BERTUSSI	F
RO	CASTANHEIRAS	LENIR DA CUNHA NEVES	F
RO	CORUMBIARA	ROSANGELA DOS SANTOS COSTA	F
RO	CUJUBIM	ROSA BECKER DOS SANTOS	F
RO	CUJUBIM	SUELI PEREIRA DE ANDRADE	F
RO	FETAGRO	JOVELSON IARESKI DOS SANTOS	M
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	MARIA AMELIA DA SILVA	F
RO	JARU	ELIANA BATISTA DA SILVA	F
RO	JARU	ERLI APARECIDA DA SILVA TEODORO	F
RO	JARU	LAZARO APARECIDO DOBRI	M
RO	JI PARANA	CREONICE VILARIM	F
RO	JI PARANA	MARCIO DE LIMA PORTO	M
RO	JI PARANA	VITALINA ORNELES DE SOUZA FIGUEIREDO	F
RO	MACHADINHO DOESTE	SEBASTIÃO DOS SANTOS	M
RO	MINISTRO ANDREAZZA	FABIO ASSIS DE MENEZES	M
RO	MINISTRO ANDREAZZA	SANDRO SOUZA DA SILVA	M
RO	NOVA MAMORE	ECIMAR VIANA ROSA	M
RO	NOVA UNIAO	JOSE CARLOS DE SOUZA	M
RO	NOVA UNIAO	MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA	M
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	JOSIEL DE SOUZA SANTOS	M
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	TAMARA EZEQUIEL DA SILVA	F
RO	PIMENTA BUENO E REGIÃO	DARIO JOSE PAULI	M
RO	PIMENTA BUENO E REGIÃO	NERCI SENHORA DOS SANTOS	F
RO	PORTO VELHO	PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO	M
RO	PRESIDENTE MEDICI	AILTON NUNES DOS SANTOS	M
RO	PRESIDENTE MEDICI	CELINO GRECO	M
RO	PRESIDENTE MEDICI	MARIA DE LOURDES DANTAS ALVES	F
RO	ROLIM DE MOURA	ELZA MARIA DA SILVA	F
RO	ROLIM DE MOURA	JOÃO FILIPIN	M
RO	ROLIM DE MOURA	VALDEMAR ESPANHOL	M
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	VALMIR APARECIDO PESSOA DOS SANTOS	M
RO	THEOBROMA	ROGERIO DE OLIVEIRA	M
RO	URUPA	ANTONIO EVAIR SAMASQUINI	M
RO	URUPA	JOSE FELIX DA SILVA	M
RO	URUPA	MARCELO PEREIRA DE LIMA	M

RR	ALTO ALEGRE	CARLEANE DE SOUSA MACIEL	F
RR	AMAJARI	ADELINO NOBRE DA SILVA	M
RR	BOA VISTA	FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA	M
RR	BOA VISTA	JOSÉ ALVES PINHEIRO JUNIOR	M
RR	CANTA	ANTONIO NASCIMENTO DE ALMEIDA	M
RR	CANTA	MARLUCIA FIGUEIREDO DA PAIXÃO	F
RR	CARACARAI	MARILENE AMBURGA DA SILVA	F
RR	CARACARAI	PAULA HELENA MAGNO DE SOUZA	F
RR	IRACEMA	ABILIO DIAS PEIXOTO	M
RR	IRACEMA	ANTONIO CAVALCANTE FIGUEIREDO	M
RR	IRACEMA	DONOALDO DA SILVA DE CARVALHO	M
RR	IRACEMA	MARIA DA SILVA MENDONÇA	F
RR	MUCAJAI	LUIZ CARLOS GOMES DE LIMA	M
RR	MUCAJAI	NAZILDA PINHEIRA DA PAZ	F
RR	MUCAJAI	SANDRA SOCORRO GOES RODRIGUES	F
RR	RORAINOPOLIS	ARMANDO PAREDE	M
RR	RORAINOPOLIS	MANOEL MARTINS NETO	M
RR	SAO JOAO DA BALIZA	JUAREZ PEREIRA DE SOUZA	M
RS	AJURICABA	OLÍVIO CALGARO	M
RS	ALECRIM	AIRTON PEDRO HILBIG	M
RS	ALECRIM	ELAINE KERN CAVALLI	F
RS	ALEGRETE	JESUS A. FERNANDES DORNELES	M
RS	ALEGRIA	HUGO HERMES SPRINGER	M
RS	ALPESTRE	VALMOR GRESELI	M
RS	ALTO ALEGRE	JOSÉ LUIZ VIZZATTO	M
RS	AMARAL FERRADOR	TAURINO NUNES DOS SANTOS	M
RS	AMETISTA DO SUL	EDUARDINA BRIZOLA LEITE	F
RS	ANTA GORDA	DELMAR ANTÔNIO MORESCO	M
RS	ANTONIO PRADO	GENI MARIA DOTTI	F
RS	ARROIO DO TIGRE	ADALBERTO CARLOS HOSDA	M
RS	AUGUSTO PESTANA	IVONE ANDRIOLLO	F
RS	BAGE	FILEMOM THOMAS EINHARDT ZUGE	M
RS	BAGE	MILTON DOMINGUES BRASIL	M
RS	BAGE	NELSON WILD	M
RS	BARAO	JORGE ARNO BAUMBACH	M
RS	BARAO DE COTEGIPE	DIONÍSIO DA RÉ	M
RS	BARAO DO TRIUNFO	TEREZA VAZ AMBOS	F
RS	BARRA DO GUARITA	DELVAIR JOSÉ FERREIRA BRIZOLLA	M
RS	BARRA DO RIBEIRO	MARIA LECI LOPES DA SILVA	F
RS	BARRACAO	CLAUDIR BORTOLOSSI	M

RS	BENTO GONCALVES	INÉS FAGHERAZZI BETTONI	F
RS	BENTO GONCALVES	LEA MERCEDES SCAPIN FELIX	F
RS	BOA VISTA DO BURICA	ARCENIO PAULO GRUB	M
RS	BOA VISTA DO CADEADO	LUIZ FRACARO	M
RS	BOM JESUS	ROSELENE BORGES DA SILVA	F
RS	BOM PRINCIPIO	ADRIANO ARTUS	M
RS	BOM RETIRO DO SUL	OSMAR FINCK	M
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	JOSÉ FUMAGALI	M
RS	BOSSOROCA	ALESSANDRO RAMOS NIMETT	M
RS	CACAPAVA DO SUL	JOAQUIM PEREIRA NOBRE	M
RS	CACHOEIRA DO SUL	ADÃO DE LIMA	M
RS	CACHOEIRA DO SUL	DIEGO KIEFER MOREIRA	M
RS	CAIBATE	ANTONIO HILARIO KIELING	M
RS	CAIBATE	GILSON B. GOMES DOS SANTOS	M
RS	CAICARA	JANETE BERTO RUVIARO	F
RS	CAMAQUA	CLAITON NILSON SCHMEGEL KONFLANZ	M
RS	CAMPINA DAS MISSOES	NIVIO JOSÉ SIVERIS	M
RS	CAMPINA DAS MISSOES	TEREZINHA SCHMATZ VIER	F
RS	CAMPINA DAS MISSOES	VANIR KNAPP	M
RS	CANDELARIA	JOSIANE CRISTINA EINLOFT	F
RS	CANDELARIA	SELMAR ZIEMANN	M
RS	CANDIDO GODOI	LUCIA ANILDA STRIEDER	F
RS	CANELA	LUCIANA DAMASCENO HENCKE	F
RS	CANGUCU	MARIA TEREZINHA SCHIAVON	F
RS	CAPELA DE SANTANA	RONI KESSLER HUNGER	F
RS	CARAA	JAURA GILVANE DA SILVA MORO	F
RS	CARAA	ORQUIZ MORO DE FRAGA	M
RS	CARAZINHO	ELIO BERNARDI	M
RS	CARLOS BARBOSA	WILSON CICHELERO	M
RS	CASCA	FILOMENA KARLINSKI GUEDINI	F
RS	CASEIROS	JONES MÁRCIO DE FARIAS	M
RS	CATUIPE	ANA CARLA FRIDRYSZESKI	F
RS	CATUIPE	CLACI INÉS FOLHARINI	F
RS	CATUIPE	RODINEI FILIPIM DA SILVA	M
RS	CAXIAS DO SUL	RUDIMAR JOSÉ MENEGOTTO	M
RS	CERRO GRANDE DO SUL	LAURA ROSANA DA ROCHA RENZ	F
RS	CERRO LARGO	LOIVA MARIA DA REIS	F
RS	CHAPADA	IVONE TEREZA FELTES	F
RS	CHAPADA	PAULO FELTES	M
RS	CIRIACO	RUDIMAR BAREA	M

RS	CIRIACO	SALETE MEIRELLES	F
RS	COLINAS	GRACIELA PREDIGER DRIEMEYER	F
RS	CONDOR	DELMAR SCHMIDT	M
RS	COQUEIROS DO SUL	TERESA M. M. DOS SANTOS	F
RS	CORONEL BICACO	DEOCELINA SALDANHA RIBEIRO	F
RS	COTIPORA	MÉRCIA MARIA PESSIN FUGALLI	F
RS	CRISSIUMAL	EDEMAR SCHMITT STORCK	M
RS	CRISSIUMAL	NESTOR BONFANTI	M
RS	CRUZ ALTA	AGUINELO DREHER	M
RS	CRUZ ALTA	FRANCIELI DREHER	F
RS	DAVID CANABARRO	JOELICE TREVISO	F
RS	DAVID CANABARRO	VALDIR RIGO	M
RS	DERRUBADAS	ELENIR FÁTIMA BARASUOL	F
RS	DOIS IRMAOS	MARCOS LUIS MOLLING	M
RS	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	ARIVELTO GULARTE MOREIRA	M
RS	DOIS LAJEADOS	MARIA HELENA DOS PASSOS BRESOLIN	F
RS	DOM PEDRITO	FLORICIO BARRETO	M
RS	ENCANTADO	ELENA ORSOLIN DE CONTO	F
RS	ENCANTADO	NAIR BAGATINI	F
RS	ENTRE IJUIS	JOSÉ ADEMIR ANDREOLA	M
RS	ERNESTINA	LEOMAR VALDERI EBERTZ	M
RS	ERVAL SECO	ALEX EVALDO HAAS	M
RS	ERVAL SECO	DIVAIR AGUIAR BECKER	F
RS	ESMERALDA	BENTA SUELY KRAMER DE LEMOS	F
RS	ESMERALDA	ITAMARIS LENTZ GOULART	F
RS	ESTRELA	LÉCIO ANTÔNIO GREGORY	M
RS	ESTRELA VELHA	RAFAEL GOTTEMS	M
RS	EUGENIO DE CASTRO	ORLANDO IRENEU TEIXEIRA	M
RS	FARROUPILHA	ADRIANO CALLEGARI	M
RS	FARROUPILHA	JOSECARLA SIGNOR	F
RS	FAXINAL DO SOTURNO	ENES ERI LORENZINI FARENZENA	F
RS	FLORES DA CUNHA	ZELITA ANTONIA GUARESE BORDIN	F
RS	FREDERICO WESTPHALEN	DEOLIDES MARIA SPONCHIADO STIVAL	F
RS	GARIBALDI	LÚCIA POSTINGHER DEBIASI	F
RS	GAURAMA	VITÓRIA SACHINI	F
RS	GENERAL CAMARA	MARIA DE LOURDES GONÇALVES HERBACZ	F
RS	GIRUA	IVONE WEISHEIMER DOS SANTOS	F
RS	GIRUA	JOSÉ RIBEIRO PRESTES	M
RS	GRAMADO	VITOR FELLES BERTHOLDI	M
RS	GRAMADO XAVIER	MIRA GUINDANI SEVERGNINI	F

RS	GUABIJU	SIMONE CAMPAGNOLLO	F
RS	GUAIBA	OTÁVIO RIBACKI	M
RS	GUAPORE	LURDES M. B. TREVISO	F
RS	GUARANI DAS MISSOES/SETE DE SETEMBR	RUDINEI BAKALARCZYK	M
RS	HARMONIA	MARCOS FRANCISCO LIELL	M
RS	HORIZONTINA	DARI EDISON CONTI	M
RS	IBARAMA	GEILI BROGLIO	F
RS	IBIRUBA	WILSON ANTONIO FLOSS	M
RS	IGREJINHA	MARIANE SIMONE DA SILVEIRA	F
RS	IJUI	ELISETE KRONBAUER HINTZ	F
RS	ILOPOLIS	ANTÔNIO SALVA	M
RS	IMIGRANTE	CLARI LUTZ HACK	F
RS	IMIGRANTE	JÚLIA LUIZA ENGSTER	F
RS	IRAI	ALMIRO KURRE	M
RS	ITACURUBI	ANDIARA CAETANO DE SOUZA	F
RS	IVORA	LAURA MORO	F
RS	IVOTI	MARIA INÊS SCHOMMER BERVIAN	F
RS	JAGUARI	JOSÉ CARLOS MINUZZI	M
RS	JAGUARI	JULIANA DE FÁTIMA LUDWIG SCALVENZI	F
RS	JOIA	DONISETE DE OLIVEIRA FERREIRA	M
RS	LAGOA VERMELHA	RODRIGO VICENTIN	M
RS	LAJEADO	MARLISE MARLENE GRUNWALD	F
RS	LAVRAS DO SUL	MARIA L. P. S. DA CONCEIÇÃO	F
RS	MACHADINHO	ANA MARIA MIOLA	F
RS	MAMPITUBA	GENECI DE FÁTIMA SILVA ROLDÃO	F
RS	MANOEL VIANA	DONALDO MIOTTI RAMOS	M
RS	MANOEL VIANA	TANARA DA SILVA DICETTI	F
RS	MAQUINE	EDNA GROSS SPARREMBERGER	F
RS	MARAU	GENI TIMBOLA CORADI	F
RS	MARAU	LUIS ARLINDO DEGRANDIS	M
RS	MARAU	SÉRGIO DE MIRANDA	M
RS	MATA	ELAINE CONCEIÇÃO MENIN SARTORIO	F
RS	MATA	FABRICIO MURINI	M
RS	MATO QUEIMADO	BRUNO BIRCK	M
RS	MIRAGUAI	MÁRCIO BRITZIUS ALBRECHT	M
RS	MONTAURI	LUIZ ANTÔNIO CANOSSA	M
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	DARCI JOÃO BOEIRA DIAS	M
RS	MORRINHOS DO SUL	CELITO WEBER BEHENK	M
RS	MULITERNO	PEDRO BATISTELO DE OLIVEIRA	M
RS	NAO-ME-TOQUE	MAIQUEL ROBERTO JUNGES	M

RS	NAO-ME-TOQUE	PEDRO PAULO NIENOW	M
RS	NONOAI	LUIS CARLOS AGOSTINI	M
RS	NOVA ARACA	TIAGO FRIGO	M
RS	NOVA BASSANO	JOSÉ LUIZ PIETA	M
RS	NOVA BRESCIA	CELITO JORGE TURATTI	M
RS	NOVA PALMA	MARIA DE LURDES DALMAZZO ROSSATO	F
RS	NOVA PETROPOLIS	ALOISIO UTZIG	M
RS	NOVA PETROPOLIS	ELTON ROBERTO WEBER	M
RS	NOVA PRATA	ANTÔNIO MIGUEL FABRIS	M
RS	NOVA ROMA DO SUL	DÚLIO MAGNAGUAGNO	M
RS	OSORIO	FRIDA ROST MULLER	F
RS	OSORIO	JAIRO ROGÉRIO VARGAS DA SILVA	M
RS	PALMITINHO	DEONIR SARMENTO	M
RS	PANAMBI	ILMO SPRINGER	M
RS	PANTANO GRANDE	VILCE TERESINHA LEÃO NUNES	F
RS	PARAI	NEVIO PIETA	M
RS	PARAISO DO SUL	MÁRIO ILO GRUTZMACHER	M
RS	PASSA SETE	NAIR DE OLIVEIRA	F
RS	PASSO DO SOBRADO	BRUNO EICHELBERGER	M
RS	PASSO DO SOBRADO	ELUANA EICHELBERGER LOPES	F
RS	PASSO FUNDO	ELIANE C. LAGO	F
RS	PASSO FUNDO	JURACI DOMINGA KLEIN LUVISETO	F
RS	PAVERAMA	ÁUREO JOÃO NEUBERGER	M
RS	PEDRO OSORIO	MARCELO MUNSBERG VELLAR	M
RS	PEJUCARA	LURDES COSTA BEBER VILLANI	F
RS	PEJUCARA	MARIVANE PIENIZ DIDONET	F
RS	PELOTAS	NELDA HERMANN	F
RS	PINHAL	PEDROLINA CASTRO REMONTI	F
RS	PINHAL GRANDE	LOURDES ULIANA BARBIERI	F
RS	PINHEIRINHO DO VALE	ELTON LUIZ FISCHER	M
RS	PINHEIRINHO DO VALE	OLIVIA F. DO NASCIMENTO	F
RS	PINHEIRO MACHADO	MICAEL BUBALZ HORNKE	M
RS	PIRATINI	LUIZ CESAR GONÇALVES FERREIRA	M
RS	PLANALTO	JOÃO BERLATTO	M
RS	PLANALTO	JOÃO KOSVOSKI	M
RS	POCO DAS ANTAS	ROGÉRIO LUIS WILHELM	M
RS	PORTO XAVIER	JULIO ERMENEGILDO ANDRADE	M
RS	PROTASIO ALVES	RAFAEL STELLA	M
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	SIRLEI KOGLER FASSBINDER	F
RS	REDENTORA	OLIVIA MARIA ROSSONI	F

RS	RELVADO	FLÁVIO ANTÔNIO VILLA	M
RS	RESTINGA SECA	TALITO RADDTZ	M
RS	RIO GRANDE	TEREZINHA DE JESUS BARROS NEVES	F
RS	RIO PARDO	ALDEMIR JOSÉ DE MENEZES SANTOS	M
RS	ROCA SALES	EGON SCHNEIDER	M
RS	ROCA SALES	TERESINHA CARON FRONCHETTI	F
RS	RODEIO BONITO	JANES JACINTA CIPRANDI	F
RS	ROLANTE	ELTON ANDRÉ DURR	M
RS	ROLANTE	LEOMAR JOSÉ PIROLA	M
RS	ROQUE GONZALES	MARCIO ROBERTO LANGER	M
RS	SALDANHA MARINHO	CLAUDENIR SAGGIN	M
RS	SALDANHA MARINHO	RODRIGO MATEUS DE BONA	M
RS	SALVADOR DAS MISSOES	NOELI M. LANGER	F
RS	SALVADOR DO SUL	MARTA JUNGES	F
RS	SANTA BARBARA DO SUL	MARCELO PAZINATO	M
RS	SANTA CLARA DO SUL	LIANE ECKHARDT	F
RS	SANTA CLARA DO SUL	LUIS GUSTAVO MALLMANN	M
RS	SANTA CRUZ DO SUL	GERSON MORSCH	M
RS	SANTA CRUZ DO SUL	IRACI LUISA PAULUS	F
RS	SANTA MARIA	CÉLIO LUIZ FONTANA	M
RS	SANTA MARIA	DELCEMAR GONÇALVES BORIN	M
RS	SANTA MARIA	JUAN VICENTE SANTINI	M
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	FÁBIO WOBETO	M
RS	SANTA ROSA	IDETE ARGILAR DARONCH	F
RS	SANTANA DA BOA VISTA	LUCIA MARILEI OLIVEIRA FREITAS	F
RS	SANTIAGO/UNISTALDA E CAPAO DO CIPO	LÉRIDA PIVOTO PAVANELO	F
RS	SANTIAGO/UNISTALDA E CAPAO DO CIPO	NADIR LEDA DELEVATI BALDIATI	F
RS	SANTIAGO/UNISTALDA E CAPAO DO CIPO	SANTO ZOLIN	M
RS	SANTO ANGELO	DANIEL CASARIN	M
RS	SANTO ANGELO	SÔNIA L. CONTRI	F
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	JOÃO CARLOS MACHADO LOPES	M
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	JOSÉ SAMUEL DA SILVA	M
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	AGNALDO BARCELOS DA SILVA	M
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	CARLA SIMONE P. FERNANDES	F
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	ROSELI FATIMA BRANDT	F
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	ODAIR LUIZ KAZIMIRSKI	M
RS	SANTO CRISTO	ELOIR ANDRÉ KUHLER	M
RS	SANTO CRISTO	GENOVEVA MEINERZ HAAS	F
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	AURELEANO PRADOS PIRES	M
RS	SAO JERONIMO	LUIZ LALAU DA SILVA SANGUINE	M

RS	SAO JOAO DO POLESINE	ALIDE TERESINHA ROGGIA CEOLIN	F
RS	SAO JORGE	MARCELO SIMIONI	M
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	REJANI IRENI BENDER KLEIN	F
RS	SAO JOSE DO NORTE	PEDRO MANUEL DA SILVEIRA	M
RS	SAO JOSE DO SUL	IRIA MARIA LERNER	F
RS	SAO LUIZ GONZAGA	RAFAEL DALENOGARE PAZ	M
RS	SAO MARCOS	FABRÍCIO CIOATO VANIN	M
RS	SAO MARCOS	VITOR JOSÉ FONGARO	M
RS	SAO MARTINHO	LUIZ PAULO ARNT	M
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	AORORA RIBAS DE OLIVEIRA	F
RS	SAO NICOLAU	NILTON PREUSS RUTSATZ	M
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	ERICO J. R. KRACKEKER	M
RS	SAO PEDRO DA SERRA	PAULINO OLIVO DONATTI	M
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	VALTER A. SEIBERT	M
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	ALCEU CELMAR DULLIUS	M
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	JULIANA DULLIUS WINGERT	F
RS	SAO SEPE	NIURA MORAES DA ROSA	F
RS	SAO VALENTIM DO SUL	JUÇARA PELIN CHENET	F
RS	SEBERI	IRENITI TEREZINHA GRASSI	F
RS	SEBERI	MAURO ALOISIO KLEIN	M
RS	SEGREDO	MAICON ALBERTO ECKE	M
RS	SELBACH	INQUE SCHNEIDER	F
RS	SELBACH	NABILI MARCIELI MALDANER	F
RS	SENADOR SALGADO FILHO	ANGELA MARCELI RÖSLER	F
RS	SENADOR SALGADO FILHO	HILARIO STELZER	M
RS	SENTINELA DO SUL	LUZARDO PACHECO AIBAR	M
RS	SERAFINA CORREA	LIRIO LUIZ OLDONI	M
RS	SERIO	ANDERSON PRIMAZ	M
RS	SERTAO SANTANA	HELIO ARI KARR	M
RS	SOBRADINHO	MARISA RECH	F
RS	SOLEDADE	ALESSANDRO DE MIRANDA GASPARIN	M
RS	SOLEDADE	TEREZINHA BORGHETTI PENA	F
RS	TAPEJARA	CLADEMIR DALMINA	M
RS	TAPERA	ANDRE LUIS GÖTZ	M
RS	TAQUARA	JÓÃO CARLOS DE BRITO	M
RS	TAQUARUCU DO SUL	AMAURI MIOTTO	M
RS	TAQUARUCU DO SUL	GENECI CENTENÁRIO ORTIGARA	F
RS	TERRA DE AREIA	GILBERTO DE AVILA VARGAS	M
RS	TEUTONIA	LAURI VON MÜHLEN	M
RS	TORRES	LECY MARIA BEHENCK HAHN	F

RS	TRES CACHOEIRAS	CARLOS CARDOSO RECK	M
RS	TRES COROAS	PAULO RICARDO PORT	M
RS	TRES DE MAIO	AGOSTINHO D. PIETRZACKA	M
RS	TRES PASSOS	ELEMAR THIELE	M
RS	TRES PASSOS	LILIRA HELIANTHE SEHNEM	F
RS	TUCUNDUVA/NOVO MACHADO	ALBERTINO DUARTE PACHECO	M
RS	TUPANCIRETA	VALDOMIRO MOURA DA SILVA	M
RS	TUPANDI	JOAQUIM JOSÉ WEBER	M
RS	TUPARENDI	JAQUELINE MAGNABOSCO	F
RS	UBIRETAMA	ANTONIO GUERINO GUTH	M
RS	UNIAO DA SERRA	NÉDIO FIN	M
RS	VACARIA	FRANCISCA INEZ ZANELLA DE ALMEIDA	F
RS	VANINI	LENIR PILONETO FANTON	F
RS	VENANCIO AIRES	SANDRA HELENA WAGNER	F
RS	VERA CRUZ	CRISTIAN WAGNER	M
RS	VERA CRUZ	DANILO PAULITSCH	M
RS	VERANOPOLIS	EDSON LUIS BIN	M
RS	VERANOPOLIS	VOLMIR MENEGON	M
RS	VESPASIANO CORREA	JOEL ODORCICK	M
RS	VIADUTOS	ELIAS DA SILVA	M
RS	VICTOR GRAEFF	NADIR MARIA SCHNEIDER	F
RS	VILA MARIA	EMERSON FERRI	M
RS	VISTA GAUCHA	JUCELAR BERTÉ	M
RS	VITORIA DAS MISSOES	LUCIANO BEILFUSS	M
SC	ABELARDO LUZ	CLAUDIR FAVERO	M
SC	ABELARDO LUZ	MARCIANE CASSANELLI HOLUB	F
SC	AGROLANDIA	ALBANO REITER	M
SC	AGUA DOCE	LUIZ PEDRO PELICOLI	M
SC	ANITAPOLIS	CELI DA SILVA SCHMITZ	F
SC	ANITAPOLIS	ROBERTO HOYNASKI	M
SC	ANTONIO CARLOS	JOSÉ GILSON GARCIA	M
SC	ANTONIO CARLOS	VITOR BESEN	M
SC	ARAQUARI	DORIVAL SELL	M
SC	ARAQUARI	REGUINA VIEIRA	F
SC	ARARANGUA	LUIZ GONZAGA DA SILVA ROCKE	M
SC	ARMAZEM	ILDA CLAUDINO FORTUNATO	F
SC	ARMAZEM	ISABEL CLAUDINO SILVANO	F
SC	ARROIO TRINTA	JULIANA APARECIDA LEONARDELI	F
SC	ARROIO TRINTA	ORLANDO BALDO	M
SC	AURORA	DIVANIR HILLESHEIM	F

SC	BELMONTE	LAURECI JOSÉ BORTOLUZZI	M
SC	BIGUACU	CONCEIÇÃO HERMÍNIA RICHARTZ MIRANDA	F
SC	BIGUACU	JOSÉ NILO SCHMITZ	M
SC	BLUMENAU	MÁRCIO SCHWANZ	M
SC	BOM RETIRO	JOAOZINHO ALTHOFF	M
SC	BOM RETIRO	LUNALVA DE OLIVEIRA ALTHOFF	F
SC	BOM RETIRO	MARCOS DOS SANTOS VITORINO	M
SC	BOM RETIRO	PAULINHO PEREIRA DA ROSA	M
SC	BOTUVERA	CARLOS VENZON	M
SC	CAIBI	NEDI JOANA MARCON ZANCHETTI	F
SC	CAMBORIU	ADRIANO GELSLEÜCHTER	M
SC	CAMBORIU	ROSA VIEIRA	F
SC	CAMBORIU	SILVIO MATIAS	M
SC	CAMPO BELO DO SUL	MÁRCIO JOSEMAR ADAMATTI	M
SC	CANELINHA	ARLINDO GUILHERME WEBER	M
SC	CANOINHAS	ANDREZA LEITE MARTINS IENDRAS	F
SC	CANOINHAS	SILVERIO PADILHA	M
SC	CATANDUVAS	ARLINDO KATSCHOR	M
SC	CERRO NEGRO	ERADY VAZ FERNANDES	M
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	EDNEIA BILK	F
SC	CORREIA PINTO	AIRES WANDERLEY RODRIGUES DE LIMA	M
SC	CRICIUMA	ÉRIC FELISBERTO DARÓS	M
SC	CRICIUMA	MARIA DAS GRAÇAS FELISBERTO DARÓS	F
SC	CRICIUMA	MARIA GORETE NATAL MILAK	F
SC	CUNHA PORA	CELSO LUIZ BALBINOT	M
SC	CUNHA PORA	CHARLES BREITKREITZ	M
SC	DESCANSO	DAVID DALMAS	M
SC	ERVAL VELHO	ADENIR TILHA	M
SC	FRAIBURGO	ORACIR FERREIRA DE DEUS	M
SC	GAROPABA	DELICIO MAURÍCIO DE SOUZA	M
SC	GASPAR	IVANILDE TEREZINHA RAMPELOTTI	F
SC	GRAO PARA	EDIVO ORBEN PERIN	M
SC	GRAVATAL	MARIA DE FÁTIMA CORRÊA DOS SANTOS	F
SC	GUARACIABA	NELCI T. ZEMBRUSKI	F
SC	HERVAL DOESTE	ODETE CÂMARA	F
SC	IBIAM	NEIVO JOSÉ POCERA	M
SC	ICARA	SANTOS GILON	M
SC	IMBUIA	EVANILDE JOENCK DA CUNHA	F
SC	IPIRA	RENATO FRANKE	M
SC	IRACEMINHA	JOSÉ ANTÔNIO KUNZ	M

SC	IRINEOPOLIS	NICOLI NICOLUZZI	F
SC	IRINEOPOLIS	PORFÍRIO FERREIRA	M
SC	ITAIOPOLIS	DAIANE VEIGA	F
SC	ITAIOPOLIS	EVANIR VEIGA RUCHINSKI	F
SC	ITAPEMA	ELISA ROMÃO	F
SC	ITAPOA	ANAIR BAMBINA BUSCHIROLLI	F
SC	ITUPORANGA	LAURO NICOLAU LAURINDO	M
SC	ITUPORANGA	SEBASTIÃO ROSA	M
SC	ITUPORANGA	TANAJARA MARTINS	F
SC	JABORA	ANAEL CARLOS SQUERZZOTO	M
SC	JABORA	GENUIR AFONSO BATTISTONE	M
SC	JACINTO MACHADO	JONAS LAURINDO POSSAMAI	M
SC	JACINTO MACHADO	MARIA IZABEL BORGES COELHO	F
SC	JARAGUA DO SUL	EDGAR HORNBURG	M
SC	JOACABA	DILETO PAGANINI	M
SC	JOACABA	NELSA SCHATZ	F
SC	JOACABA	RÚBIA SCHATZ	F
SC	JOINVILLE	EUNICE POGAN	F
SC	JOINVILLE	LIAMAR MICHELMANN LAFFIN	F
SC	LACERDOPOLIS	FRANCISCO MIQUELOTTO	M
SC	LINDOIA DO SUL	ÍTALO ZANELATTO	M
SC	LINDOIA DO SUL	OSVINO ZUANAZZI	M
SC	LONTRAS	INGOMAR UECKER	M
SC	LUIZ ALVES	ADEMIR FRANCISCO ROSA DA SILVA	M
SC	LUIZ ALVES	JOSÉ MATIAS SCHERER	M
SC	MAFRA	IVANIR LUIZ BASSO	M
SC	MAFRA	RICIERI SIGOLIN	M
SC	MAJOR GERCINO	MARLENE APAREIDA RIBEIRO FUCK	F
SC	MAJOR VIEIRA	JUSCELINO WOJCIECHOVSKI	M
SC	MARACAJA	MARIA BERNADETE MEDEIROS DA ROCHA	F
SC	MASSARANDUBA	DÁRIO BUSSI	M
SC	MASSARANDUBA	DOUGLAS JOSÉ ECCEL	M
SC	MASSARANDUBA	LÚCIO STOLF	M
SC	MELEIRO	MARIA TEREZINHA TRICHEIS FRANCISCO	F
SC	MIRIM DOCE	JÓÃO BRANDES	M
SC	MIRIM DOCE	MARIA BERNADETE BRANDES	F
SC	MORRO DA FUMACA	LUIZ SARTOR	M
SC	MORRO GRANDE	MIGUEL CREPALDI	M
SC	NOVA TRENTO	BENTO MARCHIORI	M
SC	NOVA TRENTO	GLEIDSON MEYER	M

SC	NOVA VENEZA	EVANDRO BOAROLI	M
SC	NOVA VENEZA	LAERTE DAVID LOCATELLI	M
SC	ORLEANS	DORACI FERRAREZI BOMBAZAR	F
SC	ORLEANS	JOSÉ CARRER NETO	M
SC	OTACILIO COSTA	FERNANDO COSTA VELHO	M
SC	OTACILIO COSTA	MARZINHO DA SILVA	M
SC	OURO	IVANIR AUGUSTO BONAMIGO	M
SC	PAIAL	ROLF GUENTHER SPRUNG	M
SC	PAINEL	SARA APARECIDA ROSA	F
SC	PALMEIRA	SEBASTIÃO PEREIRA DE JESUS	M
SC	PAPANDUVA	CLÉA PEREIRA DA ROCHA	F
SC	PASSOS MAIA	GECIR LUIZ SUTIL	M
SC	PEDRAS GRANDES	ROSIVALDO MARCON	M
SC	PERITIBA	SALETE MARIA SCARBOSSA COSTA	F
SC	PETROLANDIA	IVALDO WALTRICH	M
SC	PINHEIRO PRETO	CESAR LUÍS DENARDI	M
SC	PINHEIRO PRETO	HILÁRIO GOTTSELIG	M
SC	PINHEIRO PRETO	VILSON PERAZZOLI	M
SC	PONTE SERRADA	ALBINO GIACHINI	M
SC	PONTE SERRADA	FRANCISCO CORTELINI	M
SC	PORTO UNIAO	AGNES MARGARETH SCHIPANSKI WEIWANKO	F
SC	PORTO UNIAO	MÁRIO RAIMUNDO ORTH	M
SC	PRAIA GRANDE	JUCÉLIA BORTOLIN DE JESUS ANACLETO	F
SC	PRAIA GRANDE	LYDIA BORTOLIN DE JESUS	F
SC	RANCHO QUEIMADO	ALFREDO SCHLICHTING	M
SC	RIO DO OESTE	GAUDÊNCIO JOSÉ DALPIAS	M
SC	RIO DO SUL	EDITE MARCONCINI	F
SC	RIO NEGRINHO	VALMIR JOÃO PSCHIEDT	M
SC	RIQUEZA	IRINEU DALLA LANA	M
SC	RIQUEZA	VANDERLEY RUTKOSKI	M
SC	ROMELANDIA	GENI ZANON PERINI	F
SC	SALETE	GUIDO KOCH	M
SC	SALETE	TIAGO RAITZ	F
SC	SALTO VELOSO	JAIR TASCA	M
SC	SALTO VELOSO	LOURDES BARBACOVİ TINELLI	F
SC	SANTA HELENA	ERALDO AGOSTINI BERTOL	M
SC	SANTA ROSA DO SUL	JOÃO BATISTA VEFAGO	M
SC	SANTA ROSA DO SUL	MÁRCIO CUNHA DE MATOS	M
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	JOAQUIM JOSINO DA CUNHA	M
SC	SAO BENTO DO SUL	GEOVANE GONSALVVES DOS SANTOS	F

SC	SAO BENTO DO SUL	GILBERTO BRAND	M
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA SANCHES	F
SC	SAO JOAO DO SUL	VALDECI DE ANDRADA PEREIRA	M
SC	SAO MIGUEL DOESTE	IVONE CRIVELATTI	F
SC	SAO MIGUEL DOESTE	JOEL DA SILVEIRA MOURA	M
SC	SAO MIGUEL DOESTE	JOSÉ WALTER DRESCH	M
SC	SAO MIGUEL DOESTE	JULMA GRIZZON	F
SC	SEARA	IVANIRIA MATTIELLO	F
SC	SIDEROPOLIS	VALMIR DE BONA	M
SC	SOMBRIO	NICANOR DA ROSA NICHELE	M
SC	TAIO	ELMIR ARTUR LACH	M
SC	TAIO	WILLI JOSÉ FIAMONCINI	M
SC	TANGARA	VICENTE DEMORI	M
SC	TIJUCAS	ANA PAULA RIBEIRO RAMOS MARTINENGGHI	F
SC	TIJUCAS	ELIZETE DE SOUZA E SILVA GONZAGA	F
SC	TIMBE DO SUL	ANTÔNIO NETTO ROVARIS	M
SC	TRES BARRAS	SILVIO CARLOS MEDEIROS	M
SC	TURVO	ALICE ROVARIS DA SILVA	F
SC	TURVO	DAVIDE TOMAZI TOMAZ	M
SC	TURVO	EDINALDO DAGOSTIN DALPIAZ	M
SC	URUBICI	LUZIA GOEDERT BORGUESAN	F
SC	URUBICI	SALETE TEREZINHA DELFINO	F
SC	URUSSANGA	DANIEL SAVI ZACCARON	M
SC	URUSSANGA	DILMA MAGAGNIN POSSAMAI	F
SC	VARGEM	GENTIL CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	M
SC	VIDEIRA	ELENA SEITENFUS DEVALIERI	F
SC	VIDEIRA	JAIR CAMILO MUNARO	M
SC	XAXIM	CELINA DALLA'VALLE	F
SC	XAXIM	DILCE DOS SANTOS DA SILVA BACCIN	F
SC	XAXIM	LEDINHO CURTARELLI	M
SC	XAXIM	LUCILENE BURTULLI	F
SE	AQUIDABA	ALBERTO MARQUES SANTOS	M
SE	AQUIDABA	TAISE ALVES DOS SANTOS	F
SE	AREIA BRANCA	SÔNIA CRISTINA DOS SANTOS	F
SE	BARRA DOS COQUEIROS	MARIA CERES MOURA LOPES	F
SE	BOQUIM	ANTONIO FRANCISCO DE ALMEIDA	M
SE	BOQUIM	JOSÉ CARLOS DE JESUS SANTOS	M
SE	CAMPO DO BRITO	CELINA FRANCISCA DE GOIS BATISTA	F
SE	CANINDE DO SAO FRANCISCO	MARIA ELIANE DOS SANTOS MONTEIRO	F
SE	CANINDE DO SAO FRANCISCO	MARINEIDE DOS SANOTS OLIVEIRA	F

SE	CAPELA	ANTONIO SANTOS	M
SE	CAPELA	LUCIO MARCOS OLIVEIRA SANTOS	M
SE	CARMOPOLIS	ANTÔNIA ARAUJO DOS SANTOS	F
SE	CRISTINAPOLIS	LUZIETE DOS SANTOS ARAUJO	F
SE	CRISTINAPOLIS	MARLENE DOS SANTOS	F
SE	CUMBE	CRISTIANE SANTOS SANTANA	F
SE	CUMBE	MARIA JOSÉ MOURA SANOTS	F
SE	ESTANCIA	IVANILTON CORREIA DOS SANTOS	M
SE	FEIRA NOVA	MARIA SILVANA MOURA	F
SE	FREI PAULO	MARCOS ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS	M
SE	GRACCHO CARDOSO	DAMIÃO REZENDE DE SANTANA	M
SE	INDIAROBA	JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO NETO	M
SE	ITABAIANA	MANOEL DE JESUS SILVA	M
SE	ITABI	JOSÉ MANOEL DIAS DE MELO	M
SE	JAPARATUBA	SILVIO DE JESUS SOUZA	M
SE	JAPARATUBA	VALTER BATISTA	M
SE	JAPOATA	GILDETE SILVESTRE GONSALVES	F
SE	LAGARTO	EVANDRO DA SILVA	M
SE	LAGARTO	MARIA DULCE DE CONCEIÇÃO	F
SE	MACAMBIRA	MARIA DO CARMO CONCEIÇÃO	F
SE	MALHADOR	ERBÊNIA DE SOUZA SANTOS	F
SE	MOITA BONITA	GINALDO ARAUJO DE GOIS	M
SE	MURIBECA	MARCIA MARIA DOS SANTOS	F
SE	NEOPOLIS	ROSIANE FERREIRA SANTOS	F
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	ANA PAULA OLIVEIRA	F
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	ANTONIO OLIVEIRA	M
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	FLAVIO SANTOS OLIVEIRA	M
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	MARIA JOSÉ SANTOS	F
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	ILDEFONSO DE SANTANA	M
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	MANOEL JULIO DE SANTANA	M
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	REGINALDO SANTOS SÁ	M
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	GEDALVA FONSECA OSANTOS	F
SE	PACATUBA	SIRLEY FERREIRA DOS SANTOS	F
SE	PINHAO	WELLINGTON VIRGINIO DO NASCIMENTO	M
SE	PIRAMBU	IRACI DOS SANTOS SENA	F
SE	POCO REDONDO	MANOEL JERONIMO DOS SANTOS	M
SE	POCO VERDE	ANTONIO VITORINO DOS SANTOS	M
SE	POCO VERDE	COSME LUIS SANTANACARREGOSA	M
SE	PORTO DA FOLHA	JOSÉ AMILTOM MOURA DOS SANTOS	M
SE	PROPRIA	MARIA JOSE SANTOS ALVES	F

SE	RIBEIROPOLIS	JOSE JACKSON BARRETO	M
SE	ROSARIO DO CATETE	CLARICE SANTOS DA SILVA	F
SE	ROSARIO DO CATETE	MARA CELY DOS SANTOS	F
SE	SALGADO	JÓÃO MARTINS DA CRUZ	M
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	VALDINEIDE MATIAS	F
SE	SAO CRISTOVAO	MARIA DO CARMO BATISTA SANTOS	F
SE	SAO CRISTOVAO	MARIA LUCIA SANTOS DE MOURA	F
SE	SAO DOMINGOS	CLAUDETE SANTOS LIMA CURVELO	F
SE	SAO FRANCISCO	MARIA JOSE DA CRUZ	F
SE	SAO FRANCISCO	ROSICLEIA DOS SANTOS	F
SE	TELHA	JOSE MARTINS DE SOUZA	M
SE	TOBIAS BARRETO	JOSE LUCIVALDO DOS SANTOS	M
SE	TOMAR DO GERU	ANA CRISTINA SANTOS SILVA	F
SE	TOMAR DO GERU	NUNES DOS SANTOS ALEXANDRE	M
SE	UMBAUBA	MANOEL LIMA DE MACEDO	M
SP	ADAMANTINA	JUVINO EMILIANO DA COSTA	M
SP	ANGATUBA	APARECIDA PINTO DE LIMA	F
SP	ANGATUBA	RONALDO PAULINO DOS SANTOS	M
SP	ASSIS	LORIVAL CARDOSO DE ARAUJO	M
SP	BRAGANCA PAULISTA	ANDRE LUIZ FLORENCIO	M
SP	CAJURU	JOSE LAUREANO DE SOUZA	M
SP	CAJURU	MARIA DO CARMO TEIXEIRA	F
SP	DRACENA	ANTONIO FAVERO	M
SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	ANTONIO JOAO DE ARAUJO	M
SP	FARTURA	FRANCISCO RIBEIRO ALVES	M
SP	GUARACAI	ERICA RENATA DOS SANTOS	F
SP	GUARACAI	JOSE MENDES DE OLIVEIRA	M
SP	GUARACAI	NEUZA HONORATO DE SOUZA	F
SP	GUARATINGUETA	ANA DE SOUZA GUERRA GOMES	F
SP	GUARATINGUETA	LETICIA FABIANA DA SILVA BRAZ	F
SP	IBIUNA	FRANCISCO EDVAN PEREIRA	M
SP	IPUA	ANTONIO DA SILVA	M
SP	IPUA	JOAQUIM DIAS CAMPOS	M
SP	ITAPETININGA	MARIA APARECIDA LUIZ	F
SP	ITARARE	CUSTODIO SOARES DE LIMA	M
SP	JALES	ANTONIO GUTIERREZ SARON	M
SP	MARILIA	ANTONIO LEITE NOGUEIRA	M
SP	MARILIA	ELIAS DAVI DE SOUZA	M
SP	MARILIA	FLAVIA DE OLIVEIRA SILVA RODRIGUES	F
SP	MARILIA	SILVANA CONSOLINO	F

SP	MIRANDOPOLIS	VALDEMAR MORABITO	M
SP	MIRASSOL	ELAINE LOPES ALONSO	F
SP	NOVO HORIZONTE	MAURO BORGES DE OLIVEIRA	M
SP	PACAEMBU	MIGUEL CAITANO DA SILVA	M
SP	PACAEMBU	SONIA MARIA SAMPAIO	F
SP	PALMITAL	JOSE APARECIDO NICOLETTO	M
SP	PALMITAL	SANDRA REGINA FIORAVANTE CARVALHO	F
SP	PARAPUA	FRANCISCO JOSE DA SILVA	M
SP	PONTAL	MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO GUIMARAES	F
SP	PRESIDENTE EPITACIO	VALDEMIRA CORREIA DOS SANTOS	F
SP	PRESIDENTE EPITACIO	VALDIRENE GOMES DA SILVA	F
SP	PRESIDENTE EPITACIO	VENESSA ANGELA DE ALMEIDA	F
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	EDSON RUBENS GUILHERME	M
SP	QUATA	JOSÉ CEOLIN	M
SP	QUATA	OLANDINA ROSA DE LOPES	F
SP	REGENTE FEIJO	BRAZ AGOSTINHO ALBERTINI	M
SP	REGENTE FEIJO	EMERSON SOTOCORNO	M
SP	REGENTE FEIJO	MARCELINO SOTOCORNO	M
SP	RIBEIRAO PRETO	CELSO GABRIEL PACOLA COLLUCI	M
SP	RIBEIRAO PRETO	EDMAR PALVIQUERES	M
SP	RIBEIRAO PRETO	SILVIO DONIZETTI PALVIQUERES	M
SP	SANTO ANASTACIO	MARIA APARECIDA DE SANTANA	F
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	DAISE LUIZ CAPATTI FELICIANO	F
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	DELAIDE ALVES LIMA	F
SP	TAQUARITUBA	EDSLEI LEITE	M
SP	TAQUARITUBA	EVA DE FATIMA SILVA	F
SP	VOTUPORANGA	CARLOS ALUISIO SEIDEL	M
TO	ABREULANDIA	ROSA DA PAZ MARINHO DE SOUSA	F
TO	ABREULANDIA	VALTAMIR MATOS DE OLIVEIRA	M
TO	ARAGOMINAS	JUCILENE MARIA CORREIA NASCIMENTO	M
TO	ARAGUACEMA	JOSELINO SANTOS PEREIRA	M
TO	ARAPOEMA	MOISÉS BISPO DE SOUSA	M
TO	AUGUSTINOPOLIS	JOSE ANTONIO MACHADO DE SOUSA	M
TO	AUGUSTINOPOLIS	RAIMUNDA EDNA MONTEIRO DA SILVA	F
TO	AXIXA DO TOCANTINS	MARIA EDNALVA RIBEIRO DA SILVA	F
TO	AXIXA DO TOCANTINS	RAIMUNDO JOSE DA LUZ	M
TO	CENTENARIO	DAVID CORDEIRO SANTANA	M
TO	COLMEIA	EDNAMAR DA SILVA ROCHA	F
TO	COLMEIA	VICENTE FRANÇA DA SILVA	M
TO	CRISTALANDIA	MARIA LEIDIA LEITE DA SÍLVA	F

TO	DIANOPOLIS	LUCIANO FERNANDES PEREIRA	M
TO	DIVINOPOLIS	JUARINA PINTO DA COSTA	F
TO	FETAET	ANA ALVES BARROS	F
TO	FETAET	ANA MARIA NUNES DA PAIXÃO	F
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	ANTONIO BATISTA DE SÁ	M
TO	GUARAI	ARLINDO ALVES MOTA	M
TO	ITAPIRATINS	JOÃO OLÍVIO SOUTO DOS REIS	M
TO	MIRACEMA	ADAILTON SOARES DA SILVA	M
TO	MIRANORTE	ADAUTO VALENTINO DA SILVA	M
TO	MIRANORTE	TEREZINHA DIAS FERREIRA	F
TO	NATIVIDADE	LINDUARTE ALMEIDA DA SILVA	M
TO	PARAISO DO TOCANTINS	ANTONIA LEÃO DA SILVA	F
TO	PEIXE	ANTONIO LUIZ DE CAMARGO	M
TO	PRAIA NORTE	IRENIR ALVES GOMES	F
TO	PRAIA NORTE	OSVALDO RIBEIRO DE SOUZA	M
TO	RECURSOLANDIA	JOÃO NETO DA SILVA DIAS	M
TO	RIO SONO	JEOVÁ RIBEIRO MACIEL	M
TO	SAO MIGUEL	RAIMUNDA NONATA NUNES RODRIGUES	F
TO	SAO SEBASTIAO	MANOEL MESSIAS OLIVEIRA BATISTA	M
TO	SAO SEBASTIAO	MARIA SENHORA CARVALHO DA SÍLVA	F
TO	SITIO NOVO	MARIA RITA DA SILVA LIRA	F
TO	TOCANTINOPOLIS	FRANCIANE CARNEIRO DE SOUSA	F
TO	TOCANTINOPOLIS	MANOEL BARBOSA MORAES	M
TO	TOCANTINOPOLIS	ROSILENE DIAS CARNEIRO	F
TO	WANDERLANDIA	ANTONIO CARLOS MARTINS	M
TO	WANDERLANDIA	CLEMA MARIA DIAS DOS SANTOS	F
TO	WANDERLANDIA	WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS	M





**10 ° Congresso Nacional  
dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais**

**Convidados/as Nacionais  
e Internacionais  
Observadores**

Organizações e Observadores, Convidados Nacionais e Internacionais no  
10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Nome	Entidade	País
Melchor Lima	CCP - Confederación Campesina de Perú	Perú
Alicia Tomazuck	FAA - Federación Agraria Argentina	Argentina
Luciana Soumoulou	FAA - Federación Agraria Argentina	Argentina
Fernando Lopez	CNFR - Comisión Nacional de Fomento Rural	Uruguay
Carmen Carlini	AMRU - Asociación de Mujeres Rurales de Uruguay	Uruguay
Nilba Negrini	ACU - Asociación de Colonos de Uruguay	Uruguay
Sjoerd Panhuysen	TCC - Tropical Commodity Coalition	Holanda
Gerardo Iglesias	UITA-REL - Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines para América Latina	Uruguay
Carlos Amorin	UITA-REL - Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines para América Latina	Uruguay
Gérman Gonzáles	UTRASURPA - Unión de Trabajadores Rurales y Afines de Sur del País	Uruguay
Heriberto Serrizuela	UATRE - Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores	Argentina
Luisa Mele	UATRE - Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores	Argentina
Barbro Budin	UITA - Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines	Uruguay
Lucia Iglesias Gorrasi	UITA - Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines	Uruguay
Fernando Rosero	CAFOLIS - Centro Andino para la Formación de Líderes Sociales	Equador
Ruben Mosnaterios	CIOEC - Central de Integración de Organizaciones Economicas Campesinas	Bolivia
Katia Maia	OXFAM	Brasil
Maria Emilia Lisboa Pacheco	FASE e A REBRIP	Brasil
Celso Marcato	Actionaid	Brasil
Marcelo Montenegro Guimarães	Actionaid	Brasil
Milton Rondó	Secretaria Geral do MRE - Ministério das Relações Exteriores	Brasil
Renato Martins	Secretaria Geral da Presidência da República	Brasil

Número total Convidados/as internacionais: **23**

Nome	Entidade
Aldenaria Viana Moreira	Fetag - PI
Alfredo Roberto Bessow	Wosseb - Comunicação
Amelia da Silva Gonçalves Reis	Fetag PI
Andre Ademir Ghidim	Arcafar-Sul
Andreia Barbosa de Oliveira Siqueira	Apoio / Embrapa
Anna Paula Feminella	CUT SC
Anna Paula Novato Medanha	CTB
Antonio Carlos Carvalho Lima	Folha do Riacho
Antonio Marcos Alexandre	Fetape
Artur Henrique da Silva Santos	CUT
Assis França das Neves	Fetaesc
Carlos Jorge Martins dos Santos	Mda
Celso Marcatto	Actionaid
Christian Gerardo Ramos Veloz	OIT
Cilidia Barbosa de Souza	Sdt - Mda
Cirilo de Almeida Laura	Fetag BA
Cirlene Elias	Apoio / Embrapa
Daniel Carvalho	Sra / Mda
Daniel Gonçalves	Mps / Inss
Denilson Bento da Costa	CNTE
Donizete Frutuoso Matos	Fetag Pi
Edson Sampaio Pimenta	Deputado Estadual / Ba
Elida Maria Dants Veloso	Mps / Inss
Expedito Solaney	Cut Nacional
Fabio Macario	Mds
Fatima Cristina Ferreira de Almeida	Fetaeg
Flavia Perpetua Barbosa	Incra
Francisco Cleber Gomes Bonfim	Mda
Francisco Helio de Barros	CUT
Genauo Lucas de Sales	Mda
Genivaldo Menezes	Prefeito de Águas Belas - Pe
Genivaldo Pires	Fetag Ba
Getulio Sousa	Fetag Ba
Gil Maranhão	Fetaema
Gilberto Portes de Oliveira	Fnra
Giliar de Jesus Souza	Fetag Ba
Gilmar Evangelista Santos	CUT Bahia
Gilson Ferreira de Araujo	CUT Nacional
Glaucia Rabelo Veloso	Mda

Heber Rodrigo dos Reis Leal	Mps
Heitor Schuch	Fetag Rs
Herick Luis Amador Murad	Abrae - Ma
Hildeberto Rodrigues Do Bem	Apoio / Embrapa
Ilka Queiroz Lemos de Oliveira	Apoio / Embrapa
Inacio Jose Cardoso	Fetag Ba
Janaina Leite da Silva	Fetaet
Joao Batista Costa	Unefab
João Batista da Cruz Rios	Mda
João Batista da Rocha Lemos	TB SP
João José Santana	Fetaemg
João Pereira Luz	Fetagri Mt
João Vicente Tadeu Teotonio Queiroz de Melo	Mda
Joison Cardoso	CTB RJ
Jonas Gomes da Silva	Fetaesp
Jorge Teran	Equador
Jose Caciano Pereira da Silva	Fetag Ba
Jose Francisco Barbosa Oliveira	Sinpro / Df
Jose Maria da Silva	CUT DF
Jose Nei Telesca Barbosa	Fetag Rs
Jose Valdo Rodrigues da Silva	Fetaeg
Joselito Ferrim	Ebc
Juarez Dourado	Fetag Ba
Juliana Andrea Oliveira Batista	Apoio / Embrapa
Laudir Bauer De Souza	Fetagri Mt
Liliane Maria Silva da Cruz	Cut Nacional
Lizemara de Araújo Prates	Rádio Guaíba
Lucia Regina dos Santos Reis	Cut Nacional
Luciano Pereira Soares	Fetag Ba
Lucindo Alves dos Santos	Fetadfe
Luiz Orleans Feitoza dos Santos	CUT Nacional
Magda de Lourdes	Radio Naciones / Radio Justiça
Marcela Duarte	Jornal Correio Do Povo
Marcelo Claudio Cesar Cardia	CTB - SP
Marcelo Lima	Fetape
Maria Clara Vivacqua de Lima	Mda
Maria da Conceicao do Nascimento Oliveira	Senar
Maria Eliana de Lima	Fetraece
Marlon Duarte Barbosa	Mda
Miriam Gisele Campos Marques	Apoio / Embrapa

Moyses Leme da Silva Neto	CTB - DF - Presidente
Noemia Angelica Souza Rocha	Mps / Inss
Noildo Gomes do Nascimento	Fetag Ba
Quintino Marques Severo	CUT Nacional
Pascoal Carneiro	CTB - Ba
Patricia Calmon	Mda
Paulo Lima Costa	Fetag Ba
Pedro Paulino Cruz	Fetarn
Raimunda Lopes Viana Moreira	Fetag - Pi
Raimundo Joao Amorim Pereira	Incra
Raphael Medina Ribeiro	Mda
Regina Fiuza	Apoio / Embrapa
Regina Piechocki	Projeto Catende-Pe
Reinaldo Cruz	CUT
Rejane Guimaraes Pitanga	CUT DF
Remilson Nunes Ferreira	Mda
Ricieli Aparecido de Souza	Fetaesp
Rita Zanotto	Mst
Roberto Miguel de Oliveira	CUT
Rodrigo Faccioni	Mda
Rodrigo Lopes Britto	Sindicato Bancarios Bsb
Rosineide Belarmino dos Santos	Fetagri Mt
Sergio Pedro da Silva	CTB / DF
Silvania de Sousa Goncalves	CTB / DF
Thiago da Mota	Jornal Critica Radical
Tiago Dias Cardoso	Fetag Ba
Uildo de Sá	Ebc
Valter Vaz da Costa	Padff
Vanessa dos Santos Carvalho	Mps / Inss
Vania Viana	CUT Nacional
Vicente Selistre	CTB
Vinicius Gonçalves	Abrae - Ma
Wagner Gomes	CTB - Presidente
Wesley Rodrigues dos Santos	Fetaemg

**Número total Convidados/as Nacionais e Observadores: 113**





**10 ° Congresso Nacional  
dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais**

**Assessoria e Apoio**

Assessores/as da CONTAG e das Federações que trabalharam na organização e realização do 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**Número total de Assessores/as CONTAG: 58**

**Número total de Assessores/as Federações: 20**

UF	Entidade	Nome
DF	CONTAG	Adriana Borba Fetzner
DF	CONTAG	Adriana Maria Cavalcanti
DF	CONTAG	Aldeir Jose da Silva
DF	CONTAG	Amarildo Carvalho de Souza
DF	CONTAG	Ana Maria Krigner Pompe
DF	CONTAG	Antonio Gilberto Viegas da Silva
DF	CONTAG	Armando Santos Neto
DF	CONTAG	Caroline Nascimento Pussa da Silva
DF	CONTAG	Celia Hissae Watanabe
DF	CONTAG	Cileia Pontes (Comunicacao)
DF	CONTAG	Cleia Anice da Mota Porto
DF	CONTAG	Daniel Conrado
DF	CONTAG	Danielle Dantas Miura Bonazzi (Comunicacao)
DF	CONTAG	Decio Lauri Sieb
DF	CONTAG	Domenico Corcione
DF	CONTAG	Edson Barbeiro Campos
DF	CONTAG	Eliene Novaes Rocha
DF	CONTAG	Elizario Noe Boeira Toledo
DF	CONTAG	Eryka Danyelle Silva Galindo
DF	CONTAG	Evandro Jose Morello
DF	CONTAG	Fani Mamede
DF	CONTAG	Francisco de Assis Sobrinho
DF	CONTAG	Gilberto de Sousa Ferreira
DF	CONTAG	Iara Duarte Lins
DF	CONTAG	Ivaneck Perez Alves
DF	CONTAG	Ives Luiz Lopes
DF	CONTAG	Jeova de Lima Simoes
DF	CONTAG	Jose Arnaldo de Brito
DF	CONTAG	Jose Xavier Camara Neto
DF	CONTAG	Juliana Oliveira ( Comunicacao)
DF	CONTAG	Junior Cesar Dias
DF	CONTAG	Lilian Arruda Marques
DF	CONTAG	Lotario Jose Vier
DF	CONTAG	Luiz Vicente Facco

DF	CONTAG	Luizmar Ribeiro Pinto
DF	CONTAG	Marco Cicero da Silva
DF	CONTAG	Marcos Pereira dos Santos
DF	CONTAG	Maria Cavalcante Vicente
DF	CONTAG	Maria do Carmo Andrade Lima
DF	CONTAG	Maria do Socorro de Souza
DF	CONTAG	Maria do Socorro Silva
DF	CONTAG	Maria Jose Costa Arruda
DF	CONTAG	Mario Joao da Silva
DF	CONTAG	Marleide Barbosa de Sousa Rios
DF	CONTAG	Moacir Chaves Borges
DF	CONTAG	Moises Assis Miranda
DF	CONTAG	Monica Maria Guimaraes Olinto
DF	CONTAG	Paulo de Oliveira Poleze
DF	CONTAG	Paulo Jarbas Caldas Osorio
DF	CONTAG	Paulo Jose da Silva
DF	CONTAG	Raimunda de Oliveira Silva
DF	CONTAG	Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva
DF	CONTAG	Rodrigo Silva Leal
DF	CONTAG	Ronaldo de Lima Ramos
DF	CONTAG	Ronaldo de Moura (Comunicacao)
DF	CONTAG	Sara Deolinda Cardoso Pimenta
DF	CONTAG	Sonilda Florinalia Da Silva Pereira
DF	CONTAG	Taissonara Gral
DF	CONTAG	Zeke Beze Junior
RS	FETAG RS	Airton Jose Hochscheid
PE	FETAPE	Aldeir Jose da Silva
PE	FETAPE	Ana Paula de Albuquerque
RR	FETAG RR	Angela Maria Machado Vidal
SP	FETAESP	Atarcizo Tadeu Astoufi Mendes
SC	FETAESC	Beatriz Gottsellig
PI	FETAG PI	Carolina Silva de Almeida
PA	FETAGRI PA	Edmilson Paixao de Sousa
SC	FETAESC	Ezequiel Chiamenti
GO	FETAEG	Fatima Cristina Ferreira de Almeida
MA	FETAEMA	Gilberto de Sousa Ferreira
MS	FETAGRI MS	Ivanildo Rodrigues dos Santos
PR	FETAEP	João Batista de Toledo
RS	FETAG RS	Jose Lourenco Cadona

RN	FETARN	Maria de Fatima Pessoa Lopes
CE	FETRAECE	Maria Eliana de Lima
AM	FETAG AM	Maria Viana Souza
MA	FETAEMA	Maria Zelina da Silva Santana Marinho
AM	FETAG AM	Nazare Torres Baima
ES	FETAES	Reginaldo Armelao
PA	FETAGRI PA	Rosilda Teixeira

322

Equipe de Apoio da CONTAG que trabalharam na organização e realização do 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

#### Nome

Alessandro Oliveira de Almeida	Madalena Florentina Silva
Alexandre Gonçalves Ferreira	Maria Aparecida Isabel Luis
Anna Carolina C. Batista Teixeira	Maria de Fatima de Vasconcelos Solovenco
Antonio Carlos Almeida	Maria Gorete Rodrigues de Oliveira
Antonio Gentil de Morais Oliveira	Maria Lúcia Oliveira
Bruno de Melo Martins	Maria Pepita Rodrigues Teles
Célia Maria Pereira	Mayby Paula da Silva Ayres Vieira
César Ramos dos Santos Carneiro	Milza Maria da Silva Fonseca
Claudineia dos Santos Souza	Natanael Severino Soares
Cristina Botelho Silva de Souza	Núbia do Espírito Santo Silva
Debora Sousa Moreira	Osmarina Maria dos Reis Barbosa
Ednardo de Moraes Leão	Raimundo Antonio Pereira
Eliene da Silva Oliveira	Roselaine da Silva Gomes
Enilda Freire dos Santos	Salvador Coelho de Souza
Fernando José de Sousa	Simone Raquel Alves de Medeiros Lira
Francimar Maria Gomes	Vanessa Fonseca Santos
Gisele Nunes de Sousa Lima	Vanilda Gomes Silva
Gláucia Regina Duarte da Silva	Veradimar Antonio de Souza
Gustavo Dias Moretz Sohn	Virgínia dos Santos Vieira
Hagton Vinícius Belchior de Morais Jagua	
Iani de Andrade Borges	
Ivanilde de Andrade Vidal	
Ivone Mendes da Silva	
José Almeida Pereira	
José Gomes Cordeiro	
Lucineide da Silva Rosa	

**Número total da Equipe: 46**





Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG  
SMPW Quadra 01 Conjunto 02 Lote 02 - CEP 71735-102 - Núcleo Bandeirante / DF  
Fone: (61) 2102 2288 - Fax: (61) 2102 2299  
[www.contag.org.br](http://www.contag.org.br) e-mail: [contag@contag.org.br](mailto:contag@contag.org.br)